



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

NEILA SOARES DA SILVA

UMA VOLTA REDONDA: ‘ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA’, CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E O ESTADO BRASILEIRO NA “ERA LULA” DURANTE A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ESTREITO, RIO TOCANTINS (MA/TO)

CAMPINAS
2019

Neila Soares da Silva

UM VOLTA REDONDA - ‘ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA’, CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E O ESTADO BRASILEIRO NA “ERA LULA” DURANTE A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ESTREITO, RIO TOCANTINS (MA/TO)

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: PROF. DR. MAURO WILLIAM BARBOSA DE ALMEIDA

Coorientadora: PROF. DRA. ANGELA MARIA CARNEIRO DE ARAÚJO

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA NEILA SOARES
DA SILVA E ORIENTADA PELO PROF. DR. MAURO
WILLIAM BARBOSA DE ALMEIDA

**CAMPINAS
2019**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Si38v Silva, Neila Soares da, 1957-
Uma volta redonda : "assentados da reforma agrária, corporações transnacionais e o Estado brasileiro nos anos Lula no processo de instalação da Barragem de Estreito, rio Tocantins (MA/TO) / Neila Soares da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Atingidos por Barragens (Brasil). 2. Estado. 3. Trabalhadores rurais. 4. Empresas multinacionais. 5. Usinas hidrelétricas. I. Almeida, Mauro William Barbosa de, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A full round-up : "land reform settlers", transnational corporations and the Brazilian State in the Lula years during the construction of the Estreito Dam, in Tocantins river (MA/TO)

Palavras-chave em inglês:

State

Rural workers

Multinational corporations

Hydroelectric power plants

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Mauro William Barbosa de Almeida [Orientador]

Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães dos Santos

Tânia Stolze Lima

Flávia Braga Vieira

José Maurício Paiva Andion Arruti

Data de defesa: 24-05-2019

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4631-9968>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4770785739870352>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FIOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada no dia 24 de maio de 2019, considerou a candidata Neila Soares da Silva aprovada.

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Profa. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Profa. Dra. Tânia Stolze Lima

Profa. Dra. Flávia Braga Vieira

Prof. Dr. José Maurício Paiva Andion Arruti

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no Siga/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia em Ciências Humanas.

Dedico este trabalho à memória da advogada e agente de pastoral Maria Trindade Gomes Ferreira e do historiador e documentarista Glenn Switkes, que lutaram, cada um no seu viver, para impedir que ao barrar rios do Brasil o grande capital barrasse também os futuros das gentes que vivem nas barrancas desses rios e nas ‘margens’ do Estado brasileiro, onde a proteção e a ameaça se entrançam, confundem.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 140044/2010-8.

Há tantos mais a quem agradecer por ter chegado aqui! Pessoas e coletivos. Mais do que devo relacionar neste espaço. Mas vamos lá!

Os assentados do PA (Projeto de Assentamento) Formosa. Dona Lavínia, seus filhos, Rosália e Badu, genro e nora, Guri e Zilá, porque me receberam em suas vidas com generosidade, abertura e confiança. Cultivamos boa amizade ao longo dos últimos dez anos. De perto, bebendo cafezinho, trocando experiências, caminhando, visitando vizinhos e reunindo; e de longe, ao telefone, contando, perguntando, esclarecendo, discordando e harmonizando.

O Professor Mauro Almeida, pelo encorajamento, a paciência excepcional e a dedicação generosa a uma aluna que chegou para si depois de muitos sobressaltos e da morte prematura do seu orientador, o Professor Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho, quem me ajudou a compreender a economia política da construção de barragens no Brasil em diferentes quadras históricas.

A Professora Marilda Meneses e o Professor Mauro Almeida, por sua disponibilidade para participar do meu exame de qualificação e pelas críticas e sugestões oferecidas com rara elegância na ocasião.

As Professoras Sônia M. Simões Barbosa Magalhães Santos, Flávia Braga Vieira e Tânia Stolze Lima e o Professor José Maurício Andion Arruti, por sua disponibilidade para participarem da banca examinadora deste trabalho e pela atenção a ele dedicada.

O Programa de Doutorado em Ciências Sociais, pela confiança depositada em mim por meio da concessão da bolsa de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fundamental para que eu pudesse levar a cabo minhas idas ao Tocantins para o trabalho de campo entre os anos de 2010 e 2012.

A querida Maria Rita Gandarra, Secretária do Programa quando do meu ingresso em 2009, pelos incontáveis esclarecimentos e o carinho nos momentos difíceis entre minhas idas e vindas de São José do Rio Preto a Campinas, sobretudo no meu primeiro ano no curso.

A sempre atenciosa Beatriz Tiemi Suyama, hoje Secretária do Programa, pelo seu profissionalismo irrepreensível, tão necessário no final deste percurso.

O pessoal da Regional Araguaia-Tocantins da Comissão Pastoral da Terra, além de minha amiga Trindade, Valéria Santos e Pedro Antônio Ribeiro, por franquearem os arquivos da entidade a mim, pelo apoio logístico ocasional e a parceria que pudemos construir nos momentos em que as pessoas no PA Formosa precisavam da nossa união.

O Coordenador Regional do Movimento dos Atingidos por Barragens para a Bacia Araguaia-Tocantins, Cirineu da Rocha, e todo o pessoal do movimento, aí incluída sua mulher, Marli, pela confiança, o acolhimento e o apoio logístico tantas vezes oferecido e usufruído.

Colegas queridas do Programa: Nashieli Rangel Loera, pela leitura crítica de um pequeno artigo, esboço do Capítulo 3 desta tese, apresentado no III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens, realizado em Belém, dezembro de 2010; Samira El Saif, José Humberto da Rocha, Camila Guedes Codonho e Aline Tiana Rick, pelos impagáveis almoços no Valise e no Gatti, a troca instigante de ideias e as caronas tão bem-vindas; Patricia Lora e Daniela Vieira, pela escuta atenta e carinhosa, e Bárbara Castro, pelo coleguismo exemplar.

Vânia, Paulo e Antônio, irmãos, por insistirem todo o tempo que eu tomasse fôlego, sacudisse a poeira e concluísse esta tese. *Chicken soup or chicken poop, right?*

Raul e Cecília, meu lua e minha sol, netos que amo tanto, por serem perguntadores incansáveis, pelas pernas enroscadas com as minhas no sofá.

Roger, meu marido, pela paciência que eu desconhecia. A esse devo ‘de um tudo’, como diz minha amiga Lavínia. *Well, here we are just about the same... Foggy little fella, drowsy little dame... Two sleepy people by dawn’s early light...*

Lygia, minha mãe, por tantos anos tão perto e tão longe, mas nunca sem reconhecer seus filhos, genros e netos. Só doi quando eu respiro!

Valeu mesmo!

*Adeus casinha de palha,
Terreiro de sentimento.
É coisa que eu sinto muito,
Esse nosso afastamento.
Quem aparta vai andando,
Quem fica, fica chorando
Coração fica chorando,
Só chorando e lastimando!*

Dona Maria Barbosa da Silva, 102 anos em setembro de 2011, sentada em sua cama, no galpão anexo à casa do seu genro no 'Reassentamento Rural Coletivo Maju', lembrando-se do lamento de sua mãe quando de outro deslocamento forçado: a saída de sua família das terras do patrão que tinha ficado sovina, no Piauí, a pé rumo ao Tocantins, aos seus oito anos de idade.

Nós sabíamos que esse dia ia chegar: a unificação de todas as tribos... Estamos aqui para proteger a terra e a água. É por isso que ainda estamos vivos. Para fazer exatamente o que estamos fazendo. Para ajudar a humanidade a responder sua questão mais urgente: como podemos viver novamente com a Terra em vez de contra ela?"

LaDonna Brave Bull Allard para Naomi Klein em dezembro de 2016, por ocasião da resistência sioux, apoiada por veteranos das guerras do Vietnã, Golfo e Iraque, contra a construção do oleoduto *Dakota Access* na reserva Sioux em Standing Rock, Dakota do Norte, EUA. Se rompido, seu povo não terá mais uma única fonte de água segura.

Philosophy and politics know too little about justice, but they nonetheless insist on telling you all about it. The real world, on the other hand, knows too much about Injustice, and yet it remains sadly tongue-tied and mute. Let Injustice be resisted and let there always be hope that justice is possible. But may we never believe that justice has finally arrived.

Louis Wolcher, *The Meaning of Justice in the World Today*, outubro de 2010.

Resumo

Neste trabalho, o processo de instalação da Usina Hidrelétrica Estreito no Rio Tocantins é tomado como uma lente que amplifica e delimita um campo no qual é examinada a relação do Estado com trabalhadores assentados pelo Incra em 2001 e forçados a deixar o assentamento em 2010, com a subida das águas do reservatório da usina. A trama de relações sociais que convergiram para as negociações por justa reparação entre o consórcio de grandes grupos industriais transnacionais que controla a usina e os assentados em face da expropriação da posse da terra serve como um ângulo através do qual são analisadas interações de indivíduos e grupos assentados com funcionários e instituições do Estado, num momento histórico em que o Partido dos Trabalhadores alcançara a presidência da República.

Das famílias nos doze assentamentos do Incra afetados pela usina, nove no Estado do Tocantins, três no do Maranhão, apenas essas cujas experiências são aqui focalizadas obtiveram a reparação reclamada: novas terras, novas casas e o pagamento de indenizações pelas melhorias que ergueram nas suas parcelas. Lançando mão da pesquisa etnográfica e da análise de documentos oficiais, procura-se revelar como isso aconteceu. O que dizer sobre o funcionamento concreto da máquina estatal no governo de um partido político nascido das lutas operárias e de trabalhadores do campo, agora diante de um embate entre sujeitos sociopolíticos e econômicos tão desiguais?

A despeito da conquista de novas casas e terras para morar e produzir, alguns desses trabalhadores reassentados logo perfizeram uma ‘volta redonda’ – de assalariados rurais temporários sem terra passaram a assentados pelo Incra, daí a atingidos pela barragem e finalmente a assalariados rurais temporários sem-terra (ou com terra imprópria para o cultivo), força de trabalho disponível para o capital: as grandes propriedades rurais no vale do rio Tocantins ou as monoculturas de eucalipto que nos últimos anos se espalharam por toda a área rural hoje conhecida como MATOPI (sudoeste do Maranhão, centro-norte do Tocantins e sul do Piauí). Uma trajetória que aponta para mais subalternização, não emancipação.

Procura-se identificar o conjunto de fatores cuja interação responde por essa tendência. Dentre eles, a política de estímulo à exportação para a obtenção de superávits e a mudança na relação do Estado com as frações do grande capital ligadas aos setores minero-metalúrgico e sobretudo do agronegócio dela decorrente; a intensificação da função do Estado de garantidor da ordem, seja pelo consenso, aí algum apassivamento dos movimentos populares do campo, inclusive o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), seja pela coerção exercida ora pela polícia, ora pelo judiciário; a persistência de chefetes políticos de expressão local e regional relevantes para a reprodução política do Estado brasileiro e, por fim, a modalidade de agência exercida pelos assentados durante suas negociações com o consórcio empresarial.

Palavras-chave: Movimento dos Atingidos por Barragens (Brasil); Estado, Trabalhadores rurais; Empresas multinacionais; Usinas hidrelétricas.

Abstract

This study examines the Estreito Hydroelectric Power Plant construction on the Tocantins River, border line between the states of Tocantins and Maranhão. This process is taken as a lens that amplifies and delimits a field in which the State's relationship with workers settled by INCRA in 2001 and forced to leave the settlement in 2010 due to the reservoir preparation and filling. The network of social relations that converged to the negotiations for just reparation between the consortium of large transnational industrial groups that controls the plant and the settlers facing land expropriation serves as an angle through which are analyzed the interactions of individuals and groups settled with officials and state institutions, at a historic moment in which the Workers' Party had conquered the presidency of the Republic.

Of the total number of families settled in the twelve INCRA settlements affected by the plant, only the families whose experiences are focused in this study have obtained from the consortium responsible for the plant the reparation they demanded: new lands, new houses and compensation for the improvements they erected on and/or made to their lands. Using ethnographic research and the analysis of official documents, we try to reveal how this happened. What can be said about the concrete functioning of the state machine in the government of a political party born of the struggles of workers in the cities and in the countryside, now in the face of an antagonism between socio-political and economic subjects so uneven?

Despite the conquest of new houses and land, some of these resettled workers' soon came full-circle - from temporary rural landless wage earners to small-farmers settled by Incra and then affected by the large dam to either temporary rural landless wage earners or small-farmers resettled on lands unsuitable for cultivation: available labor force to be absorbed by capitalist enterprises – the large rural properties in the Tocantins river valley or the eucalyptus monocultures that in recent years have spread throughout the rural area today known as MATOPI (southwest Maranhão, the central-north corner of Tocantins and south Piauí). A trajectory that points to more subalternization, not emancipation.

It is sought to identify the different factors whose interaction responds to this trend. Among them, the policy of stimulating exports to obtain surplus in the balance of trade and the consequent change in the State's relation to class fractions in the "power bloc" (Poulantzas, 1973) defending the mining industry and especially the agribusiness' interests; the intensification of the role of the State as the guarantor of the legal order, whether by consensus, by disciplining popular movements in the rural areas, including the Movement of People Affected by Dams (MAB), or by coercion wielded by the police apparatus and/or by the Judiciary; the persistence of local and regional political leaders who are relevant to the political reproduction of the Brazilian State; and, finally, the modality of agency exercised by the settlers during their negotiations with the consortium of transnational corporations responsible for the hydroelectric power plant.

Key Words: State; Rural workers; Multinational corporations; Hydroelectric power plants.

Lista de abreviaturas e siglas

ADEPRATO	Associação de Desenvolvimento e Preservação dos Rios Araguaia e Tocantins
AGU	Advocacia Geral da União
ANEEL	Agência Nacional de energia Elétrica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Ministério da Justiça)
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (Comissão Permanente da Câmara de Deputados)
CELTINS	Companhia Elétrica do Tocantins
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRT	Consórcio Rio Tocantins
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EDP	Energias de Portugal
EIA/RIMA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
FNS	Ferrovia Norte-Sul
FURNAS	Furnas Centrais Elétricas S.A. ou Eletrobrás Furnas
GDF-SUEZ	Gaz de France-Suez
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome
MME	Ministério de Minas e Energia
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
RENAP	Rede Nacional de Advogados Populares
RRC	Reassentamento Rural Coletivo
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
UHE	Usina Hidrelétrica
VALEC	Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.

Lista de ilustrações

- Figura 1** Vista aérea da UHE Estreito (desde sua montante; à esquerda, Tocantins, à direita, Maranhão)
- Figura 2** Localização da UHE Estreito na divisa do Estado do Maranhão com o do Tocantins
- Figura 3** Localização da UHE Estreito no rio Tocantins
- Figura 4** Presidente Lula, ministro Edison Lobão (MME), governadora Roseana Sarney (MA) e representantes do Consórcio Ceste no fechamento simbólico da primeira comporta do vertedouro da UHE Estreito, no dia 30 de novembro de 2010.
- Figura 5** Usina Hidrelétrica Estreito, na última fase de sua construção, vista de sua montante em janeiro de 2010
- Figura 6** Lote e casa da Dona Lavínia (fundos), vistos da estrada principal do assentamento, julho de 2008
- Figura 7** Dona Lavínia em frente à cozinha de sua casa, julho de 2008
- Figura 8** Dona Lavínia no abrigo da roça de vazante de seu genro, Guri, julho de 2008
- Figura 9** Samuel (esq.), um dos três líderes da Associação Pe. Josimo, e Pedrinho, corretor independente, vistoriam uma casa em fase final de acabamento no RRC Maju, agosto de 2010
- Figura 10** Fachada principal da casa. Lote 50, agosto de 2010
- Figura 11** Lago da barragem no PA Formosa; plantio de Salviano e Hermínia já submerso, dezembro de 2011
- Figura 12** Seu Benedito, dezembro de 2012
- Figura 13** Indo para a *Ribeira* no ônibus cedido pela prefeitura de Darcinópolis, setembro de 2008.
- Figura 14** O ônibus dos alunos chega à BR-153 rumo à *Ribeira*, setembro de 2008
- Figura 15** Dona Mundica, dezembro de 2012
- Figura 16** Seu Silvino Gogó (esq.), Guri (dir.) e morador do povoado Brejão ao fundo, janeiro de 2010
- Figura 17** Distribuição dos grupos de famílias aparentadas por lotes
- Figura 18** Acampados às margens dos trilhos da Ferrovia Norte-Sul. Manifestação contra a Valec, setembro de 2007
- Figura 19** Procurador da República, Álvaro Manzano (esq.), intermediando a negociação dos manifestantes com Moisés Buna, Engenheiro de Desapropriação da Valec (dir.), setembro de 2007.
- Figura 20** A reunião – assentados em torno do Diretor do INCRA, à mesa, ao fundo, janeiro de 2010
- Figura 21** À mesa: Pedro Ribeiro; no segundo plano, Celso Lacerda (esq.) e Adelino (dir.), janeiro de 2010
- Figura 22** Tarita Andrade e Luiz Amado, técnicos do Incra (primeiro plano), Cirineu da Rocha (MAB) e David Pena, secretário da Associação Padre Josimo (segundo plano), Pedro Ribeiro (CPT) e Adelino Mourão, presidente da Associação Padre Josimo (terceiro plano), na redação da ata da reunião com Celso Lacerda, Diretor de Obtenção de Terras do Incra, janeiro de 2010.
- Figura 23** Álvaro Lotufo Manzano, Procurador-chefe da República no Tocantins (esquerda), Coordenador Estadual do MAB, Cirineu da Rocha (centro), Secretário e Diretor da Associação Padre Josimo, David Pena e Samuel Carneiro (direita), na conclusão da redação da ata da reunião com o Diretor do Incra, Celso Lacerda.

- Figura 24** Entrada principal da residência
- Figura 25** Água acumulada no entorno das casas
- Figura 26** Arraste do solo provocado pelas chuvas
- Figura 27** Rachaduras nas paredes
- Figura 28** Fossa e sumidouro em terreno alagado
- Figura 29** Vista do nível de efluente da fossa
- Figura 30** Presidente Dilma Rousseff inaugura UHE Estreito
- Figura 31** Presidente Dilma Rousseff inaugura a UHE Estreito, 17 de outubro de 2012. À sua esquerda, Maurício Bahr, diretor-presidente do grupo GDF-Suez no Brasil; Gérard Mestrallet, diretor geral do grupo GDF-Suez; Senador José Sarney. À sua direita, Murilo Ferreira, presidente da Vale; José Renato Ponte, diretor-presidente do Consórcio Ceste; José Wilson Siqueira Campos, governador do Estado do Tocantins.

Sumário

Introdução.....	15
I. Aí é que é triste, não é siá?.....	15
II. Problema, delimitação e objetivo da pesquisa	21
III. Percurso até a escolha do tema deste estudo	26
IV. Contribuição pretendida	32
V. Procedimentos e fontes da pesquisa	40
VI. Estrutura da tese	44
1. Sobre os trabalhos de campo	50
I. O acesso às pessoas no PA Formosa	50
II. Condições iniciais de realização da pesquisa de campo	57
III. Construindo relações de confiança num terreno banhado pela dúvida	63
IV. Nota: ética e o estudo etnográfico do funcionamento do sistema estatal	69
2. Ah, mas o meu sonho é a terra!	76
I. Água malvada!	76
II. Objetivo específico e organização do capítulo.	78
III. Ave Maria! Ave Maria! O tanto que foi bom demais!	80
IV. Lá dava ‘pra viver... ..	90
V. É uma comunidade que a gente considera uma família.....	102
VI. Procurar os direitos.....	108
3. <i>Tucunaré ou piaba?</i>	117
I. Terra, casa e dinheiro!.....	117
II. A reunião com o diretor do Incra.....	122
III. De braço amarrado!	138
IV. Driblados	156
V. Uma “máquina de gerar esperança”?.....	173
4. <i>O Ceste é um trator! Só faz o que quer!</i>	179
I. A reunião com o presidente do Incra após a marcha “Terra, Água e Direitos”	179
II. A velha lógica do favor e da tutela	190
III. O MAB no limiar entre o alinhamento subalterno ao PT-governo e o pragmatismo político.....	196
IV. Um parêntese.....	209
5. Conclusão: a volta redonda e o dístico de Gramsci.....	215
Referências bibliográficas	222
Anexo I	235
Projetos de Assentamento Implementados pelo Incra Atingidos pela Uhe Estreito: ..	235

Introdução

I. *Aí é que é triste, não é siá?*

– *Rapaz, eu ganhei na mega-sena?!*

– *Por quê?*

– *Não, porque um tanto de segurança desses! Tô rico!*

Surpreendido por um grupo de policiais militares dos municípios de Araguaína (TO) e Darcinópolis (TO) ao iniciar o acero para queimar sua primeira roça na Fazenda Porto Alegre, Ananias Alves da Silva Filho,¹ *Guri*, lançou a piada. Pessoa de notável inclinação para a ironia, ele havia *entrado*² na fazenda com outras dez famílias na primeira semana de junho de 2000. Começava ali, em setembro desse ano, a etapa decisiva da luta pela terra de trabalhadores do campo que até aquele ano sustentaram suas famílias, principalmente como assalariados temporários sem registro, nas grandes e médias propriedades rurais do Bico do Papagaio, microrregião do extremo norte do Estado do Tocantins, e nas zonas tocantinas no Maranhão e no Pará.

A entrada na fazenda fora liderada por um piauiense recém-chegado do sul do Pará que, *por gosto e admiração pela luta do Padre Josimo*,³ *cortava lotes para o povo* nas fazendas

¹ Os nomes dos meus interlocutores são fictícios, exceto os dos mediadores sociais – agentes de pastoral e ativistas de movimentos sociais – e das autoridades entrevistadas, que são de conhecimento público. Todas as localidades mencionadas são apresentadas com seus nomes originais. *Guri*, meu principal interlocutor durante toda a pesquisa de campo para esta tese, pediu-me expressamente que mantivesse seu nome próprio e seu apelido.

² Ao longo do texto, emprego o *itálico* para grafar falas locais, em todas as suas ocorrências. O *itálico* e o *negrito* combinados indicam ênfase nas falas locais. Minhas ênfases são grafadas com sublinha. Expressões administrativas ou palavras provenientes do discurso governamental aparecem entre aspas simples. Citações e trechos de documentos, entre aspas duplas. Reticências indicam silêncios, pausas ou descontinuidades nas falas dos meus interlocutores no campo. Reticências entre chaves indicam a exclusão de trechos de falas, citações ou documentos oficiais.

³ Padre Josimo Morais Tavares foi assassinado em 1986 por uma trama de lideranças políticas locais e regionais ligadas à União Democrática Ruralista (UDR), entidade fundada nacionalmente naquele mesmo ano aglutinando latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo destinado ao

cujos donos não lhe pareciam *gostar da coisa*, posto que *não davam valor à terra*. Filho de uma família de condições, José Pereira, o Zédo-Furo, aproximava-se dos gerentes das fazendas buscando inteirar-se da situação fundiária dos imóveis. Tendo trabalhado na Fazenda Porto Alegre por quinze anos sem jamais receber salário, e inclusive se arriscado ajudando seu patrão a expulsar outras famílias que tinham *invadido* a fazenda poucos anos antes, Bento, o gerente, declarou-se arrependido. Assim, uniu seu desejo de vingança ao de *fazer o bolão e dividir a terra para o povo*, que movia Zédo-Furo. Contando-lhe que aquelas terras eram fruto da grilagem pelo pai de seu patrão e os primeiros *donos* da fazenda, e que muitos dos posseiros que ali viveram estavam enterrados naquele local, permitiu que as famílias lideradas por Zédo-Furo demarcassem seus lotes, pedindo apenas *que tirassem um pedaço de cem alqueires para ele na beira do rio*, o Tocantins.

Me usaram como guia para mostrar os outros, Guri continuou o relato do despejo. Uma vez localizados, o tenente mandou que encaminhassem todos à delegacia da sede municipal de Darcinópolis (TO), em cuja zona rural a fazenda estava localizada, com a recomendação de que só fossem soltos mediante pagamento de fiança. Livre da prisão, já que sua arma de caça não fora encontrada pelos policiais que cumpriram a ordem de despejo,⁴ ele partiu para o fórum de Wanderlândia (TO), município vizinho de cujos arredores tinha saído com os outros chefes de família, *porque não tinham local de morada própria, não dava conta de manter um bujão de gás, não dava conta de manter um talão de água, não dava conta de manter um talão de luz*. Em Wanderlândia, com a mediação de um advogado público, Guri conseguiu que o juiz assinasse o alvará de soltura dos seus vizinhos, depois de cumprir a exigência de levar três testemunhas para cada um dos homens presos, a fim de atestar que eram todos *lavradores*. Em liberdade, o grupo partiu para Araguaína (TO), orientados por uma professora filiada ao Partido

financiamento de campanhas para a eleição de congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição (cf. GRZYBOWSKI, 1987, p. 15). O líder religioso cumpriu o papel do intelectual, no sentido que Gramsci dá ao termo: dialogava com os subalternos. Ele conscientizou, organizou e mobilizou trabalhadores do campo – sobretudo *posseiros* – para que defendessem seus direitos contra a prática da grilagem de terras e a subjugação, pela violência, que lhes era imposta por médios e grandes proprietários rurais na região do Bico do Papagaio. Nessa região foi observada a maior concentração territorial da violência no campo brasileiro entre os anos de 1985 e 1996, medida pelo número de assassinatos de trabalhadores rurais, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (cf. OLIVEIRA, 2001, p. 193).

⁴ Seu Benedito (68 anos em 2010), um dos quatro ocupantes da fazenda levados para a delegacia nessa ocasião, explicou sua prisão: o tenente que liderou o despejo recusou-se a aceitar a justificativa dada por ele de que sua arma de fogo não era pra brigar, *era para matar uma lambu, uma coisinha pra comer*, já que estava tão longe da cidade (a lambu é uma ave pequena, do tamanho de uma rolinha, que vive nas capoeiras; mesmo que nambu, inhambu. Cf. PÓVOA, L. *Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins*. Palmas: Edição do Autor, 1997, p. 224).

dos Trabalhadores (PT) e candidata ao cargo de vereadora no município. Seu destino foi o escritório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Regional Araguaia-Tocantins do órgão da Igreja Católica.

Assessorados por agentes pastorais da CPT e agora apoiados por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR-TO) de Tocantinópolis, Guri e seus vizinhos fizeram *greve*⁵ por três dias em frente à unidade do Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária (Incra) naquela cidade. Noventa dias depois do despejo, as mesmas famílias e mais outras quinze, entre parentes, vizinhos e conhecidos, entraram novamente na Fazenda Porto Alegre, *não com a proteção, mais com o companheirismo da CPT e dos outros movimentos*, Guri ressaltou. *Com menos de seis meses que nós 'tava aqui de volta, já conseguimos a desapropriação da fazenda. De lá pra cá, conseguimos crédito para construir as casas e o fomento para começar as roças. Mas esse tem que pagar!*, concluiu seu relato.

Aí é que é triste, não é siá?, continuou Dona Lavínia, sua sogra, que me recebeu como pesquisadora em sua casa. *Agora querem tirar a gente daqui sem os direitos da gente! Perder de novo o nosso suor! Depois de dez anos sofrendo, lutando, lutando, viajando pra Wanderlândia... Setenta quilômetros! No começo era de pé, depois é que foi montado na bicicleta! Agora acontece essa barragem pra arrancar todo mundo daqui!*⁶

⁵ No uso local, o termo "greve" faz referência a uma situação de enfrentamento, não a um movimento de paralisação do trabalho.

⁶ Essa reconstrução esquemática da ocupação e conquista da terra que deu origem ao Projeto de Assentamento Formosa (doravante PA Formosa), criado pelo Incra a partir da ocupação da Fazenda Porto Alegre, é baseada em conversas informais com Guri e Zédo-Furo, realizadas em 2008, por ocasião de uma visita de campo de duas semanas de duração, quando permaneci no assentamento por dez dias. Para a localização precisa, a forma de acesso e os dados cadastrais do PA Formosa, ver adiante Capítulo II. Meu contato com Zédo-Furo, com 46 anos em 2008, limitou-se a nossa primeira conversa, na qual ele pareceu realizar uma verdadeira "cubagem", como me disse Dona Lavínia, que observou o encontro. Zédo-Furo à época estava envolvido com a exploração ilegal de madeira na área da reserva do assentamento. Procurei-me para verificar se eu era mesmo uma pesquisadora interessada em estudar a *luta dos assentados pelos seus direitos* no contexto da barragem ou se era representante do Ibama, atendendo a inúmeras denúncias apresentadas por outros assentados à unidade do Incra em Araguaína. Guri tinha 36 anos então. Nascido e criado em Wanderlândia, um distrito de Babaçulândia, em 1972, ele teve passagens por pequenos garimpos no Maranhão, por empregos temporários na cidade de Wanderlândia, e roçou *juquirá* em terras alheias, até entrar na Fazenda Porto Alegre com Rosália, sua mulher, e seus três filhos menores de cinco anos e passar a trabalhar exclusivamente como lavrador na sua parcela ou na de vizinhos, mediante diárias. Em 2008, seu padrasto, José, vivia com ele e sua família. A aposentadoria rural do Seu José foi essencial para o sustento dessa família no período entre o final do "verão" (estação seca) de 2007 e outubro de 2010, mês do seu deslocamento forçado. Seu José faleceu no início de 2011, pouco depois da relocação da família.

* * *

Conheci Dona Lavínia, Guri e Zédo-Furo em 2008, em uma breve visita de campo de caráter exploratório. Sabendo que me interessava conduzir uma pesquisa etnográfica em um contexto de implantação de barragem, o Coordenador Estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Tocantins,⁷ Cirineu da Rocha, e os agentes de pastoral e assessores da CPT, Maria Trindade Gomes Ferreira e Pedro Antônio Ribeiro, advogada e agrônomo, respectivamente, recomendaram que eu visitasse o PA Formosa. Na ocasião, vinte e oito das cinquenta e seis famílias lá assentadas começavam a colher os frutos de outra ação direta coletiva que tinham empreendido em junho daquele ano: a ocupação de parte da Ferrovia Norte-Sul (FNS), o trecho do eixo ferroviário que corta o assentamento.

Com outras vinte e sete famílias de posseiros, moradores de quatro povoados vizinhos do PA Formosa – Brejão, Barra do Coco, Cascavel e Mato Verde –, e a mediação do procurador-chefe da República no Estado do Tocantins, Álvaro Manzano, negociavam então o último de uma série de nove acordos firmados com a Valec,⁸ empresa responsável pela execução do projeto da ferrovia. Quatro anos de negociações frustradas tinham passado, envolvendo o Inbra, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a CPT, além do próprio Ministério Público Federal (MPF). Dessa vez, entretanto, a decisão de acampar nos trilhos, obstruindo a passagem dos trens que transportavam material para a construção do subtrecho ferroviário entre os municípios de Araguaína e Guaraí (TO), rendera enfim o pagamento das indenizações reivindicadas. Na construção do subtrecho Aguiarnópolis-Araguaína, os tratores da empresa encarregada da obra destruíram cancelas, cercas, plantios e oito cabeceiras de rio – nascentes permanentes –, únicas fontes de água limpa que abasteciam as vinte e oito famílias moradoras do PA Formosa que lideraram a bem-sucedida ocupação.

A barragem que *aconteceu*, matriz da tristeza e do desassossego de Dona Lavínia e de seus parentes e vizinhos no assentamento, é a Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), cuja construção iniciara em 2007, após a emissão da Licença de Instalação (LI) (Quadro 1) para

⁷ A Coordenação Estadual do MAB no Tocantins (daqui em diante, MAB-TO) atua na Bacia Araguaia-Tocantins, dentro dos limites desse estado.

⁸ A Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S. A. é uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes que tem a função social de construir e explorar infraestrutura ferroviária no território brasileiro (cf. <http://www.valec.gov.br/valec.htm>, acesso em março de 2009). A Valec tem concessão para a construção e operação da FNS, cujo traçado, com extensão de 3.100 km, tem início em Belém, no Pará, e segue até o município de Panorama, em São Paulo. O trecho da FNS entre os municípios de Açailândia, no Maranhão, e Palmas, capital do Tocantins, com 719 km de extensão, foi subconcedido à Vale S.A. (ex-CVRD), em 2007, pelo prazo de 30 anos (cf. <http://www.valec.gov.br/FerroviasFNSAcailandia.php>).

a obra. Com coordenadas geográficas aproximadas de 06°35'11" Latitude Sul e 47°27'27" Longitude Oeste, ela represa as águas do Tocantins no trecho médio do rio, limite do município de Estreito, no Estado do Maranhão (margem direita), com Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins, no Tocantins (margem esquerda), aproveitando a queda d'água localmente conhecida como "Pedral da Pirarara", situada cerca de três quilômetros à montante da sede municipal de Estreito (CNEC, 2005) (Figuras 1, 2 e 3).

Com a notícia da *chegada da barragem*, os moradores do PA Formosa diziam-se *desplaneados*, como ouvi tantas vezes quando visitei o assentamento em 2008: sem saber se plantavam, sem saber quando nem onde a água ia chegar e principalmente sem saber se teriam outras terras para morar e produzir *libertos*, não *sojigados* por patrões mais uma vez.



FIGURA 1: Vista aérea da UHE Estreito (desde sua montante; à esquerda, Tocantins, à direita, Maranhão)
Fonte: OAS Engenharia⁹

⁹ Exceto quando indicado, as fotografias que aparecem neste trabalho são de minha autoria.

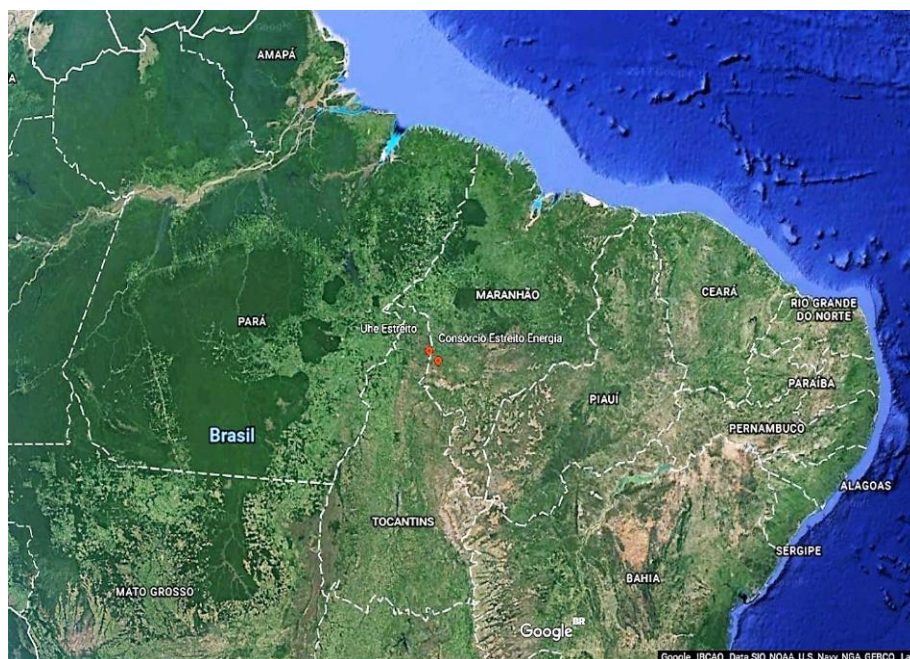


FIGURA 2: Localização da UHE Estreito na divisa do Estado do Maranhão com o do Tocantins
Fonte: Google Earth



FIGURA 3: Localização da UHE Estreito no rio Tocantins
Fonte: Google Earth

QUADRO I

As principais diretrizes para o processo de licenciamento ambiental de todo empreendimento ou atividade utilizadora de recursos naturais que seja considerada potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, como um projeto de aproveitamento hidrelétrico, estão definidas na Lei nº 6.938/81, que estabeleceu a “Política Nacional de Meio Ambiente”; nas Resoluções nº 001/86 e nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)*, e no Parecer nº 312, do Ministério do Meio Ambiente, que trata da competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a abrangência do impacto. A Resolução nº 001/86 estabelece que incumbe ao órgão ambiental federal o processo administrativo de licenciamento dos empreendimentos localizados entre dois estados da federação, caso da UHE Estreito. A Resolução estabelece ainda a exigência da realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), definindo critérios e diretrizes para sua elaboração. O Rima deve resumir e tornar públicos os resultados do Eia em linguagem adequada à capacidade de compreensão das populações afetadas ou interessadas.

A licença ambiental é definida pela Resolução 237/97 como o ato administrativo pelo qual o órgão licenciador competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo proponente-investidor. Estão previstas na legislação três fases do licenciamento ambiental: a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO). A primeira, solicitada na fase preliminar do planejamento da atividade, atestará viabilidade ambiental do empreendimento, aprovará sua localização e concepção e definirá medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos do projeto. No processo de análise para a concessão da LP são avaliadas a magnitude e a abrangência desses impactos. A LI verifica o detalhamento do projeto de construção do empreendimento, valida a estratégia traçada para o trato das questões ambientais durante a fase de construção e autoriza o proponente-investidor a iniciar a obra fixando condicionantes com o objetivo de assegurar que a fase de implantação do empreendimento obedecerá aos padrões de qualidade ambiental estabelecidos em lei ou regulamentos. Finalmente, a LO autoriza o empreendedor a iniciar suas atividades e estabelece condicionantes para assegurar o convívio saudável do empreendimento com o meio ambiente.¹⁰

*Órgão colegiado instituído pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto 99.274, de 6 de junho de 1990, conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)

II. Problema, delimitação e objetivo da pesquisa

Em dezembro de 2010, as comportas do vertedouro da usina hidrelétrica foram fechadas, formando um lago de cerca de 550 km². Desse total, cerca de 400 km² excederam o leito do rio Tocantins, cobrindo terras em áreas rurais e urbanas de doze municípios. No Estado do Maranhão, Carolina e Estreito, onde foi implantado o canteiro de obras. No Tocantins, Aguiarnópolis

¹⁰ Brasil. Tribunal de Contas da União, com colaboração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Cartilha de Licenciamento Ambiental. TCU, Brasília-DF, 2ª Edição, 2007. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2059156.PDF>. Acesso em: mai. 2011.

e Palmeiras do Tocantins, nos quais também foi erguida parte da estrutura do canteiro de obras, além de Darcinópolis, Babaçulândia, Filadélfia, Palmeirante, Barra do Ouro, Goiatins, Itapiratins e Tupiratins. Segundo cálculos do MAB-TO, cerca de 5.000 famílias – cerca de 18.000 pessoas¹¹ – que viviam nas margens e ilhas do trecho do rio que deu lugar ao lago artificial foram forçadas a abandonar suas moradias habituais e/ou trechos do rio e suas vazantes, de onde retiravam seu sustento. Segundo o consórcio de empresas privadas responsável pela construção da usina, cerca de 2.100 famílias foram deslocadas para viabilizar a produção de energia.

Doze projetos de assentamento implementados pelo Incra nas zonas rurais de alguns desses municípios foram parcialmente submersos com a subida das águas ao longo dos duzentos e sessenta quilômetros de extensão do lago: nove no Estado do Tocantins e três no Maranhão. Das cento e setenta famílias que tiveram que deixar seus lotes de terra nesses assentamentos, só trinta e seis, entre assentados e agregados¹² no PA Formosa, depois de um longo e sofrido processo de negociações com o consórcio que controla a hidrelétrica, obtiveram a reparação reclamada – outras terras, novas casas e o pagamento de indenizações pelas melhorias que realizaram nas terras em que moraram e produziram por quase uma década, *trabalhando à vontade* e comendo, elas mesmas, à vontade, os frutos do seu próprio suor.

Em janeiro de 2010, nos demais projetos de assentamento atingidos pela UHE Estreito, as últimas três famílias que resistiam à oferta de “carta de crédito” – indenização em dinheiro pelas perdas e prejuízos decorrentes do deslocamento forçado – já haviam aceitado recebê-la.¹³ Modalidade de compensação preferida pelo consórcio dono da usina, a carta de crédito fazia cessar sua responsabilidade para com o recebedor ou recebedora no ato mesmo do seu pagamento. À assentada ou assentado assim compensado, portanto, restava encontrar por conta própria uma solução para seu problema de moradia e sustento de sua família. Àquela

¹¹ Considerando-se a média de 3,6 membros por domicílio nas áreas rurais da Região Norte, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2010.

¹² Agregados, no contexto do assentamento, são pessoas que, individualmente ou com suas famílias, vivem e cultivam no lote de um assentado com quem são relacionadas por consanguinidade, afinidade, compadrio e/ou amizade.

¹³ Em 29 de janeiro de 2010, numa reunião realizada no PA Formosa, Luiz Amado, engenheiro agrônomo lotado na Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins sediada em Palmas, declarou ter visitado os nove projetos de assentamento atingidos pela Barragem de Estreito nesse estado a fim de orientar seus ocupantes a não optarem pela ‘carta de crédito’ como forma de compensação por suas perdas e prejuízos decorrentes da instalação da barragem. Na ocasião, ele afirmou que uma vez que um assentado fizesse essa opção, ele passaria a constar no cadastro do Incra como desistente da Reforma Agrária; consequentemente, perderia, como de fato muitos perderam, o direito de pleitear uma nova parcela de terra em outro projeto de assentamento do órgão fundiário federal.

altura, ouvi do Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra, as famílias assentadas no PA Formosa eram mesmo a única aporrinhção do consórcio – resistiam quando as famílias deslocadas dos demais assentamentos do Incra lutavam, sem sucesso, para conseguir por conta própria adquirir um *pedaço de terra* que lhes permitisse assegurar a sobrevivência digna de suas famílias ou já tinham capitulado, aceitando permanecer nas áreas não inundadas de suas parcelas, ainda que nelas essa sobrevivência não estivesse assegurada. Conduzi a pesquisa de campo para este trabalho entre essas famílias no PA Formosa, mulheres e homens que não se renderam de pronto e completamente ao que seus condicionamentos sócio-históricos lhes atribuíram. O que fez diferencial? Um dos objetivos desta tese é identificar as condições sociais que permitiram essa disposição coletiva para a luta no enfrentamento com o consórcio.

Nela, o processo de implantação da UHE Estreito serve como uma lente que magnifica e delimita um campo no qual examino a relação do Estado brasileiro com essas pessoas assentadas pelo órgão fundiário federal e, quase dez anos depois, forçadas a deixar o assentamento sob a ameaça do uso da força policial – autorizada pela Justiça Federal caso resistissem –, pois essa área de terras havia sido declarada de utilidade pública para que a formação do lago artificial da usina fosse iniciada. Assim o exigia o cronograma oficial de execução das obras civis acordado entre o consórcio empreendedor e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).¹⁴

* * *

Na reestruturação organizacional da indústria brasileira de eletricidade, efetivada no contexto da ascensão de práticas neoliberais de política econômica no Brasil na década de 90 – as chamadas "reformas pró-mercado" –, investimentos na indústria de infraestrutura que produz energia elétrica passaram a ser protagonizados por empresas controladas por grandes grupos econômicos, não raro, grandes grupos industriais transnacionais (GONÇALVES JR., 2007; GARZÓN, 2008). De fato, a liberalização da indústria elétrica brasileira (que ficou conhecida como "reestruturação do setor elétrico") foi inserida no Programa Nacional de Desestatização

¹⁴ Criada como agência de Estado, não de governo, pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Suas atribuições principais são regular e fiscalizar a produção, a transmissão e a distribuição de energia elétrica em todo o território nacional, conforme políticas e diretrizes do governo federal (Cf. Art. 2º da Lei nº 9.427/96). Autarquia especial, a Aneel é responsável pela realização de leilões de concessão de empreendimentos de geração e transmissão por delegação do Ministério de Minas e Energia.

(PND), criado no governo Fernando Collor por meio da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, em conformidade com as prescrições de instituições da chamada "governança mundial", o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (cf. Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial, de 1994), para a adoção de mudanças na organização e comercialização de serviços de infraestrutura em escala global, especialmente nos países da periferia do sistema capitalista – basicamente, a transferência para a iniciativa privada de atividades exploradas pelo setor público nesses países –, com a justificativa de que a gestão estatal desses serviços constituía um entrave ao seu crescimento econômico (cf. GONÇALVES JR., 2007, p. 25-37). Iniciado no governo Collor, o processo de reestruturação foi efetivamente implementado no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso por meio da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 (cf. SAUER, 2002, p. 1).

O consórcio proprietário da UHE Estreito, Consórcio Estreito Energia – Ceste ('Consórcio Ceste', neste texto), é formado justamente por dois grandes grupos industriais transnacionais, Suez (hoje GDF Suez),¹⁵ de origem francesa, e Alcoa, de origem norte-americana, em associação com a Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale) e o Grupo Camargo Corrêa, de origem nacional.¹⁶ Reunidos por intermédio de subsidiárias, esses grupos venceram o leilão de concessão do 'Aproveitamento Hidrelétrico Estreito' (AHE Estreito) promovido pela Aneel em julho de 2002, adquirindo o direito de construir e operar a planta industrial hidrelétrica para explorar o potencial hidroenergético do rio Tocantins, no 'Pedral da Pirarara', localizado 3 km a montante da Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, segmento da BR-153 que liga o Tocantins (no Município de Aguiarnópolis) ao Maranhão (no Município de Estreito).

Embora desde novembro de 2000 o Consórcio Ceste tenha solicitado ao Ibama a Licença Prévia (LP) para atestar a viabilidade ambiental da UHE Estreito e definir medidas compensatórias e mitigadoras dos impactos negativos do seu projeto, o órgão ambiental só emitiu o documento em abril de 2005, cerca de três anos depois da realização do leilão de concessão de serviço de geração. O leilão fora promovido segundo as regras definidas na primeira

¹⁵ À época da licitação internacional do 'Aproveitamento Hidrelétrico Estreito', a fusão dos grupos franceses Suez, privado, e Gaz de France, hoje privatizado, era apenas um projeto. Essa combinação só foi concretizada em 2006 (cf. <http://www.senat.fr/leg/tas06-021.html>).

¹⁶ Uma subsidiária do grupo anglo-australiano BHP Billiton, a BHP Billiton Metais S.A., também integrava o Consórcio Ceste quando do leilão de concessão. Em julho de 2006, sua quota-parte no projeto de aproveitamento hidrelétrico foi transferida às subsidiárias dos grupos GDF Suez e Alcoa, já integrantes do consórcio, Tractebel Egi South America Ltda. e Alcoa Alumínio S.A., respectivamente. (cf. Aneel, Relatório, 18 dez 2007. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/area20071158.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2010).

reestruturação da indústria de energia elétrica brasileira, a que foi posta em execução na segunda metade da década de 90. Segundo o modelo de organização da indústria então estabelecido, novos aproveitamentos hidrelétricos podiam ser leiloados sem que a sua viabilidade ambiental tivesse sido avaliada pelo órgão governamental competente.

Assim, a maior parte do licenciamento ambiental da usina hidrelétrica, as disputas judiciais que cercaram esse processo e todas as fases das obras de construção ocorreram durante os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Em 30 de novembro de 2010, último ano do seu segundo governo, ele próprio acionou o botão para o fechamento da primeira comporta do vertedouro da usina, dando início do enchimento do seu reservatório (Foto 4). Esta tese cobre o lapso temporal entre o leilão de concessão (jul. 2002) e o final do segundo ano de vida das famílias deslocadas do PA Formosa, já no assentamento construído pelo Consórcio Ceste para recebê-las (dez. 2012). Os eventos mais importantes nela descritos e analisados, ressaltado, ocorreram em 2010, na iminência da subida das águas do reservatório, quando aconteceram as negociações mais intensas entre as famílias cujos lotes de terra seriam inundados e o consórcio empreendedor.

Em poucas palavras, ao desenvolver uma interpretação socioantropológica dos contextos de relações de poder no processo de negociação para reparação entre famílias de ‘assentados da Reforma Agrária’ e o Consórcio Ceste, processo ora mediado pelo MAB, a CPT e o Ministério Público Federal no Tocantins, ora pelo Incra, esta tese tem por objetivo central compreender e revelar a natureza da relação do Estado – instituições governamentais, como o Incra e o Ibama, e o Ministério Público Federal – com essas famílias afetadas pela implementação da Barragem de Estreito e os movimentos populares de apoio e assessoria à sua luta pela permanência na terra. Isso, num momento histórico específico em que um partido nascido das lutas operárias e dos trabalhadores do campo capitaneava a presidência da República.



FIGURA 4. Presidente Lula, ministro Edison Lobão (MME), governadora Roseana Sarney (MA) e representantes do Consórcio Ceste no fechamento simbólico da primeira comporta do vertedouro da UHE Estreito, no dia 30 de novembro de 2010. Fonte: Consórcio Estreito Energia – Ceste

III. Percurso até a escolha do tema deste estudo

O aproveitamento do potencial hidroenergético dos rios brasileiros por grandes grupos capitalistas faz parte das minhas preocupações como cidadã e antropóloga. Minha decisão de analisar a relação do Estado brasileiro com grupos sociais rurais e subalternos, numa situação em que o "encontro" "Estado-minorias sociais/étnicas" é mediado por um grande investimento em infraestrutura que atende a interesses estratégicos do Estado e a interesses econômicos de corporações transnacionais, deve-se inicialmente a leituras e discussões em sala de aula nas disciplinas "Antropologia do Estado" e "Crise, Mudança e Reconstrução Social", cursadas no programa de doutoramento em antropologia cultural na Universidade da Flórida (UF-EUA), onde concluí o mestrado e as disciplinas exigidas para a conclusão do doutorado (2001-2004).¹⁷

¹⁷ Concluí o mestrado no Tropical Conservation and Development Program, vinculado ao Centro de Estudos Latino-Americanos da UF sob a orientação da antropóloga Marianne Schmink, professora afiliada do Departamento de Antropologia Cultural. Já na linha interdisciplinar do programa de doutoramento nesse departamento, a partir de agosto de 2003, pude contar com a orientação informal do antropólogo Anthony Oliver-Smith, conhecido por pesquisadores brasileiros no campo de investigação socioantropológica sobre a produção de energia hidrelétrica e seus efeitos sociais.

Nessa última disciplina, estudamos processos de reconstrução social depois de grandes alterações no ambiente natural e reconfigurações socioterritoriais que provocam o deslocamento compulsório de populações, caso dos desastres naturais e tecnológicos, das guerras civis e conflitos étnicos e dos planos e projetos voltados para a modernização e o desenvolvimento de Estados nacionais. No curso "Antropologia do Estado" nos dedicamos à leitura de "etnografias do estado", estudos que têm como preocupação central trazer à luz os sistemas de significado e as crenças que norteiam práticas sociais cotidianas de instituições e funcionários estatais e, ainda, de pessoas e grupos subalternizados que lutam para tornar sua existência social marginal minimamente suportável sob o Estado. Na introdução ao tema do curso, nos debruçamos sobre estudos que examinam Estados nacionais modernos com vistas a compreender o que são, o que foram e aquilo em que vêm se transformando desde a onda neoliberal que se desdobrou em escala mundial logo depois da recessão generalizada da década de 70.¹⁸

O Departamento de Antropologia da UF segue a tradição boasiana dos quatro campos da antropologia – a biológica, a linguística, a cultural e a arqueologia. No campo da antropologia cultural, há ali relativa homogeneidade. Considerando-se os diferentes momentos sócio-históricos e contextos específicos de suas pesquisas, não parece equivocado dizer que a maioria dos professores no departamento vem da linhagem de antropólogos que escrevem no subcampo da economia política, a "anthropological political economy", aí incluída uma especialização desse subcampo, a ecologia política, no qual escreve a antropóloga Marianne

¹⁸ Destaco o livro do geógrafo e professor de antropologia, David Harvey, *The New Imperialism* (2003), no qual ele trata da dinâmica espacial da acumulação do capital no processo social de reprodução do capitalismo contemporâneo (o neoliberalismo), processo que ele chama de "acumulação por espoliação" – a transferência para corporações e a privatização de ativos públicos, da água e outros serviços públicos e o desapossamento dos direitos de indivíduos e grupos delas consequente. A "acumulação por espoliação", segundo Harvey, é a marca distintiva da fase atual do imperialismo, o "novo imperialismo", que pressupõe o respaldo do e a condução ou promoção pelo Estado, seja por sua capacidade de formular e impor leis, seja por seu monopólio legítimo da violência. Em segundo lugar, artigos do sociólogo Bob Jessop (1999) sobre a crise do estado fordista-keynesiano nos países centrais no sistema-mundo capitalista e a transição para o que esse autor chama de "Regime Pós-Nacional de Welfare Shumpeteriano. Por último, artigos dos geógrafos Jamie Peck e Adam Tickell (2002) nos quais eles distinguem a fase destrutiva (roll back) do neoliberalismo, fase de ataque ao Estado de Bem-Estar Social, qualquer seja sua atualização nos diferentes países do sistema-mundo, da sua fase construtiva (roll out), que é de reconfiguração das formas de Estado e aparatos regulatórios. As duas, insistem os geógrafos, têm natureza processual. Nesse sentido, eles propõem que analisemos "processos de neoliberalização" focalizando os modos singulares de entrelaçamento do projeto político-econômico e ideológico neoliberal imposto ou promovido por forças políticas poderosas como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, com diferentes realidades sociopolíticas nacionais, com o devido destaque para o papel dos Estados na implementação desse projeto.

Schmink, orientadora da minha dissertação de mestrado.¹⁹ Resumidamente, são antropólogos que se interessam por perspectivas histórico-processualistas e pela relação economia política crítica/cultura, levando a sério a questão da agência humana, sem contudo desconsiderar as realidades estruturais com que as pessoas e grupos sociais pesquisados se confrontam em suas vidas, as coerções estruturais que limitam a sua liberdade e autonomia nas suas relações com o mundo (cf. ROSEBERRY, 1994).

É com essa linhagem que me identifico. E por isso elegi como tema do meu projeto etnográfico para o doutorado nessa universidade a instalação de um empreendimento de mineração localizado no município de Juruti, no extremo oeste do estado do Pará. Ali, em 2005, uma subsidiária do grupo Alcoa iniciaria a exploração de uma mina de bauxita para alimentar a produção de alumínio primário na sua planta industrial em São Luis, Maranhão, e assim atender a demanda crescente da China, grande compradora das exportações brasileiras, sobretudo de minérios.

O que me motivou a propor essa pesquisa foi a possibilidade que o caso oferecia de examinar em que medida um estudo empírico, baseado na observação direta de uma situação social particular, poderia ajudar a conhecer a relação do Estado brasileiro com grupos subalternos no meio rural, na chamada "era Lula". Problemas de saúde e a dificuldade de obter financiamento para a pesquisa de campo – as possibilidades eram praticamente nulas para alunos/as estrangeiros/as nos primeiros anos que seguiram os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, sobretudo os que já haviam retornado aos seus países de origem ou residência – me impediram de levar a cabo esse projeto etnográfico. Mas no projeto que submeti ao Comitê de Seleção para o Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, em fins do ano de 2008, mantive o interesse em conhecer a relação de agências estatais e/ou governamentais com minorias sociais e/ou étnico-sociais no campo brasileiro, nesse momento histórico particular. O giro aqui ensaiado em direção à sociologia política é devido a leituras e discussões já aluna desse Programa, no Seminário Teórico-metodológico, durante o primeiro semestre do doutoramento. Esta tese é o resultado desse longo e atribulado processo.

¹⁹ Intitulada *Like a mururé: social change on a terra firme community on the Amazon estuary* (2004), a dissertação busca retratar as circunstâncias sociopolíticas e econômicas de uma comunidade negra rural no delta do rio Amazonas em relação às transformações sociais na região, no período compreendido entre o colapso do primeiro ciclo da borracha, imediatamente anterior à primeira guerra mundial, e o momento da pesquisa de campo, maio-agosto de 2002. Aí a trajetória social da comunidade quilombola é estudada por meio do exame de mudanças nas relações sociais de produção e configurações de poder local em diferentes estágios e formas de articulação de unidades domésticas na comunidade com o mercado regional e internacional.

* * *

Entendo que todo processo de pesquisa é mediado por teorias ou proposições que desempenham o papel de pressupostos e orientam método e técnicas de coleta de dados a empregar. Na discussão durante o exame de qualificação para esta tese, uma examinadora notou a ausência teórica do Estado no texto submetido à banca. Nesse sentido, apresento nesta breve digressão os principais pressupostos teóricos deste trabalho.

No desenvolvimento da pesquisa e na produção deste texto, minha reflexão sobre a relação do Estado com ‘assentados da reforma agrária’ submetidos ao deslocamento forçado teve como pano de fundo a teoria marxista ampliada do Estado desenvolvida por Nicos Poulantzas no seu livro, *O Estado, o poder, o socialismo* (1985). Considerado a última grande obra desse teórico político e social greco-francês, esse livro revela a influência no seu pensamento da teoria política de Antonio Gramsci (cf. COUTINHO, 2008, p. 66) – sua definição sintética do Estado nos seus *Quaderni del carcere*: “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada de coerção”²⁰ – e, principalmente, da ‘analítica’ de poder de Michel Foucault (cf. JESSOP, 2009, p. 113) – a proposição desse filósofo francês da natureza difusa do poder e sua recusa da segmentação entre Estado e sociedade. É nele que Poulantzas formula sua definição relacional do Estado. O Estado, ele diz,

[...] não deve ser considerado como uma entidade em si – mas do mesmo modo como, de resto, deve ser feito com o ‘capital’ – como uma relação; mais exatamente como *a condensação material de uma correlação de forças* entre classes e frações de classe, tal como essa se expressa, sempre de modo específico, no seio do Estado” (POULANTZAS, 1978, p. 140, grifo no original).²¹

O Estado é um campo de batalhas estratégico, para esse marxista greco-francês (1985, p. 160). Como bem coloca Bob Jessop, cientista político britânico que desenvolveu essa teoria relacional do Estado, o Estado é uma relação social entre forças políticas mediada pela instrumentalidade do aparelho do Estado, das suas competências, recursos, formas específicas de cálculo político etc... Mas, lembra-nos Jessop, com Poulantzas, Estados não são terrenos neutros nos quais forças políticas lutam com possibilidades iguais de perseguir seus interesses e objetivos, com as mesmas oportunidades de alcançar suas metas. Longe disso, a arquitetura geral do

²⁰ Gramsci (1975, p. 763-764), citado por Carlos Nelson Coutinho (2008, p. 54).

²¹ Nessa citação, uso a tradução do original feita por Carlos Nelson Coutinho no seu *Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios* (2008, p. 65), não a tradução da edição brasileira acima referida, ou seja, a segunda edição do livro no Brasil, de 1985. Nela, o trecho citado aparece na página 147.

Estado, as formas de intervenção estatal, as bases sociais do Estado, os projetos estatais específicos e a visão predominante da natureza e do propósito do governo para a sociedade mais ampla, tudo isso indica que o Estado favorece algumas forças, alguns interesses, identidades, horizontes espaço-temporais de ação e projetos bem mais do que outros (2009b, p. 10).²²

A noção do Estado proposta pelo sociólogo García Linera no artigo “A construção do Estado” (2010, p. 26)²³ parece apropriada para este estudo que tenta identificar, na análise microsociológica empreendida, repercussões da conjuntura político-econômica nacional e das condições internacionais de governo nacional sob a direção do Partido dos Trabalhadores. Ela reúne os principais pressupostos com os quais abordo o nexo de relações assimétricas entre assentados rurais ‘atingidos por barragem’, funcionários e instituições estatais e grandes corporações privadas que se constituiu em torno da construção (instalação e operação) da Barragem de Estreito. Sua definição de Estado tem quatro dimensões. Em primeiro lugar todo Estado tem uma dimensão material, quer dizer, todo Estado é uma estrutura material e institucional que é o “sistema institucional dos aparelhos do Estado”, como coloca o sociólogo Adriano Codato, ou seja, “o conjunto de instituições públicas e suas ramificações específicas (funcionais, setoriais e espaciais) encarregadas da administração quotidiana dos assuntos de governo” (Codato, 1997, pp. 36-37). Em segundo, todo Estado tem também uma dimensão ideal, ou seja, é crença, imaginação, conjunto de saberes, aprendizados e expectativas – em geral, e no Brasil em particular, as diferentes forças sociais demandam do Estado a solução dos problemas da sociedade. Em terceiro, todo Estado é ainda uma relação social, ou melhor, como define Poulantzas, uma

²² Nessa mesma linha de pensamento, outros autores influenciaram este trabalho. Inicialmente, o artigo de Philip Abrams, sociólogo britânico expoente da sociologia histórica, “Notes on the Difficulty of Studying the State” ([1977] 1988). Refiro-me especialmente à sua distinção analítica entre as formas materiais do Estado e sua imagem pública, com ênfase nesta última. Mais importante, penso ter levado a sério sua observação de que é perfeitamente possível estudar as relações internas e externas de instituições políticas e governamentais, desde que se centre o foco da análise nas realidades da subordinação social. Nessa direção, penso não ter desconhecido a analítica de relações de poder de Foucault, sintetizada no seu artigo “The Subject and Power” (1982) – sua proposição da existência capilar do poder no conjunto da sociedade, para além da dominação de classe burguesa (eis aí sua diferença em relação à teoria marxista do Estado). O artigo de Philip Abrams, o tema da imanência do poder em todas as relações sociais e a biopolítica de Foucault, além do desenvolvimento do conceito de hegemonia por Antonio Gramsci, são as principais influências da produção recente de antropólogos de língua inglesa cujas etnografias dão corpo à “antropologia do Estado”, “subcampo reinventado da antropologia política”, como coloca com precisão Frank Pieke, antropólogo holandês (cf. Pieke, 2012, p. 6). Ver *States of Imagination: Ethnographic Explorations of the Post-colonial State* (HANSEN and STEPPUTAT, 2001); *Anthropology in the Margins of the State* (DAS and POOLE, 2004) e *Anthropology of the State: a Reader* (Sharma and Gupta, 2006). Essa nova etnografia do Estado é também inspiração para este trabalho.

²³ Alvaro García Linera, matemático e sociólogo, é vice-presidente da Bolívia, com Evo Morales. Esse artigo foi publicado na Revista Crítica Marxista, nº 15, novembro de 2010.

condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações – nem instrumento dócil da classe exploradora (como pretende o que se convencionou chamar ‘marxismo vulgar’), nem sujeito racional que paira acima das classes sociais e suas lutas (como suposto na ideia liberal da neutralidade técnica do Estado), mas sim uma arena de lutas entre classes e frações. Finalmente, lembra-nos Garcia Linera, agora com Weber, no que concerne à violência legítima, todo Estado é "um monopólio da força, da legislação, da tributação e do uso de recursos públicos" (2010, p. 26).

No sentido estrito, a proposta aqui não é apresentar um estudo pautado no quadro analítico das classes sociais. Embora a luta de classes seja aí perfeitamente identificável – ela passa pelo controle do território: para preservação de meios e modos de vida conquistados e recriados na *luta*, de um lado, e, de outro, para a exploração privada e lucrativa de um ‘recurso natural’ –, não é em termos classistas que ela foi lida pelas mulheres e homens ‘assentados da Reforma Agrária’ diante da expropriação da posse da terra e da incerteza quanto à suas possibilidades de continuar a viver a vida digna que conquistaram nas terras boas às margens do Tocantins. Como sugerido, o interesse é associar uma análise microsociológica, preocupada com as percepções e motivações para agir ou reagir que essas pessoas tiveram relativamente ao Consórcio Ceste e a instituições e funcionários do Estado nas suas negociações por novas terras e justa reparação, à apreensão mais ampla em escopo dos jogos de poder e das relações de força no seio do Estado que a teoria materialista do Estado de Poulantzas possibilita.

Nesse último nível de análise, estudar a conduta de instituições no sistema estatal em relação a trabalhadores do campo assentados, no contexto da instalação de uma grande barragem controlada por grupos empresariais transnacionais e financiada com recursos de bancos públicos brasileiros, significa verificar se e em que medida as instituições estatais relevantes incorporaram e privilegiaram em suas práticas interesses específicos desses trabalhadores ‘atingidos’ e dos movimentos populares de apoio e assessoria à sua luta para preservar a condição de pequenos agricultores relativamente autônomos – que não sofrem interferência direta de ninguém sobre sua produção. Nos termos de Caio Prado Júnior, (1966, p. 204-205): a condição de “empresários da sua própria produção”.

IV. Contribuição pretendida

Parece haver consenso entre analistas sociais que escrevem no campo da esquerda que, ao chegar à presidência da República, o Partido dos Trabalhadores (PT) abraçou e aprofundou o neoliberalismo no Brasil. Depois de 'arrumar a casa' ou 'acalmar o mercado', iniciou seu segundo mandato presidencial com o discurso do crescimento econômico (BARBOSA e SOUZA, 2010).²⁴ Para materializar esse crescimento, autoridades encarregadas do planejamento econômico nesse governo definiram 'ações estratégicas' que puseram a nu, outra vez, o funcionamento do Estado brasileiro como instrumento de acumulação a serviço do grande capital privado, nacional e internacional (cf. PAULANI, 2008, 2010, pp. 109-134, 2012; LESSA *et al.* 2010, pp. 209-248), ao mesmo tempo que evidenciaram o menosprezo histórico de governantes no país pelas reais demandas da população governada (cf. ALMEIDA, 2011, p.36).

Nos investimentos em obras de grande porte, públicas ou privadas, cerne dessas 'ações estratégicas', esse menosprezo tem recaído especialmente sobre segmentos da população que vive nas áreas que servem de base para as obras, sejam 'áreas de influência direta' (AID), sejam 'áreas de influência indireta' (AII),²⁵ como quer o jargão das empresas de consultoria para a indústria elétrica nacional. Em geral, são minorias sociais e étnico-sociais que permanecem excluídas da participação nos benefícios do progresso econômico – moradores de periferias urbanas e, com maior frequência, posseiros, pequenos proprietários, 'assentados da Reforma Agrária', povos indígenas, quilombolas, seringueiros, pescadores, geraizeiros, faxinalenses e

²⁴ O aprofundamento de práticas de política econômica inspiradas no ideário neoliberal no primeiro ano do primeiro governo Lula é discutido nas avaliações críticas da economia brasileira apresentadas pelos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e Ricardo Carneiro, num pequeno artigo publicado no boletim *Política Econômica em Foco* (set/dez, 2003), publicação do Instituto de Economia da Unicamp que apareceu entre os anos de 2003 e 2006, e Leda Paulani, num artigo publicado na revista *Crítica Marxista* no ano de 2006. Novos balanços políticos da política econômica do Governo Lula (2003-2010) foram apresentados por esses e outros cientistas sociais que destacaram a “dominância ecológica” do neoliberalismo aí (cf. CARNEIRO, 2006; PAULANI, 2007, p. 67-107, 2008, 2010, p. 109-134; BOITO JR., 2003; FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007; GONÇALVES, 2013).

²⁵ Nos Estudos de Impacto Ambiental da UHE Estreito a definição da área de influência do empreendimento considerou, para o meio físico-biótico, aspectos fisiogeográficos do sudoeste maranhense e nordeste tocantinense; para o meio socioeconômico, a divisão administrativo-territorial dessas porções dos dois estados. Para o meio físico-biótico, a Área de Influência Direta incluiu toda área do reservatório da usina hidrelétrica, além de uma faixa de 7 km no seu entorno, contada a partir de suas margens. Para o meio socioeconômico, “o conjunto dos municípios cujo território possui interferência direta (sic) com a UHE Estreito” (CNEC, 2001, p. 34). Do mesmo modo, no que concerne ao meio físico-biótico, a definição da Área de Influência Indireta da usina considerou “a bacia de contribuição intermediária, limitada, a montante, pelo remanso do futuro reservatório e, a jusante, a 5 km ao Norte do eixo proposto” (Ibid., p. 29). Para o meio socioeconômico, considerou todos os municípios cujas terras seriam submersas com o enchimento do reservatório ou que sofreriam intervenções decorrentes das obras de construção da usina, “além daqueles que se constituem em polos de atração da região” (Ibid., p. 30).

outras comunidades tradicionais no meio rural brasileiro que, com o Ministério Público e ambientalistas, foram apresentadas no discurso oficial dos últimos anos como 'entraves ao desenvolvimento do país', como o disse publicamente o ex-presidente Lula ao final do seu primeiro mandato presidencial (cf. MAB, 2009, pp. 179-211; ZHOURI e LACHESFSKI, 2010, p. 15; SEVÁ FILHO, 2010, pp. 114-147; CDDPH, 2011). Nesse contexto, ousei perguntar no meu projeto de pesquisa: o que de fato mudou nas interlocuções entre grupos subalternizados afetados pela construção de grandes barragens e o chamado setor elétrico brasileiro ou o Estado brasileiro, desde os megaprojetos de modernização de engenharia física e social dos governos militares?

Minha decisão de tomar como tema de investigação a relação do Estado brasileiro com trabalhadores assentados pelo órgão executivo de terras federal, e, cerca de nove anos depois, deslocados à força para dar lugar a um grande projeto de infraestrutura energética promovido pelo Estado, teve como ponto de partida empírico um problema prático-político contemporâneo. Após a transferência da função geradora de energia elétrica do Estado para grandes corporações, especialmente transnacionais,²⁶ houve um agravamento do uso da força física (policial) para aniquilar mobilizações políticas organizadas por lideranças e militantes do MAB, designação dos quadros do movimento, ou pelos próprios grupos sociais afetados (cf. Zen, 2007).²⁷

Desde o início da primeira década deste século, o MAB vem denunciando retrocessos nas conquistas sociais alcançadas pela resistência organizada de grupos sociais afetados pela construção de barragens durante negociações com empresas geradoras estatais, conquistas possibilitadas pela abertura democrática e a chamada "Nova República" no país (cf. SIGAUD, 1989; VIANNA, 1996; ROTHMAN, 1993; REIS, 2009). Se, nos últimos anos da década de 70 e durante os anos 80, comissões de atingidos por barragens forçaram a aceitação de sua presença na mesa de negociações com essas empresas públicas nos processos de decisão e implantação

²⁶ Segundo Landi (2010), citado por Paulani (2011, p. 21), dos 53% dos ativos privatizados pelo governo brasileiro na dupla administração Fernando Henrique Cardoso que foram parar em mãos estrangeiras, 31,8% pertenciam a empresas do setor elétrico.

²⁷ Sobre o uso da violência policial contra atingidos, ver também Zen, E. L. Ditadura na barranca dos rios brasileiros: perseguição e criminalização da luta contra as barragens. MAB, Brasília-DF, dez. 2005. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/artigo/ditadura-na-barranca-dos-rios-brasileiros-persegui-e-criminaliza-militantes-da-luta-contra-ba>. Acesso em: out. 2008.
Para uma avaliação do tratamento que as populações atingidas por barragens receberam nos anos iniciais do governo Lula, ver o dossiê: MAB. Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro. FASE, Rio de Janeiro, dez. 2004. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/DitaduracontrapopulacoesatingidasporBarragens.pdf>. Acesso em: out. 2008.

de novos projetos de construção de usinas hidrelétricas, desde fins dos anos 90, excluídos dessa participação, quando passaram a recorrer à ação direta coletiva para ganhar apoio da sociedade e chamar a atenção de autoridades governamentais sobre sucessivas violações de seus direitos, ‘atingidos’ organizados têm encontrado cada vez mais a violência policial ou simplesmente a indiferença burocrática (cf. CPT, 2005; ROTHMAN, 2005, p.1; ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p. 121; VAINER, 2007, p. 129; REIS, 2008, p. 46; DALLA COSTA, 2013).

Além disso, consórcios formados para construir e explorar novas usinas hidrelétricas – seja formados por empresas públicas, privadas ou por parcerias público-privadas – têm recorrido à força legal do Estado para imobilizar preventivamente a militância do movimento social e os advogados defensores dos direitos humanos que atuam em contextos de barragem.²⁸ É o que diz o relatório da Comissão Especial "Atingidos por Barragens", constituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) para analisar denúncias de violações de direitos nesses contextos.²⁹ Ora, olhando as coisas mais de perto, perguntei, o que dizer sobre a dinâmica das relações do Estado com ‘assentados da Reforma Agrária’, economicamente marginais e politicamente excluídos, diante de um processo de negociações com um consórcio formado por grandes grupos industriais de capital internacional ou nacional produtivo-financeirizado (GONÇALVES JR., 2007), como o é o Grupo Camargo Corrêa? Esse é um dos mais proeminentes grupos empresariais no processo de reorganização do capitalismo brasileiro, incentivado nas administrações do ex-presidente Lula com políticas favoráveis ao fortalecimento do capital nacional. Nesse processo, recursos disponibilizados pelo BNDES e por fundos de pensão foram utilizados para viabilizar fusões de grandes empresas e centralização de capitais, com o objetivo de formar 'campeões nacionais' e a justificativa de que era necessário tornar empresas brasileiras mais competitivas no mercado global (cf. OLIVEIRA, 2010; POCHMANN, 2010).³⁰

²⁸ Sobre processos movidos contra advogados do MAB e manobras para ocupar ativistas do movimento social com sua própria defesa e, assim, afastá-las do trabalho de organização e mobilização de populações afetadas, ver a discussão sobre a criminalização de movimentos sociais em Hernandez, 2006, p. 107 – 112 e Zen, 2007.

²⁹ Brasil. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial "Atingidos por Barragens". Ministério da Justiça, Brasília-DF, abr. 2011. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>. Acesso em: abr. 2011.

³⁰ Ver IHU: Classe trabalhadora perde força com a centralização de capitais. Como disse Francisco de Oliveira, a reorganização do capitalismo brasileiro gera centralização de capitais e só beneficia grandes grupos econômicos. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, ano X, n. 322, mar. 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3078&secao=322. Acesso em: jun. 2010. No Brasil, somente em 2007, 333 processos de fusão e aquisição com o objetivo de aumentar o poder de mercado de empresas, corporações e grupos empresariais foram desencadeados, contra 140 nos dez anos anteriores (cf. PAULANI, 2011, p. 24).

Afora esses esforços do governo federal para transnacionalizar grupos econômicos de origem nacional que já operavam no estrangeiro, e para além do uso da força física e da Lei para reprimir mobilizações de atingidos e militantes, outros aspectos da conjuntura sociopolítica e econômica nacional dos anos 2000 devem ser considerados. Ela é marcada pelo aumento crescente da autonomia do capital, iniciada no Governo Collor de Mello, aprofundada no Governo Cardoso e mantida no de Lula (cf. PAULANI e PATO, 2008, p. 73-103);³¹ pela redução progressiva da amplitude dos processos de interação e comunicação entre governo e cidadãos, por meio dos quais diferentes atores da sociedade civil participam de tomadas de decisão públicas (cf. DAGNINO, 2004; COUTINHO, 2006, pp. 123-163, MARTUSCELLI, 2014)³² e pela neutralização de movimentos sociais e organizações da sociedade civil (cf. OLIVEIRA, 2010; Ricci, 2013). No plano internacional, por outro lado, no início dos anos 2000, grandes corporações transnacionais que integram a chamada ‘indústria barrageira’ (Quadro II) deslanchavam campanhas agressivas em nível global para instituir formas de autorregulação em prejuízo de disposições legais nacionais (cf. HIDROPOWER SUSTAINABILITY ASSESSMENT PROTOCOL, 2010, IRN, 2010).

QUADRO II

³¹ A referência aqui é à abertura financeira da economia nacional. Com foco na dimensão financeira da inserção externa da economia, no artigo “Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século” (2008), originalmente publicado no livro *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula* (2005), a economista Leda Maria Paulani e o cientista político Christy G. G. Pato examinam a forma de integração financeira do Brasil no sistema financeiro global e apontam os efeitos deletérios da desregulamentação financeira – continuada no governo Lula – sobre a economia nacional e a sua capacidade de gerar crescimento e bem-estar social de modo a produzir uma sociedade menos fraturada que a nossa. A partir dos anos 80, sugerem os autores, economias de países chamados emergentes como o Brasil passaram de importadoras a exportadoras líquidas de capital. Com a mudança estrutural na economia mundial e a abertura financeira da economia nacional, países como o Brasil transformaram-se em “plataformas de valorização financeira”. No caso brasileiro, eles observam, já não é correto falar em “dependência”, ou “dependência desejada”, que, na classificação do economista Paul Singer (1998), caracterizaria a situação do Brasil de 1973 até o ‘presente’ do artigo (2005), pois a dependência é sempre acompanhada de algum crescimento econômico. Nas suas palavras,

para compreender bem hoje a relação que nos prende ao centro do sistema é preciso compreender não o consentimento à dominação – algo muito mais próximo do conteúdo da relação de dependência tal como ela havia sido até agora diagnosticada –, mas como obstinada vontade de produzi-la, algo só apreensível pelo conceito de servidão financeira” (Paulani, 2008, p. 92, grifo meu).

³² Acompanho aqui a proposta do antropólogo José Sérgio Leite Lopes e outros (2004) de considerar o envolvimento público como um “processo de comunicação social no qual “vários atores participam das tomadas de decisão, em graus variados de intensidade, juntamente com as autoridades públicas” (2004, p. 257).

A expressão “indústria barrageira” (dam industry) foi criada pelo antropólogo Patrick McCully, ativista na International Rivers Network (IRN), organização não governamental norte-americana que promove a resistência a projetos de barragem e apoia populações atingidas. Numa entrevista concedida à socióloga Renata S. Nóbrega por ocasião da elaboração de sua dissertação de mestrado, o Professor Oswaldo Sevá (falecido em fevereiro de 2015), engenheiro mecânico e geógrafo, docente na Faculdade de Engenharia Mecânica e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp dedicado à investigação de processos sociopolíticos e ambientais relativos à construção de barragens, comentou:

Essa expressão é ainda pouco utilizada no Brasil, embora muitos engenheiros das empresas de eletricidade, de construção civil e de equipamentos eletromecânicos se considerem como ‘barrageiros’, expressão também usada por técnicos e peões dos canteiros de obras de hidrelétricas. Mas a identificação de conglomerados de grupos capitalistas de setores conexos e interdependentes, pivotados pelo capital financeiro elétrico, é ainda uma noção incipiente, exceto na língua inglesa, com a expressão ‘dam industry’ usada por pesquisadores e no discurso ativista dos atingidos e dos ambientalistas (cf. NÓBREGA, 2008, p. 19).³³

O objetivo de fundo desta tese é justamente oferecer uma pequena contribuição – uma análise de uma situação social concreta em que o transnacional “toca o chão” – para o *corpus* formado por intervenções várias (conferências, entrevistas, artigos) e estudos de conjuntura de longo fôlego elaborados por cientistas sociais que trabalham sob a inspiração de Marx e do seu legado, debruçando-se sobre as mudanças econômicas, políticas e socioculturais na história brasileira recente e avaliando as possibilidades e os obstáculos colocados à efetivação de processos de democratização no país na era Lula (cf. BOITO JR., 2012; COUTINHO, 2006, 2008; WERNECK VIANNA, 2006; 2011; OLIVEIRA e RIZEK, 2007; PAULANI, 2008; OLIVEIRA, BRAGA e RIZEK, 2010; LESSA *et al.* 2010, pp. 209-248; SADER e GARCIA, 2010).

³³ Um exemplo crítico do significado dessa indústria barrageira, que reúne diferentes interesses do grande capital industrial e financeiro internacional, é apresentado pelo cientista político Timothy Mitchell no seu comentário sobre a construção da monumental Barragem de Aswan, no rio Nilo, Egito, iniciada em 1960 e concluída em 1976. Segundo o autor, embora sempre tivesse havido egípcios interessados na construção da barragem – conhecer, dominar e manejar a natureza e o meio social no entorno do projeto demonstraria para o povo egípcio e para o mundo a força do Estado pós-colonial egípcio enquanto potência tecnoeconômica, lembra-o esse autor –, sua concretização deveu-se sobretudo à articulação de firmas de engenharia alemãs com interesses dos governos inglês e francês nos anos 50, um momento histórico em que a situação econômica na Europa era de recessão e a possibilidade de levar a cabo um projeto de tamanha envergadura nesse continente era remota. Posteriormente, o Banco Mundial e bancos privados norte-americanos se envolveram na construção da barragem. A ideia por trás do megaempreendimento, que começou a ser discutido no ano de 1954, era captar de volta para governos e bancos privados europeus, por meio de contratos de empréstimo, a receita que o Estado egípcio passaria a obter com a iminente nacionalização do Canal do Suez, anunciada pelo governo Nasser e concretizada em 1956, quando o canal de fato passou das mãos de investidores europeus para aquele Estado nacional egípcio (Mitchell, 2002, p. 21). Ver também Schouten, P. (2013) ‘Theory Talk #59: Timothy Mitchell on Infra-Theory, the State Effect, and the Technopolitics of Oil’, Theory Talks. Disponível em: <http://www.theory-talks.org/2013/10/theory-talk-59.html>. Acesso em: 25 mar. 2013.

O que me autoriza a sugerir que ela pode contribuir para esse *corpus* é que, para além de relacionar a trama de relações sociais estudada com a configuração do processo de ampliação da acumulação capitalista no Brasil, apresento uma visão mais nuançada e complexa, porquanto apoiada numa pesquisa qualitativa com observação direta e participante, do Estado em ato numa situação de barragem e da ação de pessoas e grupos de assentados rurais diante da expulsão da terra conquistada, no sentido de assegurarem a reprodução da sua condição de pequenos produtores familiares, ou melhor, agora nos seus termos, no sentido de assegurarem para si *uma vida de fartura e sem humilhação no trabalho*.

O anseio por respeito e a denúncia da humilhação foram pontos centrais na articulação das avaliações de pessoas no PA Formosa durante todo o processo de negociações como o Consórcio Ceste. Aí, como entre brasileiros pobres que moram nas cidades, uma vida que vale a pena ser vivida é antes de tudo uma vida sem humilhação, como observou Dominique Vidal no seu artigo "A Linguagem do Respeito. A Experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Democracias Modernas" (2003). Segundo o sociólogo, o anseio por respeito verificado no discurso social e político do cidadão brasileiro pobre, por contraste, ofereceria elementos para sustentar empiricamente a necessidade daquilo que o filósofo israelense Avishai Margalit (1999) chamou de "sociedade decente", uma sociedade cujas instituições não humilham seus membros. No seu artigo, Vidal afirma que para essas pessoas o reconhecimento da dignidade humana, a não-humilhação ou, nos seus termos, "o sentimento de pertencer à humanidade" (op. cit., p. 267) é muito mais importante e desejado que a redução da desigualdade social. Voltarei a esse tema mais adiante neste trabalho.

Embora tente seguir de perto as falas dos meus interlocutores no campo, este trabalho não é uma etnografia no sentido que Geertz ou, antes dele, Malinowski dá ao termo – do etnógrafo à procura do "ponto de vista nativo".³⁴ Mantenho a preocupação com o particular, com o vivido, com o destino de homens concretos, como insiste Sartre ao aproximar-se do marxismo no seu livro "Questões de Método" (2002), mas as questões colocadas na pesquisa cujos resultados articulo aqui não foram formuladas a partir de minha experiência de interação com os assentados no PA Formosa. Elas foram demarcadas *a priori*, ainda que não sejam alheias às preocupações, temores, desejos, aspirações e frustrações dessas pessoas. Sem dúvida, são

³⁴ Lembro a famosa citação de Malinowski (1961, p. 25, grifo no original): o objetivo último do etnógrafo é "to grasp the native's point of view, his relation to life, to realize *his* vision of *his* world."

suas experiências concretas na interação com agências e agentes estatais a inspiração última desta tese.³⁵ Penso que é importante e oportuno, entretanto, trazer a preocupação sobre a relação do Estado com a sociedade de volta para o centro das investigações contemporâneas, como insiste a socióloga Diane E. Davis (2007, p. 160), referindo-se à América Latina, ao considerar o redimensionamento ou as transformações dos Estados nacionais na região como resultado de seus processos de neoliberalização (PECK and TICKELL, 2002).³⁶

Assim, à luz de estudos sobre a evolução da conjuntura econômica e sociopolítica nacional nos dois mandatos presidenciais de Lula, busco analisar relações sociais objetivadas em espaços de autoridade política e econômica para além do local – em especial o nacional – que incidiram sobre o comportamento dos diferentes atores e agentes sociais que participaram do processo de negociações focado na pesquisa (cf. GUPTA, 1995, p. 213). Entendo que a caracterização do contexto político-econômico mais amplo em que ocorreram essas negociações pode ajudar a esclarecer formas de agência que moveram o Estado na ‘situação de barragem’ analisada, situação social na qual se combinaram interesses estratégicos do governo federal e de grandes grupos empresariais e se antagonizaram objetivos de sujeitos sociopolíticos e econômicos muito desiguais.³⁷

³⁵ Nesse sentido, não parece equivocado dizer que a etnografia aqui é um método (cf. PEIRANO, M. Etnografia ou a teoria vivida. In: "VI Graduação em Campo", do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo, 2007, São Paulo. Disponível em: <http://n-a-u.org/pontourbe02/Peirano.html#1>. Acesso em: 16 mar. 2010. Mas ver como essa antropóloga desenvolve sua reflexão sobre a etnografia como método no artigo “Etnografia não é método” (2014, p. 377-391), publicado na Revista Horizontes Antropológicos, ano 20, nº 42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

³⁶ Para os geógrafos Jamie Peck e Adam Tickell, do mesmo modo que a globalização, a neoliberalização deve ser entendida como um processo, não uma condição final. Segundo esses autores, processos de neoliberalização de Estados refletem o projeto político e ideológico do neoliberalismo, mais geral e abstrato, mas esse projeto é sempre objetivado conforme as realidades materiais e políticas que encontra em cada sociedade ao deixar o mundo estrito das ideias. O neoliberalismo não é uma estrutura hermeticamente fechada, lembram-nos os geógrafos; ao contrário, evolui à medida que se confronta com resistências e contestações, mostrando grande capacidade de transformação e adaptação (ibid., p. 401; cf. Peck, Theodore e Brenner, 2010).

³⁷ Para a implementação da UHE Estreito, o Consórcio Ceste obteve financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dos cerca de 3,6 bilhões de reais previstos para a instalação da usina, 2,6 bilhões de fundos do banco público foram canalizados para as empresas que integram o consórcio Ceste, assim distribuídos: à Renova Energia Renovável (Grupo GDF Suez), líder do consórcio, coube R\$ 1,049 bilhão, sendo R\$ 524,5 milhões na forma direta e R\$ 524,5 milhões repassados pelo Unibanco, Itaú-BBA, Bradesco e Banco Votorantim. Para a Vale foram desembolsados R\$ 808,3 milhões. Para a Alcoa Alumínio S.A., R\$ 687,3 milhões e para a Camargo Corrêa Energia S.A., outros R\$ 116,2 milhões. Um montante adicional de R\$ 593 milhões foi previsto para investimentos socioambientais relacionados à implantação da usina (cf. BNDES libera 2,6 bilhões para a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. **Valor on-line**, dez. 2007. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/arquivo/566597/bndes-libera-r-26-bilhoes-para-construcao-de-usina-hidreletrica-de-estreito#ixzz1xJz83Qxy>>. Acesso em: 27 mar 2009. O relatório final do Estudo de Viabilidade da UHE Estreito previra que aproximadamente 2,35 bilhões de reais

Por certo, uma vez que são definidas, as políticas estatais ou governamentais não podem mais do que apontar tendências de conduta de instituições e funcionários do Estado perante as demandas de grupos na sociedade afetados por essas políticas. Há mediações sociais e simbólicas aí. Conhecer ou entrever os embates entre as forças políticas no interior do Estado que resultam na formulação e adoção de medidas de política governamental desenvolvimentista, neo- ou social-desenvolvimentista ou ainda apenas de crescimento econômico diz pouco sobre a implementação dos seus desdobramentos – programas, projetos, linhas de financiamento, diretivas estatais ou do governo federal etc. Nada aí nos autoriza a presumir que ela será automática, mecânica (cf. HEYMAN, 2007, p.159; Sallum Jr., 2008, p.165). O trabalho de campo etnográfico permite identificar exatamente isto: mediações entre os resultados perseguidos nos planos ou desígnios de governantes e o que de fato é obtido ‘no terreno’.³⁸

Meu ponto de partida são eventos sociais formais – reuniões, protestos, assembleias – que descrevo e analiso, conjugando à observação direta narrativas de pessoas no assentamento sobre suas experiências de ‘encontro’ com agentes do Estado: seus dramas, reclamações, pedidos de ajuda, de conselho ou consolo. Como diz Sally Falk Moore, antropóloga norte-americana, eventos, reações e comentários locais sobre eventos, sejam diretamente observados ou narrados à antropóloga, têm esta particularidade: não sendo gerados nem suscitados por suas investigações, guardam uma espécie de pureza enquanto informação local espontânea. Além disso, quando eventos reúnem muitas pessoas, em geral constituem uma encruzilhada na qual interesses sociais em tensão e diferentes visões de mundo se encontram e saem à luz (MOORE, 1994, p. 365).

seriam gastos para a implementação da usina. Em janeiro de 2010, Franklin Lee Feder, então presidente da Alcoa para a América Latina e o Caribe, declarou publicamente que o investimento na construção da usina foi de 4 bilhões de reais (cf. Presidente da Alcoa comemora 70% de autossuficiência em visita de Lula à Estreito. **Revista Fator Brasil**, já. 2011. Disponível em: http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=139179. Acesso em: 23 de mar. 2011). Em outubro de 2012, por ocasião da inauguração da usina pela então presidente Dilma Rousseff, foi anunciado na página da Engie (GDF Suez S.A.) que o investimento total no empreendimento foi de 5 bilhões de reais, valor atualizado em 2012 (cf. Presidenta Dilma Rousseff inaugura Uhe Estreito. **Engie**, out. 2012. Disponível em: <http://www.engieenergia.com.br/wps/portal/internet/imprensa/press-release/conteudos/presidenta-dilma-rousseff>. Acesso em: 10 de dez. 2013).

³⁸ Isso vale inclusive para os resultados objetivados no Plano Básico Ambiental (PBA) para a implantação da UHE Estreito. Esse documento técnico traz a orientação e a especificação de todas as ações para a minimização dos impactos negativos e a maximização dos positivos identificados quando da elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de obras de grande envergadura, as chamadas “obras de infraestrutura”. Ele deve ser apresentado pelos controladores dessas obras ao órgão responsável pelo licenciamento ambiental a fim de que sejam avaliadas as condições para a emissão da Licença Ambiental de Instalação (LI) do empreendimento.

É o que mostra a antropóloga Suzana Sawyer, norte-americana, em *Crude Chronicles: Indigenous Politics, Multinational Oil and Neoliberalism in Ecuador* (2004), inspiração inicial da pesquisa que sustenta este trabalho. Nesse livro, a antropóloga descreve e analisa reuniões de negociação entre ativistas indígenas da região de Pastaza, na Amazônia equatoriana, ela própria, na condição de assessora de uma das organizações indígenas locais, altas autoridades governamentais e representantes de uma empresa subsidiária da Chevron³⁹ que explora petróleo em terras indígenas naquela região e encontra a resistência da organização indígena a suas atividades extrativas. A narrativa de Sawyer desse nexos ‘movimento indígena–política nacional–capitalismo global’ no início do século XXI não só vira pelo avesso as concepções do mundo e os interesses em tensão nas situações sociais que descreve e analisa, mas também revela a evolução dessas visões de mundo, dos antagonismos, das alianças e dos compromissos que resultam desses ‘encontros’ de ativistas indígenas com o Estado equatoriano à medida que esse Estado – encarnado por alguns de seus ministros e tecnocratas – aplicava o receituário neoliberal registrado no ‘Consenso de Washington’.⁴⁰

V. Procedimentos e fontes da pesquisa

Os principais cenários do meu trabalho de campo foram o PA Formosa e o Reassentamento Rural Coletivo Maju (doravante, RRC Maju), destino das famílias retiradas do PA Formosa. Mas como já sugerido a trama relacional – “campo” da pesquisa – não teve um suporte geográfico exclusivo. Suas fronteiras foram redefinidas de acordo com o nível de organização e a capacidade da Associação Padre Josimo, entidade local de representação dos interesses dos assentados, e principalmente do MAB e da CPT exercerem com sucesso pressão ou influência sobre diferentes instituições do sistema estatal. Nesse sentido, observei o preceito metodológico de “seguir as pessoas” (MARCUS, 1995): marchei, bloqueei estradas e acompanhei meus

³⁹ Baseada nos Estados Unidos, a Chevron é uma das maiores empresas de energia em nível mundial que atua principalmente na indústria do petróleo.

⁴⁰ A expressão é do economista inglês John Williamson, crítico do pensamento e experiências desenvolvimentistas na América Latina a partir dos anos de 1950. “Consenso de Washington” é a denominação informal do texto-síntese do seminário realizado na capital norte-americana em novembro de 1989 que envolveu instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O objetivo do evento foi avaliar as reformas econômicas implementadas em países latino-americanos desde o início do estabelecimento do neoliberalismo em países da região em meados dos anos de 1970. O texto contém prescrições de política econômica de inspiração neoliberal, a liberalização e a desregulamentação, principalmente (NOGUEIRA BATISTA, 1994).

interlocutores no campo desde uma audiência pública que discutiu violações dos direitos de atingidos pela Barragem de Estreito, realizada no Congresso Nacional em Brasília em abril de 2010, até uma reunião do Comitê de Cogestão de Estreito (MA), Aguiarnópolis, Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins (To), em dezembro de 2012.⁴¹

Em períodos de duas a oito semanas de trabalho de campo nos anos de 2008, 2010, 2011 e 2012,⁴² documentei em áudio e/ou anotações uma série de eventos. Em fins de janeiro de 2010, uma reunião das famílias que perderiam suas parcelas no PA Formosa com o Diretor de Obtenção de Terras e Implementação de Projetos de Assentamento do Incra e o procurador-chefe da República no Estado do Tocantins, realizada no próprio assentamento. Em setembro do mesmo ano, a marcha “Terra, Água e Direitos”, de cerca de 120 km entre os municípios de Araguaína e Estreito. Na peregrinação, a coordenação estadual do MAB, a CPT, o MST e lideranças de entidades locais representativas dos interesses das diferentes categorias sociais afetadas pela instalação da UHE Estreito pretenderam romper a indiferença do centro político-administrativo do governo federal diante das violações de seus direitos e da indignidade das condições de negociação estabelecidas pelo Consórcio Ceste. Imediatamente após a marcha, participei de duas reuniões em Brasília, uma na sede do Incra, outra na do Ibama. Em setembro de 2011, participei de audiências de conciliação realizadas na Justiça Federal em Araguaína. As audiências ocorreram no contexto de uma ação de desapropriação ajuizada em agosto de 2010 pela Alcoa S.A. e demais empresas reunidas no Consórcio Ceste contra as famílias obrigadas a deixar o PA Formosa. Com o Incra incluído no pólo passivo, a ação pedia que essas famílias deixassem o assentamento antes que o consórcio concluísse as obras de construção do novo assentamento que iria abrigá-las! Seu objetivo era realizar a ‘limpeza do terreno’ – o desflorestamento e demolição de edificações na área que seria submersa com a formação do reservatório da usina. Ainda em setembro de 2011, participei da reunião do Comitê de Cogestão da usina acima referido, realizada no município de Estreito. Finalmente, em novembro de 2012, documentei reuniões de funcionários do Consórcio Ceste com as famílias já assentadas no RRC Maju.

⁴¹ Doze Comitês de Cogestão Municipais foram criados por determinação do Ibama como condicionante da Licença de Instalação da UHE Estreito, com a atribuição de mediar o diálogo relativo a reparações entre atingidos pela construção e/ou operação da usina e o Consórcio Ceste (cf. Capítulo 4).

⁴² Ver no Anexo II a "Linha do tempo da UHE Estreito", com as devidas marcações dos períodos de realização da pesquisa de campo.

No convívio com as famílias no PA Formosa e no RRC Maju ou PA Alto Bonito,⁴³ registrei conversas informais ocorridas no âmbito de encontros cotidianos de parentes e vizinhos. Nessas interações de todo dia, em geral, as pessoas articulavam avaliações sobre reuniões, assembleias e manifestações das quais participavam; sobre a conduta dos diferentes agentes sociais neles presentes e sobre as possibilidades e limites impostos à sua ação no sentido de alterarem para melhor a situação em que se encontravam.

Além disso, antes e depois do deslocamento forçado dessas famílias, documentei eventos formais nos quais elas reivindicavam de instituições e funcionários do Estado a proteção do que entendiam por seus direitos – o direito à terra e moradia já uma vez conquistadas, às políticas de apoio à produção (créditos e assistência técnica) e à justa reparação dos seus prejuízos. Nesse processo, busquei respostas para a pergunta: diante da aproximação da expropriação da posse da terra e das dificuldades para assegurar seus padrões de vida em outra localidade, como essas pessoas experimentaram a expectativa e a concretização do deslocamento compulsório e do seu descentramento em relação à atenção do Estado? Mais exatamente, do seu descentramento relativamente à responsabilidade que o Estado assume – de direito e no entendimento e expectativa geral de ‘beneficiários da reforma agrária’ – de viabilizar assentamentos implementados pelo órgão máximo para a execução das suas políticas agrária e fundiária (cf. LEITE *et al.*, 2004, p. 65).

Além do Incra, gestor oficial do assentamento, e do Ibama, órgão licenciador do projeto de construção da usina hidrelétrica, as mais importantes agências governamentais direta ou indiretamente envolvidas na trama de relações sociais que gravitaram em torno das referidas negociações foram a Secretaria Geral e a Casa Civil da Presidência da República, *loci* das relações da alta cúpula do governo federal com organizações da “sociedade civil” e do acompanhamento da execução das obras de grande porte do PAC,⁴⁴ respectivamente. Intérprete atento das demandas e lutas sociais de populações atingidas por grandes obras que têm o Estado como principal indutor/financiador, o Ministério Público Federal (MPF) também teve papel ativo

⁴³ Logo da sua remoção para o Reassentamento Rural Coletivo Maju, as famílias ali reassentadas expressaram seu desejo de que ‘PA Alto Bonito’ fosse a designação oficial desse projeto de reassentamento, caso o Incra viesse de fato a incorporá-lo no conjunto dos seus ‘projetos de assentamento da Reforma Agrária’.

⁴⁴ Programa de Aceleração do Crescimento, conjunto de investimentos em obras de grande porte lançado em janeiro de 2007, nos primeiros dias do segundo governo do ex-presidente Lula (2007-2010).

nessa trama.⁴⁵ A Justiça Federal, por sua vez, tem acolhido conflitos sociais entre grandes grupos empresariais concessionários de serviços de infraestrutura de energia elétrica e populações atingidas pelas obras implicadas na prestação desses serviços, o que ocorreu no caso da instalação da UHE Estreito. Como vêm afirmando movimentos sociais no campo na última década, a judicialização de conflitos sociais em torno da implantação de novos projetos de aproveitamento hidrelétrico é coetânea da privatização do setor de geração da nossa indústria elétrica.

A CPT e o MAB-To foram atores críticos nessa trama relacional. Como dito mais acima, a CPT foi mediadora tradicional das relações entre as famílias no PA Formosa e o Estado desde o início da luta de boa parte dessas famílias pela criação oficial do projeto de assentamento, entre os anos de 2000 e 2001. A Coordenação do MAB no Estado do Tocantins, por sua vez, mobilizou e promoveu as principais manifestações políticas da população afetada pela hidrelétrica, com o apoio das regionais da CPT e do MST no estado. Desde que o Ibama emitiu a licença ambiental para a implantação do projeto, em dezembro de 2006, a principal reivindicação do MAB foi a criação de um fórum de discussão para ampliar a participação de representantes dos 'atingidos' pela obra nas decisões relativas às ações sob programas de compensação e 'mitigação' dos seus efeitos sociais e ambientais.

Quanto às demais fontes da pesquisa, trabalhei em três frentes. Em primeiro lugar, examinei documentos gerados no âmbito de instituições que participaram no processo administrativo de licenciamento ambiental da usina e/ou no das negociações entre as famílias assentadas e deslocadas do PA Formosa e o Consórcio Ceste. Lancei mão da análise de documentos oficiais como recurso de observação indireta da evolução das interações entre instituições relevantes no sistema estatal – Aneel, Advocacia Geral da União (AGU), Ibama, Incra e MPF – e dessas três últimas instituições com o consórcio, o MAB, a CPT e a Associação Padre Josimo. O

⁴⁵ É missão constitucional do Ministério Público tutelar interesses socioambientais relacionados a grandes obras de infraestrutura, como dispõem o artigo 127, que incumbe à instituição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e o artigo 129. Essa missão deve ser compreendida contra o pano de fundo do artigo 225, também da CF 1988, cujo caput estabelece:

Todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

O art. 129, III, especificamente, estabelece que o Ministério Público tem a função institucional de promover o inquérito civil e a ação civil pública a fim de proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, e bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Amparado nesse preceito constitucional, o Ministério Público Federal no Estado do Tocantins instaurou o Inquérito Civil Público Nº 1.36.000.000554/2001-98 cujo objeto foi a fiscalização de todo o processo administrativo de licenciamento ambiental da UHE Estreito conduzido pelo Ibama.

levantamento documental foi realizado nos arquivos da sede da Procuradoria Geral da República em Palmas e do escritório da CPT em Araguaína. Como diz Michael Herzfeld (2008, p. 88), antropólogo britânico radicado nos Estados Unidos, a possibilidade de captar as ações e os discursos de agentes estatais em ato é geralmente limitada. Nem sempre é do interesse daqueles que ocupam postos decisórios, ou mesmo escalões intermediários do aparelho de Estado, acrescento, que sua agência seja discernível.

Em segundo, consultei artigos em jornais de circulação regional e nacional e de revistas e boletins eletrônicos de entidades especializadas no setor elétrico brasileiro ou de representação de interesses de grupos industriais e financeiros investidores no setor. A análise crítica dessas fontes produzidas no âmbito do que, nos termos de Gramsci, constituem “aparelhos privados de hegemonia” permitiu conhecer algumas de suas estratégias para, por assim dizer, fazer pender para seu lado o curso do Estado. Finalmente, consultei trabalhos acadêmicos na literatura sobre efeitos sociais, para populações camponesas e minorias étnicas, de intervenções do Estado visando à implementação de grandes projetos de barragem, em particular no período 2003-2010.

VI. Estrutura da tese

A tese está dividida em quatro capítulos e a conclusão, além desta introdução. No primeiro capítulo, **‘Sobre os trabalhos de campo’**, apresento as condições de realização da pesquisa de campo. Destaco a dificuldade de realizar a pesquisa entre pessoas cuja dignidade estava sendo afrontada por interesses privados e pelo Estado e explico como consegui construir relações de confiança com a maioria das trabalhadoras e trabalhadores assentados, antes ou depois da sua mudança para o RRC Maju. Uma reflexão resumida sobre as implicações éticas de um estudo do funcionamento do sistema estatal por meio da observação participante conclui o capítulo.

Tomei uma fala das pessoas no PA Formosa como título do segundo capítulo – **‘Ah, mais o meu sonho é a terra!’**. O relato de uma volta de barco pelo lago artificial da UHE Estreito em outubro de 2011, ou melhor, pelo que restou aí – um ‘paliteiro’,⁴⁶ cemitério de *fruteiras* semiafogadas – introduz esse capítulo. Acompanhei dois irmãos cujos lotes de terra e casas já tinham sido quase totalmente engolidos pelas águas represadas do rio Tocantins. Para eles, e

⁴⁶ A expressão “paliteiro” designa a cobertura vegetal arbórea, já desfolhada, quase ou já morta, e não suprimida antes do enchimento do reservatório de uma usina hidrelétrica.

para muitos no grupo que participou dessa visita ao PA Formosa, um ano depois de sua mudança para o novo assentamento, foi a primeira experiência do apagamento de outros testemunhos da sua história recente que não suas próprias memórias. Reconstruindo a trajetória social desse assentamento, procurei identificar, para além da potência do desejo dessas pessoas de um pedaço de terra para viver, as condições que contribuíram para que as mulheres e homens que experimentariam o deslocamento forçado resistissem às tentativas do Consórcio Ceste no sentido de fazer da "carta de crédito" a única modalidade de reparação negociável.

A elaboração desse capítulo se apoia em fragmentos de memórias pessoais provocadas por situações de “entre/vista”, como diz Alessandro Portelli (2010, p. 20). Nessas situações, diz o historiador oral, o pesquisador provoca recordações e relatos – interpretações dos seus interlocutores. Nelas, o narrador observa o pesquisador, pergunta-se o que ele é e o que quer a fim de modelar seu discurso a partir dessas percepções. Nesse sentido, interpretando minha pesquisa como uma avaliação do modo como estavam sendo tratadas pelo Consórcio Ceste e as instituições estatais intervenientes nas suas negociações por reparação, as pessoas ressaltavam nos seus discursos aquilo que elas valorizam e aquilo que lhes parecia ameaçar sua capacidade de obter ou manter os bens que constituem a fonte do devido reconhecimento de seu valor moral e do seu autorrespeito. Com isso em mente, retomo a trajetória do PA Formosa, começando pelas famílias que conquistaram as terras na origem do projeto de assentamento, os chamados “primeiros” – da ocupação da Fazenda Porto Alegre, de que trata a breve reconstrução que abre esta Introdução, até o enfrentamento com a Valec Engenharia, nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, sempre acompanhados da Pastoral Católica. Isso compreende as condições de vida das famílias até a *chegada da barragem* e sua construção de um território social baseado em relações de parentesco, amizade, afinidade e vizinhança. Além disso, seguindo deixas identificadas nos relatos sobre seus feitos e fatos, tento captar a natureza das suas relações com o Incra, com a cidade, a *Ribeira*, e o poder público local nesse período. A literatura sobre assentamentos rurais no país constitui o cenário contra o qual desenvolvi a argumentação nesse capítulo, incluindo, entre outros trabalhos, Medeiros et al., 1994, Schmidt, Marinho e Rosa, 1998; Martins et al., 2003 e Leite et al., 2004 e MDA/Nead, 2005.

O terceiro e o quarto capítulos são baseados no trabalho de campo etnográfico. São os principais da tese. Eles contribuem diretamente para a compreensão dos tipos de relações que se desenvolveram na trama que envolveu assentados rurais/MAB/CPT, governo federal e grandes corporações. No terceiro capítulo, *‘Tucunaré ou Piaba?’*, centro o foco nas percepções

ou avaliações das pessoas sobre a participação do Incra e do Ministério Público Federal nas suas negociações com o Consórcio Ceste e, de modo geral, nas suas avaliações sobre o modo como os atores sociais mais empenhados na construção da Barragem de Estreito procederam em relação aos *atingidos*.

Nas seções iniciais do capítulo, descrevo e analiso duas reuniões realizadas no assentamento nos últimos dias de janeiro de 2010. Na primeira, o coordenador regional do MAB no Tocantins e o representante da CPT pretenderam “preparar os assentados” para a reunião do dia seguinte, com o Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra e o procurador-chefe da República no Tocantins. Movido pela necessidade de identificar os lotes de terra que seriam inviabilizados com o enchimento do reservatório da barragem, àquela altura, o Consórcio Ceste pressionava o Incra a autorizar a entrada de técnicos agrimensores no assentamento e garantir que eles pudessem executar a demarcação da linha d’água do reservatório sem que os assentados obstruíssem esse trabalho. A ida do alto funcionário do Incra ao assentamento, entretanto, teve como objetivo não declarado identificar dissidências entre as famílias que seriam deslocadas relativamente à sua decisão coletiva, e muitas vezes manifestada, de só aceitar a compensação de terra com terra.

Introduzo a terceira seção do capítulo com um diálogo breve que tive com um assentado antes da reunião com o diretor do Incra. Seu Paulo Augusto, chefe de uma família de *primeiros*, expressou aí todo seu ceticismo quanto à possibilidade de o Ministério Público Federal cobrar ou fazer cobrar do Consórcio Ceste o cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo Ibama quando da emissão da Licença Ambiental de Instalação da UHE Estreito. Sigo essa pista para explorar tanto a evolução das percepções das pessoas no assentamento sobre a participação do MPF em diferentes momentos de suas negociações com o consórcio quanto o alcance das iniciativas dessa instituição na defesa dos direitos coletivos de ‘atingidos’ pela barragem, principalmente ‘os assentados do PA Formosa’.

Ainda nesse capítulo, descrevo relações forjadas com os dirigentes por agentes externos, presentes ou não na sua reunião com o Diretor do Incra, mas detentores de informação privilegiada sobre o processo de reorganização socioespacial no norte tocaninense – uma consequência da construção da Barragem de Estreito e da Ferrovia Norte-Sul, principalmente –, e com capacidade efetiva de influenciar o curso das suas negociações por reparação. Finalmente, procuro compreender os tipos de relações que se desenvolveram entre os assentados e os

dirigentes da associação local de representação dos seus interesses, a Associação Padre Josimo e entre os dirigentes, o MAB e a CPT no Tocantins.

No quarto capítulo, *“O Ceste é um trator! Só faz o que quer!”*, descrevo e analiso uma reunião entre a alta cúpula do Incra, lideranças do MAB em nível nacional, o coordenador do movimento social no Tocantins e uma comitiva de trabalhadores ‘atingidos’ pela Barragem de Estreito. Falas de pessoas nessa reunião dão pistas pelas quais procuro prospectar a configuração das relações entre a Casa Civil da Presidência da República, importante “centro de poder real”⁴⁷ do sistema estatal no governo Lula, e os órgãos executores de políticas estatais que participaram do licenciamento ambiental da usina – o Ibama, a Funai e o Incra –, além da relação concreta entre o MAB e o PT-governo. A reunião aconteceu logo após a marcha “Terra, Água e Direitos”, que levou cerca de mil manifestantes à entrada do canteiro de obras da barragem às vésperas das eleições presidenciais naquele ano de 2010.

O exame da correspondência entre o MPF-TO, o Incra e o Ibama e dessas instituições com o Consórcio Ceste no processo de licenciamento da UHE Estreito, de matérias publicadas nos jornais de circulação regional e nacional, além de notícias veiculadas na imprensa especializada nos macrossetores de infraestrutura energético, minero-metalúrgico e de engenharia civil pesada permitirá destacar estratégias empregadas pelos grupos empresariais aí consorciados para influenciar, pressionar ou mesmo neutralizar eventuais intervenções do Ministério Público e dessas agências governamentais em favor da população atingida, com o objetivo de minimizar seus gastos com ações que o discurso da indústria barrageira designa ‘mitigadoras dos impactos’ da usina.

Na seção **“O MAB no limiar entre o alinhamento subalterno ao PT-Governo e o pragmatismo político”** focalizo a relação ambígua do movimento social com o governo Lula. Tomo como ponto de partida a emissão do Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, assinado por Lula no fim do seu segundo mandato presidencial, e a da Portaria Interministerial nº 340 de 1º de junho de 2012, elaborada no Ministério de Minas e Energia, já no governo Dilma Rouseff

⁴⁷ Novamente, tal como articula Codato (2005, p. 18), um “centro de poder real [...] é o *locus* institucional para o qual as demandas de classes, frações e grupos sociais são prioritariamente dirigidas e onde as *decisões fundamentais* são efetivamente tomadas, não se subordinando, nesse particular, a nenhuma outra agência burocrática no sistema estatal (grifo no original). No caso aqui estudado, refiro-me aos aparelhos que concentram a capacidade de definir o conteúdo e a direção dos processos decisórios das políticas ditas de desenvolvimento e, em particular, a política energética nacional. O principal centro de poder do sistema estatal no Governo Lula, é preciso ressaltar, foi o Banco Central, onde, na pessoa do seu dirigente, Henrique Meirelles, um executivo da área financeira, se materializou o poder político da “finança” (capital financeiro e setor bancário) nos dois mandatos do ex-presidente.

(2011-2016). Reivindicação histórica do MAB, o Decreto define o conceito legal “atingido” – quem são os portadores do direito à reparação. A Portaria é para regulamentar o Decreto, mas recua em todos os avanços nele anunciados. Uma entrevista realizada em dezembro de 2011 com Cirineu da Rocha, o coordenador regional do MAB no Estado do Tocantins, complementa essa discussão.

Concluo esse capítulo com “**Um parêntese**”. Nele, procuro associar a análise das interações na trama relacional examinada nesta tese com o contexto político-econômico nacional no governo Lula. Para tanto, me apoio nas análises de conjuntura mencionadas mais acima, em particular as análises conduzidas pelo sociólogo e professor de ciência política Armando Boito Jr.(2012, 2012a,) sobre a dinâmica das relações do Estado com as frações da classe burguesa no bloco de poder dominante na sociedade brasileira nesse período.

Refazendo a trama relacional escrutinada na tese, tento esclarecer como muitos entre esses homens terminaram por perfazer o que chamei de uma “volta redonda” – a volta à condição de trabalhadores do campo *sem um pedaço de terra para trabalhar* que permitisse o sustento de suas famílias. Assim, retomo a questão que despertou meu interesse de conduzir uma análise concreta de uma situação em que se entrecruzassem interesses de grandes grupos capitalistas, desígnios da cúpula do poder Executivo nacional sob a direção do Partido dos Trabalhadores e vidas de trabalhadores e trabalhadoras do campo atingidos por um “projeto de grande escala” (RIBEIRO, 1987). Seguindo pistas abertas por reflexões recentes do jurista brasileiro Pádua Fernandes (2005, 2009), encontrei no percurso desta tese centros de poder efetivo do Estado empenhados na promoção do que Fernandes chama de “produção legal da ilegalidade”. Os mais básicos direitos humanos – o direito a uma vida digna, ao trabalho etc. – foram aí violados em nome dos imperativos do “desenvolvimento”. Como afirma a economista Leda Paulani, em tempos de hegemonia neoliberal, o Estado “tem de ser extremamente forte, no limite violento, para conduzir os chamados “negócios do Estado” da forma mais adequada possível para preservar e contemplar grupos de interesse específicos” (2008, p.122). Entre esses interesses, figuram acima de tudo aqueles dos grupos econômicos que exploram o potencial hidroenergético dos grandes rios brasileiros e controlam empresas no ramo da construção civil pesada no país. É o caso das chamadas ‘construtoras da União’, também conhecidas como ‘Quatro Irmãs’ (BELISÁRIO, 2014): Norberto Odebrecht, OAS Engenharia, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, sendo a segunda empresa aquela à qual coube levar a cabo as obras de

engenharia civil pesada na implantação da Barragem de Estreito (cf. FONTES, 2014, p. 227-245).⁴⁸



FIGURA 5. Usina Hidrelétrica Estreito, na última fase de sua construção, vista de sua montante em janeiro de 2010

⁴⁸ Para executar as primeiras fases da construção civil da hidrelétrica, em 2007, o Consórcio Ceste assinou um contrato de R\$ 155 milhões com o Consórcio Rio Tocantins – CRT. Esse consórcio construtor resultou de uma associação da brasileira OAS Engenharia com a italiana Impregilo, então a maior construtora especializada em grandes projetos de construção civil pesada na Itália.

1. Sobre os trabalhos de campo

I. O acesso às pessoas no PA Formosa

É comum antropólogas terem acesso a grupos sociais em áreas rurais por intermédio de mediadores sociais e políticos – agentes de pastoral, militantes ou lideranças de movimentos sociais ou Organizações Não Governamentais (ONGs) que assessoram associações locais. Não foi diferente no meu caso. Conheci Cirineu da Rocha, coordenador do MAB-TO, em julho de 2005. Em Altamira, Pará, participamos do lançamento do livro *Tenotã-Mô: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu* (2005), em torno da então possível (hoje efetiva) construção da mega-hidrelétrica de Belo Monte. O livro foi organizado pelo Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá, professor na Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM) da Unicamp, então. Por sugestão do Cirineu, em novembro daquele mesmo ano visitei os locais da implantação de duas barragens que cortam o rio Tocantins no seu alto curso, a Usina Hidrelétrica Peixe-Angical e a Usina Hidrelétrica São Salvador.⁴⁹

Primeiro visitei famílias de pequenos agricultores em povoados antigos que seriam alagados com o enchimento do reservatório da UHE Peixe-Angical,⁵⁰ em fase final de construção à época. Levada por Evandro, militante do MAB, fui até um dos projetos de reassentamento em construção pelo consórcio responsável pela usina, o Enerpeixe, uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) entre a Energias do Brasil, empresa do Grupo Energias de Portugal (EDP) e a

⁴⁹ Ver Anexo II, Linha do tempo do processo de instalação da UHE Estreito e indicação dos períodos em que realizei trabalho de campo.

⁵⁰ A usina está localizada no município de Peixe, no Estado do Tocantins. Sua construção teve início em 2002, ficou interrompida por cerca de um ano e foi retomada em outubro de 2003. A cerimônia de inauguração dessa planta industrial hidrelétrica foi realizada em setembro de 2006. Ela pode produzir até a potência máxima de 452 Megawatts.

estatal Furnas Centrais Elétricas S.A.⁵¹ Ainda no alto Tocantins, estive no local onde seria construída a UHE São Salvador, localizada entre os municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, divisa com o Estado de Goiás.

Na ocasião, Cirineu sugeriu que eu também visitasse a região que seria afetada pelo mais controvertido dos novos projetos de aproveitamento hidrelétrico que hoje fazem do rio Tocantins uma escada de reservatórios: a Barragem de Estreito, cuja Licença Prévia para a implantação tinha sido concedida pelo Ibama em abril daquele ano. O consórcio empresarial responsável pela usina era liderado pelo mesmo grupo que controla a UHE São Salvador, o grupo Suez, disse Cirineu. O MAB e o Ministério Público Federal no Maranhão e no Tocantins começavam então a apontar falhas e omissões graves no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), refletidas no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento. Um e outro foram elaborados pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) entre os anos de 2000 e 2001. Empresa prestadora de serviços de consultoria especialmente na área de projetos de engenharia básica de grandes usinas hidrelétricas, a CNEC Engenharia S.A. pertenceu ao Grupo Camargo Corrêa, formador do Consórcio Ceste, entre os anos de 1959 e 2010.

Bem mais do que os processos de implantação das hidrelétricas Peixe-Angical e São Salvador, o da UHE Estreito prendeu minha atenção. Como dito mais acima, quando voltei para o Brasil a fim de preparar meu projeto de pesquisa para a qualificação na Universidade da Flórida, já vim com uma pesquisa bibliográfica sobre a instalação e operação de grandes projetos mínero-metalúrgicos em países periféricos ou semiperiféricos, meu interesse original. Em março de 2005, poucos dias depois da minha chegada ao país, parti para o município de Juruti, próximo à divisa entre os estados do Pará e do Amazonas, onde a Alcoa iniciava a já referida operação de extração de bauxita para a produção de alumínio primário. Por intermédio do historiador e jornalista Glenn Switkes, representante no Brasil da ONG norte-americana International Rivers Network (IRN), fui recebida pelas Irmãs Franciscanas de Maristella, que prestam assistência aos moradores dos povoados no entorno da Vila de Juruti Velho, todos vizinhos da mineração. Por falta de condições de saúde, contudo, não pude continuar com o projeto de conduzir minha pesquisa de campo nesse local, de muito difícil acesso às médias e grandes cidades da Amazônia Ocidental. Por dois anos, no entanto, acumulei informação sobre a

⁵¹ Furnas é uma empresa de geração e transmissão de energia, de economia mista, do grupo da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., *holding* do setor elétrico brasileiro, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

atuação da Alcoa em diferentes países, Brasil inclusive. Esse material, pensei então, serviria como a primeira pedra de um novo projeto de pesquisa já sobre a instalação de uma planta industrial hidrelétrica de grande porte por três grandes mineradoras na condição de Produtoras Independentes de energia elétrica – a Alcoa Alumínio S.A., a Vale e, à época, a BHP Billiton Metais S.A., subsidiária da BHP Billiton, resultado da fusão, em 2001, da mineradora australiana BHP (Broken Hill Proprietary) com a inglesa Billiton.⁵²

A receptividade de Cirineu e da equipe do escritório da CPT em Araguaína já nessa primeira visita curta também foram determinantes para a escolha do local do trabalho de campo para o novo projeto de pesquisa. Assim, trocando mensagens eletrônicas e conversando por telefone com militantes do MAB, agentes de pastoral e um antropólogo assessor na Procuradoria da República no Tocantins, pude acompanhar as tensões que surgiam, entre grupos de assentados, moradores da Ilha de São José⁵³ e povoados localizados às margens do rio Tocantins, de um lado, e, de outro, empregados das empresas prestadoras de serviços que o Consórcio Ceste terceirizou para a realização do cadastro socioeconômico e dos chamados 'levantamentos' das áreas de terra que seriam cobertas pelas águas do lago artificial da usina, inclusive das benfeitorias erguidas pelos moradores nessas terras.

⁵² O contrato de concessão do 'Aproveitamento Hidrelétrico Estreito' (Contrato Nº 094/2002 – Aneel) firmado com as empresas que integram o Consórcio Ceste estabelece que a energia elétrica produzida na usina hidrelétrica será comercializada ou utilizada pelas concessionárias, tendo em vista sua condição de 'Concessionárias de Produção Independente'. Segundo a Lei Nº 9.074 de 17 de julho de 1995, a condição de 'Produtor Independente de Energia' assegura a investidores a possibilidade de comercializarem toda a energia que produzem – o correspondente a suas quotas-partes nos empreendimentos – ou de consumirem parte dela.

A seção “Perguntas mais frequentes” no site do Consórcio Ceste disponível na *web* contém o seguinte texto “A energia produzida pela UHE Estreito será incorporada aos sistemas Norte/Nordeste e Nort /Sul /Sudeste de transmissão de energia e, desse modo, poderá ser distribuída para todo o território nacional, para consumidores industriais e residenciais, inclusive para os moradores da região onde será implantada a usina” (cf. <http://www.uhe-estreito.com.br/perguntas.php>). Embora a retórica governamental em torno da instalação da UHE Estreito tenha sido de que a usina seria vital para o suprimento de energia elétrica do Brasil a partir de 2010, são mesmo essas duas mineradoras, a Vale e a Alcoa, as consumidoras da maior parte da energia ali gerada, o que viabilizará a expansão das suas atividades eletrointensivas de processamento de minérios e metais em Carajás, no Pará, e São Luiz, no Maranhão, respectivamente. Segundo declaração do presidente da subsidiária brasileira da multinacional Alcoa em novembro de 2010, quando da visita do então Presidente Lula ao empreendimento, a empresa atingiria setenta por cento de autossuficiência energética no país com a entrada em operação da UHE Estreito (cf. Presidente da Alcoa comemora 70% em autossuficiência energética em visita de Lula à usina de Estreito. **Revista Fator Brasil**, dez. 2010. Disponível em: https://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=139179. Acesso em: jan. 2011; Cézar, G. O peso da energia. **Valor Econômico**, São Paulo, jan. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/869641/o-peso-da-energia#ixzz1xK64e000>. Acesso em: jan. 2011)

⁵³ A maior em extensão no rio Tocantins, com a formação do lago artificial da UHE Estreito a ilha foi quase totalmente submersa, apagando assim boa parte da história social dos seus moradores.

Ao mesmo tempo, ainda em 2005, obtive a concordância da coordenação do Grupo de Trabalho Energia (GT Energia), do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) para participar, na condição de observadora, das suas discussões virtuais sobre os planos da indústria elétrica brasileira para a expansão do parque gerador nacional por meio da construção de usinas hidrelétricas de grande porte, especialmente nos rios da Amazônia. Fora também pela mediação generosa de Glenn Switkes, coordenador desse grupo de trabalho naquele momento, que pude participar das discussões entre ONGs, movimentos sociais e lideranças locais que cercaram o lançamento do *Tenotã-Mõ* em Altamira. Por sua confiança e colaboração, obtive acesso não só às mensagens dos membros do GT Energia quanto a cópias do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental para a implantação da UHE Estreito, que dois membros do grupo tinham obtido do Ibama.

Em julho de 2008, para a preparação do projeto de pesquisa que submeteria à apreciação do comitê de seleção para o Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, retornei ao Tocantins a fim de conhecer alguns projetos de assentamento do Incra. Durante os dez dias que fiquei no PA Formosa, fui acolhida por Dona Lavínia e Seu Silvino Gogó. O casal me recebeu ainda perplexa com a viagem no ônibus da Prefeitura de Darcinópolis que entrava e saía do assentamento rural uma vez por semana então. É nele que pessoas e sacos de arroz viajavam amontoados até a sede do município, a *Ribeira*, onde beneficiavam e vendiam a atravessadores parte da sua produção. Somada às aposentadorias rurais, a quantia apurada com essa venda era o que garantia o abastecimento mensal da maioria das casas no assentamento, segundo conversas informais nos trajetos de ida e volta para a cidade.

Nessa visita, pude apenas conhecer alguns moradores – duas famílias⁵⁴ vizinhas de Dona Lavínia e outros poucos que pararam naquela casa a caminho da estrada que dá acesso à Darcinópolis e Wanderlândia, ambas localizadas às margens da rodovia BR-153. As distâncias entre as casas, o período da visita e a limitação de recursos para a contratação de um motorista com motocicleta praticamente inviabilizaram percursos mais longos dentro ou fora do assentamento. Entre julho e agosto, auge do verão (estação seca) na região, muitas famílias instalavam barracas nas praias do Tocantins que funcionavam como bares para turistas de municípios mais

⁵⁴ Há diferentes composições familiares no PA Formosa. Acompanho, no entanto, a classificação nativa que, suspeito, siga a classificação do INCRA, para quem cada parcela num projeto de assentamento de reforma agrária corresponde a uma família e seu chefe, raramente uma mulher.

ou menos próximos, inclusive Araguaína, distante cerca de 95 km até o encontro da estrada que dá acesso ao assentamento com a BR-153.

A sugestão de pedir hospedagem à Dona Lavínia e seu marido partiu do agrônomo e agente de pastoral, Pedro Ribeiro. Uma pesquisa construída a partir de uma relação específica com uma família pode abrir, mas também fechar portas para uma antropóloga. Conhecedor disso, Pedro enumerou as razões que basearam sua sugestão: o casal não exercia papel político importante no contexto local e, apesar da Dona Lavínia ser sogra do Guri, controvertido ex-dirigente da Associação Padre Josimo, ela era muito respeitada pela maioria dos moradores no PA Formosa. Além disso – e esse motivo pesou bastante na minha escolha – a casa onde Dona Lavínia morava à época era bem próxima da principal estrada do assentamento e, pela BR-153, a todas as cidades referência dos assentados e seus vizinhos nos povoados do entorno. A proximidade da estrada fazia da casa dos meus anfitriões uma parada quase obrigatória para os que moravam em lotes mais distantes, na beira do Tocantins. Era bebendo o *cafezinho da Lavínia* que seus vizinhos em trânsito de ida ou volta da *Ribeira*, como se referem à sede municipal de Darcinópolis, davam fôlego às últimas notícias, fofocas e rumores relacionados à *chegada da barragem* e trocavam lamentos sobre suas vidas *desplaneadas*.



FIGURA 6: Lote e casa da Dona Lavínia (fundos), vistos da estrada principal do assentamento, julho de 2008



FIGURA 7: Dona Lavínia em frente à cozinha de sua casa, julho de 2008



FIGURA 8: Dona Lavínia no abrigo da roça de vazante de seu genro, Guri, julho de 2008

Em janeiro de 2010, soube por um dos diretores da Associação Padre Josimo com quem mantinha contato frequente que na última semana daquele mês seria realizada uma reunião das famílias que seriam deslocadas do assentamento com o Diretor de Obtenção de Terras e Implementação de Assentamentos do Incra, sediado em Brasília. O alto funcionário do órgão decidira ir até o PA Formosa com uma assessora sua e um técnico da Superintendência Regional em Palmas, já conhecido dos assentados. Cirineu também me advertiu da importância dessa reunião. Não tive dúvida. Em dois dias estava no assentamento.

Cheguei no dia 28 de janeiro, véspera do dia da reunião, acompanhando Cirineu e Pedro, principal interlocutor da CPT com os assentados nas suas negociações com o Consórcio Ceste então. A primeira pessoa que vi logo que cheguei foi Seu Paulo Augusto, quem conheci bem pouco em 2008. Tinha notícia de que ele discordava do modo como a *Diretoria* – os dirigentes da Associação Padre Josimo – conduzia o processo de negociações com o consórcio. Temendo não conseguir seu reassentamento e ver reduzidos os valores das indenizações pelas melhorias que construíra na sua parcela, além de assustado com os rumores de que *o Ceste ia levar a questão à Justiça*, ele entendia que a *Diretoria* deveria ser menos combativa nas negociações. A política se faz de prosa, de muita prosa, não de heroísmo ou de teatralidade planejada, sua experiência parecia confirmar (cf. RIBEIRO, 1994, p. 36). A dificuldade de acesso à Justiça e a impossibilidade de assentados rurais suportarem a lentidão da prestação jurisdicional no país foram sempre muito exploradas pelos empregados das empresas contratadas pelo consórcio para tratar das questões relativas à reparação⁵⁵ dos assentados e ribeirinhos que seriam excluídos da posse da terra com a instalação da UHE Estreito.

Assim, pedi a Seu Paulo Augusto que fizesse sua avaliação sobre o andamento dessas negociações e perguntei o que ele sabia sobre o motivo da ida de um representante da cúpula

⁵⁵ O conceito de reparação foi definido no relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, constituída pela Resolução nº 26 do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), datada de 15/08/2006, após o recebimento e a apresentação oral do relatório “Criminalização contra os defensores dos direitos humanos na Bacia do Uruguai”, elaborado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Federação dos Órgãos para a Assistência Educacional (Fase). A Comissão teve por objetivo acompanhar denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens. O CDDPH é vinculado ao Ministério da Justiça (MJ). O referido relatório da sua Comissão Especial foi concluído no final de 2010 e publicado no início de 2011. Nele, a “reparação” é entendida como “toda e qualquer forma de satisfação dada ao prejudicado/atingido, podendo ocorrer das seguintes formas: (i) reposição, restituição ou recomposição, quando o bem ou infraestrutura destruídos, ou ainda a situação social prejudicada, são repostos ou reconstituídos; (ii) indenização, quando a reparação assume a forma monetária; e (iii) compensação, quando se oferece outro bem ou outra situação que, embora não reponham o bem ou situação perdidos, são considerados como satisfatórios em termos materiais ou morais”.

do Incra ao assentamento. Ele respondeu de pronto: *Eles ‘tão é preocupados, não é? Porque só sobrou nós! Nos outros é tudo resto!’*⁵⁶ Com essa exclamação ele quis dizer que, em bloco, apenas as famílias do PA Formosa tinham rechaçado a oferta de “cartas de crédito”, indenização em dinheiro pela terra perdida. Nos demais assentamentos, não mais do que seis famílias continuavam exigindo terra por terra, *mas sem força!* Pouco tempo depois de iniciada a reunião com o diretor do Incra, ele esclareceu: nem resto! Os assentados no PA Formosa eram mesmo os únicos ‘clientes da Reforma Agrária’ que resistiam à pressão do Consórcio Ceste àquela altura.

II. Condições iniciais de realização da pesquisa de campo

Como já dito, meu trabalho de campo não se restringiu ao PA Formosa ou ao futuro PA Alto Bonito. Para a descrição etnográfica de diferentes eventos, acompanhei dirigentes da Associação Padre Josimo em diversas ocasiões. Sempre que avisada – na paradinha para *o cafezinho da Lavínia* – fui com eles à Araguaína a fim de participar de reuniões no escritório regional da CPT. Apesar de alguma resistência dos meus parceiros do MAB e da própria CPT – não é sempre que etnógrafas são bem-vindas,⁵⁷ consegui acompanhar um dos dirigentes numa viagem à Brasília para participar de reuniões com autoridades e técnicos do governo federal no Incra e no Ibama.

Não acompanhei apenas dirigentes, nem me limitei a documentar eventos visíveis e formais, no entanto. Do início de agosto ao início de outubro de 2010, fui e voltei à *Ribeira de carona* no ônibus escolar ou no ônibus que um assentado *novato* comprara para explorar a linha do assentamento àquela sede municipal. O ônibus que a prefeitura local cedia para os assentados fazerem compras na cidade uma vez por semana já tinha sido retirado pelo prefeito, talvez um efeito da notícia de que essas pessoas teriam que sair do assentamento antes do final daquele ano, deixando assim de serem eleitoras potenciais naquela jurisdição.⁵⁸

Por decisão dos próprios assentados, não se construiu uma agrovila no PA Formosa. As distâncias entre as casas das famílias que deixariam compulsoriamente o assentamento

⁵⁶ Sua referência foi aos outros onze assentamentos do Incra afetados pela construção da barragem.

⁵⁷ Retornarei a essa questão mais adiante.

⁵⁸ Dezembro de 2010 era o prazo máximo planejado pelo Consórcio Ceste para a conclusão das obras de engenharia e o fechamento das comportas da usina, dando início ao enchimento do reservatório. Esse prazo foi de fato respeitado, independentemente dos custos sociais dessa decisão, é claro.

variavam de cerca de 2 a 18 km. O percurso a pé, no areão e sob o sol, sem a certeza de que encontraria alguém em casa e correndo o risco de encontrar embriagados inconvenientes no trajeto tornaram os 45 km que separavam o assentamento da *Ribeira* uma possibilidade atraente para viver a intimidade do encontro etnográfico. Conversando e sacolejando no caminho, conheci mulheres casadas que estudavam na cidade, consegui mapear os grupos de famílias aparentadas no assentamento e aparentemente ganhei a confiança de alguns viajantes. Vi(vendo) a *luta*, como uma vez sugeriu Dona Lavínia.

Antes da marcha, em agosto de 2010, comecei uma série de entrevistas semiabertas com as poucas pessoas que permaneciam no assentamento. Já três anos e sete meses proibidas de abrir novos roçados àquela altura, à medida que a criação e o gado iam sendo comidos ou vendidos, as famílias que não podiam contar com aposentadorias rurais ou que não conseguiam se sustentar apenas com a quantia recebida do Programa Bolsa Família lançaram mão das suas redes de solidariedade para sobreviver – parentes e ex-vizinhos e amigos localizados bem além dos limites do PA Formosa. As cestas que o MAB recebia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para distribuição entre grupos afetados pela barragem só muito raramente alcançaram o assentamento naquele ano.⁵⁹

Nessas entrevistas, tive pela primeira vez acesso às diferenças sutis de posicionamento dos assentados quanto às negociações com o Consórcio Ceste. Até então, uma frustração importante que experimentava na condução da pesquisa era a certeza de que estava tratando as pessoas no PA Formosa como uma “comunidade moral” (Scott, 1976) ou como um sujeito político – os assentados que insistiam em resistir ao poder de grupos industriais transnacionais e de setores poderosos do Estado. Mas diante do sentimento de privação – quase palpável entre os entrevistados – alguns já começavam mesmo a achar que a *Diretoria* estava sendo intransigente demais com o consórcio e criticavam a quebra da “etiqueta” que deveria ser seguida nas reuniões de negociação, dizendo que não gostavam de bate boca, *porque falar agressivo não resolve questão*. Essas pessoas pareciam não saber com quem se aliar, quem enfrentar.⁶⁰

⁵⁹ Desconheço que critérios eram usados na distribuição, mas soube e ao final da marcha vi que sacas de feijão e farinha eram repassadas para as pessoas que permaneciam no acampamento organizado pelo movimento social em julho de 2009, cerca de 1km de distância da entrada do canteiro de obras da UHE Estreito, no Município de Estreito.

⁶⁰ Recentemente li um artigo da antropóloga Clarice Cohn (2010) relatando sua experiência com os índios Xikrin na Terra Indígena Trincheira-Bacajá, confrontados com a construção da mega-hidrelétrica de Belo Monte, em processo de licenciamento ambiental então. As angústias por ela relatadas são muito semelhantes às que experimentei no período de trabalho de campo entre agosto e outubro de 2010, quando o deslocamento das famílias no PA Formosa estava para ser realizado em pouco tempo.

Embora eu fosse considerada *de confiança*, já que entrara pela primeira vez no PA Formosa por meio do MAB-TO e sobretudo da CPT, percebi hesitação em algumas delas nos momentos em que a entrevista ultrapassava os dados biográficos do titular do lote e de seu cônjuge, quando era o caso, ou a trajetória da família. Àquela altura, três meses para o fechamento das comportas da usina, alguns entre os poucos que permaneciam todo o tempo no assentamento tinham dúvida sobre o que expressar e a quem manifestar seu descontentamento. Poderia a pesquisadora levar suas reivindicações para *alguém grande que pudesse ajudar a garantir os direitos*, a indenização pelas benfeitorias? O Ministério Público, explicavam, *está de braço amarrado já, começou a perder força com a Casa Civil*. Todos contavam com o pagamento das indenizações para poderem saldar suas dívidas no comércio na *Ribeira* e retomar suas atividades produtivas no novo assentamento.

Tinham cumprido o acordo feito com o Consórcio Ceste, autorizando a entrada de topógrafos contratados para realizar a demarcação da linha d'água do reservatório da usina, tal como haviam combinado com um representante do consórcio numa reunião realizada em 14 julho de 2010, a última com a presença do Diretor de Obtenção de Terras e Implementação de Assentamentos do Incra. Além disso, todos os que seriam retirados do assentamento já tinham assinado o termo de adesão à opção “reassentamento rural coletivo”, tudo conforme acertado na reunião, que teve a mediação do Ministério Público Federal (MPF-TO). No entanto, os valores das avaliações das suas benfeitorias tinham sido retidos na Justiça Federal em razão da Ação de Desapropriação ajuizada pela Alcoa Alumínio S.A. contra os responsáveis pelas parcelas e chefes de famílias de agregados que perderiam sua terra de trabalho e moradia.

Além disso, a estratégia usada pelo consórcio para quebrar a resistência dessas pessoas parecia começar a render frutos. Inicialmente, os moradores de dois dos cinco pequenos povoados vizinhos ao assentamento – Brejão e Mato Verde – juntaram-se à Associação Padre Josimo a fim de negociar coletivamente a reparação das suas perdas, inclusive a indenização pela terra. Ante a inexorabilidade da obra e ao poder do consórcio na região, depois de dois anos *na luta*, as famílias aceitaram deixar os povoados em troca de cartas de crédito ou do acordo para permanecerem nas áreas remanescentes de suas terras, desde que indenizadas as suas perdas materiais.

Em alguns dos municípios que perderam áreas rurais e urbanas com a formação do reservatório, o consórcio construiu novas sedes para batalhões da polícia militar, fóruns de justiça e até novos prédios para a prefeitura municipal. Isso fez a população afetada pela usina

ainda mais descrente quanto à possibilidade de *procurar os direitos na justiça*. Embora todos nesses povoados se considerassem *donos*, por oposição aos assentados, nunca tinham tentado a titulação das terras que ocupavam tradicionalmente. Ameaçadas pelos empregados do consórcio de serem expropriadas sem qualquer compensação pela terra nua – empregados que acionavam com maestria os mecanismos usuais de poder nesses casos, ameaças e rumores –, as famílias terminaram por aceitar cartas de crédito. A maioria avaliou positivamente a transação. Algumas compraram terras não muito distantes da beira do lago e já começavam a recompor as suas atividades produtivas. O esvaziamento desses povoados solapava aos poucos a determinação de alguns dos chefes de família no PA Formosa de *ficar na luta*. Eles atribuíam o sucesso relativo dos seus vizinhos ao *fator sorte, que uns têm outros não*, já que sabiam de outros posseiros que tinham sido retirados à força dos seus povoados sem receber qualquer compensação. Arriscar a *sorte*, entretanto, já parecia atraente diante da situação em que se encontravam e do medo e vergonha que alguns antecipavam sentir, caso viessem *a apanhar da polícia na frente dos filhos ou netos*.

Minha ida ao PA Formosa em agosto daquele ano pode ter contribuído para conter o esmorecimento dessas pessoas. Antes de partir para o Tocantins, decidi passar por Brasília para uma visita à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos do Incra. Na ocasião, soube que as casas no novo assentamento já estavam em construção. Quando encontrei com dois dos três diretores da Associação Padre Josimo em Araguaína, no dia mesmo em que cheguei à cidade, perguntei a eles se já tinham visitado essas obras. Elpídeo e Samuel ficaram perplexos com a notícia de que o consórcio decidira construir as casas sem que os casais ou chefes de família fossem consultados sobre o local onde elas deveriam ser erguidas nas parcelas. A própria divisão definitiva das parcelas ainda era desconhecida por todos no PA Formosa – *Diretoria e povo!* Já no assentamento, eles pediram que eu fosse com eles vistoriar as obras para filmar as casas em construção, de modo que todos no assentamento pudessem vê-las.

No nosso retorno, cada um que me pedia para mostrar as filmagens ficava seduzido com o que via – casas novas, pintadas, com banheiro dentro e um compartimento separado que poderia servir de galpão, ainda que muito pequeno. A indignação com a decisão do consórcio de levar adiante as construções sem consulta prévia permanecia, contudo. *Eles nos tratam feito bicho bruto, querem remanejar a gente como se remaneja porco* – o sentimento de desrespeito era evidente. As casas tinham sido dispostas em três quase-núcleos. Em um deles, o segundo,

as casas destinadas às famílias de agregados foram erguidas bem próximas umas das outras. Todos anteciparam os problemas que enfrentariam com vizinhos, afinal as cercas não tinham sido construídas e ninguém sabia se um dia seriam. Ainda que fossem, nada impediria que a pequena criação de uns invadissem a horta ou os roçados de outros. Mesmo assim, pareceu que o *sofrimento da luta* era percebido como recompensado com a certeza da conquista da terra e das casas. Até os mais atormentados pela dúvida, como Seu Paulo Augusto, quando viam as fotografias das casas comentavam com orgulho que *só no PA Formosa tinha ficado todo mundo, nos outros* [assentamentos e povoados] *era tudo resto, pouca gente* [resistindo à pressão para aceitarem carta de crédito].

Funcionários do consórcio acompanharam oficiais de justiça quando da entrega da inicial para que os interessados no assentamento se manifestassem nos autos do processo movido contra eles pela Alcoa Alumínio S.A. e as demais empresas reunidas no Consórcio Ceste. Na ocasião, ameaças foram renovadas – ou deixavam o assentamento antes do final das obras civis no novo assentamento ou saíam despejados com ordem judicial e uso da força policial. A dúvida logo assomou novamente nos rostos das pessoas e o medo, filho da dúvida, provocou ainda mais em mim um enorme sentimento de impotência.



FIGURA 9: Samuel (esq.), um dos três líderes da Associação Pe. Josimo, e Pedrinho, corretor independente, visitavam uma casa em fase final de acabamento no RRC Maju, agosto de 2010



FIGURA 10: Fachada principal da casa. Lote 50, agosto de 2010

Quando decidi estudar um encontro de interesses aparentemente antagônicos em torno da instalação de uma hidrelétrica de grande porte, um dos meus interesses foi entender o modo como esse encontro era vivido pelos trabalhadores atingidos antes e depois do seu deslocamento compulsório. Que significados ele portava para essas pessoas e quais os efeitos desse encontro nas suas vidas (cf. MARQUES, COMERFORD e CHAVES, 2007, p. 34)? Dois pressupostos estiveram sempre subjacentes a essas preocupações. Em primeiro lugar, como já dito, o de que o curso dos acontecimentos, nos casos dos grandes projetos de barragem, “depende não apenas da decisão de geração de energia, mas das relações reais que se estabelecem entre as empresas, a população e os grupos de interesse” (SIGAUD, 1992, p. 25). Em segundo, o de que esse curso depende também do modo como estão estruturadas as relações dos segmentos sociais afetados e dos universos de valores que dão sentido a essas relações (REIS, 1996, p. 595). Daí a importância de se compreender as diversas formas de sociabilidade e solidariedade locais, o modo como o projeto é implementado e como são estabelecidas as relações entre os responsáveis pelo empreendimento, as populações afetadas, seus aliados e outros interessados no projeto. Numa investigação socioantropológica essa compreensão passa pelas percepções, ações e representações dos nossos interlocutores no campo. Um medo, desta vez meu, assombrou meu trabalho de campo por muito tempo, cada vez que eu tentava articular os resultados parciais da pesquisa, a advertência do sociólogo Loïc Wacquant reverberava. Ele diz:

And the task of social science, ethnography included, is not to exonerate the character of dishonored social figures and dispossessed groups by “documenting” their

everyday world in an effort to attract sympathy for their plight. It is to dissect the social mechanisms and meanings that govern their practices, ground their morality (if such be the question), and explain their strategies and trajectories, as one would do for any social category, high or low, noble or ignoble. (WACQUANT, 2002, p. 1470)

Wacquant foi irrepreensivelmente criticado pela antropóloga Claudia Fonseca (2006, p. 23-30) por suas representações de vidas nos guetos negros em Chicago que homogeneizam a variedade de pessoas e deixam de mostrar “a pluralidade de visões e as ambiguidades vividas por alguns moradores” (ibid., p. 28). Mas no trecho citado acima, ao contrário, ele adverte quanto aos riscos do deslizamento da moralidade para o moralismo e do descolamento entre a análise e os dados etnográficos.

A correlação positiva entre o deslocamento forçado e o empobrecimento das pessoas que vivem essa experiência é amplamente demonstrada por etnografias que tratam das implicações sociais da política de geração da indústria de eletricidade brasileira desde os anos 70. Aparentemente, as mudanças de contexto social e político no país desde os anos 80 em quase nada alteraram o conjunto de procedimentos que repercutem negativamente nas vidas das populações afetadas por barragens (cf. SIGAUD; MARTINS-COSTA; DAOU, 1987; SIGAUD, 1996; ALMEIDA, 1996; VIANA, 2003; PINHEIRO, 2006; MAGALHÃES, 2005, 2007). Num curso de leitura com o professor Carlos Rodrigues Brandão, ainda em 2009, lembro de ter dito a ele que não queria que minha tese fosse recebida como um “inventário de perdas” de atingidos por barragem. Concordo com Claudia Fonseca: é tentando levar o leitor para dentro das vidas das pessoas cujas vidas estudamos que podemos realizar a denúncia das condições injustas que elas enfrentam.

Muito mudou no meu relacionamento com essas pessoas ao longo do trabalho de campo. Algumas ficaram bem próximas e com elas vivi com certeza experiências de amizade. Outras se distanciaram, talvez pensando a pesquisadora como parecem pensar seus assessores na CPT – em geral, os agentes de pastoral são atentos para os casos de trabalhadores que perseguem invariavelmente seus interesses egoístas. Se eu tiver alcançado ao menos esse objetivo de levar o leitor para dentro das vidas de umas e de outras neste estudo empírico, terei cumprido boa parte da tarefa a que me propus.

III. Construindo relações de confiança num terreno banhado pela dúvida

É importante esclarecer sobre a evolução da minha relação com as pessoas no PA Formosa até que senti ter estabelecido relações de confiança com a maioria dos que foram assentados no

RRC Maju; apenas *Maju*⁶¹ nas suas falas. Durante a realização das primeiras etapas do trabalho de campo no PA Formosa – os dez dias entre julho e agosto de 2008 e as oito semanas entre agosto e outubro de 2010 –, convivi basicamente com as famílias que teriam que deixar o assentamento – trinta famílias de *proprietários* e treze de agregados. Mas boa parte do material trabalhado referente a esses dois períodos provém de três grupos de famílias aparentadas, com nove, oito e três casas ou unidades domésticas⁶² cada uma, aí incluída a de Dona Lavínia e Seu Silvino Gogó, que me hospedaram nessas etapas da pesquisa.

Como já dito, meu primeiro contato com as pessoas no assentamento, em 2008, se deu por intermédio do coordenador estadual do MAB, em quem todos pareciam confiar então, uma vez que seu acesso ao conjunto das famílias ali assentadas tinha sido mediado pela CPT. Nessa ocasião, duas militantes do movimento social organizaram uma reunião com as mulheres assentadas para orientá-las sobre doenças sexualmente transmissíveis e ofereceram cursos sobre técnicas de preparo de sabão e de pão. Participei desses eventos. Neles me apresentei e fui apresentada pelas militantes como pesquisadora de uma universidade no interior do Estado de São Paulo que pretendia conviver com as famílias ali por alguns períodos mais ou menos longos. Expliquei que o objetivo da minha estadia era escrever um estudo sobre as relações de órgãos governamentais – Incra, Ibama, Casa Civil etc. – e instituições como o Ministério Público Federal com as famílias que seriam submetidas ao deslocamento forçado, durante suas negociações com o Consórcio Ceste por reassentamento e indenização. Dada a situação de incerteza e insegurança que a *chegada da barragem* instaurara nas suas vidas, não tive a pretensão de que minha explicação tivesse sido bem compreendida de pronto por todas ali presentes. Assim, nos dias seguintes e novamente em 2010, me apresentei a todos que encontrei, respondendo a perguntas sobre meu trabalho e minha vida – idade, estado civil, trajetória profissional, conhecimento sobre experiências semelhantes às suas em outros lugares etc. –, ora sozinha, ora com Dona Lavínia ou com Zilá, sua nora.

⁶¹ Fazenda Maju II' é o nome da propriedade rural adquirida pelo Consórcio Ceste para construir o novo assentamento.

⁶² O termo "unidade doméstica" compreende um lote, uma casa e um conjunto de pessoas que moram, trabalham e comem juntas. Todas as unidades domésticas no PA Formosa eram compostas por parentes. A maioria, uma família conjugal, um casal e seus filhos, mas em alguns casos o pai ou a mãe de um dos cônjuges, ou netos (filhos de filhos falecidos), ou ainda sobrinhos moravam junto com o grupo nuclear; todos, à exceção dos doentes, muito idosos e as crianças de até cerca de cinco anos, ligados por direitos e obrigações econômicas. Os grupos de famílias aparentadas acima referidos eram constituídos de unidades domésticas distintas, ligadas por fraternidade, cooperação e reciprocidade. No uso administrativo do Incra – seguido pelo Consórcio Ceste –, todo conjunto de lote e casa constitui uma família, ainda que aí more e produza apenas a pessoa responsável pelo lote.

À medida que a pesquisa se desdobrava, porém, observei que alguns assentados pareciam pensar que eu poderia ter influência sobre sua situação – para o ‘bem’ ou para o ‘mal’. Nesses momentos iniciais do trabalho de campo, não percebi com clareza as divisões que permeavam o assentamento, algumas resultantes da desconfiança de que uma adesão ao *movimento do MAB*, ao qual fui associada num primeiro momento, pudesse provocar intransigência por parte do Consórcio Ceste. Disso poderia decorrer a perda definitiva do seu acesso seguro à terra, seja pelo reassentamento, objetivo da *luta* de boa parte dos assentados e mediadores na CPT e no MAB, seja pela aceitação individual (de cada titular de parcela no assentamento) da carta de crédito que o consórcio tentava de todos as maneiras impor àqueles que designava eufemisticamente como ‘interferidos’ pela construção e/ou operação da UHE Estreito.⁶³

Por certo, a estratégia do discurso do consórcio teve por objetivo contornar o emprego da categoria de mobilização ‘atingidos por barragens’, marca da resistência de minorias sociais e étnico-sociais no meio rural brasileiro a programas e projetos implantados “como uma ordem que deve ser acatada a todo custo” (ALMEIDA, 1994, p. 521), desde fins dos anos 70, pela aliança do poder de Estado com o poder do dinheiro (MORAES, 1994, p. 214). Na sua análise gramsciana dos impactos democratizantes de movimentos sociais rurais na bacia do Alto Uruguai, Maria Stela M. Moraes (1994, p. 207) ressalta o grande poder simbólico demonstrado pelo termo “atingido” acionado pelo Movimento dos Atingidos do Alto Uruguai para unificar diferentes realidades espalhadas pela extensa área afetada por usinas hidrelétricas de grande porte planejadas para essa bacia hidrográfica. Originalmente um termo administrativo do discurso da geradora estatal Eletrosul, ele foi acionado com sucesso pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB)⁶⁴ para incluir outras situações de barragem em nível nacional. A desqualificação incansável do MAB por meio de rumores, contudo, mais do que a recusa

⁶³ Sobre investidas de consórcios responsáveis por empreendimentos de geração hidrelétrica no país após os ajustes estruturais impostos à indústria elétrica brasileira com o objetivo de desqualificar lideranças e militantes do MAB, ver também Pinheiro, 2006, p. 98-99.

⁶⁴ A CRAB é a organização representativa do Movimento dos Atingidos por Barragens na Bacia do Rio Uruguai. Nos primeiros momentos da organização, ela foi constituída por representantes dos municípios afetados pela implantação das barragens Itá e Machadinho e centrou seus esforços na luta por indenização justa aos atingidos, a troca de terra por terra e a construção de projetos de assentamento (chamados de reassentamento, embora destinados a abrigar trabalhadores do campo não portadores de título de propriedade da terra, não ‘clientes da Reforma Agrária’. Em 1986, a organização passou a representar o conjunto dos 80 municípios no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina ameaçados pela implantação de 22 usinas hidrelétricas na referida bacia. A partir de 1992, passou a chamar-se MAB/Região Sul, já tendo organizado campanhas “Não às Barragens” e sido reconhecida como interlocutora da empresa geradora estatal, a Eletrosul, na negociação sobre a construção de projetos de reassentamento para abrigar trabalhadores atingidos (cf. Moraes, 1994a, 1996).

intencional da nomeação da categoria "atingido", foi a estratégia mais acionada por empregados das empresas a serviço do Consórcio Ceste junto às famílias no PA Formosa. O objetivo da campanha dessas empresas era solapar as bases da decisão dessas famílias de negociarem coletivamente, não individualmente, a reparação das suas perdas e prejuízos.

Nos casos em que eu identificava esperança ou reserva por parte do entrevistado, procurava esclarecer que não tinha meios para dar uma solução para os problemas que viviam e tampouco tinha vínculos com qualquer dos atores sociais (coletivos ou individuais) na trama relacional que gravitava em torno das suas negociações para reparação – CPT; MAB; Ministério Público Federal – ou melhor, o procurador-chefe da República no Tocantins, quem acompanhava todo o processo e já era bastante conhecido dos trabalhadores –; o Incra ou, menos ainda, a *empresa*.⁶⁵

Senti que a desconfiança começava a se dissipar numa entrevista com Seu Paulo Augusto já no fim de setembro de 2010. Um dos mais receosos e irritados com relação à mediação do MAB e da CPT, ele disse que nas conversas com suas irmãs e vizinhos no assentamento, àquela altura, um mês antes da sua remoção compulsória para o RRC Maju, muitos achavam que era bom que eu estivesse ali, morando nas suas casas num tempo de *precisão*, vendo o seu sofrimento de perto e conhecendo as agruras que eles tiveram que enfrentar *no acampamento dos atingidos* no Município de Estreito, com o objetivo de documentar o modo como estavam sendo tratados pelo *Governo* no processo de instalação da barragem.

Com certeza, minha filmagem mostrando as casas e os galpões na visita às obras de construção do reassentamento logo nos primeiros dias dessa etapa do trabalho de campo foi definitiva nesse sentido. Mesmo assim, apesar do registro fotográfico dessas obras, às vésperas da remoção das famílias, ainda havia que duvidasse do seu reassentamento naquele local e do pagamento da indenização pelas benfeitorias, produto do trabalho das suas famílias, com a devida justeza.

Por essa suspeita, nas nossas conversas informais e nas entrevistas, sempre que eu tocava no tema dos agentes e agências estatais participantes das suas negociações com o Consórcio Ceste, e todas as vezes que eu tentava extrair suas avaliações sobre a conduta do próprio consórcio nesse processo, alguns, poucos, é verdade, relutavam em externar suas percepções e

⁶⁵ *Empresa* é o termo que os trabalhadores no PA Formosa usavam quando se referiam ao Consórcio Ceste. Daí geralmente antepõem o artigo definido "a", não "o", à sigla do consórcio. A expressão 'a empresa' é usada em variação livre com a expressão 'a Ceste'.

apreciações – um pedaço de terra para trabalhar nunca saiu do horizonte dessas pessoas; talvez dos jovens, seus filhos.⁶⁶ Entrar novamente na terra *só com a cara e a coragem*, sem a indenização devida, tampouco estava no campo de possibilidades concebíveis por qualquer um no PA Formosa. Demonstrações concretas de apoio e solidariedade por parte da pesquisadora deram fim a essa relutância.

Logo na primeira semana do terceiro período de trabalho de campo, majoritariamente centrado no RRC Maju, entre agosto e outubro de 2011, fui abordada por dois dos reassentados, Aldo, um dos irmãos de Adelino, agora ex-presidente da Associação Padre Josimo, e Marcelo, então presidente da recém-fundada Associação Maria Trindade, associação local das famílias reassentadas. Na ocasião eu estava na casa da Zilá, que me acolheu nesse período da pesquisa – a essa altura eu já estava completamente integrada à família de Dona Lavínia. Os dois tinham recebido a notícia de que o Juiz Federal da Subseção Judiciária de Araguaína havia definido, finalmente, a data para a realização das Audiências de Conciliação no âmbito da Ação de Desapropriação que as empresas reunidas no Consórcio Ceste ajuizaram contra os titulares das parcelas que seriam inundadas no PA Formosa, inclusive agregados nessas parcelas.⁶⁷ Especificamente, a Ação pedia a obtenção da posse das benfeitorias ali existentes a fim de forçar a desocupação das parcelas para que a limpeza da área de formação do reservatório da UHE Estreito fosse executada.

Por sugestão do Pedro Ribeiro, único agente de pastoral atuante na assessoria a esse grupo de famílias durante suas negociações com o consórcio então, Aldo e Marcelo pediram que eu contribuísse financeiramente para a viagem, pagando as despesas com o aluguel do ônibus que levaria todos os implicados na ação até Araguaína e parte das despesas com alimentação na chácara da CPT naquela cidade, onde o grupo se hospedaria. Concordei de pronto com a solicitação, sobretudo pela situação crítica em que encontrei as famílias no reassentamento: boa parte delas assombradas pelo espectro da fome mais uma vez! A terra nos seus lotes não tinha sido preparada para o plantio da primeira roça, como estabelecia o Termo de Compromisso firmado entre o Consórcio Ceste e o Incra em setembro de 2009.⁶⁸ No lugar de providenciar a

⁶⁶ Voltarei a esse ponto no último capítulo desta tese.

⁶⁷ Processo Nº 16838-05.2010.4.01.4300, 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.

⁶⁸ Na seção relativa às obrigações do Consórcio Ceste no Termo de Compromisso firmado com o Incra, foi estabelecida, entre outras, a de "adequar os solos das áreas integrantes dos Projetos de Reassentamento Rurais de forma a possibilitar o plantio em áreas de 2 (dois) ha, suportando o custo para a correção do solo no primeiro plantio, em conformidade com a análise química dos solos a ser realizada para cada parcela, às suas expensas".

gradagem e a adubação química dos solos para o plantio, o consórcio havia distribuído sessenta sacas de arroz, a mesma quantidade em milho e duas sacas de feijão para cada unidade doméstica. Muitos ali já tinham vendido parte desses produtos para honrar dívidas que deixaram no comércio na *Ribeira* ou para fazer face a necessidades na sua manutenção e no suprimento das suas novas casas.

Uma vez concluídas as audiências, já de volta ao reassentamento, certos de que finalmente receberiam suas indenizações em um mês, e depois de terem assistido a uma intervenção indignada que eu fiz durante a audiência da Dona Lavínia, as pessoas pareciam não ter mais motivos para dúvidas. Numa conversa com vizinhos na casa de palha que construía para instalar sua cozinha, ouvi Rosália, filha da Dona Lavínia, dizer que a Trindade morrera cedo demais, mas por sorte deles eu tinha entrado em suas vidas. *Ave Maria! Do mesmo jeitinho que a Trindade*, Dona Marianinha emendou, *ela sabe falar sem ser despacientezinha com os pequenos e também sabe falar bonito com os grandes.*⁶⁹

Além de ter tido acesso ao grupo pelas mãos do MAB e da CPT e de saber me dirigir habilidosamente a públicos tão diferentes, minha idade contribuiu para que eu fosse aceita pela maioria desde o princípio. Boa parte das mulheres presentes nos eventos organizados pelo MAB pertencia à mesma faixa etária que a minha, entre 45 e 55 anos então, eram casadas e tinham netos, como eu. As conversas sobre nossas famílias facilitaram nosso entrosamento. Acompanhei dirigentes da Associação Padre Josimo em reuniões e viagens, discuti muitas vezes em grupos em que só havia homens e expus meus pontos de vista sempre que provocada. Não senti o peso da diferença de classe ou de gênero nessas ocasiões. Participei ainda mais de conversas sobre a *chegada da barragem* entre casais ou grupos de mulheres. De fato, embora tenha convivido com essas pessoas num período em que suas vidas estavam em suspenso – *desplaneadas*, no seu dizer, sem poder *tocar roça*, *sem progredir*, à espera da indenização e da relocação –, e por isso não tenha podido documentar as divisões costumeiras com relação à ocupação e uso

⁶⁹ Uma demonstração de afeto e de que relações de confiança tinham sido definitivamente estabelecidas entre meus interlocutores e eu aconteceu nesse terceiro período de campo. Logo após as audiências de conciliação em Araguaína, participei de uma viagem de parte das famílias reassentadas até Araguatins, município tocantinense localizado às margens do rio Araguaia, divisa com o Pará. Custeada pela Prefeitura de São Bento do Tocantins, em cuja área rural está o RRC Maju, a viagem teve por objetivo a transferência dos títulos de eleitor dos reassentados, de Darcinópolis para esse município. Quando moradores de um assentamento do Incra, também na zona rural de São Bento, tentaram entrar no ônibus, já bem cheio, disse para Seu Edgar, candidato a vereador e organizador da excursão, que daria meu lugar a uma senhora nesse grupo. No mesmo momento D. Zabelê, com quem eu tinha interagido bem pouco quando no PA Formosa, levantou-se e gritou do fundo do ônibus: *nãao, você vai onde nós!* Outras mulheres e homens no ônibus fizeram coro: *ela vai onde nós, Edgar!*

dos espaços privado e público e às tarefas de cada membro da família, tal como se davam no período em que podiam produzir à vontade, não parece equivocado afirmar que, naquele lugar, idade e prestígio pessoal, mais do que gênero, eram os critérios definitivos da divisão da participação ativa nos espaços de discussão de assuntos públicos.⁷⁰

Isso mudou no decorrer do trabalho de campo. Um dos indicadores da mudança foi a identificação frequente da Associação Padre Josimo com a *Diretoria* nas entrevistas que realizei em agosto de 2010. Alguns entrevistados referiram-se à organização como "a Associação, eles, os que estão na frente", incluindo-se, por oposição, na categoria "nós, o povo". Em 2008, nas entrevistas registradas em áudio, o uso do pronome possessivo na primeira pessoa do plural, como em "nós, da Associação" era o habitual, marcava o sentido de pertencimento à organização. E as referências aos seus dirigentes eram todas feitas pelos seus nomes próprios. Na segunda parte deste trabalho, problematizarei as condições de realização da pesquisa de campo a partir dessa nuance na forma de relacionamento dos diretores da Associação e de seus assessores no MAB e na CPT com as famílias no assentamento e, de certa forma, comigo também.

IV. Nota: ética e o estudo etnográfico do funcionamento do sistema estatal

No meu exame de qualificação, um dos examinadores se mostrou preocupado em relação à entrevista que realizei com o Diretor de Obtenção de Terra e Implementação de Projetos de Assentamento do Incra. Pertinente, sua preocupação era que meu relato etnográfico pudesse causar prejuízo ao agente público.

A antropóloga Ciméa Bevilaqua reflete sobre o problema da identificação dos informantes quando o foco do trabalho de campo etnográfico centra nas instituições e processos relativos à esfera pública (estatal, acrescento). Ela trata especificamente das implicações metodológicas e éticas envolvidas em pesquisas que se inserem no campo de estudos em consolidação no Brasil (cf. SOUZA LIMA, 2008), a antropologia do Estado.⁷¹ Aí, são observadas interações

⁷⁰ Por prestígio pessoal entenda-se principalmente a situação mais bem "organizada" da família daquela ou daquele que participa ativamente das assembleias e reuniões com agentes externos. Estar bem organizado, nos termos locais, significa ter progredido, ser uma ou um membro de uma família entre as "melhorzinhas de condições". Por certo, não há necessariamente oposição entre a participação ativa de mulheres em reuniões públicas e seu estatuto subordinado nas famílias de trabalhadores do campo no Brasil.

⁷¹ Ver Beviláqua, Ciméa B. "Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas" (2003), artigo publicado na Revista Campos, publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

que dizem respeito à interlocução entre funcionários do Estado e cidadãos e maneiras de ser e de agir de agentes públicos estatais, problematizadas. Não raro, a ação, a omissão ou (co)missão de políticos conhecidos, autoridades governamentais, magistrados e funcionários públicos graduados são iluminadas. Ora, pondera a autora, se tudo que antropólogas conseguem captar do funcionamento do Estado (de qualquer fato observado) passa necessariamente pelas experiências concretas dos sujeitos envolvidos nas suas pesquisas, a identificação dos nossos informantes nos seus relatos etnográficos pode, sim, acarretar-lhes prejuízo, bem como àqueles a quem seus depoimentos se referem. Assim, a opção pelo anonimato tem sido regra geral e unânime na chamada ‘antropologia das sociedades complexas’, ela conclui (*ibid.*, p. 54).

É justamente a adoção mecânica desse procedimento quando estudamos processos e instituições relativos à esfera pública que a antropóloga questiona a partir da sua própria experiência de pesquisa junto a agências de proteção ao consumidor no Estado do Paraná. No artigo, quatro episódios são apresentados envolvendo “condutas ilícitas ou moralmente controversas de autoridades públicas” (*ibid.*, p. 55) que continuam vivas e ativas na vida pública. Alguns ela conhece por depoimentos de indivíduos envolvidos nos eventos, outros por meio da observação direta. Adotar nomes fictícios nas etnografias para proteger informantes e autoridades acusadas nesses casos é ineficaz, mostra Beviláqua. Pela época em que os eventos ocorreram e o cargo que ocupavam, as autoridades assim expostas poderiam ser reconhecidas até mesmo por um leitor desatento que tivesse alguma familiaridade com o contexto local (*ibid.*, p. 56).

Quando os eventos relatados ocorrem na esfera pública, são de conhecimento público e incluem condutas irregulares de autoridades públicas, lembra-nos a antropóloga, é possível fazer referência a eles pela mediação de outras fontes: documentos, notícias veiculadas na mídia impressa ou televisiva etc. Mas interessa aqui comentar a condição de observação do segundo grupo de eventos que exemplificam o dilema ético colocado às antropólogas – a observação direta de eventos ocorridos na esfera pública nos quais altos representantes do poder público agiram irregularmente no exercício de suas funções. Para Beviláqua, nos casos de conflitos nascidos no mercado de consumo como os que ela pesquisa, especialmente os que culminam com a intervenção de uma ou mais instituições estatais de defesa do consumidor, não é possível contemplar ao mesmo tempo perspectivas antagônicas, isto é, a dos consumidores e a da instituição contestada. Aí, assumir a perspectiva dos consumidores torna “essencial manter o anonimato diante dos demais protagonistas para que a observação possa se realizar

adequadamente, sem mencionar a do adversário na disputa” (ibid., 59). A autoridade faltosa não se comportaria da mesma maneira sabendo-se participante da pesquisa etnográfica. E proteger sua identidade apenas comprometeria a inteligibilidade do relato e o desenvolvimento da análise, conclui Beviláqua. Nesse sentido, ela coloca a questão: “seria ético incorporar à etnografia um material obtido pela observação anônima, mas que permite a identificação dos sujeitos observados e implica danos potenciais à sua reputação?”. Penso que não, mas um não qualificado.

No contexto da minha pesquisa, outra questão se coloca. Como justificar a observação anônima para os trabalhadores sujeitos da investigação à luz de cujos sentimentos, expectativas e aspirações tento conhecer aspectos do funcionamento da máquina estatal num momento histórico específico?

Entrevistei dois altos funcionários do Estado durante o trabalho de campo. Ambos tinham conhecimento prévio da minha pesquisa. Entrei em contato com o Diretor de Obtenção de Terras do Incra tão logo soube de sua ida ao PA Formosa para a reunião de janeiro de 2010. Enviei previamente à sua assessoria uma mensagem eletrônica de apresentação, à qual anexei uma cópia do meu projeto de pesquisa e solicitei a entrevista no assentamento. De todo modo, ainda que eu tivesse tentado manter o anonimato, teria sido frustrada. Logo na abertura da reunião, Adelino, o presidente da Associação Padre Josimo, agradeceu a presença de todos, em particular das autoridades, o diretor do Incra e seus assessores, o procurador da República e seus assessores técnicos, e a *companheira Neila, pesquisadora vinda de S. Paulo, que estava ali registrando o evento com seus gravadores!* A observação anônima aí apenas suscitaria dúvida nos trabalhadores a respeito do partido que eu tomava na sua disputa com o Consórcio Ceste.

De qualquer modo, estou certa de que o uso que faço neste trabalho das falas das autoridades entrevistadas e, antes e principalmente, observadas exercendo suas funções, não poderá em qualquer circunstância lhes causar prejuízo. A tática de não as identificar por seus nomes próprios, de outro lado, seria inócua pelas razões que apresento abaixo. Por fim, como lembra Beviláqua, sempre seria possível ao leitor interessado identificar cada um desses funcionários do Estado pela época e os postos que eles ocupavam no sistema estatal no momento das nossas entrevistas.

Durante o trabalho de campo, uma única vez pensei que poderia ter adotado outra atitude diante de agentes públicos. No caso, assessores técnicos da Diretoria de Licenciamento

Ambiental do Ibama (Dilic). Trata-se de uma situação em que não tive oportunidade de me apresentar e apresentar minha pesquisa a todos os participantes, especialmente aos agentes públicos, antes de iniciada a reunião que documentei – uma reunião realizada na sede do órgão ambiental em Brasília, em setembro de 2010, um dos resultados da marcha “Terra, Água e Direitos”. Meu desconforto deveu-se a uma intervenção que fiz na reunião, da qual participou um grupo de representantes de diferentes categorias de trabalhadores do campo atingidos pela UHE Estreito, liderados por Cirineu e assessorados por um integrante da Coordenação Nacional do MAB, Joceli Andrioli.

Nessa ocasião, barraqueiros que exploravam a temporada de verão nas praias do rio Tocantins questionaram a decisão do Consórcio Ceste de não os indenizar tal como constituídos antes do alagamento das praias. Depois da construção de praias artificiais, o consórcio decidira delegar aos prefeitos municipais pertinentes a prerrogativa de distribuir as novas barracas erguidas. Nada garantia, segundo o conhecimento daqueles trabalhadores de como decisões são tomadas por governantes locais na região, que aqueles que de fato foram prejudicados com a construção da usina fossem compensados; nada obrigava os prefeitos a fazê-lo. Assim, os barraqueiros pediam a intervenção do Ibama no assunto. Aparentemente refratários diante da cobrança, os assessores da Dilic repetiam impassíveis que a exigência da construção de novas praias tinha sido cumprida, nada acrescentando sobre o que de fato movia os reclamantes.

Depois de sucessivas repetições, decidi interromper o que já me parecia uma ‘conversa de surdos’ e um pouco exaltada enumerei os obstáculos à influência dos trabalhadores barraqueiros nas decisões governamentais na esfera local – a centralização de processos de tomada de decisão e as práticas políticas comuns nos municípios brasileiros, talvez até mais resilientes nos pequenos municípios do Nordeste e do Norte, destacando a centralidade das relações clientelistas na cultura política tradicional em municípios de todas as regiões do país, a prática da distribuição de favores e benefícios no interior dos “currais eleitorais” das elites governantes.⁷² Diante do meu gesto inquietador de apontar o descaso, como a criança que apontava “o rei nu”, uma assessora técnica da Dilic deixou a reunião digitando um número no seu telefone celular. Cerca de vinte minutos depois da ligação, um representante da Secretaria Geral da

⁷² A identificação sociopolítica e cultural do Tocantins com estados nordestinos é enfatizada pela historiografia oficial tocaninense, a imprensa regional, elites regionais e locais e também pela população do Bico do Papagaio (Cf. Arbués, Margareth P. **A Migração e a Construção de uma (nova) Identidade Regional: Gurupi (1958 – 1988)**. In: Odair Giralдин (org.), *A Transformação Histórica do Tocantins*, UFG 2. ed. 2004, pp. 394-442.

Presidência da República (SGPR) entrou na sala da reunião. Sua participação era mesmo esperada por todos desde o princípio, mas me pareceu que a assessora tinha ido certificar-se de que ele estava a caminho. Essa impressão foi compartilhada pelos coordenadores do MAB ali presentes, Cirineu e Joceli.

Confrontados e sem argumentos, os representantes da Dilic recorreram não àqueles que davam corpo ao centro de poder efetivo de onde emanavam as decisões que pareciam nortear a elaboração de seus pareceres técnicos e a avaliação das suas condutas como servidores do principal órgão executor da política ambiental nacional – a Casa Civil da Presidência da República –, mas sim àqueles que davam existência ao órgão responsável pela consolidação das negociações (nos diferentes sentidos do termo) do governo Lula com os movimentos sociais de luta pela terra, o MST e o MAB, principalmente. É o que salientam as declarações do historiador e ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, hoje deputado federal,⁷³ e do deputado estadual gaúcho Altemir Tortelli (PT), membro do conselho político da Fetraf-Brasil, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. Numa entrevista concedida ao jornal Valor Econômico sobre a Reforma Agrária e a relação do MDA com movimentos sociais do campo, já no governo da presidente Dilma Rousseff, Florence disse:

Há mecanismos regulares de mediação isonômicos. Os movimentos sociais de luta pela terra e da agricultura familiar encontram no MDA e no Incra mecanismos permanentes de mediação. Além disso, a presidenta Dilma determinou a consolidação dos processos de negociação, em todas as áreas, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência, do ministro Gilberto Carvalho. A pauta dos movimentos contém muitos itens de responsabilidade de outros ministérios. Não é só terra (grifo meu).

Perguntado pelo jornal se isso não esvaziaria o MDA, o ministro respondeu:

Pelo contrário. O papel do MDA é executar a política pública da reforma agrária e da agricultura familiar, e não negociar com os movimentos. Essa é uma função fundamental, mas não é atribuição legal da política pública que nós temos. A mediação é da Secretaria-Geral, como o ministro Luiz Dulci já fazia [no governo Lula]⁷⁴ (Valor Econômico, 22/06/2011, E1).⁷⁵

⁷³ Ligado à corrente Democracia Socialista do PT, Florence esteve à frente do MDA entre janeiro de 2011 e março de 2012.

⁷⁴ Luiz Dulci foi ministro-chefe da SGPR durante todo o governo Lula, substituído em janeiro de 2011 pelo ministro Gilberto Carvalho, à frente da Secretaria até janeiro de 2015.

⁷⁵ Citado pelo geógrafo e professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira no artigo “A aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês” (2010, p. 94). O grifo no início da resposta à segunda pergunta ao ex-ministro, da segunda frase até a frase “mas não é atribuição legal da política que nós temos” é do geógrafo. O restante é meu.

Já Altemir Tortelli, falando ao Valor Econômico sobre a relação do MDA com movimentos de luta pela terra e apoio à agricultura familiar, declarou:

A relação entre os movimentos do campo e o ministério é tensa. Algumas organizações, como o MST, têm buscado auxílio direto no Palácio do Planalto, com o ministro Gilberto Carvalho, como forma de acelerar o atendimento de suas demandas. Se o MDA não se impõe, o espaço vazio fica. Se o ministro não avança, a gente procura outro. Quando o Rossetto⁷⁶ não conseguia, a gente procurava o Zé Dirceu. Se esperar sentado, e não der "peitada", não abre as portas. Se o santo não resolve, a gente pede pro anjo falar com Deus (Valor Econômico, 04/11/2011).⁷⁷

Nos capítulos III e IV retornarei à relação “governo federal-movimentos sociais” nos dois mandatos presidenciais de Lula. O que quero destacar aqui é que meu desconforto com relação à minha conduta na reunião com os assessores técnicos da Dilic deveu-se ao fato de eu apenas ter participado do ritual de apresentações que em geral inicia reuniões de movimentos sociais e comitivas de trabalhadores com agentes públicos. Exceto por esses assessores e, de certa forma, pelo juiz federal que presidiu as audiências de conciliação entre o Consórcio Ceste e as trabalhadoras e trabalhadores deslocados do PA Formosa, todos os participantes dos eventos registrados em áudio e/ou vídeo ou através de anotações no meu caderno de campo tinham conhecimento prévio da natureza da minha pesquisa. Mais importante: nenhum ignorava meu posicionamento quanto aos interesses em tensão na situação concreta da implantação da UHE Estreito, nem tampouco que seria impossível uma entrada nessa situação pelos dois lados. Rejeito, como muitos cientistas sociais, a possibilidade da adoção de uma atitude neutra ou impessoal diante da oposição entre, de um lado, trabalhadores assentados e ameaçados pelo deslocamento forçado e, de outro, um consórcio de grandes grupos econômicos, inclusive um grupo brasileiro beneficiado por um forte processo de centralização e concentração de capital promovido pelo governo federal. Não há como cientistas sociais desconsiderarem que conduzir uma investigação entre trabalhadores do campo ameaçados de perder a posse da terra em que moram e produzem implica ter a experiência do seu sofrimento. Isso, por seu turno, como bem coloca Michael Herzfeld (2011),⁷⁸ implica tomar posições e por vezes fazer intervenções baseadas no conhecimento que adquirimos e na afeição que sentimos a partir dessa experiência.

⁷⁶ Miguel Rossetto foi ministro do Desenvolvimento Agrário entre janeiro de 2003 e março de 2006. Em janeiro de 2015, ele assumiu o cargo de ministro-chefe da SGPR, substituindo Gilberto Carvalho.

⁷⁷ Disponível para assinantes em: <http://www.valor.com.br/politica/1082284/movimentos-sociais-criticam-ministro>. Acesso em: 25 jan. 2013.

⁷⁸ Na entrevista concedida à iniciativa do antropólogo britânico Alan Macfarlane, *Filmed Interviews with Leading Thinkers*. Disponível em: <http://www.sms.cam.ac.uk/media/1296870>. Acesso em: 22 set. 2012.

Por último, quanto ao uso das falas do diretor do Incra e dos técnicos do Ibama nesta tese, entendo que não corro risco de quebrar o compromisso ético que deve existir entre antropólogas e os sujeitos de suas pesquisas, pois elas refletem posições conhecidas e amplamente difundidas nos níveis subordinados do aparelho estatal brasileiro, pouco ou nada privilegiados pelos sucessivos governos liberais e trabalhistas nas duas últimas décadas, como o Incra, o Ibama e a Funai.

2. Ah, mas o meu sonho é a terra!

1. *Água malvada!*

Chegamos ao PA Formosa ainda bem cedo, por volta das oito horas da manhã. Para a maioria das pessoas no grupo que acompanhei no retorno ao assentamento, era a primeira visita. Onze meses e alguns dias tinham passado desde que as famílias forçadas a deixar seus lotes de terra às margens do Tocantins foram transportadas até o ‘Reassentamento Rural Coletivo Maju’. Para estabelecer o novo assentamento, o Consórcio Ceste adquirira a Fazenda Maju II, localizada no município de S. Bento do Tocantins, noroeste do Bico do Papagaio. Tínhamos conseguido um ônibus para levar o grupo. Alagoano, motorista e dono do veículo, estacionou próximo à beira do lago da barragem, num local onde ainda era possível identificar as *fruteiras* plantadas por Salviano e Hermínia no entorno do barracão onde os assentados se reuniam para assembleias e recebiam representantes do Ceste, do Incra e do Ministério Público Federal para negociações de reparação.

Seu Paulo Augusto logo identificou dois barcos de pescadores. Um deles era pilotado por um morador do outro lado no rio, no Maranhão. *Aquele sim*, ele disse, ***era um cabra de sorte!*** O rapaz tinha sido indenizado duas vezes pelo consórcio. Na primeira, mudou-se para um terreno de sua avó, pouco acima das terras de seu pai. A água terminou por alcançar também essas terras, cobrindo a casinha nova que construía. Era o *fator sorte!* O barco tinha sido comprado com o dinheiro da indenização e o rapaz ainda conseguira ficar numa área remanescente das terras da avó! Acenei para ele e fui atendida. Pedi que nos levasse em grupos para uma volta pelo lago. Na primeira leva, entramos no barco Seu Paulo Augusto, sua irmã Tércia e eu.

Não houve supressão da vegetação naquela área. Fomos batendo nos galhos mais baixos das árvores. Elas serviram para identificarmos os lotes já totalmente alagados. Passamos sobre as terras da Tércia. Muito do seu suor estava ali misturado. Sem marido e vivendo só com um filho que alternava o trabalho no lote com diárias em fazendas na vizinhança, ela plantara

até o último ano, mesmo com a proibição do consórcio, mesmo sabendo que não seria indenizada pelo plantio perdido. Não aposentada, ela e seu filho plantaram '*pros periquitinhos verdes, os periquitos-estrela, as curicas e os quatis comer*. E eles dois o que sobrava. No último ano antes da remoção, quase todos no assentamento já não plantavam o que comiam. Os moradores dos povoados vizinhos já tinham deixado suas terras, cada família com um arranjo individual com o Ceste, tal como o consórcio queria. Assim, sua roça e a do Seu Elio, seu cunhado, passaram a alimentar também os bichos, agora comensais.



FIGURA 11: Lago da barragem no PA Formosa; plantio de Salviano e Hermínia já submerso, dezembro de 2011

No trajeto, cada vez que conseguia identificar uma referência de um lote, as *plantas* do Elio, do Elpídio, dos irmãos Curiango. . . , eu pedia a Seu Paulo Augusto que confirmasse. Ele respondeu tantas vezes quantas aguentou a *pesquisadora*. Entre um e outro assombro, não tive a sensibilidade que aquele momento solene requeria. Passamos perto da ponta da Ilha de São José. Tanta terra boa, tanto babaçu, quanta banana perdida!, gritei. Nem Tércia, ao meu lado, nem seu irmão, na proa, disseram palavra. As *plantas* dos dois também estavam perdendo

nos seus lotes. O piloto rumou para o local onde embarcamos, agora porto. Tércia segurou minha mão para sair do barco; esticou o pescoço e apontou com o queixo e os lábios embicados a direção do seu lote. *Água malvada!*, ela disse. Foi tudo o que ouvi dos irmãos naquela manhã.

Lembrei-me da minha primeira entrevista com Seu Paulo Augusto, quando tentei extrair dele sua história de vida. Concentrando toda a sua força na barragem e no deslocamento forçado dela decorrente, matriz da sua aflição, como tantos outros no PA Formosa diante de sua relocação, ele rejeitou de pronto a minha investida, encerrando o encontro. *O que eu tinha pra dizer é isso*, ele disse. *E o resto da história*, prosseguiu pensativo... *porque a história do assentado, eu acho que dá 'pra passar mêêês contando! História boa não tem, mas ruim tem muita!*

II. Objetivo específico e organização do capítulo.

No Capítulo I reproduzi um comentário de Seu Paulo Augusto sobre a resistência coletiva dos trabalhadores no PA Formosa às tentativas de imposição das ‘cartas de crédito’ como compensação pela perda da terra e das benfeitorias produto do trabalho familiar: *Só sobrou nós! Nos outros é tudo resto!*, ele repetia com certo orgulho. Apenas três famílias em um dos outros onze projetos de assentamento a serem alagados continuavam reivindicando do Consórcio Ceste terra por terra e dinheiro por *melhorias*. Mas essas famílias cederam diante da última oferta do consórcio, a chamada ‘carta de crédito melhorada’ – o pagamento de uma só vez do valor de R\$ 42 mil, equivalente a uma carta de crédito regular – e do valor da indenização pelas benfeitorias. Neste capítulo, tento revelar as condições que contribuíram para aquilo que pareceu ser a constituição de um “sujeito coletivo” que, em outubro de 2010, às vésperas do prazo acordado entre o consórcio, a Aneel e o governo federal para o fechamento das comportas da UHE Estreito, ainda emperrava a desocupação das parcelas a serem inundadas, impedindo a limpeza da área que daria lugar ao lago artificial da usina.

Partindo do princípio de que o passado condiciona o presente e da afirmação de Sartre de que "o homem sempre pode fazer algo com o que é feito dele" (1997, p. 208),⁷⁹ buscarei uma resposta para essa questão na trajetória social desse grupo de trabalhadoras e trabalhadores do campo. Assim, iniciarei a exposição retornando à história da ocupação das terras na Fazenda Porto Alegre, também conhecida como "Alto Bonito". Na segunda seção,

⁷⁹ Conforme citação em Mészáros no seu livro *A Obra de Sartre* (2012, p. 323), uma homenagem ou, nos seus termos, um esforço no sentido de resgatar a dívida marxista para com o filósofo francês.

apresentarei as condições de vida no PA Formosa, sobretudo as de infraestrutura, que refletem diretamente a relação específica entre o Estado e os assentados, como observam Leite et al (2004, p. 86). Na terceira, apresentarei a composição social do assentamento, destacando as redes de relações de parentesco que ligavam unidades domésticas aí localizadas. Como é comum em projetos de assentamento no meio rural brasileiro, a decisão de ir para a ocupação, a avaliação positiva dos primeiros ocupantes quanto à sua posição na correlação das forças em presença na disputa pela posse da terra, e a conquista do acesso seguro a um lote de terra na condição de ‘assentados da reforma agrária’ permitiram que muitos trabalhadores reconstituíssem ali laços de família antes esgarçados ou rompidos por migrações dos seus pais ou irmãos, já desprovidos de tudo mais que não a sua força de trabalho para vender (ibid., pp. 117-118). Na última seção, voltarei ao enfrentamento das famílias no PA Formosa com a empresa responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul, a Valec. A vivência coletiva do acampamento nos trilhos da ferrovia *serviu como uma escola* para o enfrentamento com a *Ceste*, ouvi das mulheres no assentamento. Com suas crianças e parentes idosos, elas tiveram papel de destaque nessa iniciativa política que favoreceu a constituição de uma identidade social suplementar àquela que refletia a intervenção do Estado, a categoria administrativa e política ‘assentado’. Agora essas trabalhadoras, seus maridos, filhos e parentes idosos já não eram só ‘assentados’, mas sim ‘os assentados do PA Formosa’, protagonistas da paralisação das obras da ferrovia que tinham conseguido atrair para si a atenção da mídia televisiva regional e até nacional.⁸⁰

Tentando extrair o sentido desses processos vivos da experiência dessas pessoas por meio de sua expressão em narrativas do passado, delinearei neste capítulo uma interpretação de como essas mulheres e homens assentados rurais construíram força bastante para resistir tanto às condições desrespeitosas de sua dignidade impostas pelo Consórcio Ceste às negociações por reparação, quanto à indiferença aparente do Incra diante da sua situação de incerteza e angústia.

⁸⁰ Até a criação oficial do PA Formosa, "lavrador" era a categoria pela qual a maioria dos assentados ali reconheciam a si próprios. "Juquireiro" é uma categoria de referência, mas aparece ocasionalmente em algumas falas como categoria de auto-referência.

III. Ave Maria! Ave Maria! O tanto que foi bom demais!

– Não, Ditinho, já pode guardar a enxada que o despejo chegou aí! Eu já larguei meu serviço, Salviano alertou.

– O despejo?, pois eu não vou largar o meu não! Deixa ele vir! É isso que eu quero! Que o despejo venha até aqui! Que ele me ache no meu serviço! Eu quero é trabalhar!

Era o fim da marcha "Terra, Água e Direitos", em setembro de 2010. Cercado por suas primas e sua mulher, Seu Benedito balançava numa rede no acampamento dos atingidos pela Barragem de Estreito, que começava a ser desfeito então. Pedi que ele me contasse sobre a entrada na Fazenda Porto Alegre no ano de 2000, o despejo dos trabalhadores e a volta à fazenda, origem do PA Formosa em 2001. Ele aceitou de pronto e fez questão de que eu ligasse o gravador para registrar seu relato.

Chegando àquelas terras boas na beira do Tocantins, Seu Benedito encontrou forquilhas velhas, queimadas, *que era do tempo que tinham invadido e mandaram botar pra fora, queimaram barraco com tudo! Mandaram queimar os barracos, tocar fogo com gente dentro ainda!*, ele disse ter sabido por Bentão, o gerente da fazenda que, insatisfeito com o pretenso proprietário do imóvel, dizia-se arrependido da violência perpetrada contra as famílias que sofreram o primeiro despejo e por esse motivo dispusera-se a colaborar com os novos pretendentes. Sabendo que aquelas terras eram abandonadas, *que tava com mais de quinze anos que o dono não ligou mais*, outras famílias tinham tentado ocupá-la cerca de três anos antes.

Alguém morreu nesse despejo?, perguntei. *Naaão, ninguém morreu! Correram de lá sem nada!* Perto dos vestígios dessa primeira ocupação, Seu Benedito ergueu um barraquinho. *Tinha um cocal ali. Marianinha [sua mulher] ficava na Wanderlândia*, ele continuou. *Aí eu ia lá pra trabalhar sozinho! Jogava as coisas nas costas, café, açúcar. . . vinha de carro até na estrada e da estrada lá tocava de pé! Aí eu fiquei uns oito meses lá sozinho. Broquei uma rocinha lá. Acho que um dia eu fiquei lá sozinho. Foi tudo pra rua⁸¹ pra comprar coisa pra levar pra roça, pra trabalhar!*

⁸¹ Atualmente, o termo *rua* geralmente designa localidades onde há aglomeração de casas e estabelecimentos comerciais, inclusive para beneficiamento e comercialização da produção rural, além de serviços públicos (saúde, educação, segurança etc.). Isso inclui pequenas sedes distritais e municipais da região de referência do falante e raramente grandes cidades como Imperatriz, São Luís, Araguaína, São Paulo etc.

Seu Benedito foi surpreendido pela oficial de justiça tal como desejara. *Eu tinha feito uma rocinha lá, queimei, aí eu 'tava plantando uma manivinha,*⁸² ele disse. *Nós 'tavavamos almoçando, aí eles vieram na mata... tá!, tá!, tá!,* ele reproduziu a passada firme das botinas no caminho. *Chegou homem, mulher, acho que tinha umas dezoito polícias!* Guri *'tava suadiiinho!* Por conhecer a localização de todos os barracos na ocupação, Guri fora tomado como guia pelo tenente que comandava a operação. Ali, as armas de Seu Benedito e Salviano foram logo apreendidas. Elas estavam escondidas na mata, mas Seu Benedito tinha esquecido os *mocós*, companheiros das armas, pendurados na forquilha do barraco. Dali os policiais partiram para o lote da Georgina, prima em primeiro grau do Seu Benedito, da Dona Marianinha e da Hermínia, mulher do Salviano. Entre os trinta e três ocupantes que tinham *tirado lote* na fazenda, Georgina era a última a ser surpreendida pela tropa policial. Vendo que também ela e seus filhos já tinham brocado uma rocinha, o tenente desabafou para o grupo, Seu Benedito contou:

Rapaz, nós reconhecemos o direito de vocês aqui mesmo. O direito aqui é de vocês! Se vocês se amolecerem, o homem toma! Mas se vocês não se amolecerem, aqui tem sessenta por cento de vocês e quarenta do dono. Nós viemos aqui ganhando nosso dinheiro, sabendo que vocês 'tão no direito de vocês, mas eu não queria que vocês botassem banca não! Eu vou dizer uma coisa a vocês: vocês voltem! Com quinze dias, vocês voltem pra dentro do que é de vocês de novo e pode trabalhar! Agora vocês não entram sem autorização! É na lei que vocês voltam!

O tenente esclareceu que aquela operação tinha sido patrocinada pelo William, pretenso proprietário da Fazenda Porto Alegre. Segundo disse, William dera dez mil reais aos policiais para que eles fossem até a fazenda expulsar os trabalhadores. Além disso, acrescentou, o rapaz não tinha mais recursos para pagar outro despejo e tampouco conseguira provar com documentos legais que seu pai era mesmo o proprietário de toda a extensão da fazenda. Por certo que os policiais tinham embolsado o pagamento, Seu Benedito e Guri sugeriram. Mas o militar *facilitou a conquista dessa terra*, ouvi dos dois e de outros *primeiros*, referindo-se à *força pra nós* que o tenente tinha dado.

Pelas espingardas encontradas na ocupação, Seu Benedito, Salviano, Zédo-Rádio e Seu Silvino Gogó foram levados para dormir na Delegacia de Polícia Civil da *Ribeira*, já que andar com armas indicava disposição para briga e *isso não dava pra manear!*, Seu Benedito ouviu do delegado. Sem meios para pagar a fiança, definida em cinquenta reais por portador de arma, ficaram presos uma noite e um dia – *nós 'tavamos pra lá era gastando o que tínhamos*

⁸² Rama ou caule da mandioca que serve como muda para novos plantios.

levado, nós não 'távamos ganhando não!, Seu Benedito contestou o militar. *Mas 'tava pertinho da política lá!*, ele disse. O tempo *de mexer com política* é tempo de ser *agasalhado*, tempo de receber pequenos e grandes favores que resultam na adesão dos beneficiados ao candidato que souber *agasalhar*, criar novos ou reavivar velhos compromissos (cf. PALMEIRA, 1992). *Quando é no outro dia veio gente de todo jeito lá 'pra arrancar nós de lá!*, ele disse animado.

Guri, as mulheres dos que ficaram retidos e os outros trabalhadores que tinham entrado na fazenda conseguiram que um conhecido seu, Taurino, intervisse em favor dos quatro companheiros presos. O rapaz era filho de uma candidata a vereadora em Wanderlândia pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e do vice-prefeito da cidade, recém-falecido então. Para libertá-los, Taurino pediu que o Delegado da Polícia Civil da cidade, Florismar, e seu irmão e escrivão na delegacia, conhecido como Cheida, fossem até Darcinópolis intervir. Os dois eram amigos dos trabalhadores despejados. *Mas não deu jeito não!*, Seu Benedito esclareceu. De lá os irmãos policiais partiram para Araguaína a fim de obter apoio de autoridades nessa cidade. *Quando é outro dia*, Seu Benedito continuou reproduzindo o diálogo de Florismar com o policial que guardava a delegacia na *Ribeira*:

– *Bom dia!*, disse Florismar cumprimentando o policial.

– *Bom dia!*

– *Rapaz abre essa merda aí que eu quero tirar meus amigos daí de dentro! Eu quero tirar meus amigos daqui de dentro, rapaz!*, disse Florismar ameaçador, já se dirigindo à cela.

– *Não, mas é só se pagar*, o policial respondeu.

– *Aa abre ou eu vou abrir!*

E a candidata, mãe do Taurino, foi eleita?, perguntei. *Mas rapaz, foool!*, Seu Benedito e Dona Marianinha responderam de uma só vez.

Obtida a liberação dos presos, Guri seguiu à risca a recomendação do tenente que comandara o *despejão*. Por intermédio de uma candidata pelo PT à prefeitura daquele município, Helena, seguiu para Araguaína para pedir o apoio da CPT. Lá, ele foi recebido pelo Frei Xavier Plassat, ainda hoje coordenador do escritório Araguaia-Tocantins da organização da Igreja Católica. Trindade, assessora jurídica da CPT, e Sônia, advogada representante da FE-TAET, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins, estavam presentes. Porque a Superintendência Regional do Incra em Palmas demorou a desencadear o processo de desapropriação da fazenda, o grupo fez uma manifestação em frente à sede da Unidade Avançada do órgão em Araguaína. Para tanto, além do apoio da CPT, contaram com a ajuda do

Sindicato Regional de Trabalhadores Rurais de Tocantinópolis, município do qual o distrito de Darcinópolis fora desmembrado no ano de 1993, e da prefeitura desse novo município, que contribuiu com a alimentação dos manifestantes. A greve foi bem-sucedida. Noventa dias depois do despejo estavam todos de volta às terras que ocuparam, podendo trabalhar à vontade e com a permissão do Incra, como recomendara o tenente. *Quando saiu o decreto do assentamento, Ave Maria! Ave Maria! O tanto que foi bom demais!*,⁸³ Seu Benedito concluiu seu relato.

Daquele tempo até chegar essa barragem, nós nunca mais entramos numa causa sem o apoio da CPT!, ouvi mais tarde do Guri, quando ele me contou mais vez sobre sua participação na luta dos trabalhadores no PA Formosa por um pedaço terra para trabalhar.



FIGURA 12: Seu Benedito, *Ditinho* (Dez. 2012)

* * *

⁸³ No período entre 21 e 25 de maio de 2001, um engenheiro agrônomo lotado na Superintendência Regional do Incra em Palmas realizou a vistoria preliminar na Fazenda Porto Alegre. O ato administrativo de criação do Projeto de Assentamento Formosa foi assinado no mês seguinte, em 25 de junho de 2001. A defasagem entre a ocupação da área pelos trabalhadores e a criação oficial do assentamento foi de menos de um ano, quando a defasagem média no Tocantins é de cerca de três anos. Na verdade, as terras da fazenda eram da União, griladas pelo pai do pretense proprietário do imóvel rural. Assim, elas foram adquiridas por arrecadação, não desapropriação.

Recuperando-se a história ocupacional das mulheres e homens responsáveis por lotes no PA Formosa, observa-se que a maioria vivia nas imediações da pequena cidade de Wanderlândia e tinha experiência anterior na agricultura. Muitos trabalhavam na *juquira*, a limpeza do terreno para formação de pastagens para a pecuária extensiva nas grandes e médias propriedades rurais no 'Bico do Papagaio'.⁸⁴ Recrutados por empreiteiros, *gatos*, “empresários do trabalho alheio”, na colocação feliz de Palmeira (2014, p. 325), trabalhavam sem contrato de trabalho formalizado, às vezes enfrentando as piores condições de trabalho e vida.⁸⁵ Na *juquira*, segundo o dizer local, algumas mulheres eram contratadas para cuidar da alimentação da turma de trabalhadores aliciados, outras trabalhavam diretamente sob as ordens do proprietário da fazenda ou de sua mulher. Os demais assentados que também estiveram subordinados às *fazendas* de criação de gado trabalhavam como vaqueiros. Esses chegaram à ocupação ou ao projeto assentamento já criado pelo Incra com recursos para o iniciar a produção, uma vez que participavam do rendimento do gado.⁸⁶ Entre os demais, havia os que trabalhavam em usinas de açúcar e álcool no Maranhão, os que combinavam o assalariamento urbano temporário com o cultivo de mandioca em terras de terceiros em regime de meia e os que cultivavam hortaliças em pequenos lotes próprios, de até dois hectares, inviáveis para produzir o necessário à manutenção

⁸⁴ “Bico do Papagaio” é a designação da microrregião do extremo norte tocantinense, delimitada pelos rios Tocantins (leste) e Araguaia (oeste) e composta por 25 municípios, sendo Darcinópolis o primeiro ao sul – daí ser conhecido regionalmente como o “Portal do Bico”. Ao mesmo tempo, a expressão designa a região da confluência desses rios – aí incluídos o Sudeste do Pará, o Oeste do Maranhão, além do Norte do Tocantins –, que ganhou visibilidade nacional desde meados dos anos 70 em razão de violentos conflitos pela posse da terra, uma decorrência da valorização da terra e do aumento da prática da grilagem a ela associado (ver Nota 10).

⁸⁵ Acerca dos conflitos agrários e da intensidade da violência no campo no norte tocantinense, vale lembrar o trecho de uma reportagem do jornal O Globo (1988), citada na tese do geógrafo Jean Carlos Rodrigues (2008), que trata da imbricação da política com a religião nas representações em torno do projeto de criação do Estado do Tocantins. Segundo o geógrafo, diz a matéria:

O Tocantins foi o berço da UDR e se constituiu numa das regiões de maior disputa fundiária, com registro policial de mais de duas mil mortes atribuídas a pistoleiros profissionais. Há dois anos, na Praça das Nações, centro de Araguaína, a contratação de um pistoleiro poderia ser feita a partir de uma tabela de preços (Rodrigues, 2008, p. 120).

⁸⁶ Sobre a partilha como forma de pagamento a vaqueiros no Sul do Maranhão e Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, ver Velho, 2009 [1981], pp. 17 – 23. Segundo esse antropólogo, em meados do século XVIII, quando da expansão da frente pastoril para essa região, o sistema de partilha era a base das relações de trabalho entre patrões e vaqueiros. Depois de cada cinco anos, o vaqueiro recebia como pagamento por seus serviços, a quarta parte das crias. “Assim, depois de algum tempo, podia estabelecer-se por conta própria” (ibid., p. 17). Ainda que essa fração tenha se tornado cada vez menor até quase desaparecer com a valorização do gado, os que eram vaqueiros antes de entrar no PA Formosa – mesmo Samuel, que era vaqueiro proletário – aí chegaram como homens “de condição”. Eram empregados permanentes, recebiam salário fixo, diferentemente dos que antes trabalhavam como assalariados temporários ou cultivavam *terra alheia* em diferentes tipos de parceria.

imediate da vida de um pequeno agricultor com família por meio da venda nas feiras de Araguaína. Outros eram ‘pescadores artesanais’ ou barqueiros, filhos de posseiros, pescadores e agricultores em terras devolutas na margem direita do Tocantins, o lado maranhense. Outros ainda deixaram a construção civil em Araguaína. Apesar dos diferentes ofícios desempenhados e condições de chegada ao assentamento, entretanto, exceto por dois irmãos que vieram da sede municipal de Wanderlândia, os demais titulares de lotes e seus cônjuges eram todos filhos ou filhas de famílias de posseiros ou pequenos proprietários rurais que perderam sua terra de trabalho, casa ou morada nas grandes e médias propriedades rurais no centro-norte do Tocantins ou sudoeste do Maranhão,⁸⁷ e, em muito menor proporção, no Piauí, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás, Mato Grosso do Sul, Acre e Roraima.⁸⁸

Antes de Salviano e Hermínia, foram Georgina e seu marido, João Índio, que primeiro souberam das terras boas não trabalhadas na beira do rio Tocantins. Num relatório de

⁸⁷ Em conversa com Seu Elio (56 anos), assentado, ele se referiu ao tempo do seu pai como tempo que era tudo "à voluntário", ou seja, as terras eram livres. Aos seus dois anos de idade, seu pai mudou-se com a família de Amarante do Maranhão para a Formosa, localidade no município João Lisboa, próximo à cidade de Porto Franco, também no Maranhão. Ele disse:

Naquela época era à voluntário, não é? O camarada chegava, assentava onde quisesse, botava roça onde queria. Aí era tudo bom, não é? Aí foi indo, foi indo, foi modificando, foi chegando mais gente, cada qual foi tirando um pedacinho, aí ficou ruim, não é?

Sobre o "fechamento da fronteira" (Graziano da Silva, apud Palmeira, 1985, p.88) para trabalhadores no norte goiano (Tocantins) na década de 60, e o incremento da população urbana e a inversão rural-urbana na região, observada na década de 70, ver Aquino (2004, p. 315-350). Sobre a expropriação do campesinato de relações sociais que vivam como naturais na condição de moradores, agregados, colonos e semelhantes ver Palmeira (1985). Para casos de "fechamento de fronteira" para trabalhadores, revelando a mesma tendência à urbanização precoce mesmo em áreas de fronteira agrícola em expansão já nas décadas de 60 e 70, ver Velho (2009 [1981], p.87-138), Martins (1980, p. 16-17) e Esterici (1987). Para a expropriação do campesinato dos seus meios de produção na Amazônia brasileira no período 1965-1989, sobretudo a terra, ver a discussão de Almeida (1991, p. 259-290) sobre conflitos da terra na região e formas de intervenção governamental para resolver esses problemas agrários.

⁸⁸ O norte de Goiás, Estado do Tocantins, a partir da Constituição Federal de 1988, recebeu um afluxo maior de migrantes entre as décadas de 50 e 60, especialmente no governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), e na ditadura militar, a partir de meados dos anos 70, no contexto dos esforços de planejadores de governo para integrar a Amazônia à economia e política nacionais. Nos dois casos, a migração do Maranhão, Piauí e outros estados para o norte goiano esteve associada à implantação de uma malha rodoviária na região, especialmente à abertura de novos trechos do complexo rodoviário federal conhecido como Rodovia Belém-Brasília, que viabilizou o desenvolvimento econômico das principais cidades por ele servidas diretamente, caso de Araguaína, e, anos mais tarde, quando do seu asfaltamento (cf. SOUZA, 2004). [c/ Themis Parente]

Velho (2009 [1981], p.87), no entanto, pondera a identificação desse soerguimento econômico com a construção da ligação rodoviária da nova capital federal com Belém do Pará e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1996. Fiel ao seu cuidado de "evitar o erro metodológico e teórico de realizar uma apreciação sobre mudança estribado na conjectura de um zero absoluto de história anterior a um *take-off* arbitrário" (ibid., p. 4), no caso, a construção da rodovia, o antropólogo chama a atenção para o fato de que essas iniciativas do Estado no processo de desenvolvimento só tiveram o efeito obtido pela existência de pré-condições que já vinham amadurecendo na região. Caso da BR-163.

atividades de uma agente de pastoral que passou a dar assistência social e política a esses *primeiros* e àqueles que voltaram com eles para a Fazenda Porto Alegre depois do despejo – nos termos da CPT, a 'comunidade Alto Bonito' – encontrei o registro de um depoimento da Georgina, dado em fevereiro de 2001, por ocasião da terceira reunião realizada na ocupação. Perguntada pela agente de pastoral, Irmã Marli, sobre qual seu maior sonho, ela respondeu: *ter fartura*⁸⁹ *e trabalhar sem humilhação!* No documento, a religiosa faz uma breve introdução sobre a trabalhadora. Em 1991, aos quarenta e cinco anos, *cansada de trabalhar em fazenda alheia*, Georgina e o marido decidiram deixar Sumaúma, povoado próximo à sede de Porto Franco, município localizado no sudoeste maranhense, rumo à Wanderlândia, onde tinham parentes. Levaram seus filhos solteiros – os do casal e os do João Índio com uma irmã de Georgina, já falecida. Por cerca de oito anos a família viveu num lote que comprou num bairro da periferia daquela cidade. Desgostosa com o afogamento de uma de suas crianças durante uma convulsão quando brincava num córrego, Georgina não hesitou quando escutou aquela *atoarda* sobre as terras da Fazenda Porto Alegre.⁹⁰ Naquele momento, João Índio já tinha firmado um compromisso de ir até Minas Gerais para uma temporada de trabalho na fazenda de um *patrão* conhecido. Antes de partir, contrariado, com receio de ter sua mulher morta por jagunços – ele próprio trabalhara nessa capacidade em fazendas no Maranhão – ele viu Georgina espalhar a boa nova para seus parentes e vizinhos amigos. Depois de reunir um pequeno grupo, ela foi *clarear* a notícia. *Pra eu levar aquele homem pra olhar lá?! Mulher do céu! Foi luta! Foi luta pra eu dobrar aquele João Índio 'pra levar lá?! Até que eu consegui levar o Cecílio, Adriano e ele! Aí gostaram!, eu disse. Gostaram!, ela respondeu vaidosa. Viixe!! Aí já não queria era vim pra cá mais!* Cecílio era casado com Betina, uma das filhas do primeiro casamento de João

⁸⁹ Fartura no sentido de ter o que comer. Como o lembra Martins no seu artigo “Terra e Liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal” (1979), o que define a boa ou má vida – aqui, como entre posseiros de que trata esse sociólogo – é a fartura, não o dinheiro.

⁹⁰ A notícia tinha mesmo sido espalhada por Zédo-Furo, mas não porque gostasse de *fazer o bolão e dividir a terra para o povo*, como me disse orgulhoso em nosso primeiro encontro no PA Formosa. Soube mais tarde que Zédo-Furo e um outro – *que não tirou lote na ocupação* – moravam num povoadinho vizinho à fazenda. Relacionando-se com o gerente insatisfeito com o patrão, filho do homem que cercara aquelas terras da União, aproveitaram do seu conhecimento sobre a situação fundiária do imóvel e a regulamentação de 1993 acerca das terras improdutivas, para *cortar uns lotes* e vendê-los a trabalhadores que, àquela altura, já não conseguiam mais manter suas famílias nas cidades da região, nem tampouco podiam levá-las para o trabalho nas terras dos patrões. Refiro-me à Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, cujo parágrafo primeiro estabelece que “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”. Zédo-Furo é um dos poucos assentados no PA Formosa que já tinham relação com sindicatos de trabalhadores rurais na região do Bico do Papagaio. Aparentemente, sua expectativa de realizar algum lucro com a venda de lotes na Fazenda Porto Alegre não obteve sucesso. Não conheci um único assentado que tenha de fato concretizado a transação de compra da posse de suas mãos.

Índio, mas tinha vindo da *Sumaúma* com Arnaldo, primo desse último, com intenção de *tomar o rumo de Minas Gerais*. Ele não pretendia voltar. A *Sumaúma* estava **ruim de serviço**, Georgina justificou.

Trata-se, aqui, portanto, daquilo que Leite et al (2004, p. 48) designam como "ocupação paulatina" – uma ocupação não precedida por ação coordenada e orientada politicamente. Nada mais do que uma mera aglutinação de pessoas interessadas em obter um lote de terra para sobreviver, diferentemente do que Sigaud (2000, 2004, 2005) encontrou na Zona da Mata de Pernambuco, nos seus estudos sobre ocupações de terra e processos de instalação de assentamentos da reforma agrária desde os anos 80. Nesses estudos, a antropóloga identifica uma forma social, a "forma acampamento", como linguagem apropriada para a articulação de reivindicações ao Estado de desapropriação de fazendas para a distribuição de parcelas a trabalhadores sem terra. Sua realização não é espontânea, afirma Sigaud. Para atualizar-se, essa linguagem implica a mobilização e a organização da ocupação por um "movimento" (ROSA, 2009)⁹¹ que abre a trabalhadores a possibilidade de ter acesso a um lote de terra para viver – MST, sindicatos de trabalhadores rurais ou outra organização de apoio, como a CPT. O modelo de efetivação de assentamentos rurais aí seria o "acampamento (que leva à) desapropriação (que leva à) implantação de um projeto de assentamento". Ora, no caso do grupo de trabalhadores em estudo, como no estudo de caso apresentado por Brenneisen (2003), em que a mobilização do MST por trabalhadores foi posterior à ocupação da terra, foram eles próprios que acionaram a CPT e a FETAET. E para viabilizar sua *greve* em frente à unidade do Incra em Araguaína, acionaram ainda o Sindicato Regional de Trabalhadores Rurais de Tocantinópolis e a Prefeitura Municipal de Darcinópolis, solicitando sua intervenção para permanecerem na área ocupada e seu apoio a fim de sustentarem a manifestação para chamar a atenção do órgão fundiário federal.⁹² É esse caráter protagonista dos meus interlocutores no campo que pretendo evidenciar aqui.

⁹¹ Inspirado nos trabalhos de Sigaud sobre a "forma acampamento", Rosa (ibid., p. 110) propõe a "forma movimento" como forma específica de organização social reconhecida por instâncias governamentais, especialmente o Incra, como mediadora legítima de reivindicações de acesso à terra por trabalhadores do campo no Brasil desde o último quartel do século XX. O argumento central do sociólogo é que a dinâmica das ocupações de terra é tributária da política do Estado. Para Rosa, é o reconhecimento do Estado que faz existir socialmente as lutas. Sem o reconhecimento do Estado (por meio de organismos no Poder Executivo mais sensíveis à pressões políticas) da ocupação como forma legítima de reivindicação, os movimentos de luta pela terra nada poderiam oferecer a seu público-alvo. Como coloca Sigaud (2009, p. 69), não teriam como atrair pessoas para ocupações e tampouco teriam se fortalecido e multiplicado, como ocorreu na zona da mata pernambucana.

⁹² No seu estudo sobre assentamentos rurais no Sudeste do Pará, região que constitui a maior concentração de "assentamentos da reforma agrária" no país, Magalhães (2003, p. 247-294) também traz à luz do dia

Comparando a situação concreta em que estavam inseridos com seus desejos para seu futuro e o de suas famílias, essas mulheres e homens mudaram o curso dos seus destinos – até então, como visto, muitos tinham sido 'peões'⁹³ que experimentaram na pele as relações hierárquicas do campo no Brasil. Por certo, nesses cálculos também pesou a cena política no meio rural brasileiro do final da década de 90, marcada pela radicalização de ações dos movimentos de luta pela terra. No norte tocantinense, essas ações foram animadas pela memória da luta do Padre Josimo contra formas extremas de opressão e exploração de trabalhadores por gerentes e donos de grandes propriedades na região, contra grilagens e despejos violentos, pela manutenção das famílias de posseiros nas terras que trabalhavam e em defesa dos seus direitos fundamentais (cf. OLIVEIRA, 2001, p.7).⁹⁴

No momento da decisão de ocupar a terra, a iniciativa foi percebida por essas pessoas como ilegal⁹⁵ – *Rapaz, mas não tem perigo mais pra frente, não?* Seu Benedito, Armindo

situações de implantação de assentamentos pelo Incra que foram precedidas originalmente e sobretudo da iniciativa política dos próprios agricultores.

⁹³ Designação dos trabalhadores temporários, geralmente aliciados por gatos e remunerados por tarefa, que se deslocavam frequentemente de uma fazenda a outra na região do Bico do Papagaio. Na Amazônia Oriental e no Centro-Oeste brasileiro, a categoria social representa acima de tudo o trabalho não autônomo. No estudo do conflito aberto de camponeses com a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) pela manutenção de suas posses nas terras pretendidas pela empresa, no município de Santa Teresinha, Mato Grosso, em 1972, Estercei adverte: "o engajamento na peonagem obedece também a estratégias camponesas, não levando necessariamente ao descampesinamento e à proletarização" (1987, p. 12). Mais recentemente, num trabalho sobre a marcha de pequenos produtores rurais do Sul do Brasil para Mato Grosso, Desconsi (2011) também ressalta a conversibilidade entre as condições de peão e pequeno produtor. Como coloca Beatriz Herédia no seu prefácio a esse estudo, a passagem de uma à outra é frequente e, em geral, "não acontece em uma única direção – quer seja no sentido ascendente, quer seja no sentido descendente das trajetórias sociais desses agentes" (2011, p. 20).

⁹⁴ No final dos anos 90 e início deste século, o MST intensificou as ocupações de terra e de prédios públicos nas grandes cidades (com sedes de órgãos estatais com poder de intervenção nos conflitos agrários), com o objetivo declarado de chamar a atenção da sociedade e do governo federal para os efeitos econômicos da implementação de práticas neoliberais de política econômica, conforme o receituário financeiro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A reação do governo Fernando Henrique Cardoso foi a criminalização das iniciativas políticas organizadas pelo movimento por meio da edição da Medida Provisória Nº 2.183-56 de 24 de agosto de 2001, mantida no governo Lula, que suspende por dois anos, a contar da data de desocupação, o procedimento administrativo de desapropriação (vistoria-avaliação-desapropriação) de imóvel rural de domínio público ou privado e exclui do Programa de Reforma Agrária do governo federal todo pretendente desse benefício que participar direta ou indiretamente da ocupação (cf. DEZEMONE, 2002; FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2012).

⁹⁵ Seu Benedito é um dos chefes de família entre os *primeiros* na ocupação da Fazenda Porto Alegre que comentaram comigo que, inicialmente, chegaram a ter dúvidas quanto à pertinência de entrar na terra, já que pela lei, pensavam (e desconfiavam dos que lhes afirmavam o contrário), aquelas terras tinham dono. Mais do que temer possíveis ataques de pistoleiros a mando do pretenso proprietário da fazenda, eles temiam ser atingidos pela força policial, geralmente brutal nos despejos na região. Ali, a presença e a influência da UDR – que sempre se distinguiu por suas práticas ilegais na defesa da propriedade da terra – eram consideráveis. Ainda são, na verdade, embora com diferentes estratégias, como mostrarei na conclusão deste trabalho.

e Santinha, sua prima, logo perguntaram quando chamados por Georgina e Salviano para *entrar na terra*. Apesar do medo, no entanto, eles escolheram opor à lei sua própria noção de justiça, à legalidade a legitimidade, fazendo prevalecer a concepção camponesa de que os direitos individuais ou da unidade de trabalho familiar sobre a terra são determinados pelo suor que nela se mistura, seu longo tempo de trabalho na terra (cf. WOORTMANN, 1990. p. 18). É o que parecem traduzir as expressões "tava com mais de quinze anos que o dono não ligou mais" ou ainda "O despejo? É isso que eu quero!, que o despejo venha aqui!, que ele me ache no meu serviço!".

Como afirma o jurista Pádua Fernandes no seu artigo "Pluralismo Paradoxal e os Movimentos Sociais: Democracia Participativa e o Estatuto da Cidade"⁹⁶ "de baixo para cima, é preciso violar o Direito para tentar que ele seja cumprido – as ocupações (e isso as distinguiria, segundo os movimentos sociais, de simples invasões) seriam justamente o instrumento, embora formalmente ilícito, de dar efetividade ao Direito: a própria legalidade precisa ser construída de forma ilegal", afirma o jurista (ibid., p. 79, grifo no original). Certamente, tivessem essas pessoas conhecimento da Constituição Federal em vigor e da legislação infraconstitucional⁹⁷ no momento que decidiram agarrar a oportunidade única revelada pela *atoarda* sobre terras boas na beira do Tocantins, estar-se-ia aqui diante de mais um caso de "pluralismo paradoxal", como na ação coletiva conhecida como Ocupação Prestes Maia, organizada pelo MSTC e discutida por Fernandes (2008). Os movimentos, afirma o jurista, não reivindicam uma nova ordem jurídica, mas sim a efetividade da ordem oficial – o direito à moradia e a função social da propriedade. As autoridades públicas no Judiciário e no Executivo, por seu turno, decidem e agem de forma a violar o direito estatal (ibid.). Do mesmo modo, ao decidirem ocupar aquelas terras boas cujo

⁹⁶ Ver também o seu artigo "Ocupações Urbanas no Brasil e o Pluralismo Paradoxal: o movimento dos sem-teto e o caso Prestes Maia", que analisa os desdobramentos da ocupação de um imóvel localizado na Av. Prestes Maia nº 911, centro da cidade de São Paulo. A ocupação do prédio, vazio por doze anos, foi organizada pelo Movimento dos Sem-Teto do Centro (MTSC) e abrigou cerca de quatrocentas famílias. No processo 03.018530-0, que tramitou na 25ª Vara Cível de S.Paulo, ajuizado pela Axel Empreendimentos Imobiliários contra o MTSC – uma ação de reintegração de posse – o juiz concedeu liminar à empresa, embora essa nunca tenha registrado o imóvel, que fora arrematado em leilão, nem tampouco tenha pago o IPTU. O artigo (s/d) está disponível através do link: https://issuu.com/sem_proceso_urbanos_informales/docs/06_c-ocupa_es_urbanas_no_brasil_e_o_pluralismo_pa. Acesso em: 30 ago. 2013.

⁹⁷ No Capítulo III, Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, da Constituição Federal de 1988, referente à política agrícola e fundiária e à reforma agrária, os artigos 184 e 188 garantem, respectivamente, a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, de imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social, e a destinação de terras públicas e devolutas para a efetivação do plano nacional de reforma agrária, previsto pelo Estatuto da Terra desde 1964 (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964). Em nível infraconstitucional, a Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, editada pelo então presidente Itamar Franco, regulamenta e disciplina disposições relativa à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII da CF 1988.

“‘dono’ não ligava mais”, meus interlocutores no campo não estariam reivindicando mais do que a efetividade da ordem oficial. A juíza estadual que determinou a desocupação da área – o *despejão* –, por sua vez, de fato recusou-se a dar efetividade às referidas normas constitucionais e infraconstitucionais.⁹⁸

IV. Lá dava ‘pra viver...

Localizado na porção sul de Darcinópolis, o Projeto de Assentamento Formosa é mais uma atualização da política reativa de assentamento do Estado brasileiro. A entrada para a estrada de acesso ao assentamento dista 15 km da *Ribeira* – a sede do município –, na direção de Wanderlândia pela rodovia federal BR 226, que integra o complexo rodoviário Belém-Brasília.⁹⁹ Essa estrada é de terra e tem aproximadamente 70 km de extensão. Em 2008, sete anos depois da criação do assentamento, os assentados cujos lotes foram afetados pelas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul negociaram o serviço de recuperação e encascalhamento da via com a Valec como parte da compensação pela destruição causada pela ferrovia. Ainda assim, nesse mesmo ano, quando a empresa já havia concluído todo o serviço, o trajeto da *Ribeira* até o assentamento era de não menos do que três horas no ônibus que a prefeitura mantinha para transportar alunos. Às quartas-feiras, outro ônibus entrava no PA Formosa para transportar passageiros, sacas de arroz,¹⁰⁰ farinha e tudo mais que fosse para beneficiar, vender e sobretudo trocar nos pequenos estabelecimentos de secos e molhados daquela cidade. Cientes do seu peso eleitoral, os assentados souberam pressionar a administração municipal para garantir a regularidade desse transporte alternativo ao *ônibus dos alunos*.

Até o enchimento do reservatório da UHE Estreito, o PA Formosa tinha pouco menos do que 5.000 ha.¹⁰¹ Desse total, 2.470 ha foram destinados ao parcelamento e 2.410 ha, à reserva legal. Os próprios trabalhadores fizeram a divisão interna do assentamento, deixando uma faixa de 1.000 m na beira do Tocantins para construir um centro comunitário e permitir às

⁹⁸ Não se trata, portanto, de pluralismo jurídico, adverte Pádua Fernandes (ibid.). Ou seja, não se trata de diferentes formas de aplicar a regra estatal – divisões da jurisprudência, etc., mas sim de buscar-se atingir a fraude do Direito por meio da lei, eis o “pluralismo paradoxal”.

⁹⁹ O PA Formosa dista 95 km de Araguaína e 475 km de Palmas. O trajeto de Wanderlândia ou da *Ribeira* até Araguaína é geralmente feito por *vans* de cooperativas de transportes, que interligam todos os municípios no Estado do Tocantins.

¹⁰⁰ O arroz era o principal item da produção dos assentados no PA Formosa.

¹⁰¹ Exatamente 4.8822,9224 ha, equivalentes a toda a área arrecadada.

famílias que ficaram com lotes na chapada (campo cerrado) acesso às vazantes e praias do rio. Antes da inundação, as praias eram usadas como pontos turísticos por moradores das cidades da região. Nelas, alguns assentados instalavam barracas durante o verão, período de estiagem (entre junho e outubro), especialmente nas férias de julho, para vender bebidas aos turistas. Essa atividade confirmou-se como essencial para o sustento das famílias que perderiam seus lotes para o reservatório, quando, segundo ouvi de Georgiana, empregados de uma das empresas contratadas pelo Consórcio Ceste para tratar do 'social'¹⁰² recomendaram que todos os que seriam deslocados compulsoriamente não abrissem novas roças. Era princípio de 2007, momento do início das obras de construção da barragem.

A divisão dos lotes na beira do Tocantins foi iniciada por Salviano, que antes da ocupação trabalhava como *gato*, levando vizinhos e conhecidos *'pra trabalhar no pesado da juquira*. Salviano delimitou três lotes, um para ele e um para cada um de dois dos seus filhos, mas decidiu ceder um para Seu Benedito, que é primo da Hermínia, sua mulher. Os outros que entraram na fazenda com eles ou logo depois *foram tirando cada um o seu lote*. Na demarcação oficial, o Incra apenas legitimou as divisas já existentes. Embora tivesse capacidade para abrigar até oitenta e uma famílias, em 2002, só cinquenta e nove estavam assentadas ali.¹⁰³ Em 2008, contei cinquenta e seis parcelas ocupadas. Apenas nove não tinham fontes d'água disponíveis – os primeiros na *chapada*, logo na entrada do assentamento. Nesses, a CPT instalou cisternas com recursos de doação, contando com a mão de obra dos próprios interessados. Assim, eles puderam cultivar hortaliças e criar pequenos animais, em geral galinhas. Entre os demais lotes, vinte e quatro eram atravessados por um ribeirão ou um dos quatro córregos perenes que cortam o assentamento e vinte e seis estavam localizados às margens do Tocantins.

¹⁰² O termo 'social' – o social dos tecnocratas, como lembram Leite et al. (2004, p. 104) – aqui indica tudo que diz respeito aos indivíduos e grupos sociais que vivem nas áreas que servem de base para a construção de uma usina hidrelétrica ou na sua área de influência, ou que desenvolvem atividades produtivas baseadas nos recursos naturais existentes nos diferentes ecossistemas nessas áreas. Nesse sentido, o 'social' para a indústria elétrica brasileira inclui desde o cadastramento socioeconômico, que dá informações sobre a propriedade afetada e seu proprietário, até o pagamento de compensações das perdas e prejuízos causados pela instalação e operação da usina. Como coloca Sigaud (1990, p. 97), o 'social' não passa de um problema que deve ser resolvido dentro do ou no limite do cronograma da obra; as soluções para o 'problema' são sempre desfavoráveis aos atingidos pela obra.

¹⁰³ Conforme o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), elaborado por uma equipe de técnicos consultores do Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas (Sebrae) naquele ano, por meio de um convênio com o Incra. As informações sobre a paisagem edáfica no PA Formosa utilizadas neste capítulo têm como fonte esse documento.

Exceto pelas *vazantes* desse rio grande, cuja fertilidade é anualmente renovada pelos nutrientes transportados em suspensão nas suas águas, e pelas faixas de terra fértil acompanhando as matas ciliares que margeiam os outros cursos d'água que correm para ele, os solos no PA Formosa são fracos, muito drenados e arenosos. No caso de pequenos agricultores que mantêm a terra realmente cultivada e em rotação, no entanto, eles suportam razoavelmente culturas de arroz, milho, feijão e mandioca para autoconsumo e comercialização de excedentes, sem exigir os recursos necessários para realizar a mecanização, a aplicação de fertilizantes e/ou a correção com calcário. Nos primeiros anos, a prefeitura de Darcinópolis disponibilizou horas de trator para os assentados, mas nunca pode fazê-lo de modo a atender as necessidades de todos os lotes ocupados.

Em dezembro de 2001, o Incra liberou o Crédito de Implantação destinado à alimentação e fomento à produção. Em outubro de 2002, liberou o Crédito Instalação na modalidade 'aquisição de materiais de construção'. Esse foi usado para contratar o serviço de construção de casas nos lotes. A liberação do primeiro crédito foi feita em nome de duas assentadas integrantes de uma Comissão Provisória eleita pelos titulares dos lotes. A do segundo já foi feita em nome da Associação Padre Josimo, criada por exigência do órgão federal como condição indispensável para a liberação do crédito e a interlocução com os assentados. Afora esses dois acessos ao sistema de crédito rural na fase de instalação do PA Formosa, a presença do Incra na vida desse agrupamento de 'beneficiários da reforma agrária', como nomeados oficialmente, foi sempre muito frágil. Na fase de estruturação do assentamento,¹⁰⁴ o acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – Linha A (PRONAF A) foi obtido por intermédio da CPT, com o aporte técnico da Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (Coopter) no Tocantins.

A atuação do Incra no PA Formosa foi realmente inconsistente tanto em termos de implantação de infraestrutura – estradas, posto de saúde, energia elétrica, escola etc. –, quanto de política de crédito e geração de renda – de crédito de investimento, em particular –, e de serviços de assistência técnica e extensão rural para os pequenos agricultores assentados. A falta de posto de saúde e energia elétrica foram as queixas que mais ouvi em 2008, quando lá

¹⁰⁴ O Incra distingue oito fases na implementação de um projeto de reforma agrária: em obtenção, pré-projeto de assentamento, assentamento em criação, criado, em instalação, em estruturação, em consolidação e consolidado.

estive pela primeira vez.¹⁰⁵ Na visita de setembro de 2011, quando acompanhei um pequeno grupo poucos dias antes de completar um ano desde que tinham sido retirados do lugar, vimos postes de concreto armado derrubados na estrada, próximos às casas, nos lotes já parcialmente alagados. Eles tinham sido instalados em 2009, um ano do deslocamento forçado. Enquanto caminhávamos recolhendo mudas de pequi, bacuri e das frutas que tinham ficado nos *sítios*¹⁰⁶ não alagados, Georgina protestava toda vez que topávamos com um poste de energia deitado no caminho. *Nãaa!*, ela repetia. E suas primas, Dona Marianinha, Dona Mundica e Dona Marianita, conhecida como Zabelê, faziam comentários irônicos. No entendimento dessas mulheres, a luz tinha chegado até suas casas no PA Formosa apenas para beneficiar a empresa responsável pelas instalações da rede de distribuição, que com certeza também teria recebido pagamento para desinstalar tudo um ano depois! As famílias que permaneceram na área remanescente do assentamento, a *chapada*, de fato foram beneficiadas pelo programa 'Luz para Todos'.¹⁰⁷ De todo modo, pode haver uma explicação, mas não há como justificar a decisão de ligar tantas casas à rede elétrica às vésperas da sua demolição!

A ida para a escola estadual na *Ribeira* era um sacrifício para os jovens e as mulheres adultas, mães, que cursavam da quinta série ao último ano do ensino médio. Um trajeto de cerca de três horas para ir, mais três para voltar da cidade no período de estiagem. O ônibus passava em frente ao lote de Dona Lavínia cerca de dez horas da manhã. Na volta, ouvia-se o barulho da sua lataria velha pouco antes das nove horas da noite. No inverno, período de chuva, os estudantes quase sempre dormiam no ônibus até amanhecer ou até a chuva estiar.

¹⁰⁵ Não há posto de saúde no PA Formosa. Uma vez por mês, uma agente de saúde moradora de um povoado vizinho e um médico residente em Darcinópolis visitavam o assentamento. A reclamação sobre a precariedade dos serviços públicos que é dever do Estado proporcionar, de saúde em especial, diz respeito à falta de assistência hospitalar, sobretudo nos casos de emergência, consideradas a distância até a *Ribeira* e as condições da estrada de chão. Darcinópolis não tinha (ainda não tem, jan. 2017) hospital, apenas um posto de saúde com atendimento ambulatorial, médico em especialidades básicas e odontológico, sem internação.

¹⁰⁶ O termo 'sítio' é utilizado localmente para designar a área onde as famílias plantam fruteiras. Um *sítio* pode estar localizado próximo às casas, como os canteiros de hortaliças, ou mais próximo da área de roça dentro de um lote, nos casos em que o solo aí é mais fértil.

¹⁰⁷ Partindo do pressuposto de que a energia é um vetor de desenvolvimento, o Programa Luz para Todos foi lançado em 2003, no primeiro governo Lula, para realizar a universalização dos serviços de energia elétrica no Brasil proposta na Lei nº 10.438, aprovada em 2002, último ano da dupla gestão Fernando Henrique Cardoso. Com o objetivo último de reduzir a pobreza e a fome no país, o programa centra o foco na área rural, especificamente nos pequenos produtores, em sua maioria não beneficiados pelo Programa Luz no Campo, criado em 1999, que repassava parte dos custos dos projetos apresentados pelas distribuidoras de energia elétrica para eletrificar propriedades rurais aos consumidores finais. Aí, os que não tinham condições de arcar com esses custos permaneceram em situação de abandono. O Luz para Todos, ao contrário, visa acabar com a exclusão elétrica no país gratuitamente (Viana, 2008).

Nos três primeiros anos do assentamento, uma pequena escola de dois cômodos foi usada para a alfabetização de crianças e adultos da primeira à quarta série do ensino fundamental. Inicialmente era uma casinha de palha, chão de areia e uma área cercada com troncos. Depois de 2004, *o prefeito que entrou, botou tijolo e piso*, explicou Neinha, a professora. Ali, ela e sua irmã, Sônia, merendeira, trabalharam com uma turma multiseriada até que, com a política de nucleação das escolas rurais, o prefeito desativou a escola e fez matricular os alunos em outra de melhores instalações, localizada no Brejão, povoado antigo vizinho ao assentamento. Um veículo Kombi foi colocado à disposição dos alunos para o seu transporte.

A cessão ocasional de um trator, o pagamento intermitente do salário de uma agente de saúde para uma visita mensal ao PA Formosa e o transporte estudantil resumiram, praticamente, toda a atuação e influência do poder público municipal na qualidade de vida dos assentados.¹⁰⁸



¹⁰⁸ Uma equipe do Sebrae foi contratada pelo Incra em 2002 para elaborar o Plano de Desenvolvimento do PA Formosa, a partir de consultas com as trabalhadoras e trabalhadores recém assentados então. Os autores ou sistematizadores do referido Plano empregaram a técnica do Diagrama de Venn com o objetivo de conhecer as organizações governamentais e não governamentais às quais os assentados atribuíam importância para suas condições de vida e trabalho, bem como esclarecer se essas organizações tinham à época alguma atuação no assentamento. No diagrama que resultou das entrevistas e reuniões realizadas, o círculo que representa a CPT está contido no círculo maior que representa o PA Formosa, indicando sua importância e proximidade dos problemas vivenciados no dia-a-dia do assentamento. O que representa o Incra tem leve intercessão com esse círculo maior, ao passo que o que representa a Prefeitura de Darcinópolis mal o tangencia.

FIGURA 13: Indo para a *Ribeira* no ônibus cedido pela prefeitura de Darcinópolis (set. 2008)



FIGURA 14: O ônibus dos alunos chega à BR-153 rumo à *Ribeira* (set. 2008)

A incapacidade operacional do Estado brasileiro para efetivamente implementar a reforma agrária no país é bastante conhecida (cf. OLIVEIRA, 2010;¹⁰⁹ BARREIRA e PAULA, 1998; CARNEIRO, ANDRADE e MESQUITA, 1998; BERGAMASCO e FERRANTE, 2005). Mas apesar da atuação precária e descontínua do Incra no assentamento, dos créditos limitados e limitantes, sobretudo nos primeiros tempos,¹¹⁰ do sentimento generalizado entre assentados de que tinham sido “abandonados à própria sorte” após a instalação do projeto, inclusive no enfrentamento com a Valec, na percepção dessas pessoas historicamente excluídas, o acesso à casa e à terra para produzir sua comida já resultou na melhoria das suas condições de vida, considerando-se aquilo com que cada chefe de família podia contar no período imediatamente anterior à implantação do projeto ou à sua entrada ali, quando muitos possuíam pequenas parcelas de terra, insuficientes para abrigar, alimentar e vestir suas famílias.¹¹¹

¹⁰⁹ Oliveira, A. U. A política de reforma agrária no Brasil. Land Action Network – LRAN. Disponível em: <http://www.landaction.org/spip.php?article529>. Acesso em: 20 jan. 2011.

¹¹⁰ Limitantes porque não permitem aos trabalhadores recém-assentados resolver todos os seus problemas básicos, como a aquisição de mobiliário, colchões, fogão, medicamentos, consultas etc. Ver depoimento de Rolf Hackbart, ex-presidente do Incra (2007, p. 57).

¹¹¹ É o que constatarem estudiosos das condições socioeconômicas e de organização interna em outros assentamentos rurais no país (cf. BERGAMASCO e CARMO, 1991 e HERÉDIA et al., 2005; MEDEIROS, 2007).

Com os créditos de instalação, quase todas as famílias no PA Formosa conseguiram assegurar seu sustento apenas com o trabalho familiar nos lotes. “Em pouco tempo, tinha muito aqui que já colhia três dúzias de ovos por dia. E galinha come muito!, a senhora sabe. Então, já tava tudo organizado aqui!”, ouvi de Seu Paulo Augusto. Sua referência temporal é o ano de 2004, quando empregados da Barros Engenharia e Consultoria Ambiental¹¹² visitaram o PA Formosa pela primeira vez. A Barros, assim chamada pelo conjunto de diferentes categorias sociais de atingidos pela UHE Estreito, foi a principal empresa prestadora de serviços terceirizados pelo Consórcio Ceste para tratar do 'social'.¹¹³ A visita foi para iniciar o cadastramento socioeconômico com o objetivo de identificar e qualificar preliminarmente as famílias que seriam deslocadas do assentamento com a formação do reservatório da usina. Pouco mais de três anos decorridos desde sua instalação no lote, Seu Paulo Augusto já beneficiava sessenta e duas sacas de arroz cada safra. *Os mais fracos*, ele disse, *que entraram só com a cara e a coragem, que só tinha os braços 'pra plantar roça, também não passavam mal não!*

No último período do trabalho de campo, entre novembro e dezembro de 2012, fui acolhida por Dona Mundica em sua casa. Com 54 anos, separada do marido e com os dois filhos já casados morando distante, ela vive sozinha no seu lote ‘na Maju’. Seu depoimento resume bem a situação desses trabalhadores, mulheres e homens “mais fracos”, antes e depois do acesso à terra que lhes garantiu a desejada ‘autonomia’ do seu modo de vida, como pensavam até a “chegada da barragem”:

*Nós morávamos na terra da quinta, pro rumo do Porto Franco [MA]. Aí nós ficamos assim grandinha e papai veio aqui pro estado do Tocantins, que naquele tempo chamava por Goiás. Aí ele chegou e disse assim pra mamãe: Antonia, vamo embora pro Goiás, eu vou morar lá perto do teu irmão, de junto do Zé Ferreira, lá perto do rio Tocantins. [...] Aí o papai regaçou de lá pra cá mais nós. Caminhando, **no chão!** Selou um animal e botou os*

¹¹² De agora em diante, Barros Engenharia.

¹¹³ Como já dito, trata-se aqui do 'social' residual. Em nenhum momento das negociações do Consórcio Ceste com as famílias no PA Formosa pareceu que havia por parte do primeiro a mais mínima consideração de que, para esses trabalhadores antes excluídos, o acesso à terra talvez tenha representado a única alternativa concreta de emprego produtivo e de geração de renda e que era justamente isso, condições de produção e de reprodução social como pequenos agricultores familiares, mais do que apenas compensações, que se tratava de assegurar-lhes num reassentamento. Nesse sentido é que se pode afirmar que todos os trabalhadores do campo atingidos pela barragem, inclusive os assentados, foram considerados pelo Consórcio e pelo Governo Federal como o resto da obra, os ovos, na imagem infame, cínica e repetidamente acionada no discurso oficial: "Para fazer omelete (gerar energia para o desenvolvimento da atividade humana) é preciso quebrar os ovos" (por “ovos”, evidentemente, entenda-se as pessoas e os ecossistemas que suportam os impactos mais destrutivos das grandes barragens) (cf. PINTO, L. F. Hidrelétricas na Amazônia: nunca mais? **Jornal Pessoal**, mai. 2008. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=921>. Acesso em: fev. 2010.

miudinhos e outros veio caminhando. [...] Eu 'tava parece que é com oito anos. Viemo andando, até chegar aqui, na beira do rio Tocantins. Aí lá foi crescemo. Crescemo e aí eu cheguei dezesseis anos, aí foi que eu vim aqui pro rumo de Araguaína. Aí fiquei trabalhando. De lá da beira do rio nós já trabalhava em terra alheia, lutando, lutando¹¹⁴ em terra alheia, plantava uma planta em terra alheia, não podia plantar coisa de futuro, tá entendendo? Porque se terminava, a gente ia embora e não chegava nem a chupar! Aí eu sempre lutava, com fé em Deus que um dia eu ia ter uma terra, com fé em Deus que eu ia ter uma terra! Aí quando pensa que não. . . eu tava trabalhando plantando roça, direto plantando roça. Nem a leitura eu nunca pude ter, porque no tempo que eu nasci a leitura era paga! A mamãe pelejou demais pra ver se conseguia um professor pra colocar nós na escola, aí não conseguiu. Nós ficamos sem saber ler!¹¹⁵ Aí foi que foi o ofício de fazer roça! Trabalhei na roça direto, plantando rocinha, plantando rocinha e lutemos, lutemos, mas nas terras alheias. Aí, quando pensa que não, Deus abriu uma porta, olha nós aí em riba d'uma terra. Aí, quando pensa que não, lá vem a barragem, que diz que ia tomar lá, aí nós já ficamos chorando, como medo de ficar descolado sem essa terra. A melhor coisa do mundo é ter um pedacinho de terra pra gente trabalhar dentro! A gente planta mandioca [...]. Quando eu cheguei lá, pra eu comer um prato de farinha, era plantando umas mandioquinhas na terra alheia, aquela luta! E ali na PA Formosa eu já plantava na minha terra, vê? Eu só fazia aquela farinha. Nunca mais comprei um litro de farinha!

Lá dava 'pra viver, lá dava pra viver..., Dona Mundica repetiu num tom melancólico, enquanto preparava um cafezinho para tomarmos juntas.

¹¹⁴ Como mostra Comerford no seu livro *Fazendo a Luta* (199, p. 29), o que está sendo afirmado aqui com o uso repetido do termo "luta" é o valor, a dignidade da pessoa que experimenta na vida cotidiana o sofrimento do trabalho árduo em terra alheia ou no próprio lote, como na fala de Dona Lavínia na Introdução desta tese (p. 25), referindo-se aos primeiros tempos, logo depois da criação oficial do PA Formosa. Com argúcia, esse antropólogo vê aí uma defesa daquele que luta – labuta e dificilmente vence – contra a possibilidade ter sua respeitabilidade denegada. De fato, uma afirmação de que nessa situação não há motivo para o sentimento de vergonha.

¹¹⁵ Como Dona Mundica, a maioria dos adultos no PA Formosa tinha baixa escolaridade ou nunca tinham podido frequentar escola, tendo migrado do Maranhão para o Tocantins com os pais ou já casados ou separados e com filhos, em busca de melhores condições de vida.



FIGURA 15: Dona Mundica, dezembro de 2012

Tão abundantes quanto as nascentes no PA Formosa eram as *fruteiras nativas*, fontes seguras de pequenos ganhos nos primeiros e últimos anos até a remoção compulsória. As mulheres quebravam coco de babaçu para tirar o azeite, que usavam nas suas cozinhas e trocavam na *Ribeira*. Aqueles que vivam *só com os braços, a enxada e a foice 'pra capinar* conseguiam tirar o sustento de suas famílias do assentamento, combinando o cultivo da terra com a coleta:

Quando chegava a época do bacuri. . . bacuri nas costas minha filha! Comprava uma coisinha no Estreito; já era uma ajuda. Daqui um pouco, chegava o tempo daquela fava d'anta, arrochava na fava d'anta! [...] O homem comprava, que era até o Zé Pedro, nós vendíamos. Ele levava não sei onde aí 'pro Maranhão pra fazer remédio. Aí assim a gente ia vivendo, de boa. Porque vivendo do que é da gente é bom demais! Tudo aproveitava! Aproveita o bacuri, aproveita o pequizinho também. Comprar coisinha? Veende o pequi! Com pouco, tinha uma misturinha!¹¹⁶ Aí plantava fava¹¹⁷ também. Agora

¹¹⁶ A mistura complementa o arroz e o feijão. O uso do diminutivo já indica que ela é sempre servida em pequenas porções. Ter uma misturinha na refeição – pequenos pedaços de carne de gado, de frango, às vezes um peixinho – tornou-se cada vez mais raro para as famílias no PA Formosa entre 2008 e 2010, quando foram levados para o novo assentamento. Nesse período, mesmo os assentados que tinham *uma condição melhorzinha*, segundo o dizer local, experimentaram um processo acelerado de descapitalização. O desespero das mulheres nesse último ano era justamente chegar ao ponto de só ter *cabeça de carneiro* (arroz puro) para oferecer aos seus filhos, voltar ao tempo daquela *pedição de comida das crianças*.

¹¹⁷ Variedade de feijão.

comia favinha. Às vezes 'tava aperreado, vontade de comprar um açúcar, vendia uns pratos de fava, comprava!

Sem faltar tanto, não é?, emendei. *Faltava porque de qualquer jeito quem vive só com os braços mesmo, não tem jeito 'pra não faltar. As roças são curtas, só duas linhas, o máximo é quatro!*, Dona Mundica graduou de pronto.¹¹⁸

Impossível enfatizar a importância da produção para o autoconsumo nas estratégias de reprodução econômica e social dos assentados no PA Formosa. Em 2008, fui pescar no Tocantins com Dona Lavínia, Zilá, Rosália, Guri e seus três filhos – nora, filha, genro e netos de Dona Lavínia. Antes de voltarmos para casa, Guri me convidou para ir com ele armar a rede que deixaria no rio naquela noite. Seus dois filhos adolescentes, Ronaldo e Guga, nos acompanharam. Atravessamos toda sua roça, que ainda tinha um pouco de mandioca, de milho, feijão, melancia e abóbora. Chegamos à beira do rio no por do sol, o horizonte já avermelhando. Olhando para o sul, víamos o vento ondulando os bananais e os cocais dos moradores da Ilha de S. José. Para o norte, do outro lado do rio, morros coloridos de topo plano, as ‘mesas’ do Maranhão. Contemplamos aquela paisagem por uns minutos. Ronaldo e Guga entraram no rio e armaram a rede. Guri rompeu o silêncio refletindo:

Quem é que vai me pagar isso, Dona Neila? Não tem o que paga! A nossa vida aqui nesses oito anos, é que nem eu tava falando: não existe dinheiro, não existe nada na face da terra que paga o sossego e a segurança de uma pessoa, mesmo que ele viva uma vida meio carente! Porque na nossa área a terra não é muito boa, não qualifica dez. Mas a terra, tudo que planta dá, dá pouco porque a gente planta pouco. Água nós temos por fatura. Tem o rio, tem o peixe, tem as frutas que é nativa – bacuri, pequi, buriti –, tem tudo! E é uma comunidade que a gente considera uma família, porque é tudo pessoa da nossa região, vizinho. . . então a gente conseguiu essa confiança, essa amizade, 'né? Mesmo com a distância com a cidade, mas tem acesso, não com facilidade, mas com dificuldade, mas sair daqui ninguém quer sair! [...] Do meu ponto de vista, Dona Neila, essa terra que vai me devolver vai ser minha verdadeira indenização, porque eu não 'tô visando casa, não 'tô visando creche, infraestrutura, nada! É a terra! Porque a terra, mesmo que tem um colégio, mas meus filhos só vão pro colégio se eu tiver uma cultura pra eles ir arrumadinho. Então a terra é o verdadeiro patrimônio!

Não tem o que pague uma vida plena de sentido! Não pude deixar de registrar essa fala com o gravador. Encontrei aí, como entre muitos assentados no PA Formosa,

¹¹⁸ Uma linha é uma unidade de medida local equivalente a vinte e cinco braças em quadra (a braça corresponde a 2,2 metros). Uma roça considerada grande pelos trabalhadores no PA Formosa teria no mínimo oito e no máximo vinte linhas. A roça de oito linhas era o que geralmente podiam abrir as famílias que contavam com filhos jovens e solteiros. Oito linhas correspondem a 24.200 m², ou 2,42 hectares, o equivalente a 0,5 alqueire goiano.

representações e valorações éticas que constituem a ordem moral que Woortmann designa como “campesinidade” no seu artigo clássico “Com parente não se neguceia” (1988). Inspirado no interpretativismo de Geertz, cujo conceito de “cultura” tem como modelo a teoria literária, Woortmann considera a “cultura camponesa” – encontrada em modo e grau variáveis em diferentes lugares e tempos, ele afirma – como um conjunto de textos e discursos. Nela, as categorias culturais “terra”, “trabalho” e “família” aparecem como aglutinadoras de significações e estão sempre relacionadas entre si. Desse modo, aí “não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (1988, p. 12). Como na fala do Guri, a terra é percebida como “patrimônio da família”. Sobre essa base, se exerce o trabalho, o esforço físico ou o *suor* “que constrói a família enquanto valor” (ibid.).

Além disso, o trabalho aí é expressão de vida, de criação, nos termos de Lukács – é para nós, a família –, não de degradação: para o outro, o fazendeiro, *patrão*. Mais: é a condição de possibilidade da constituição do pai como pessoa honrada (ibid., p. 61). Na fala do Guri, ele liga a cultura, produto do trabalho familiar encarnado na pessoa do pai, à possibilidade de seus filhos aparecerem em público *arrumadinhos* – bem alimentados, com roupas e sapatos decentes para usar. Ao fecundar a terra com seu suor, o pai de família afasta de si a experiência da vergonha. E dos seus filhos, a experiência da pobreza como humilhação ao frequentarem o colégio na cidade.



FIGURA 16: Seu Silvino Gogó (esq.), Guri (dir.) e morador do povoado Brejão ao fundo, janeiro de 2010

Outra categoria central da "ética camponesa" identificada por Woortmann é a "liberdade".¹¹⁹ A ideia do que seja "liberdade" na mente dos meus interlocutores está subjacente às falas do Guri e da Dona Mundica. Ela significa liberdade para decidir sobre a distribuição do próprio tempo entre o trabalho duro nas roças – a fadiga ou a *luta*, nas suas palavras – e as horas de descanso, as visitas aos vizinhos e parentes, o culto religioso, os jogos, o tempo de convalescença após a doença, o luto etc. Significa também liberdade para decidir sobre o processo de trabalho, exatamente como entre os trabalhadores da cana-de-açúcar da Zona da Mata Pernambucana estudados por Sigaud (1979, p. 209). Mas para esses trabalhadores, não ser “sojigado pelo patrão” significa ainda poder se apropriar, para consumir ou comercializar, dos frutos do próprio suor, dos resultados do próprio trabalho, como identifica Velho (1976, p. 233-242, citado por Sigaud, *ibid.*) entre camponeses numa frente de expansão amazônica, a região de Marabá, no auge do chamado "milagre brasileiro". Poder "plantar coisa de futuro" (culturas permanentes; ter uma vinculação mais permanente com a terra), como disse Dona Mundica, significa poder comandar livremente os cálculos que orientam essas operações produtivas. Nesse sentido, o acesso e controle sobre o meio de produção fundamental, a terra, "que não qualifica dez, mas tudo que planta dá", possibilitou que aflorasse entre essas pessoas a experiência de liberdade na vida cotidiana que algumas desconheciam. Nessas terras, todos realizaram o sonho de viver uma vida sem humilhação, de independência, ainda que estreita – experimentava-se a *precisão*, mas não a indignação moral.

Para meus interlocutores, perder o acesso à terra numa área oficial de reforma agrária provavelmente significaria sua (re)conversão à condição de proletários rurais. Aceitar o valor de R\$ 42 mil de uma "carta de crédito" num contexto de reordenação territorial pela confluência de grandes obras de infraestrutura no norte tocantinense (a Usina de Estreito, a Ferrovia Norte-Sul etc), e de valorização da terra a elas associada, significaria, no máximo, o retorno à condição de alguns deles antes da entrada na terra, ou seja, à condição de proprietários de uma área de terra insuficiente para a reprodução das condições de vida e trabalho de um pequeno agricultor e sua família, sem oportunidade de acesso às políticas de apoio do Estado (fomento, crédito, assistência técnica etc.). Nos dois casos, eles ficariam mais pobres.

¹¹⁹ Como já visto, é pela expressão "trabalhar à vontade" que assentados fazem chegar até nós sua experiência de liberdade com a aquisição de um pedaço de terra. "Trabalhar à vontade" foi a expressão que mais ouvi nos depoimentos dos trabalhadores no PA Formosa, inclusive entre os que só tinham experiência de trabalhar por empreitada, *empreita*, sem morar nas fazendas.

V. *É uma comunidade que a gente considera uma família...*

Não menos importante do que a percepção desses trabalhadores da sua melhoria econômica ou da minoração de sua pobreza na nova condição de assentados foi o efeito de integração social que experimentaram. Como já visto, as famílias no PA Formosa não chegaram à terra sozinhas. Para a maioria dos primeiros ocupantes, o acesso a terra no assentamento permitiu a reconstituição de laços familiares. Na luta pela terra e depois disso na *greve na porta do Incra*, boa parte dos trabalhadores já se conhecia, seja porque fossem parentes, seja porque fossem amigos e/ou vizinhos nas imediações da pequena Wanderlândia, ou ainda porque já tinham vendido sua força de trabalho a fazendeiros no Bico do Papagaio pela mediação de um mesmo *gato*. Entre as trinta famílias chefiadas por 'proprietários' que foram removidas para o RRC Maju, apenas sete não foram chamadas '*pra plantar roça*' na ocupação ou instalação do PA Formosa por um irmão ou parente próximo que já fazia parte de pelo menos uma das redes de sociabilidade que estão na origem da ocupação da Fazenda Porto Alegre. Mas todos ali já eram conhecidos, *gente da região*, que morava e trabalhava naquela ou na outra margem do rio Tocantins.

Pouco depois da Marcha "Terra, Água e Direitos", fui até a casa de Seu Pio e Dona Zabelê, dos mais relutantes em conversar com a pesquisadora. Guri era vizinho do casal e tinha me dito que Seu Pio andava muito *aperreado* porque temia apanhar da polícia na frente das filhas e netos, caso houvesse resistência dos seus parentes e vizinhos para desocupar os lotes no assentamento no prazo determinado pelo Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Tocantins – até dez dias após receberem a cópia da decisão judicial.¹²⁰ Eu já tinha conversado com Dona Zabelê, Dona Mundica e Hermínia no acampamento dos atingidos pela barragem em Estreito, quando elas me contaram sobre sua entrada na ocupação da Fazenda Porto Alegre. As irmãs são primas de Georgina (MBD), de *seu* Benedito e sua mulher dele.¹²¹ Hermínia e

¹²⁰ Uma Oficial de Justiça entregou cópias da inicial da Ação de Desapropriação ajuizada pela Alcoa Alumínio S.A. e da decisão do Juiz Federal a cada um dos requeridos na Ação. Acompanhada de policiais militares e de um *camarada cru* que se apresentou aos assentados como advogado do Consórcio Ceste, a funcionária do Juízo de Direito da Comarca de Wanderlândia tinha lido para o casal o texto da Carta Precatória determinando que os expropriados fossem intimados por aquela Comarca a desocuparem seus lotes no PA Formosa em até dez dias após a data do recebimento dos documentos. O instrumento trazia a seguinte observação:

Havendo resistência por parte do(s) expropriado(s) ou terceiro(s) que esteja(m) no imóvel, deverá ser providenciado (sic) a desocupação coercitiva, valendo-se do auxílio da força policial (Carta Precatória Nº 199/2010, Juízo Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins).

¹²¹ Seu Benedito e sua mulher, Dona Marianinha, são primos paralelos e também são primos de Georgina (Ego), os dois são filhos de irmãs do seu pai.

Salviano foram os primeiros que Georgina convidou. Como os dois, Dona Zabelê, Seu Pio e filhas, e Dona Mundica com seu ex-marido também chegaram à terra por intermédio da prima. Como me disse Seu Pio quando finalmente se dispôs a conversar comigo com menos reservas, o grupo participou da ocupação desde *a primeira carrada depois do despejo*, conduzida pelo Frei Xavier Plassat, *pra dar reforço aos parentes*.¹²²

Georgina conseguiu levar Betina, a filha mais velha de João Índio com sua irmã Carmosa. Separada do marido, Cecílio, a moça buscava sem sucesso *na Sumaúma* tratamento para hanseníase. Arnaldo, conhecido como Naldinho do Cabelo Grande, que tinha planos de *rumar* com Cecílio para Minas Gerais, também convidou seus irmãos ‘*pra plantar roça* na ocupação. Duas irmãs com seus filhos e seu irmão mais velho, que deixara a família em Porto Franco, chegaram antes da manifestação pela criação do projeto de assentamento, a *greve* em Araguaína. Em 2002, quatro irmãs e o irmão já tinham conseguido um lote de terra cada um para morar e trabalhar no PA Formosa.

Dois irmãos de Dona Lavínia também *tiraram lote no assentamento*. Seu Manduca, o mais novo, sobreviveu ao primeiro despejo. Saiu do seu barraco em chamas, deixando tudo pra trás para escapar com vida – instrumentos de trabalho, utensílios e comida. Voltou na segunda ocupação. Seu Silvino Gogó e Dona Lavínia souberam daquelas terras pelo Guri, que conhecia de João Índio e Georgina. Lá chegando, encontraram Seu Manduca. Já na fase instalação do assentamento, Elenice, irmã mais nova dos dois, juntou-se a eles. No mesmo ano, ela e a filha mais velha de Dona Lavínia, Valéria, também conseguiram um lote cada uma para dele tirarem o sustento das suas famílias.

Assim aconteceu com os irmãos Adelino e Aldo Amarante, filhos de posseiros no Maranhão; com os irmãos Licínio e Júlio Curiango, agregados de um posseiro no povoado de Barra do Coco, o mais antigo no entorno do PA Formosa; com os irmãos Tadeu e Lúcio Rios, antes assalariados urbanos temporários, criados em Wanderlândia, e com Elpídeo, que quando convidado por seu sogro foi para o assentamento levando sua irmã e seu cunhado *para plantarem num lote de terra ali também* (ver Figura 8).

¹²² Soube mais tarde por Dona Zabelê que a família entrou na ocupação fugindo da fome na cidade. Seu Pio não tinha contrato formal de trabalho – *não era fichado* – na prefeitura da Wanderlândia, para a qual prestava serviço como varredor de rua. Quando receberam a notícia das terras livres, ele tinha perdido essa colocação por ter pedido à mulher do prefeito, responsável pela contratação dos assalariados temporários, que pagasse suas diárias, atrasadas havia quase um mês. Para fazer frente às despesas com a alimentação de suas cinco filhas, o casal já tinha vendido até mesmo o sapato Vulcabras que o pai de Seu Pio mandara para ele do Piauí.

Afora a possibilidade da recriação de parentelas e da reconstituição de laços de afeto entre irmãos em quase todos esses casos, a iniciativa de reuni-los nessas terras parece ter sido parte das estratégias de reprodução da condição de vida e de produção de um pequeno agricultor, aí incluída a conservação da 'propriedade' de uma parcela no assentamento com terras férteis das várzeas do rio Tocantins. Entre irmãos, trocavam-se dias de serviço, comida e cuidados, sobretudo nos momentos de crise, nos casos de doença ou fatalidades que exigem a ausência de um casal ou do titular da parcela por períodos longos, considerando-se as exigências do trabalho agrícola que os que só contam com os braços, a enxada e a foice têm que atender.

O PA Formosa constituiu com certeza um espaço de humanização desses trabalhadores, não apenas porque aí puderam reunir seus familiares, compadres e amigos e assim (re)construir redes de afeto e ajuda, mas também porque muitos aí foram protagonistas da sua própria libertação da superexploração do seu trabalho e da violência simbólica que pareciam estar destinados a suportar nas grandes fazendas, nas *empreitas* mediadas pelos *gatos* e no corte de cana para usinas, ainda que nelas trabalhassem "fichados"¹²³ – com direitos assegurados por contratos formais de trabalho. Com a conquista da terra, a assessoria jurídica e o trabalho político-pedagógico iniciado por agentes de pastoral ainda na ocupação, surgiu entre esses recém-assentados uma constelação de reivindicações para além daquela do reconhecimento do seu direito à terra por parte do Estado. Como assinalam Leite e outros (2004) na sua análise dos impactos econômicos, políticos e sociais gerados por conjuntos de assentamentos rurais (“manchas”) nas regiões em que estão situados,¹²⁴ um resultado importante da criação de assentamentos é precisamente a “possibilidade de transformação de um amplo setor de ‘excluídos’ em sujeitos políticos, novos atores em cena” (2004, p.28).¹²⁵

Entre meus interlocutores, a percepção de que tinham adquirido visibilidade junto ao Estado e à sociedade local – principalmente sua avaliação de que o Estado finalmente

¹²³ Essa expressão designa o trabalho com registro em carteira.

¹²⁴ Cf. Leite, Sérgio et al. Impactos dos Assentamentos. Um estudo sobre o Meio Rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

¹²⁵ Como afirmam os sociólogos Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani (2013) no seu estudo sobre possíveis mudanças morais e políticas ocorridas nas mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família,

A experiência de uma melhoria na vida, por mínima que seja, grava-se fundamente na alma das pessoas e abrem (sic) seus mundos para o surgimento de experiências libertárias maiores. Dão início ao que Marshall (1967) chamou de ‘círculo virtuoso dos direitos’: um direito se expande e dá origem a novas reivindicações por outros direitos e assim por diante (2013, p. 37).

reconhecera o seu direito a uma vida digna (de *fartura e sem humilhação*)¹²⁶ com a criação oficial do assentamento – foi revelando-se ao revés nas nossas conversas informais e nas suas manifestações de indignação diante do tratamento indiferente que o Incra agora vinha dando às suas reivindicações para desocuparem a terra que conquistaram, de modo que o Consórcio Ceste pudesse promover com urgência a ‘limpeza do terreno’. Lamentavam como se, por inércia ou por incúria, o Incra fosse devolvê-los à condição de *um assentado novato, botado numa terra pelo consórcio sem condição financeira nenhuma, da estaca zero, ‘pra comer farinha com sal, como um sem terra primário ou um que não foi escolhido pela reforma agrária!*

Como observa Ferrante (1994, p. 135), no momento da formação de um grupo e da decisão de ocupar uma área de terra, trajetórias de vida e trabalho distintas não são determinantes. Tudo se passa como se entre ocupantes se estruturasse um espaço de iguais. Foi o que ocorreu na ocupação da Fazenda Porto Alegre. No período anterior à criação oficial do projeto de assentamento *era tudo unido*, ouvi de Georgina, Guri e Seu Pio numa roda conversando com a pesquisadora. Eles se lembravam da cooperação entre os *primeiros* na ocupação. Aqueles que *já tinham uma condição melhorzinha* e entraram na terra por outros motivos que não o desemprego, a fome ou a falta de alternativas de sobrevivência na cidade – caso da Georgina e João Índio –, compartilhavam os *legumes* (arroz, feijão e milho) que compravam em Wanderlândia com os que antes da entrada na fazenda não tinham emprego formal, temporário ou qualquer outra atividade que permitisse a manutenção de suas famílias, e por isso tiveram que levar mulher e filhos para a ocupação antes mesmo de completado o ciclo dos primeiros plantios – caso do Guri.

Decerto, a vida no PA Formosa não foi livre de desacordo. Alguns chefes de família que participaram da ocupação e já tinham *botado roça* e construído outras benfeitorias nos lotes que *cortaram* para si temeram retornar depois do despejo e prisão dos quatros dos companheiros de ocupação. Na redistribuição desses lotes, houve disputa por essas vagas. Nesse processo, um candidato com família numerosa e sem parentes que também seria assentado teria sido preterido em razão de um possível conluio de um assentado vindo de Estreito com funcionários da unidade do Incra em Araguaína para beneficiar um de seus irmãos mais novos que trabalhava nas

¹²⁶ Lembra-o Martins (2001), citado por Wanderley (2003, p. 204), ao explicitar os pressupostos de seu projeto de pesquisa *A vivência da reforma agrária*: mais do que pela sobrevivência, a luta pela terra entre esses trabalhadores é antes de tudo luta para sobreviver com dignidade, "com base num modo de vida peculiar que é o da economia familiar. Com base na não dispersão da família e na esperança de assegurar um futuro aos filhos". Lutam, portanto, por um projeto de vida.

proximidades do assentamento. Acontecimentos assim provocaram desavenças entre *proprietários* e principalmente muita desconfiança em relação ao órgão fundiário federal.

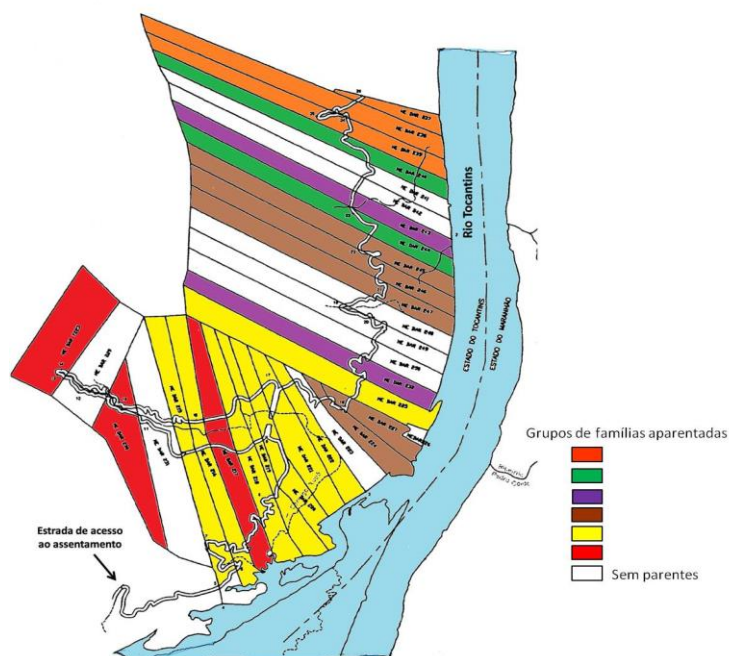


FIGURA 17: Distribuição dos grupos de famílias aparentadas por lotes no PA Formosa
Fonte: Incra

A tensão no assentamento cresceu no momento da negociação com a Valec para indenização pela destruição produzida pela obra da Ferrovia Norte-Sul. Segundo Elpídeo, dirigente da Associação Padre Josimo, a empresa pública fez inúmeras tentativas de dividi-los durante os quatro longos anos que vinte e oito famílias conviveram com a falta d'água nas suas casas ou na proximidade delas. O engenheiro encarregado dos assuntos de desapropriação tentou cooptar os responsáveis pelos dois lotes mais atingidos, oferecendo compensá-los melhor, deixando os demais fora das negociações. Além disso, a empresa negociou com alguns assentados a retirada de cascalho e piçarra dos seus lotes. A possibilidade de realizar transações desse tipo com Valec, e a indefinição quanto ao reconhecimento oficial do alcance das perdas e prejuízos sofridos com a construção da ferrovia, levantaram expectativas de outros *proprietários*, que se julgaram prejudicados, com direito a indenizações.

A despeito dessas discórdias e de algumas clivagens mais ou menos duradouras, não parece equivocado sustentar que nos enfrentamentos com a polícia no momento do despejo, com pistoleiros de aluguel mandados pelo *dono* da fazenda ocupada para ameaçá-los quando o Incra desencadeava o processo de criação do PA Formosa e principalmente no enfrentamento

com a Valec, durante anos de negociações frustradas, se constituiu ali um "nós" bem coeso – um sujeito político coletivo disposto a resistir, a ir *procurar os direitos*.¹²⁷ Especificamente nesse enfrentamento, a experiência da sua posição subordinada parece ter forjado sua consciência crítica e, assim, sua união em face dos agentes e agências externas que, ao não reconhecê-los como sujeitos de direitos, espelhavam para eles uma imagem não mais condizente com a ideia que eles próprios faziam de si, o que lhes parecia reforçar sua condição marginal. Àquela altura, como já dito, eles já marcavam simbolicamente o seu deslocamento no espaço social mobilizando a oposição entre um "sem terra primário" e um "proprietário". Eram donos de uma terra para trabalhar e morar, do seu tempo e do produto do seu trabalho. Sentiam-se proprietários de si mesmos.

Sem dúvida, o processo de conscientização deslanchado pela CPT dinamizou a resistência desses trabalhadores contra a injustiça e o desprezo com que foram tratados pelo Incra e a Valec durante os quatro anos sem fontes de água potável. No plano simbólico, o trabalho pedagógico da organização da Igreja Católica objetivou mudar as percepções sociais desses trabalhadores quanto ao seu campo de possibilidades de ação para a obtenção da tão desejada melhora das suas condições materiais de vida, as *melhorias*. Nas palavras do Guri, nas reuniões organizadas pelos agentes pastorais, *eles começaram a articular as pessoas, mostrando os direitos quais eram, onde nós podíamos chegar*. Ao longo desses anos, as famílias atingidas pela ferrovia suportaram o abastecimento de água por carros pipa contratados pela empresa – quase sempre água suja e quente –, recebendo cada uma não mais do que duzentos litros por dia, tendo que retirar desse total a dessedentação de animais e a irrigação das suas hortas, além do consumo familiar. Por vezes nenhum litro d'água chegava às casas distantes da estrada que corta o assentamento, dadas suas condições precárias, de difícil trânsito durante o período de chuvas.

¹²⁷ É verdade que não havia entre esses trabalhadores grande heterogeneidade de interesses e projetos – uma vida de fartura e sem humilhação era mesmo o sonho declarado de quase todos ali – cada família tomando individualmente decisões sobre os tipos de produto, quanto, quando, em que locais e como plantar, e comercializando, cada uma, a sua produção. Na mente dos chefes de família, aparentemente, cada uma dessas operações reafirmava sua autonomia e liberdade – o seu direito de trabalhar sem ser submetido à vontade do patrão. O que ocorreu aí, portanto, foi uma convergência de projetos, aspirações e interesses individuais, não a transformação de camponeses passivos, “receptáculos mecânicos de noções abstratas”, como diz Gramsci (2002, p. 77), por um processo de conscientização pela ação pastoral.

VI. Procurar os direitos

"Procurar os direitos" foi com certeza uma das expressões mais repetidas pelas pessoas com quem conversei no PA Formosa, quando visitei o assentamento em julho de 2008. No seu artigo "Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste" (1988), Garcia Jr. capta o sentido dessa expressão frequentemente mobilizada por trabalhadores agrícolas na zona canavieira do estado da Paraíba, onde estão localizados os municípios de Areia e Remígio, locais em que conduziu sua pesquisa antropológica entre meados da década de 70 e início dos anos 80.¹²⁸ Para os trabalhadores *moradores* que faziam o deslocamento para fora das grandes propriedades, tanto quanto para meus interlocutores, *os direitos* são "as vantagens materiais que podem ser exigidas em virtude da lei" (ibid., p. 23). Aí, não se procura a lei, lembra-o o antropólogo, mas sim dar efetividade à lei – quem "procura os direitos" sabe que "as vantagens asseguradas em leis não são benefícios líquidos e certos" (ibid.). Dito de outro modo, sabe que a garantia desses direitos necessita da ação, como diz o jurista Pádua Fernandes, referindo-se à garantia dos direitos humanos (2009, p. 61).

"Procurar os direitos", acrescenta Garcia Jr., também significa procurar uma pessoa – indivíduo ou instituição – que ajude o interessado a avaliar suas possibilidades de obter do texto legal o maior número de vantagens possíveis e que conheça os meios necessários que devem ser acionados para este fim. Em 2005, quando os trabalhadores no PA Formosa foram surpreendidos pelo barulho das máquinas da SPA¹²⁹ destruindo suas cercas e roças, fizeram exatamente isso: acionaram o *companheirismo da CPT* para reclamar seus direitos. Em pouco tempo, além da entidade, já contavam com o apoio da FETAET, do STR de Tocantinópolis, do MAB, que já iniciara a mobilização dos atingidos pela UHE Estreito, e principalmente do Ministério Público Federal no Tocantins, na pessoa do procurador da República, Álvaro Manzano.

¹²⁸ No estudo, o antropólogo constata a ligação entre as transformações por que passaram as grandes plantações açucareiras do Nordeste e os deslocamentos de trabalhadores agrícolas de dentro para fora das grandes propriedades (para terras que adquiriram, para terras abandonadas pelos grandes proprietários, para as periferias das cidades da região ou para cidades do centro-sul), intensificados com a industrialização acelerada e a urbanização no centro-sul. A oposição *liberto* e *sujeito* organiza discursos de diferentes agentes sociais nesse espaço social, especialmente discursos dos trabalhadores que fizeram a transição da condição de *sujeitos*, ou seja, submetidos à vontade arbitrária dos senhores de engenho por residirem em seus domínios – localmente designados *moradores* – para a condição de *libertos*. Escrutinando as referências materiais e simbólicas desses discursos e as condições sociais e históricas dos seus usos, Garcia Jr. analisa esse espaço social da produção açucareira paraibana e nordestina e suas grandes transformações.

¹²⁹ SPA Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., empreiteira contratada pela Valec para executar as obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, subtrecho Aguiarnópolis – Araguaína.

Em maio desse ano, o MPF-TO realizou a primeira reunião com representantes da Valec e do Incra. Diferentemente do órgão gestor do assentamento, que negara a um grupo de assentados qualquer possibilidade de indenização pela destruição nos lotes cortados pela ferrovia, o procurador Álvaro Manzano determinou que a Valec precisava obter a posse da área para só então poder executar a obra. Em julho do mesmo ano, a empresa indenizou os titulares dos lotes fracionados, pagando cinco mil reais a cada um. Entrava assim em suas vidas, pensaram naquele momento, *alguém grande com quem falar com ele e pedir ajuda* – alguém em posição superior que os escutava: uma autoridade pública com poder para disciplinar aqueles que desrespeitavam o seu direito a ter direitos, até mesmo outras autoridades públicas!

Mas como as demais reivindicações – suas e dos moradores nos povoados do entorno do PA Formosa – não foram atendidas nos dois anos seguintes, malgrado a sucessão de acordos firmados pela Valec com a mediação do MPF-TO, com essa força ao seu lado para auxiliá-los na luta pelo que consideravam justo, em 29 setembro de 2007, os assentados e seus vizinhos recorreram à ação direta coletiva. Acamparam às margens da ferrovia e apreenderam as máquinas e os caminhões da SPA que trabalhavam no local. No segundo dia da paralisação das obras, o Engenheiro de Desapropriação da Valec, Moisés Buna, esteve no local acompanhado de um advogado e de policiais militares. Os manifestantes resistiram às intimidações do grupo, alegando que só negociariam a liberação das máquinas após reunião para renegociação das pendências na presença do procurador Álvaro Manzano. Assim, ali mesmo, quatro dias depois da paralisação, na presença de representantes do Incra e da CPT, o procurador da República intermediou as renegociações entre manifestantes e Valec. Dessa vez, os assentados exigiram o aumento do fornecimento de água de duzentos para quatrocentos litros por dia por família atingida, e a imediata construção de um sistema de abastecimento de água por gravidade para as dez famílias que ficaram sem suas nascentes e as dezoito que tiveram seu abastecimento comprometido. Em duas semanas, no dia 15 de outubro, depois de protelar por dois anos, a Valec finalmente realizou a licitação para o provimento de água.

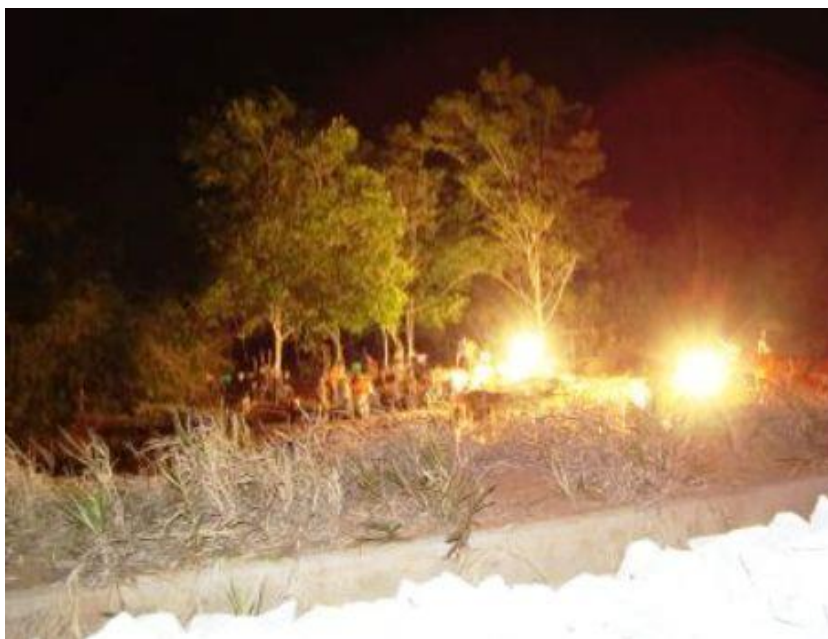


FIGURA 18: Acampados às margens dos trilhos da Ferrovia Norte-Sul. Protesto contra a Valec, set. de 2007
Fonte: MPF-TO, Assessoria de Comunicação



FIGURA 19: O procurador Álvaro Manzano (esq.) intermediando a negociação dos manifestantes com Moysés Buna, Engenheiro de Desapropriação da Valec (dir.), setembro de 2007.
Fonte: MPF-TO, Assessoria de Comunicação

Quase um ano depois, no dia 10 junho de 2008, os manifestantes recorreram novamente à ação direta. Mais uma vez em protesto contra o não cumprimento dos demais compromissos assumidos pela Valec desde 2005 – a construção de um túnel, passagens de nível, passagens de gado, suportes para caixas d'água e a reconstrução de cercas e cancelas –, aproximadamente sessenta pessoas montaram acampamento sobre os trilhos da ferrovia. No dia 12 de

junho, a Valec obteve na Justiça Federal em Palmas uma liminar de mandado de reintegração de posse para retirá-las. Policiais federais alcançaram o acampamento dois dias depois da decisão judicial. Encontraram mulheres, crianças e idosos bloqueando a passagem do trem. Seus maridos e filhos, jovens e adultos solteiros, permaneceram escondidos na mata.

“Suas putas! Vagabundas! Vão ter que dizer quem é o chefe aqui!” Quando me contou sobre sua participação nessa última manifestação, Rita repetiu os berros do agente federal que liderou a operação. Seus olhos marejados, a voz embargada, ela disse: “*mulher, nunca pensei de passar tanta humilhação!*”. Àquela altura Elpídeo, seu marido, já tinha deixado o acampamento. Partira rumo a Palmas na noite anterior com outras quatro pessoas para uma reunião com o Dr. Álvaro Manzano, agora procurador-chefe da República no Tocantins. Em Araguaína, juntaram-se à Trindade, a advogada da CPT que sempre prestou serviços jurídicos ao grupo. No dia 13 de junho, autoridades da Valec se reuniram com a comissão de trabalhadores na sede do Ministério Público Federal naquela capital. No dia 11 de agosto, depois de trocadas propostas e contrapropostas com a empresa, as famílias no PA Formosa e nos povoados do entorno finalmente entraram em acordo com a empresa sobre indenizações pecuniárias pelos danos materiais sofridos e sobre o cronograma de execução das construções ainda devidas.

* * *

Deitada, depois de caminhar o dia todo no assentamento, conversava com Guri. Ele me contava sobre sua participação na *luta* das famílias na ocupação da Fazenda Porto Alegre. Logo que saiu, adormeci na rede. Não percebi que o gravador permanecera ligado e registrara uma discussão acalorada de Dona Lavínia e Seu Silvino com uma amiga que morava na *rua* e tinha ido passar uns dias com o casal no PA Formosa. Acordei com a voz grave de Dona Joana, de repente avolumada. Ela acabara de ouvir do casal que eles tinham participado do bloqueio da ferrovia em junho daquele ano (2008).

Perplexa com a nova, ela recomendava firme que todas as famílias no PA Formosa que por força teriam que deixar suas terras para a formação do lago da barragem aceitassem logo as cartas de crédito oferecidas pelo Consórcio Ceste e fossem buscar outra terra por conta própria, *sem provocar a Ceste, nem procurar confusão!*

– *No meu pensar, vocês têm que acochar!*¹³⁰ *Se é ‘pra sair, pois então vamos sair logo! Porque nós temos precisão de trabalhar, porque nós não podemos ficar ao tempo aqui, nem trabalha aqui, nem em outro lugar!*

A gente fica até sem plano de fazer alguma coisa! retrucava desconsolado o filho do casal proprietário do lote vizinho ao de Dona Lavínia. *E passando necessidade! Necessidade!*, Dona Joana repetia, completando o rapaz. Toda uma vida de trabalho na terra – ela vivia na *Ribeira* desde que enviuvara, pois conseguiu que os filhos do seu antigo patrão testemunhassem, por meio de declaração, que ela havia trabalhado nas terras dos seus pais desde muito jovem. Assim conseguiu sua aposentaria rural. E por seu testemunho eles nem tinham cobrado os primeiros meses do benefício, ela me disse, exaltando a boa índole dessas pessoas. Eram bons como seus pais! Dona Joana antecipava a humilhação dos chefes de família naquela incerteza. Como alimentariam suas famílias, se não comesçassem logo a plantar? Ia passar da hora. *Sai logo! Vamos! Agasalha, ajunta tudo, a turma toda!*, ela instava os amigos. *Não fica só de pedacinho não! Tem que ajuntar tudo e chegar nos homens e falar. Na minha mente é essa!* Dona Lavínia balançava a cabeça em sinal de assentimento. Sim, era necessário reunir todo mundo e *fazer uma coisa só!*, como sua amiga insistia. Individualmente, nada conseguiriam, todos ali sabiam.

Dona Joana não parava o esbregue:

Agora fazer esse negócio desse piquete velho em beira de ribeirão por causa de ferrovia? Por causa de trem de ferro? Não! Isso aí não compensa não! Porque faz é se sujar mais! O negócio que vocês estão mexendo é com a barragem, não é com ferrovia!

Que efeito poderia ter tão audaciosa iniciativa? *É por causa da água do povo lá que faltou*, Joana. Seu Silvino tentava explicar o bloqueio. Aos olhos da velha amiga, contudo, nada explicava aquela transgressão. *Não pode você empatar uma máquina daquela viajar na estrada! Uma es-tra-da da-que-la!*, acentuada e pausadamente ela repetia. Dona Lavínia tentava em vão encerrar o pito justificando:

Joana, mas tem que fazer parar qualquer coisa, fazer uns trem qualquer, que é ‘pra gente ver os homens, porque se não fazer um trem desse aí, ninguém vê ele! ‘Pra conversar!, porque só assim eles vêm despachar e resolver com a gente!

¹³⁰ Acochar (v.) – apertar; arrochar (*Este sapato acochou tanto meu pé, que deu calo*). (Póvoa, L. *Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins*. Palmas: Governo do Estado do Tocantins, 1996, p. 20).

*Eu não caio nessa, não! Não tem! No meu tempo, nem na taca!*¹³¹ *Não caio nessa não!*, Dona Joana rebatia. E Dona Lavínia contestava já impaciente. Eles estavam *no sufoco*, não estavam folgados como a amiga. E os engenheiros? *Promete, promete hoje, vem amanhã, vem depois, vai embora... depois aí pronto, até hoje não aparece!* Foi preciso parar o trem. Foi preciso preocupar os “homens” – os “engenheiros”, no sistema de classificação local, uma subcategoria de “homens”, aqueles com poder de decidir sobre o que afeta as vidas da gente nos níveis mais baixos da hierarquia social. *É só porque a gente conversar com ele é difícil!*, ela justificava. *Mas vocês não ‘tão na taca não! Não ‘tão na taca não!*, Dona Joana replicava crescente. *Não ‘tamos, mas é desse jeito! Se não parar, não vem não!* Firme, minha anfitriã botou de uma vez água naquela fervura.

Experimentando o efeito prático de sua iniciativa política, os "assentados do PA Formosa" agora sentiam-se confiantes e estimulados para a *luta* que a *chegada da barragem* anunciava. Pareciam dispostos a deixar no passado a invisibilidade, nas diferentes arenas políticas, das violações aos seus direitos fundamentais, comum aos que são “pequenos”. Sentiam agora que tinham direito de ter direitos. Tinham obtido *os direitos* cobrados, enfim. E pensavam ter conquistado o respeito que sentiam lhes ser devido, a começar pelo respeito dos pequenos proprietários e posseiros nos povoados vizinhos que, até o enfrentamento com Valec, os consideravam uns *sem-terra primários, invasores de terra alheia*. Já não mais! Além disso, outra vez contaram com a mediação competente da CPT e tinham o apoio do MAB também. De seu coordenador estadual e militantes tinham ouvido tanto sobre outras *lutas* e demandas atendidas com a intermediação do movimento em diferentes situações de barragem e conjunturas políticas no país. Mais importante àquela altura, tinham conseguido se fazer ouvir – sentiam o procurador-chefe da República no Tocantins ao seu lado; com certeza, *alguém grande com quem falar!* *Serviu como uma escola!*, diziam engrandecidas as mulheres que participaram ativamente da *luta* contra a Valec. Decerto, o conflito é um ingrediente importante na produção da consciência, como o lembra Gilmar Mauro, membro da Direção Nacional do MST. Às vezes num dia de luta,

o sujeito aprende o que não aprendeu numa vida inteira. Você faz uma ocupação de terras, quem se manifesta? O fazendeiro, ou bota os jagunços ou aciona o poder judiciário. O judiciário se manifesta, o Estado e o governo [se manifesta], vem a polícia. Se manifestam os meios de comunicação; os aliados. Qual o momento de fazer uma análise de como funciona a sociedade? O cara

¹³¹ Taca (s.) – 1. chicote de couro (*Traga uma taca aqui para eu espantar as galinhas*). 2. surra (Ele levou uma taca da polícia, que mijou nas pernas) (Ibid., p. 347).

aprende ali, numa ocupação de terras, [de modo] elementar evidentemente, mas é nesse momento que ele descobre quem é aliado e quem é inimigo, como funciona o Estado, o poder judiciário, o que o rádio fala (Mauro, apud Hilsenbeck, 2013, pp. 225-226)¹³²

No artigo “A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento” (1989), a antropóloga Lygia Sigaud tem como foco grandes mobilizações camponesas no contexto histórico da época ‘liberalização’ do regime autoritário no país (fins dos anos 70). Sua reflexão é desenvolvida em três etapas. Na primeira, ela procura entender a relação dessas mobilizações com a conjuntura política mais ampla nesse contexto que se convencionou chamar de “transição”. Na segunda, se propõe entender os efeitos – ou alcance – dessas iniciativas políticas para além dos “projetos” e intenções dos seus atores. Por fim, busca respostas para a pergunta: de que modo essas mobilizações são reconhecidas/desconhecidas no campo político? Dito de outro modo: em que medida a presença dos atores dessas iniciativas na cena política é reconhecida/desconhecida? Nessa última fase de sua *démarche*, ela estima:

Tudo se passa um pouco como no mito de Sísifo, as organizações camponesas e os dirigentes camponeses necessitando a todo momento empurrar a pedra montanha acima, impondo e repondo seu reconhecimento” (Ibid., p. 174).

Para produzir essa reflexão sobre efeitos de grandes mobilizações camponesas e seu desdobramento em lutas, Sigaud se apoia no conhecimento acumulado sobre iniciativas políticas produto de pesquisas empíricas desenvolvidas no Nordeste e no Sul do país. Na área canavieira de Pernambuco, sobre greves de assalariados rurais organizadas e conduzidas politicamente por Sindicatos de Trabalhadores Rurais a fim de impor normas que deviam reger as relações entre trabalhadores e seus patrões, usineiros e fornecedores de cana. No Alto Uruguai, sobre mobilizações de pequenos produtores dirigidas pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) contra a Eletrosul, concessionária da Eletrobrás encarregada da geração de eletricidade na região Sul, porque ameaçados de expulsão das suas terras pelo planejamento e início da implementação de vinte e cinco barragens para o aproveitamento do potencial hidrelétrico dos cursos d’água na bacia do rio Uruguai. Do ponto de vista que interessa aqui, importa reter o procedimento adotado pela antropóloga para dar conta da tarefa assumida. Alertando

¹³² Entrevista concedida ao cientista político Alexander Maxmilian Hilsenbeck Filho. In: Hilsenbeck Filho, A.M., **O MST no fio da navalha – dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes** (2013). Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2013. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000917308&fd=y> >. Acesso em: 16 nov. 2015.

que o significado de iniciativas políticas do campesinato e de suas organizações não se encerra nos “projetos” e intenções dos atores, nem na sua força relativa, mas, em grande parte, na dinâmica que elas desencadeiam, ela primeiro identifica os diferentes campos de lutas nos quais os camponeses e/ou seus representantes são uma entre as forças em competição para, só aí, então, apontar os efeitos pertinentes dessas ações coletivas.

É aí que a teoria relacional do Estado desenvolvida por Poulantzas no seu *O Estado, o poder, e socialismo* (1978) pode ajudar, penso. O Estado é o campo de lutas onde as disputas entre os assentados atingidos e as grandes empresas que controlam a UHE Estreito foram travadas. É do Estado que assentados, CPT, MAB e MPF, de um lado, e empresas, de outro, reivindicaram o atendimento aos seus interesses antagônicos: justa reparação para uns, garantia de máximo lucro para outras. Na Parte II desta tese, partindo da etnografia de reuniões e da análise de documentos produzidos no âmbito das agências estatais envolvidas no processo de negociações entre assentados e o Consórcio Ceste, procuro justamente mostrar como se desenrolaram essas disputas até sua expressão no interior do Estado.

Por certo, houve mudanças entre o desenvolvimentismo militar e a fase (neo?) (social?) desenvolvimentista dos governos do PT. Em primeiro lugar, como aponta o antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima no seu prefácio à coletânea de artigos *Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e por educação* (2013), sobretudo porque a partir dos anos 90, nas lutas dos movimentos de minorias nessa região contra os efeitos sociais de intervenções estatais, as formas de exploração e a violência de elites locais, os próprios movimentos passaram a articular e encaminhar suas demandas ao Estado. Isso, a despeito da Igreja e intelectuais nas universidades ou ONGs continuarem tendo papel fundamental nessas lutas. No que diz respeito ao reconhecimento dessas minorias e suas representações como atores políticos com capacidade de se fazerem presentes e participarem de processos de definição de políticas que os afetam, não pareceria despropositado sugerir, então, ainda hoje, como o fez Sigaud para o período da “transição”, que “tudo se passa como no mito de Sísifo...”.

De fato, por um lado, como observa Jessop ao desenvolver sua agenda de pesquisa estratégico-relacional no livro *State Power* (2008), não obstante o que a retórica política do ‘interesse comum’ ou a da ‘vontade geral’ possam sugerir,

elas são sempre ‘ilusórias’ na medida em que qualquer tentativa de as definir ocorre num terreno estrategicamente seletivo e envolve a articulação e agregação diferencial de interesses, opiniões e valores. De fato, o interesse comum ou vontade geral é sempre assimétrico, marginalizando ou definindo alguns interesses ao mesmo tempo que privilegia outros. Nunca há um interesse geral

que abarque todos os interesses particulares possíveis (Jessop 1983). Com efeito, uma tarefa-chave do estado é ajudar a organização de ajustes espaço-temporais que facilitam o adiamento e o deslocamento de contradições, tendências para crise, e conflitos em benefício daqueles plenamente incluídos no ‘interesse geral’ às custas daqueles mais ou menos excluídos dele (ibid., p. 11).

Por outro lado, no entanto, e isso é imperativo enfatizar, há mecanismos socioculturais mediando a passagem das decisões de políticas de Estado ou de governo que refletem ou incorporam diferentes interesses econômicos de parte dos (ou mesmo interesses de longo prazo de todos os) incluídos no ‘interesse geral’ para as práticas, na escala local, de agências de governo ou do Estado e seus funcionários, nas suas relações e interações de todo dia com outras agências e agentes públicos e com, na expressão de Jessop, os mais ou menos excluídos do ‘interesse geral’. Passo agora a conhecê-los.

3. Tucunaré ou piaba?

I. Terra, casa e dinheiro!

Na manhã do dia 28 de janeiro de 2010, cheguei ao PA Formosa com Cirineu, o coordenador do MAB para a bacia Araguaia-Tocantins, e Pedro, o agrônomo assessor técnico da CPT no escritório da organização em Araguaína. Era véspera do dia da tão esperada reunião com Celso Lisboa de Lacerda, também agrônomo, à frente da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra. Fomos direto para o espaço onde a reunião aconteceria – uma estrutura de madeira e palha, de duas águas, que Salviano construiu para servir como centro comunitário no assentamento. Dois dos três integrantes da *Diretoria* (da Associação Padre Josimo) nos receberam, Elpídio e Samuel. As pessoas chegavam e ainda se distribuíam pelos bancos dispostos ao longo do perímetro do barracão quando Pedro começou a alertá-las da importância do acontecimento do dia seguinte. Dr. Álvaro Manzano, procurador-chefe da República no Tocantins, também estaria presente, ele anunciou; com certeza isso surpreenderia o alto-funcionário do Incra, antecipou. Sua decisão de fazer o Ministério Público Federal presente na reunião tinha sido tomada em conjunto com a *Diretoria* e Cirineu, esclareceu. Com a presença do *Dr. Álvaro*, como diziam os assentados, que articulavam apenas seu prenome como se pretendessem marcar sua familiaridade com a autoridade, impossível que não fosse rompida a “inaudibilidade”¹³³ que parecia lhes ser imposta pelo Incra e presumida pela Casa Civil da Presidência da República.

¹³³ A expressão é usada pela antropóloga Paula M. Lacerda na sua Introdução à já citada coletânea de artigos que organizou, *Mobilização social na Amazônia* (2013). Ela opõe formas de inaudibilidade impostas por agências de governo a diferentes coletividades subalternas afetadas por megaprojetos de desenvolvimento promovidos pelo Estado às ações de lideranças e organizações de representação dessas coletividades para se fazer ouvir: falas e discursos públicos, encaminhamento de denúncias por escrito, produção de dados e interlocução com a imprensa (ibid., p. 18). Nos termos de Poulantzas, cuja definição relacional do Estado informa esta tese, a inaudibilidade é

Pouco depois de nós chegou Pedrinho, corretor imobiliário independente, visivelmente já conhecido por quase todos os presentes. Ele era mediador da compra do imóvel rural onde seria construído o assentamento no qual seriam instaladas as famílias forçadas a deixar o PA Formosa, a Fazenda Maju. Levados pelo corretor para visitá-la ainda em 2008, os dirigentes da associação escolheram esse imóvel que, tudo indicava, fora aprovado pelos titulares de parcelas e/ou chefes de família atingidas. O proprietário do imóvel era o deputado federal Júnior Marzola, agropecuarista de expressão no Tocantins, então presidente da Federação da Agricultura no estado, a FAET. Pedrinho veio municiado. Falou sobre assentados e posseiros que não tinham conseguido resistir à pressão do Consórcio Ceste e renderam-se à ‘carta de crédito’ como compensação por suas perdas e prejuízos. Uns tinham gasto todo o valor recebido na compra da terra nua e não deram conta de construir uma casa no pedaço de terra adquirido. Outros tinham comprado terras no *sequeiro*, longe de cursos d’água, e estavam agora vivendo “na base da água sovinada”, cedida por vizinhos que mal conheciam, disse. Seu objetivo foi alcançado. Sem dúvida, os testemunhos que trouxe despertaram a memória viva daquelas pessoas, já aflitas em meio a tanta incerteza, dos tempos de *precisão* que pensavam nunca mais experimentar: uma vida sem fartura e sem respeito no trabalho.

Concluído o relato do corretor, Cirineu deu início à discussão do tema central da ‘reunião preparatória’. A ida do diretor do Incra ao assentamento, explicou, devia-se à urgência que o consórcio tinha de concluir os serviços de topografia para a demarcação da curva de inundação do futuro reservatório da UHE Estreito no PA Formosa. A emissão Licença Ambiental de Operação (LO) do empreendimento estava condicionada à conclusão dessa demarcação, ele advertiu. Além disso, alertou, a medição era imprescindível aos planos do consórcio, que relutava em formalizar a compra da Fazenda Maju, alegando que o preço pedido por seu

um mecanismo de “seletividade estrutural”. Por seletividade estrutural, o marxista greco-francês entende os modos como o Estado ou o conjunto de instituições estatais,

têm um impacto específico e diferenciado sobre a capacidade de determinadas forças sociais perseguirem seus interesses e estratégias particulares através do acesso a, ou controle sobre, certas capacidades do Estado (JESSOP, 2000, p.5; minha tradução).

Entre os mecanismos institucionais e práticas políticas que servem para bloquear ou fazer progredir os interesses particulares de classes e frações dominantes e dominadas, incluem-se:

a filtragem de informações, uma ausência sistemática de ação em certos assuntos, a definição de prioridades e contraprioridades contraditórias entre si, a implementação desigual de medidas tomadas ou originárias de outras partes do sistema estatal, a implementação de políticas pontuais e descoordenadas, relativas a problemas conjunturais específicos que afetam determinados ramos ou seções do sistema estatal (JESSOP, 2008, p.127, minha tradução).

proprietário estava superinflacionado.¹³⁴ Levando a mão à boca, em voz mais baixa, ele disse: “agora, pessoal [menos de um ano da data prevista para o fechamento das comportas da usina, conforme o cronograma acelerado da obra], o consórcio ‘tá com mais urgência ainda de saber quais lotes que vão alagar, quantas famílias eles vão ter que reassentar. É ‘pra poder comprar só aquele tantinho mesmo; ‘pra gastar menos”. Assim, como quem segreda, mostrando que a manha do consórcio não lhe tinha passado despercebida, Cirineu apontou o risco de o consórcio adquirir outra propriedade sem consultar os interessados, uma vez permitida a medição da curva de inundação. Na reunião do dia seguinte, Dr. Álvaro Manzano resumiu sem rodeios a disposição do consórcio em relação àquelas famílias de assentados que resistiam ao seu assédio: “– Eles querem é que vocês morram!”, disse em alto e bom som.

Evitando empregar o termo “atingida(o)” como forma de afirmar desconhecer o MAB como interlocutor legítimo nas negociações por reparação, nos seus documentos e nos folhetos e cartilhas que distribuiu nas áreas de construção da barragem da usina e nos municípios que perderiam áreas urbanas e/ou rurais com a subida das águas do reservatório, o Consórcio Ceste fez uso do eufemismo “interferida(o)” ou ainda “diretamente interferido(a)”. Carlos Vainer, um dos mais expoentes cientistas sociais dedicados ao estudo dos efeitos sociais e ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos de hidrelétrica, critica essa identificação entre os termos atingido e inundado (2008, p.4-5). Ele assemelha a compreensão (no sentido linguístico do termo) da noção de atingido à de direito humano. Por certo, ao longo das últimas quatro décadas, as atribuições definidoras da noção de atingido variaram conforme os contextos históricos nacionais ou a correlação de forças em presença nos diferentes períodos. Como visto na Introdução deste trabalho, entre os anos de 1980 e 1990, houve um aumento dos atributos definidores da noção de atingido, assim como dos da noção de direito humano. A partir das privatizações na indústria nacional de eletricidade efetivadas nos anos 2000, no entanto, a tendência tem sido de encolhimento das qualidades definidoras da noção. As empresas controladoras de empreendimentos hidrelétricos têm tentado, com relativo sucesso, aliás, operar com o que Vainer chama de estratégia territorial-patrimonialista e hídrica, ou seja, visando à aquisição do domínio, têm reconhecido o direito à reparação –

¹³⁴ Em dezembro de 2012, pude verificar com um vereador de São Bento do Tocantins, município onde foi estabelecida a fazenda, que o preço máximo praticado por um alqueire de terras na área rural do município era R\$ 7 mil reais. De fato, a metade do valor do alqueire que, entre junho e julho de 2010, o Consórcio Ceste pagou pelo imóvel rural, premido que estava pela necessidade de fechar as comportas da UHE Estreito para iniciar sem atraso a operação da planta industrial hidrelétrica.

geralmente indenização – apenas daqueles que têm a propriedade da terra a ser desapropriada, seja para dar lugar à barragem, seja para inundar com a formação do seu lago artificial e, quando muito, daqueles que têm benfeitorias nessas terras.¹³⁵

Se vencido, o consórcio parecia mesmo pretender reassentar apenas aqueles que perderiam toda ou quase toda terra com a formação do reservatório da barragem. Isso, a despeito das condições de produção nas áreas remanescentes e do que diziam os cálculos disponíveis no Incra sobre o parcelamento mínimo sustentável para viabilizar a vida de um pequeno produtor e sua família na região. Esses esclarecimentos foram confirmados pelo Adelino, presidente da Associação Padre Josimo. Mal Cirineu iniciara a discussão, Pedro recebeu uma ligação telefônica. Era Luiz Amado, o engenheiro agrônomo da Superintendência Regional do Incra no Tocantins que acompanharia o diretor de Obtenção de Terras até o PA Formosa no dia seguinte. Ele queria conversar com Adelino justamente sobre a urgência do consórcio de que a demarcação da área de inundação do reservatório fosse concluída e, mais grave, confirmar o risco de o consórcio adquirir outra *fazenda* sem a devida consulta aos interessados.

Depois do Cirineu, Pedro fez uma breve apresentação do diretor do Incra, detendo-se principalmente no seu papel nos ‘GTs do PAC’. Espaços institucionais de relação e interlocução direta do poder Executivo federal com os consórcios ou empresas empreendedoras de grandes obras de infraestrutura sob o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), esses Grupos de Trabalho tinham sido criados na Casa Civil da Presidência da República para acompanhar a execução do programa. Além de membros da direção do consórcio ou da empresa investidora e de um representante da Casa Civil, cada GT contava com técnicos de uma ou mais agências governamentais com atribuição de implantar, demarcar e/ou proteger áreas que suportariam impactos negativos dessas obras – Incra, Ibama, Funai.... Lacerda representava o Incra nos GTs referentes às obras com impactos fundiários em assentamentos sob a tutela do Incra. Nesses espaços, hipoteticamente, com o objetivo de conciliar interesses, agências governamentais e

¹³⁵ Mas não sem encontrar resistência. Ao fim do duplo mandato presidencial de Lula, ele assinou o Decreto Nº 7.342 (26/10/2010) com o objetivo declarado de saldar a dívida do Estado com a população atingida por barragens. O decreto institui o cadastro socioeconômico, instrumento para a identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de hidroeletricidade. Sem dúvida, a assinatura do decreto resultou de muita luta e negociação do MAB e dos grupos apoiados pelo movimento. Voltarei a esse assunto mais adiante neste capítulo.

empreendedores podiam apresentar queixas e reivindicações de medidas a serem definidas visando à mitigação de impactos socioambientais negativos causados por grandes obras.¹³⁶

Dizendo-se preocupado, Pedro alertou os assentados do risco maior que corriam – perder o pouco que já havia sido garantido até aquele momento do embate com o Consórcio Ceste, caso eles se deixassem iludir pelo alto funcionário do Incra na reunião do dia seguinte. Concluindo sua intervenção, ele lançou a pergunta: estará o Incra facilitando o lado do Consórcio? Pedro se referia indiretamente a uma carta enviada à direção do Consórcio Ceste, com cópia para o Incra e o MPF-TO, pela Associação Padre Josimo em dezembro de 2009.¹³⁷ Nela, a associação condicionava a autorização para a realização dos serviços topográficos de demarcação à assinatura de um documento público onde fossem estabelecidas obrigações do consórcio. Em primeiro lugar, a liberação dos Laudos Técnicos de Avaliação de Benfeitorias para os interessados, de modo que eles pudessem apreciar os valores oferecidos para indenização. Em segundo, a presença de um técnico do Incra para o acompanhamento da realização dos trabalhos de piqueteamento da curva de inundação. Em terceiro, num prazo de até quinze dias a partir do início desses trabalhos, a aquisição do imóvel rural ‘Fazenda Maju’, conforme indicado ainda em 2008 pelos assentados no PA Formosa, depois de vistoriado e aprovado pelo Incra para fins de reassentamento,¹³⁸ e avaliado positivamente pela empresa contratada pelo consórcio para acompanhar a vistoria. Por fim, o documento exigia a participação do Incra e do Ministério Público no referido documento público. O consórcio, a despeito disso, ainda insistia que as famílias optassem pela carta de crédito. Captando o sentido da pergunta que Pedro deixara no

¹³⁶ “Na Casa Civil, que é o ministério que coordena todos os outros ministérios junto à Presidência da República,” disse Lacerda, ele [o governo] criou uma estrutura de acompanhamento das obras do PAC. Foram instituídos GTS para diferentes modalidades de obras, “tem lá uma equipe que acompanha as obras de hidrelétricas, tem a que controla termelétricas, tem uma equipe que controla rodovias, outra controla ferrovias... Para as diversas obras, disse, “você tem grupos na Casa Civil que controlam isso e trabalham na mediação dos conflitos que existem com construção da obra para tentar resolvê-los da melhor maneira possível.”

¹³⁷ Datada de 29 de dezembro e dirigida ao Dr. Laércio, Diretor do Consórcio Ceste, a carta foi recebida nesse mesmo dia pela Barros Engenharia, empresa contratada pelo consórcio para intermediar suas relações com as famílias atingidas pela Barragem de Estreito, particularmente no que se referiu a negociações de compensação e reassentamento.

¹³⁸ De fato, o Parecer Técnico do Imóvel Rural Denominado Fazenda Maju II, com área de 1.997,3234 ha, no Município de São Bento – To, datado de 10 de setembro de 2008, classifica o imóvel como produtivo – Grau de Uso da Terra de 86% e Grau de Eficiência na Exploração de 100%. Por esse motivo, não recomenda a desapropriação do imóvel. O documento que encaminha esse Parecer ao Chefe de Gabinete da Superintendência Regional do Tocantins (Memo/Incra/Sr-26/T/Nº 365, de 10/9/2008) é que atesta a viabilidade técnica do imóvel para a criação de projeto de assentamento. Assim, a aquisição do mesmo só poderia ser concretizada por meio de compra.

ar, Elpídio, pastor evangélico loquaz,¹³⁹ traduziu-a com felicidade para seus amigos, parentes e vizinhos: *será o Incra um tucunaré ou uma piaba?*¹⁴⁰

As pessoas presentes ouviam atentas. Aos poucos foram manifestando suas angústias. Perguntavam pelos laudos. Quando receberiam? E os agregados, seriam reassentados? Como ficariam as famílias que permaneceriam no PA Formosa, sem força para pleitear qualquer coisa junto à prefeitura do município ou mesmo ao Incra, já que seriam poucas, não mais do que vinte? Elas teriam acesso e direito de usar o lago para pescar, como vinham reivindicando desde julho de 2008? Poderiam irrigar suas plantas? A reunião continuou já sem coordenação até que Seu Paulo Augusto se levantou e disse em voz alta: *eu quero é sair daqui com terra, casa e dinheiro! Ninguém vai comprar ovo ‘pra vender ovo, vai querer comprar ovo ‘pra vender galinha!* Estava dada assim a palavra de ordem para a reunião com o diretor do Incra: *terra, casa e dinheiro!* Com sua enunciação, deu-se por concluída a ‘preparação’.

II. A reunião com o diretor do Incra

Era ainda bem cedo quando deixei a casa de Dona Lavínia e Seu Silvino para ir à reunião. Eles iriam depois do café. Cheguei ao espaço comunitário bem antes das autoridades, mas o barracão já estava repleto de gente: moradores dos povoados vizinhos, que àquela altura já tinham decidido *entrar na luta* da Associação Padre Josimo contra o Consórcio Ceste, e assentados do PA Formosa, mulheres e homens ocupantes das parcelas que seriam e das que não seriam alagadas porque distantes da beira do Tocantins. Pedrinho, o corretor independente, já estava lá conversando numa roda. Aos poucos, chegaram as autoridades. Com Celso Lacerda, Tarita Andrade, sua assessora, e Luiz Amado. Depressa Cirineu dirigiu-se ao grupo. Em pouco tempo, chegaram os representantes do Ministério Público Federal. Com Dr. Álvaro Manzano, chegaram Marcio Santos, analista antropólogo, e Rogério Franco, assessor de comunicação do MPF-TO. O procurador cumprimentou uma a uma das pessoas reunidas na entrada da casa de Salviano e

¹³⁹ Um dos assentados de melhor condição até a chegada da barragem, Elpídeo era morador de Araguaína, onde trabalhava em obras de construção de casas como instalador elétrico. Casado e pai de quatro filhos, convidado por seu sogro, veio para o PA Formosa com a família, a irmã e o cunhado depois de um ano da criação do assentamento porque *não estava dando conta de pagar o talão de luz, de água e o bujão de gás* na cidade. Ele não era alfabetizado. Sua escolha para integrar a Diretoria da Associação Padre Josimo deveu-se sobretudo à sua habilidade verbal, embora alguns reprovasssem sua atitude “valente”, seu “falar agressivo” com técnicos e funcionários do alto escalão do Incra e do Ibama. Um homem honesto, um homem decente, como me disse seu Paulo Augusto, não deveria brigar com autoridades!

¹⁴⁰ Espécie bastante agressiva, nas águas do Tocantins, o tucunaré “caça” a piaba.

Hermínia. Depois disso, dirigiu-se ao grupo onde Cirineu conversava com o diretor do Incra e seus assessores. Após cumprimenta-los, pediu que a reunião fosse logo iniciada. Mesmo as pessoas que conversavam nas rodas de parentes e amigos formadas entre a casa de Salviano e o centro comunitário pareciam acompanhar de esguelha a ordem dos cumprimentos do procurador. Não foi difícil perceber a natureza de suas avaliações e expectativas sobre *Dr. Álvaro*: ele era mesmo alguém que podiam *falar com ele e pedir ajuda*.

Provocado por Pedro para abrir a reunião, Adelino agradeceu a presença de todos e anunciou que a *companheira* Neila registraria o evento com seus gravadores. Ensimesmado, parecendo querer com isso encerrar sua exposição, o rapaz logo abriu caminho para a apresentação de Celso Lacerda, que de pronto iniciou um relato sobre sua trajetória profissional.¹⁴¹ Numa retrospectiva de sua atuação como engenheiro agrônomo “comprometido com a Reforma Agrária”, ele falou sobre seu trabalho à frente da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos a partir de março de 2011 e esclareceu que trabalhava no Incra desde 2003. Nesse ano, assumiu o cargo de Superintendente do órgão fundiário no Paraná, deixando para este fim a direção da Secretária Municipal de Agricultura em Ponta Grossa (PR). Mas sua ênfase recaiu mesmo sobre os mais de vinte anos que dedicou à assessoria de cooperativas, como a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA/PR) e sobre sua participação no Projeto Lumiar de assistência técnica a assentamentos rurais.¹⁴² Destacado esse último período de

¹⁴¹ Filho de posseiros no município de Estreito, Adelino como seu irmão Aldo, era barqueiro. Nos primeiros anos da criação do PA Formosa, até o momento em que boa parte dos assentados parou de brocar roças, eles transportavam grande parte da produção de “legumes” dos seus vizinhos para vender na feira e/ou a pequenos patrões em Estreito. À medida que assentados e moradores de povoados nas cercanias do assentamento pararam de abrir roçados, ele passou a transportar apenas os produtos da extração vegetal até que, por volta de 2009, encerrou definitivamente suas atividades como barqueiro. Casado com a filha de uma das irmãs de Seu Paulo Augusto, um dos mais bem “organizados” no assentamento até a chegada da barragem, ele também estava entre os melhores de “condição”. Sua eleição para presidir a Associação Padre Josimo deveu-se ao fato de ele ser alfabetizado e bem relacionado nos municípios de Estreito e Darcinópolis, onde concorreu ao cargo de vereador no ano de 2008. Segundo Rosália, filha de Dona Lavínia, todos no PA Formosa e nos povoados vizinhos que se vincularam à Associação Padre Josimo na luta por direitos durante negociações com o Consórcio Ceste acreditavam que ele teria a habilidade requerida para negociar com o consórcio a fim de torna-los efetivos portadores desses direitos.

¹⁴² Segundo Fabrini, Luz e Lacerda (2000, p. 68), o Projeto Lumiar foi criado oficialmente pelo Conselho Diretor do Incra por meio da Resolução Nº 95 de 20 de novembro de 1996. O projeto integrava um programa de qualidade e produtividade nos assentamentos da reforma agrária e foi implantado pelo Incra a partir de experiências realizadas no Nordeste por meio do Programa Contacap de assistência. Com o Lumiar, o Incra repassava recursos para cooperativas, muitas de assentamentos implantados em consequência de organização, mobilização e ação direta do MST (Stédile 1997, p. 75), para a contratação de agrônomos integrantes de ONGs ou de entidades estaduais de assistência técnica rural (Ater). Segundo Da Rós e Piccin (2012, p. 138), sem oferecer explicações convincentes, o governo Fernando Henrique Cardoso decidiu extinguir o projeto, malgrado avaliações positivas emitidas em pesquisas contratadas pelo próprio Incra, que apontavam resultados promissores dessa iniciativa “no estímulo à diversificação produtiva, na agregação de valor

sua biografia profissional, mais solene, Celso Lacerda passou aos GTs de monitoramento das obras do PAC, detendo-se naqueles dos quais participava representando o órgão fundiário federal. Já afirmado seu compromisso com a causa da Reforma Agrária, ele finalmente enfrentou o tema quente da reunião – a ‘questão do PA Formosa’, única aporrinhação do Consórcio Ceste àquela altura, conforme disse na entrevista que me concedeu nesse mesmo dia, menos de um ano para o fechamento das comportas da barragem. Sem pressa, Lacerda deixou a mesa onde estava com seus assessores, dirigiu-se ao centro do barracão. Aproximando-se da audiência e do procurador-chefe da República, ele disse num só fôlego:

*Agora, o quê que tá acontecendo que motivou a gente vir aqui? De fato, o que tá pegando mesmo com relação à questão de assentamento lá em Brasília são vocês aqui do PA Formosa. Porque o reclame é esse: o assentamento não deixa o consórcio entrar ‘pra fazer o piqueteamento, vai chegar a água e tal.... Isso ‘tá atrasando. Tem também o argumento: “ó, nós já temos uma decisão judicial ‘pra entrar na área, mas nós não queremos criar conflito, não queremos mexer com polícia...” Aí nós tivemos uma reunião na semana passada na Casa Civil com a direção do Ceste. Esteve lá o presidente do Ceste mais uma diretora que cuida dessa parte aqui¹⁴³ e foi colocado algumas questões. Aí a gente tirou um encaminhamento de eu vir aqui hoje ‘pra de fato ver o quê que ‘tá acontecendo. Mas os argumentos deles é: “olha, não arrumamos uma área ainda pra assentar as famílias porque eles indicaram uma única área e essa área é muito cara!” E qual que é o contra-argumento nosso? “Bom, vocês não querem comprar essa área, mas vocês fizeram proposta para outra área? “Não, não fizemos.” O segundo ponto deles é: “Ah, os assentados ‘tão reclamando lá que não receberam ainda os Laudos de Avaliação de Benfeitorias!” Aí eles alegaram lá que esses laudos já tinham sido encaminhados para o Incra e não foram, mas a gente não sabia na hora se tinha ido ou não. E eles também alegam que muitas das famílias aqui do PA Formosa querem a carta de crédito, só que eles não conseguem entrar aqui ‘pra poder ver quem é quem. Então tudo bem, então nós vamos lá e vamos ver quem quer e quem que não quer. Então ficou de eu vir aqui com um propósito, com algumas coisas pontuais que nós temos que encaminhar aqui. Primeiro é esse ponto. Algumas famílias aqui querem a carta de crédito ou não? Se todo mundo não quiser, nós vamos fazer um documento aqui e todo mundo vai assinar esse documento e nós vamos levar lá pra Casa Civil e vai ser a prova que eles vão ter que reassentar se eu não me engano trinta famílias aqui que vão ser atingidas. Então esse já é um grande trunfo! Outra coisa que eu já ouvi quando eu cheguei aqui que é importante: parece que existe já um contrato de compra e venda da Fazenda Maju com o Ceste. Então, se existir, ele é importantíssimo! Eu **preciso** desse contrato ‘pra eu levar lá pra Casa Civil. Eles disseram que não fizeram nenhum movimento ‘pra comprar a área porque a área é*

à produção, na busca de alternativas de comercialização e na construção de experiências autônomas de gestão da produção e da vida social por parte dos assentados” (ibid.). À época, junho de 2000, conforme Peixoto (2014, p. 910), o governo alegou haver denúncias de desvio de recursos públicos para movimentos sociais.

¹⁴³ Norma Pinto Vilela, diretora de socioeconomia do Consórcio Ceste, responsável pelas ações para compensação, inclusive a relocação das famílias atingidas pela barragem.

muito cara. Então se existe um contrato, nós precisamos levar esse contrato 'pra gente apresentar lá. É importante a gente levar isso 'pra lá. E a questão dos Laudos de Avaliação, nós vamos argumentar que nós não recebemos nada até agora. 'Tá nesse pé, pessoal. Eu queria agora muito mais ouvir vocês, os argumentos que vocês têm, 'pra depois a gente poder discutir como é que a gente encaminha as questões aqui do PA Formosa e outras questões talvez, se tiver aqui... Os argumentos que a gente tem pra eu poder levar lá e fazer uma discussão com um pouco mais de qualidade... porque a gente não tá conseguindo fazer por falta de argumento mesmo!



FIGURA 20: A reunião – assentados em torno do Diretor do INCRA, à mesa, ao fundo, janeiro de 2010.

As pessoas falavam ao mesmo tempo. Tinham vários questionamentos. Reivindicavam a compra da fazenda Maju, indicada desde meados de 2008. Lembraram que nesse ano um funcionário da Superintendência do Incra em Palmas e outro da Unidade Regional do órgão em Araguaína tinham realizado a vistoria da fazenda acompanhados de empregados da Barros Engenharia. O próprio consórcio tinha providenciado o transporte dos chefes de família

interessados até Lagoa de São Bento!,¹⁴⁴ repetiam indignadas.¹⁴⁵ Além disso, as que eram titulares das parcelas que seriam alagadas cobravam do Incra e da Casa Civil que fizessem o consórcio liberar de uma vez os Laudos de Avaliação de Benfeitorias. Técnicos de empresas contratadas pelo consórcio para conduzir os levantamentos e elaborar os laudos tinham realizado o trabalho no início de 2009, repetiam esbravejando. Um ano já havia decorrido e naquela data, 29 de janeiro de 2010, os parâmetros indenizatórios adotados para as avaliações assim como os valores por meio deles definidos eram ainda desconhecidos de todos ali!

O consórcio tinha condicionado a liberação dos laudos aos assentados à permissão da *Diretoria* para seus funcionários realizarem visitas particulares às famílias que seriam já com certeza relocadas. No entendimento dos dirigentes, entretanto, o propósito dessas visitas seria obter do titular de cada parcela a assinatura de um ‘termo de opção’ no qual declarariam individualmente sua preferência pelo reassentamento rural coletivo ou pela carta de crédito. Assim, a proposta dessas visitas individuais tinha sido negada por eles, que imediatamente alertaram seus vizinhos sobre a probabilidade de o consórcio tentar *amarrar um pacote ‘pra fazer um bolo grande e pegar o cara*. Ou seja, a probabilidade de o consórcio oferecer a carta de crédito ao interessado e, ao mesmo tempo, o pagamento do valor total da avaliação das suas benfeitorias. Isso, temiam, resultaria numa quantia tão alta para um pequeno produtor que poderia iludir ou *driblar*, como nos seus termos, um chefe de família já *desplaneado*, envergonhado por não poder assegurar uma única refeição decente por dia para sua família àquela altura e sem ter ideia de quando brocaria novas roças de milho e de arroz que seus familiares, *não só os quatis, as curicas e os periquitinhos verdes*, pudessem aproveitar.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Antigo nome do município de São Bento do Tocantins, desmembrado do Município de Araguatins, às margens do rio Araguaia, pela Lei Estadual Nº 251/91, de 20/02/1991.

¹⁴⁵ Norma Pinto Vilela, numa reunião realizada na sede do escritório regional da CPT em Araguaína em dezembro de 2008, afirmou que as áreas que seriam adquiridas pelo consórcio para reassentamento estavam sendo escolhidas pelas próprias comunidades. Na ocasião, ela deu como exemplo o caso das famílias no PA Formosa, que tinham indicado a Fazenda Maju, em São Bento do Tocantins. A afirmação foi feita na presença do procurador Álvaro Manzano, de um promotor de Justiça, de representantes do Ibama no Tocantins e no Maranhão, de lideranças e militantes do MAB e do CIMI nesse estado e de assessores técnicos da CPT, além de representantes das diferentes coletividades atingidas pela Barragem de Estreito que participaram da reunião.

¹⁴⁶ Em todas as entrevistas que fiz no PA Formosa entre 15 de agosto e 25 de setembro de 2010, ouvi dos assentados que desde o início de 2008 o Consórcio Ceste havia proibido que abrissem novas roças no assentamento. Alguns dos entrevistados disseram que essa proibição fora transmitida por representantes do consórcio em reuniões realizadas no próprio assentamento, inclusive pela diretora de socioeconomia do consórcio. Não encontrei qualquer documento que estabeleça tal proibição. É provável, no entanto, que ela tenha sido divulgada com base na experiência do consórcio com as famílias nos outros oito assentamentos do Incra afetados pela Barragem de Estreito no Estado do Tocantins. Neles, segundo Cirineu, o consórcio teria

Elpídeo interrompeu a falação. Mas mal começara, conquistou a atenção das pessoas com uma súbita interrupção da sua fala. Criticado por tantos por *falar demais e falar agressivo*, ao perder ou prender sua respiração, fez de si o foco das atenções, como se pretendesse que os outros assentados se reconhecessem nele. *É o coração, é isso que o consórcio quer, que a gente morra!*, disse num tom abnegado. *Mas o soldado morre guerreando!*, logo reagiu, erguendo o braço, punho cerrado. Como nos ensina Marc Abélès na sua etnografia de um “ritual político moderno” – a inauguração de uma estação de trem na cidade de Nevers por François Mitterrand em 1986 –, um ritual não gera, antes, pressupõe solidariedade (1988, p. 393, minha tradução). Não ouvi à minha volta naquele momento qualquer comentário, não vi manifestação de descrença nos rostos na audiência, nem gestos que de algum modo “denunciassem” a artificialidade do drama protagonizado por Elpídeo. Pelo contrário, aparentemente, seu martírio foi aceito. E não parece equivocado sugerir que a contraprestação da sua “morte” seria o sacrifício, por parte dos seus companheiros de sorte, das pretensões individuais que porventura tivessem – a rendição, aceitação da carta de crédito, como insinuara o diretor do Incra –, em nome do bem comum, o bem do grupo: *terra, casa e dinheiro!* Depois de um copo d’água com açúcar que uma vizinha solícita se apressou em trazer, Elpídeo voltou-se para Lacerda e desabafou:

*O povo aqui já tem sido muito bom com as atitudes que o Incra e o próprio Ceste têm tomado. Porque foi o Incra e o Ceste que levou o pessoal na Fazenda Maju quando nós apontamos a fazenda. Dos PAs [projetos assentamentos do Incra afetados pela barragem], já foram todos desarticulados e comidos pelo jacaré! Mas tem o PA Formosa que ‘tá sendo ameaçado, **ameaçado**, ‘tá sendo **pisado**! Quer dizer, o Incra já se viu se corromper nos outros assentamentos e o PA Formosa, que ainda continua de braço forte, **querendo o reassentamento**, eles ‘tá esperando o Ceste terminar de acabar com o assentamento! Quer dizer, em que momento que o Incra tomou providência de **sentir e se responsabilizar** por essas outras famílias que já foram desarticuladas, foram **acabadas** com a carta de crédito? Quer dizer, onde está então o trabalho do Incra? Só tem o PA Formosa e o PA Formosa continua resistente! As famílias reivindicaram uma fazenda **‘pra trabalhar** e o qual não tem sido*

proibido que novas roças fossem abertas sob a alegação de que as famílias seriam retiradas das suas parcelas antes do tempo da colheita. Como dito anteriormente, nesses assentamentos, chefes de família titulares de lotes aceitaram a carta de crédito, pressionados que estavam por empregados do consórcio e acuados por rumores que faziam circular na região: quem recusasse essa modalidade de compensação terminaria por receber um valor reduzido por meio de depósito em juízo, ou seja, teria que aguardar o longo e insuportável – para um pequeno agricultor – tempo da Justiça. Em julho de 2008, no escritório regional da CPT em Araguaína, foi realizada uma reunião de lideranças das associações dos doze PAs implantados pelo Incra com um representante da sede nacional do órgão fundiário e a participação de militantes do MAB e assessores técnicos da CPT, além de um representante do Consórcio Ceste que participou dizendo-se na condição de ouvinte. Na ata da reunião consta a seguinte reivindicação dos assentados atingidos encaminhada ao Incra para intercessão do órgão junto ao consórcio: “as famílias poderão cultivar roças com culturas temporárias de subsistência”. (Memória da reunião com representantes dos projetos de assentamento atingidos pela barragem Ceste/Estreito, Incra, MAB e CPT, 31 de julho de 2008).

*respeitado! Porque nem **até mesmo** o Termo de Compromisso que o **próprio** Incra e o **próprio** Ceste assinaram, **só eles**, sem a presença do PA Formosa, sem a nossa presença – eles não consideraram a nós como gente, como povo, que deveria participar como cidadão –, eles ainda **ainda** não cumpriram! Não cumpriram!*

Segundo Lacerda, a decisão de firmar um Termo de Compromisso com o Consórcio Ceste fora tomada no Incra em razão da irredutibilidade do consórcio, que rechaçara parte da pauta de reivindicações apresentada pelos assentados atingidos no PA Formosa e posseiros ou pequenos proprietários nos povoados vizinhos ao assentamento, reivindicações que o Incra assumiu quase integralmente como suas. Essa pauta baseou-se num documento mais compreensivo, com reivindicações das associações locais de todos os assentamentos do Incra afetados pela UHE Estreito. O documento apresenta uma proposta detalhada da infraestrutura necessária ao bom funcionamento de um projeto de reassentamento. Ele resultou de uma reunião realizada num acampamento organizado pelo MST, às margens da estrada que liga os municípios de Araguaína e Filadélfia, em agosto de 2008. Para sua elaboração, por dois dias, dirigentes dessas associações, Cirineu e militantes do MAB, lideranças regionais do MST, Pedro e Frei Xavier Plassat, coordenador do escritório da CPT em Araguaína, e eu – já *a pesquisadora* – partimos da experiência de posseiros e pequenos proprietários rurais compulsoriamente deslocados em consequência da construção das hidrelétricas Peixe-Angical e São Salvador, localizadas no baixo curso do Tocantins. O consórcio, entretanto, argumentou que as demandas apresentadas, se atendidas, dariam às famílias ‘diretamente interferidas’ condições muito superiores àquelas preexistentes à sua ‘relocação’ num reassentamento rural coletivo. Às vésperas do fechamento das comportas da hidrelétrica, entregar o paraíso que prometera às famílias atingidas nas visitas de seus empregados ao PA Formosa antes da emissão da Licença Ambiental de Instalação (LI) da obra, evidentemente, estava fora de questão!

Essa recusa em cumprir com o anunciado era contraposta pelos assentados atingidos à informação disponível por meio da mídia impressa e televisiva regional de que o BNDES, banco administrador de dinheiro público, concedera um empréstimo de R\$ 2,6 bilhões às empresas reunidas no consórcio. Desse total, R\$ 593 milhões eram destinados a investimentos socioambientais com o objetivo de ‘minimizar e compensar os impactos da implantação da UHE Estreito’.¹⁴⁷ Numa audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional, em abril de 2010, Maria dos Anjos

¹⁴⁷ Ver nota 37.

Nunes da Silva, conhecida como Maria da Ilha – a Ilha de São José, na qual era liderança –, resumiu com sucesso o modo como essa desproporção entre prometido e realizado pelo consórcio era vivida pelas pessoas submetidas ao deslocamento forçado com a instalação da UHE Estreito.¹⁴⁸ Referindo-se à divisa da bandeira do Brasil, ‘Ordem e Progresso’, o deputado federal Chico Alencar, do Partido Socialista e Liberdade (PSOL/RJ), dissera que, historicamente, na república brasileira, o progresso alcançou “‘os de cima’ – grandes empresas, grande capital, grandes empreendimentos, donos do poder”, enquanto a ordem significou desde sempre violência contra ‘os de baixo’. “A ordem é pau no lombo dos de baixo!”, ele resumiu. Desembaraçada que é e indignada, em resposta à intervenção do deputado, Maria da Ilha contestou:

*Primeira coisa é o seguinte: eu queria falar que achei muito bonito a sua palavra “direitos humanos”. Porque lá na Ilha nós nunca tivemos essa prioridade de ouvir essa palavra “direitos humanos”. Porque lá se chama desrespeito humano. É o que nós temos. Desrespeitando nós em tudo. Lá também ouvi falar sobre a bandeira do Brasil: “ordem e progresso”. Lá está tendo ditadura e matadura. Matando o povo! Lá nós não há essa história de ordem e progresso. Quando a barragem entrou lá, falaram no progresso, exatamente, que iam ajudar o povo... que todo mundo ia sair da ilha e ia ‘pra um paraíso... que todo mundo seria bem-vindo... bem indenizado... bem organizado... até melhor do que nós estamos lá. **O contrário!** No paraíso nós estamos e já estamos saindo para o inferno. Lá nós não contamos com o paraíso. Nós moramos no paraíso e não dependemos quase de ninguém. Hoje estamos saindo para o inferno, para depender de todos, comer as migalhas. Lá nós não dependemos de cesta básica, de nada disso. **Nós somos trabalhadores!**”¹⁴⁹*

¹⁴⁸ A realização da audiência foi provocada pelo Deputado Domingos Dutra (PT/MA), Vice-Presidente da Comissão então. Inicialmente, seu objetivo era examinar os impactos sociais e ambientais nas áreas de influência direta e indireta da UHE Estreito. Na reunião que aprovou seu requerimento, no entanto, decidiu-se incorporar a proposta da Plataforma Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Ambientais, organização não-governamental conhecida como Plataforma Dhesca Brasil. A proposta tinha por objetivo apresentar para debate, na mesma Audiência Pública, o relatório que especialistas nessa organização produziram sobre questões de direitos humanos no contexto do Projeto da Usina de Belo Monte, no rio Xingu.

¹⁴⁹ Sigo aqui a transcrição das intervenções no evento, realizada pelo Núcleo de Redação Final em Comissões do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados. Disponível em: <file:///C:/Users/Neila%20Soares/Downloads/nt07042010.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2010.

Depois de concluída a redação desta seção da tese, conheci a da historiadora Ely Souza Estrela sobre a experiência, o imaginário e a resiliência de antigos moradores da região de Sobradinho (a Usina Hidrelétrica de Sobradinho, no Rio São Francisco, Estado da Bahia) que viveram o deslocamento forçado e o reassentamento em razão da instalação dessa usina. Seguindo as falas dos sujeitos da sua pesquisa, na tese, *Três Felicidades e um Desengano*, a historiadora destaca esse mesmo contraste entre o paraíso fruído por essas pessoas nas barrancas do grande rio e o inferno finalmente entregue a elas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), empresa geradora estatal para a Região Nordeste vinculada à Eletrobrás: o reassentamento, seu desengano, justamente! (cf. Estrela, Ely Souza. *Três Felicidades e um Desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho* – BA. 2004. 252 f. Tese [Doutorado em História] – Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.)



FIGURA 21: À mesa: Pedro Ribeiro; no segundo plano, Celso Lacerda (esq.) e Adelino (dir.), janeiro de 2010

No processo de negociações para a elaboração do Termo de Compromisso com o Incra, o consórcio se recusou a admitir os próprios assentados interessados e o Ministério Público Federal como participantes legítimos. Ora seus dirigentes afirmavam que a determinação de circunscrever as negociações ao Incra era devida ao fato de as terras de assentamento serem da União, não dos assentados, ora afirmavam que a determinação de cercar a dita participação era emanada do próprio Incra, o que o Incra negou num documento oficial. Em consequência dessa exclusão, os trabalhadores se sentiam duplamente enganados. Em primeiro lugar, pelo que chamaram de *desrespeito humano* – a complacência da agência governamental responsável pelo assentamento diante da conduta inflexível do consórcio, uma vez que excluindo-os da negociação do termo negava uma vez mais justamente aquilo que historicamente lhes era negado: o direito à autonomia na gestão de seu futuro e à participação nas decisões que comprometem ou inviabilizam seus meios e modos de vida. Em segundo, porque eles tinham tentado *abrir um espaço para o diálogo com o consórcio*, permitindo a entrada dos técnicos no assentamento para a realização das vistorias visando à elaboração dos Laudos de Avaliação de Benfeitorias. Porém, as condições que estabeleceram para dar tal permissão não tinham sido cumpridas pelo consórcio. Até aquele momento, os laudos não tinham sido submetidos à sua apreciação, muito

menos os valores neles definidos lhes tinham sido pagos. Já sem ter *outra pessoa* com quem pudessem *falar com ele e pedir ajuda*, cada vez mais eles formavam o conceito: *o Ceste passa da Lei!* Ou, na variação às vezes repetida nos seus desabafos e ironias, *o Ceste é a Lei!*

Esse sentimento de engano, essa percepção de que estavam sendo *driblados*, teve mais motivos. Depois de levar a dura do Elpídeo e outra do Guri, que já não tinha projeção política no assentamento, mas com certeza era respeitado pela acuidade de suas observações, Celso Lacerda afinal declarou que rejeitava categoricamente a opção pela carta de crédito. Não por razões ideológicas, por “ser de esquerda”, ele se apressou em esclarecer, mas porque o valor oferecido pelo consórcio jamais garantiria a recomposição das condições necessárias à reprodução de um pequeno agricultor e sua família isoladamente, sem a cooperação de vizinhos com quem pudesse dividir a aquisição de máquinas e implementos. Ao reagir aos pitos que levou, Lacerda pareceu tentar forjar não uma identidade, mas talvez afinidade de projetos com os trabalhadores, lembrando-os de sua condição de agrônomo militante da Reforma Agrária. Com esse espírito, ele mobilizou com habilidade a linguagem que expressa lealdade a essa causa tão cara para meus intrerlocutores exclamando “**companheirada!**”. O grito teve o efeito desejado. Arrebatada a atenção da audiência – as pessoas naquela altura da reunião falavam umas com as outras já sem coordenação –, Lacerda voltou-se na direção de Elpídeo e prosseguiu lamentoso:

*Eu entendo você. Apesar de que eu pessoalmente, já sendo um agrônomo que trabalha há quase vinte anos com reforma agrária, eu fico magoado ouvindo uma fala dessas. Eu como um trabalhador defensor de reforma agrária, eu fico magoado ouvindo as acusações que você fez ‘pra mim. Eu fico **magoado** ouvindo uma coisa dessas. Mas eu entendo elas, eu entendo perfeitamente elas. Por isso que eu ‘tô aqui botando minha cara a tapa... eu entendo perfeitamente o que você ‘tá falando, eu compreendo a angústia que vocês ‘tão passando. Nós precisamos ter uma estratégia aqui ‘pra encaminhar, porque o que eu queria que vocês entendessem é esse jogo que é feito, que é um jogo muito perverso! Quer dizer, vocês sabem tudo que se passou ‘pra indicar a compra da Fazenda Maju, ninguém obrigou a compra da Fazenda Maju. Inicialmente vocês indicaram, o Ceste foi lá, levou vocês. Eu lembro disso daí... negociou com o Ceste pra pagar um ônibus... vocês foram lá ver... aceitaram a fazenda [o Consórcio Ceste aceitou]. Só que agora, agora o Ceste vai lá [no GT instituído pela Casa Civil] e diz que vocês indicaram uma só fazenda e ela é muito cara! Então isso faz parte de um jogo e nós infelizmente..., ‘pra vocês se saírem bem, nós temos que jogar esse jogo. E jogar ele bem jogado, porque se não vocês vão ser atropelados mesmo. Não tenham dúvida disso! E vocês podem ver no Incra, como vocês ‘tão vendo no Ministério Público hoje, vocês podem ver no Incra, com todos os problemas que o Incra tem, vocês podem ver um parceiro ‘pra poder resolver o problema de vocês. E é por isso que nós ‘tamos hoje aqui, ‘pra gente sair daqui com um documento... com um encaminhamento pra mim poder ir na semana que vem lá [na Casa Civil] e defender vocês lá. E não chegar lá e dizer “não, pode ir lá e entra com a*

polícia e vai nas famílias, quem quiser sair com carta de crédito sai, quem não quiser, sai do mesmo jeito, porque nós não ‘tamos nem aí’. Não é isso! Não é isso!

Nesse momento, não tive dúvida. Surpreendia ali o Estado brasileiro em ato: um agente público, diretor do órgão máximo executor das suas políticas agrária e fundiária que, experimentando a contradição entre suas convicções, sua biografia, e o interesse do governo federal, tentava transformar uma relação supostamente baseada em valores de cunho impessoal, como é esperado ser segundo a visão racionalista da burocracia numa democracia moderna, numa relação de fundo afetivo, de proximidade – sem dúvida um traço do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda.

Em outro plano de análise, Poulantzas fornece uma chave para o entendimento dessa (di)visão do diretor. Segundo o marxista greco-francês, o pessoal do Estado, aqueles que lhe dão carne e osso, aqui, especificamente, os dos níveis intermediários ou subalternos do Estado, pensam o Estado segundo a ideologia dominante – que é sempre a ideologia das classes dominantes transformada em hegemonia, aprendemos com Marx e Engels na sua *A Ideologia Alemã* –, ideologia que tem a função de cimentação interna do sistema institucional de aparelhos de Estado e que o Estado reproduz e inculca, antes de tudo, entre seus próprios membros. Isso quer dizer que eles pensam o Estado como árbitro neutro pairando solene sobre as classes em luta, como se fosse representante da vontade do interesse de todas elas (Poulantzas, 1981, p. 90). E ainda que essa ideologia dominante não domine inteiramente, propõe Poulantzas, dado que sempre há subconjuntos ideológicos das classes dominadas cristalizados no interior dos aparelhos de Estado – sob a dominância da ideologia dominante, é claro –, amplas camadas do pessoal do Estado entendem que o que lhes compete é estabelecer a justiça social, é restabelecer o equilíbrio (suposto existir) em favor dos “fracos” (Poulantzas 1978, p.179). Ora, o que não é reconhecido aí é justamente a verdade profunda do Estado: visto que é dividido em classes, ainda que no seu aparelho burocrático-administrativo não esteja implantada qualquer das classes economicamente poderosas, o fato de ele, em última instância, pender para os “fortes”.

Desde julho de 2008, atas de reuniões dos assentados no PA Formosa com empregados do Consórcio Ceste e técnicos do Incra atestavam sua decisão coletiva pelo reassentamento rural coletivo. Cópias foram enviadas pela Associação Padre Josimo à Diretoria de Obtenção de Terras e a outras autoridades no governo federal. Para o diretor, no entanto, tratava-se ainda de acreditar! De fato, tudo indicava que sua ida ao PA Formosa atendia antes de mais nada a uma determinação do Casa Civil da Presidência da República, *locus* da coordenação das

ações dos ministérios do Poder Executivo federal, por meio da Subchefia de Articulação e Monitoramento dos investimentos em infraestrutura logística, energética e social e urbana do PAC. Na entrevista que me concedeu logo após a reunião, Lacerda justificou a “descrença” da Casa Civil quanto à determinação das famílias no PA Formosa em sustentar, em bloco, sua opção pelo reassentamento rural coletivo, não pela ‘carta de crédito’, recorrendo ao “idioma de auto-justificação” de que trata Herzfeld no seu estudo *The Social Production of Indifference* (1992, p.46) – a descrença seria produto da “lentidão natural (sic) da máquina do Estado”, noção frequente no senso comum ordinário e burocrático (não só brasileiro, como mostra Poulantzas).¹⁵⁰

O interesse aqui é destacar o duplo movimento do diretor do Incra que contribuiu para reforçar a percepção dos assentados atingidos de que estavam sendo *driblados* pelo órgão governamental: de um lado ele “confundiu” relações que seriam pautadas pela impessoalidade, segundo expectativas dos trabalhadores, com relações pessoais, de fundo emotivo. Assim, diante dos interesses antagônicos dos assentados e do consórcio de grandes corporações industriais transnacionais, coerente com sua trajetória profissional, pareceu pretender alinhar-se entre os primeiros. De outro, tentou justificar a indiferença burocrática às necessidades, angústia e sofrimento desses trabalhadores pobres sobre quem pesam impactos negativos da construção da UHE Estreito atribuindo responsabilidade por essa indiferença à precarização das suas condições de vida ao “sistema”, mais do que ao Incra, e jamais a si mesmo – isentando-se portanto de qualquer responsabilidade sobre o provável desfecho daquele embate em desfavor dos assentados.

Na entrevista, Lacerda contrastou a morosidade e a dificuldade do Incra para subsidiar a Casa Civil com informações fidedignas sobre o passo das negociações entre os assentados no PA Formosa e o Consórcio Ceste com a agilidade e a facilidade do consórcio para se fazer ouvir e acreditar pela instância de coordenação das obras do PAC. Da falta de recursos humanos e financeiros do órgão fundiário federal para desempenhar suas funções no campo, ele pretendeu justificar inserindo a suposta indiferença da Casa Civil ao sofrimento das famílias a serem deslocadas no contexto mais amplo das limitações financeiras do órgão, resultaria a

¹⁵⁰ No livro, Herzfeld pretende dissolver o divisor entre sociedades com Estado (moderno) burocrático e “sociedades tradicionalmente estudadas por antropólogas”; as últimas não são menos simbólicas do que as primeiras, essa a tese do antropólogo. Nessa linha de argumentação, o antropólogo equipara as queixas que, nos seus “encontros” malsucedidos com a burocracia estatal – tratativas, reivindicações, demanda de serviços –, o cidadão comum faz sobre a ineficiência, indiferença ou injustiça dessa burocracia, à atitude recorrente de burocratas no sentido de racionalizarem essa ineficiência, indiferença ou injustiça, atribuindo culpa ao “sistema”, às leis muito complicadas, aos seus superiores imediatos ou distantes, ao “governo” e sempre nada a si mesmos (1992, p. 5).

difficuldade da Casa Civil em “fazer um conceito sobre o que está acontecendo aqui em baixo”, concluiu recorrendo à “topografia vertical de poder” (FERGUSON e GUPTA, 2002) que figura o Estado no topo, abarcando generoso toda a sociedade sem dela fazer parte, equânime relativamente aos antagonismos e conflitos que nela têm lugar. Enquanto a Superintendência Regional do órgão no Tocantins tinha apenas um engenheiro agrônomo para acompanhar as negociações entre assentados e o consórcio, entre outras atribuições do técnico!, explicou, várias empresas prestadoras de serviços terceirizados pelo consórcio trabalhavam nessas negociações, “com talvez centenas de pessoas atuando aqui dentro” – dentro do ambiente da obra, a ambientada, ou seja, os indivíduos, famílias e coletividades atingidas, rebatidos que são para o “fundo natural” contra o qual a obra se destaca, assumindo o lugar e os valores de sujeito, como destacam Viveiros de Castro e Andrade (1988, p. 10). Daí a facilidade do consórcio em levar “informação ‘pra Casa Civil na ótica deles de como é que está o andamento da obra”, ele continuou, “de quais são as questões que eles avaliam como empecilho para a obra ter celeridade”. “Assim”, lamentou, “a gente percebe que as informações que chegam para esses grupos que têm o poder para interferir na decisão da obra lá na Casa Civil, elas chegam muitas vezes distorcidas!”. “Além disso, disse tão preocupado quanto desprevenido, o Ministério de Minas e Energia tem muita pressa na execução dessas hidrelétricas!”. E concluiu:

E eu vejo que se a gente fosse cumprir toda a necessidade de interação e discussão com essas famílias, de ouvir de fato as angústias que elas têm, seus problemas, suas dúvidas, talvez a gente precisasse um tempo muito maior daquele tempo que uma obra dessas demanda para ser construída” (jan. 2010, ênfase minha).

Decerto, o tempo que importa é o da obra, não o dos procedimentos formais que a identificação, a relocação e a justa reparação de perdas e prejuízos dos atingidos exigem. De resto, ainda com Viveiros de Castro e Andrade (1988, p.10), não se consultam objetos!

Essa pretensão de não-presença involuntária do Incra “no ambiente da obra” não convenceu os assentados, que já não tinham o órgão em boa conta. Ao contrário, longe de ser entendida como uma consequência do mau funcionamento das engrenagens da máquina do Estado, o “sistema”, segundo Lacerda, ela foi percebida como uma espécie de “foot-dragging” às avessas.¹⁵¹ Para aquelas pessoas, que se perguntavam “*onde está o trabalho do Incra?*”, o órgão

¹⁵¹ O ‘foot-dragging’, como o roubo de pequenas quantidades, a sabotagem, o incêndio criminoso e o fazer-se de bobo ou fingir ignorância, é uma tática disfarçada de resistência cotidiana à dominação ou sujeição documentada pelo cientista político James C. Scott, no livro *Weapons of the weak* (1985). Esse trabalho é

estava mesmo esperando que eles fossem *comidos pelo jacaré*, como aconteceu com os moradores dos outros assentamentos atingidos que, além de todo sofrimento, eram agora considerados como ‘desistentes da Reforma Agrária’ e tentavam, desesperados, obter um lote por intermédio de seus filhos maiores, quando os tinham. Segundo critérios do Incra, eles não poderiam mais pleitear um lote nos projetos de assentamento sob sua tutela.¹⁵²

É bem verdade que afora a criação do PA Formosa a atitude dos trabalhadores ali estabelecidos em relação ao Incra foi sempre muito mais de desconfiança que de expectativa. Uma conjunção de fatores pode explicar a percepção comum entre essas pessoas de que da intercessão do órgão fundiário nas suas negociações com o Consórcio Ceste nada resultaria a seu favor. Em primeiro lugar, a completa omissão do Incra ante a precarização das condições econômicas e sociais de reprodução de suas famílias no assentamento, em particular nos quase quatro anos que antecederam seu deslocamento forçado. Na verdade, salvo a regularização fundiária, o chamado fomento e o crédito habitação, nenhuma ação oficial foi executada ali. Em segundo, a intervenção desastrosa de um funcionário da Unidade Regional do Incra em Araguaína, por ocasião das negociações por reparação entre as famílias cujos lotes foram cortados pela Ferrovia Norte-Sul e a Valec. Numa visita ao assentamento, o agente público dissera em reunião que o direito à reparação, se positivado, seria do Incra, não das famílias prejudicadas,

amparado na pesquisa do autor entre camponeses confrontados com a possibilidade de proletarização na Malásia rural, num período de grandes transformações tecnológicas na agricultura (a chamada Revolução Verde), na produção de arroz em particular. Uso livremente a expressão para indicar a percepção dos trabalhadores assentados sobre a inação, para eles ‘corpo mole’, do Incra diante da sua angústia com a expropriação da posse da terra que se avizinhava. Digo às avessas porque para essas pessoas, até aquele momento ao menos, o Incra era visto, por assim dizer, mais como tucunará do que como piaba.

¹⁵² Em documento publicado no Jornal Brasil de Fato em junho de 2012, a Associação Nacional dos Servidores do MDA (ASSEMDA), a Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do Incra (ASSINAGRO) e a Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra (CNASI) expõem o desmonte da estrutura dos órgãos de desenvolvimento agrário no país promovido pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Em entrevista concedida ao boletim Correio da Cidadania sobre o pouco avanço que a Reforma Agrária obteve nos últimos 20 anos até maio de 2015, por outro lado, Gilmar Mauro expõe com transparência as opções de classe que nortearam as decisões e omissões dos governos do PT relativamente ao programa de assentamento:

Toda a lógica macroeconômica, baseada na produção de commodities agrícolas para ter um equilíbrio no balanço de pagamentos, foi estimulada desde o governo FHC, passou por Lula e chegou a Dilma. Ou seja, buscava-se, através da exportação de *commodities* e da busca por superávit comercial, equilibrar o balanço de pagamentos, negativo nas contas e serviços. E tudo isso levou a uma priorização de grandes investimentos no agronegócio.*

*Ver Mauro, Gilmar. Governo paga o preço pela ação despolitizadora do último período. **Correio da Cidadania**. Edição 959, 6 mai. 2015. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/politica/10740-07-05-2015-governo-paga-o-preco-pela-acao-despolitizadora-do-ultimo-periodo>. Acesso em: 25 set. 2015.

anos sem as fontes de água limpa que abasteciam suas casas! Em terceiro, um mal-entendido gerado pela distribuição dos primeiros Laudos de Avaliação de Benfeitorias aos titulares das parcelas que teriam que ser liberadas para que o consórcio providenciasse a realização da limpeza da área de formação do reservatório da usina. A empresa responsável pela elaboração desses laudos incluiu o valor da terra nua no total a ser indenizado a cada um desses trabalhadores. Por esse motivo, alguns entenderam que seriam indenizados também pela terra nua, como se o assentamento tivesse sido emancipado, como quer o jargão administrativo, e eles tivessem saldado suas dívidas com o Incra.¹⁵³ Mas sequer a implementação das ações necessárias à estruturação do PA Formosa tinha sido concluída! Como consequência desse mal-entendido, quando outra empresa elaborou novos laudos – já que nem todos aceitaram o resultado da primeira e faltosa avaliação – ouvi queixas indignadas de alguns assentados sobre a redução injusta da indenização que receberiam.

Claro, há que considerar nesse caso a estratégia de desinformação ou contrainformação, em regra empregada por empresas prestadoras de serviços terceirizados por consórcios nas suas interações com famílias atingidas. Bem antes das primeiras privatizações no setor elétrico nacional, omitir ou transmitir informação de modo truncado já era uma das principais armas empregadas pelas empresas geradoras de energia hidroelétrica no relacionamento com as populações atingidas. O objetivo aí sempre foi aturdir as pessoas confrontadas com a expropriação da posse da terra ou do acesso aos recursos naturais de que dependem para viver. Mais vezes do que não, o medo da destituição produz sujeitos dóceis (cf. VAINER e ARAÚJO, 1990, citado por VIANA, 2003, p. 35).¹⁵⁴

O outro fator que pode, talvez, explicar o motivo dos assentados encararem o Incra com desconfiança é de natureza fortuita. Trata-se de um assentado que por anos viveu de empreita-em-empreita, *seguindo gatos*, no seu dizer, fazendo derrubadas na Terra do Meio e em fazendas no município de São Félix do Xingu, Pará. Em julho de 2003, Irineu, seu nome, foi encontrado em regime de escravidão pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho, na fazenda Vale do Sol nesse município. Com outros vinte e seis trabalhadores ele fora aliciado e enganado por um *gato*. Depois de libertado, por gestão do CPT junto ao Incra, sua família foi instalada no PA Formosa – mulher e os sete filhos

¹⁵³ Ver nota 99, p. 85.

¹⁵⁴ Ver também Sevá, O. Entrevista. **Revista Ser Médico**, Cremesp, São Paulo. Edição 20 jul./ago./set. 2002. Disponível em: < <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=35> >. Acesso em: 4 set. 2009.

do casal, com idades de seis meses a dezesseis anos, e ele. Em dezembro de 2005, acompanhado pelo Frei Xavier Plassat, Irineu esteve com o presidente Lula no Palácio do Planalto a convite de uma funcionária da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por ocasião de um evento promovido por essa organização. Chamado a dirigir algumas palavras ao presidente, Irineu aproveitou a oportunidade para falar sobre a situação de abandono do PA Formosa e reivindicar crédito rural, assistência técnica e infraestrutura básica para o assentamento, sobretudo uma escola para os alunos da quinta à oitava série do ensino fundamental, além de água para os ocupantes de parcelas no *sequeiro*, energia e estrada.

Em março de 2009, Irineu recebeu uma notificação do Incra sobre uma possível irregularidade no registro cadastral da sua família. A irregularidade, dizia o documento, era ligada à situação de sua mulher, Taísa. Levando cinco dos sete filhos do casal – os mais velhos já trabalhavam fora do assentamento –, ela voltara a residir em Araguaína, numa casa popular que o casal recebera depois de muita luta, anos antes de serem instalados no PA Formosa. Decidida pelo casal, a mudança tinha sido viabilizada porque Taísa conseguira um emprego como merendeira na rede escolar municipal nessa cidade. Na sua resposta aos questionamentos do Incra, Irineu justificou a situação argumentando que era praticamente impossível uma criança no assentamento ser decentemente escolarizada, considerando-se o trajeto de três horas para ir e mais três para regressar da *Ribeira*, sede do município de Darcinópolis, num ônibus velho, nos quase setenta quilômetros de estrada de chão, ainda não cascalhada em toda sua extensão. Boa educação para que seus filhos não vivessem o que ele experimentou na dependência de *gatos!*, esse o desejo expresso de Irineu.

Mas as informações que apresentou para justificar a ausência de sua família no assentamento, bem como suas idas regulares à Araguaína, não foram aceitas pelo Incra. Por esse motivo, funcionários da unidade regional do órgão nessa cidade estiveram no PA Formosa a fim de averiguar dos vizinhos de Irineu qual a real situação da família e verificar se ele estava de fato morando e trabalhando na sua parcela, como afirmara na resposta à notificação do órgão. Informados da chegada dos agentes públicos, um grupo de assentados se reuniu para impedir qualquer tentativa de expulsar Irineu do assentamento. Embora três anos e alguns meses separassem seu encontro com Lula em Brasília do recebimento da notificação de irregularidade, não encontrei durante o período que convivi com esses trabalhadores e trabalhadoras uma ou um sequer que não relacionasse os dois episódios quando avaliações do Incra eram articuladas. *Vingança!* Para essas pessoas, o movimento da Superintendência do órgão fundiário em Palmas

e da chefe da Unidade Regional em Araguaína foi com certeza vingança pela exposição da situação de abandono do PA Formosa que Irineu descrevera para o presidente da República. *Mas rapaz, certeza que Lula procurou do superintendente por que não tinha cascalhado a estrada e construído a escola ‘pros alunos!’, convictos da desforra, Seu Eleno e sua mulher, Dona Cleô, disseram em coro enquanto sacolejávamos no ônibus dos alunos rumo à Ribeira.*¹⁵⁵

III. De braço amarrado!

A percepção dessas mulheres e homens atordoados de que tinham sido *driblados* nos seus ‘encontros’ com o Estado – *o Governo* – tem ainda outro motivo. O Ministério Público Federal acompanhou todo o processo de negociação entre as famílias atingidas no PA Formosa e o Consórcio Ceste.¹⁵⁶ Como já dito, logo que souberam que o diretor de Obtenção de Terras do Incra em Brasília tinha chamado a reunião no assentamento, em consenso com proposta de Cirineu e Pedro, os integrantes da *Diretoria* convidaram o procurador-chefe da República no Tocantins a participar. Assim, *Dr. Álvaro* esteve mais uma vez no assentamento, não só esclarecendo e pontuando o discurso do Incra e do consórcio, mas também conversando em pequenas rodas de vizinhos, tomando cafezinho nas casas e dirigindo-se a muitos ali pelos seus nomes próprios. Ora, para essas mulheres e homens que já experimentaram a violência simbólica e/ou física praticada contra trabalhadores do campo na região – no passado e ainda hoje! –, a contiguidade de um “defensor da sociedade,” “promotor da cidadania,” foi vivida como muito mais do que um simples ato de consideração. Mais do que o gesto de aproximação/identificação ensaiado por Celso Lacerda, estratégia retórica que já tinham percebido por parte de outros agentes do

¹⁵⁵ Essa idealização do presidente da República, a crença no seu senso de justiça, sugere que para esses trabalhadores, no que concerne às representações do poder, vale o que afirma o antropólogo Luiz Eduardo Soares no seu estudo sobre camponeses negros em doze povoados na região do médio Mearim, no município de Lima Campos, Maranhão. Para o povo de Bom Jesus, diz Soares, autoridades máximas, federais, o Estado, o presidente da República, “são neutros, justos, capazes de avaliar com absoluta independência e correção” (1981, p. 58). Corruptos e comprometidos são os intermediários, os prepostos dessas autoridades, delegados regionais e municipais. Esses deturpam a realidade quando a apresentam a seus superiores, filtrando os acontecimentos e processos sociais que se desenrolam em nível local, conforme seus próprios interesses. Na direção oposta, distorcem mensagens e decisões tomadas nas esferas superiores de poder político. Como me disse Guri, avaliando as relações de seus vizinhos e sua com a prefeitura de São Bento do Tocantins depois que a prefeita, que tentava a reeleição, foi derrotada no pleito de 2011:

Um prefeito é bom, mas o secretário dele é ruim! É o que eu comparo o governo federal. O governo federal? Eu não tenho o que falar não! Mas pessoa que trabalha para o governo federal, que tem cargo superior administrativo...é esses que são os cobra! Esse roubo que tem aí no Governo Lula, olha!

¹⁵⁶ Ver nota 45, p.

Incra que se diziam participantes ativos da *luta pela Reforma Agrária*, a convivialidade ou a convizinhaça com uma autoridade que tem o poder de fazer corrigir ações de órgãos governamentais parece ter produzido nessas pessoas à margem dos processos econômico e político nacionais o sentimento de reconhecimento da sua dignidade humana e, assim, a expectativa de que seriam tratadas com respeito, não mais *como bicho bruto*, nunca mais sujeitas à vontade de outra pessoa ou corporação.¹⁵⁷

Essa expectativa, no entanto, permaneceu praticamente abstrata. Foi o que antecipou Celso Lacerda. Ao responder à pergunta de Elpídeo sobre que providências o Incra adotaria se o consórcio continuasse insistindo em descumprir o Termo de Compromisso que firmara com o órgão fundiário, ele lembrou à audiência que o Ministério Público Federal já havia ajuizado várias ações civis públicas contra o Consórcio Ceste e o Ibama. Em seguida, lançou a pergunta e respondeu ele mesmo, sem vacilar:

O que que é o encaminhamento hoje pessoal? Nós, a gente tentar chegar aqui com argumentos ‘pra fazer o Ceste cumprir o que ele combinou, e se ele não cumprir, aí nós vamos analisar no Incra que medida que nós vamos tomar e que pode ser a medida de entrar com uma ação contra eles mesmo. Mas ‘tamos tentando entrar numa via de negociação, porque ela é melhor para todos nós, principalmente para vocês, porque ela é mais rápida. Ó, o exemplo ‘tá aqui, o Ministério Público tá com várias ações contra o Ceste. O que de prático aconteceu até agora? **Nada!!!!**

¹⁵⁷ Não parece demais registrar que nas localidades mais carentes, particularmente, o Ministério Público vem a ser um dos poucos canais por onde expressar juridicamente os anseios sociais, além de ser um dos poucos atores sociais legitimados em condições plenas para a propositura de ações civis públicas (cf. Maia, 2013, p. 119).



Figura 22: Tarita Andrade e Luiz Amado, técnicos do Incra (primeiro plano), Cirineu da Rocha (MAB) e David Pena, secretário da Associação Padre Josimo (segundo plano), Pedro Ribeiro (CPT) e Adelino Mourão, presidente da Associação Padre Josimo (terceiro plano), na redação da ata da reunião com Celso Lacerda, Diretor de Obtenção de Terras do Incra. (Jan. 2010)



FIGURA 23: Álvaro Lotufo Manzano, Procurador-chefe da República no Tocantins (esquerda), Coordenador Estadual do MAB, Cirineu da Rocha (centro), Secretário e Diretor da Associação Padre Josimo, David Pena e Samuel Carneiro (direita), na conclusão da redação da ata da reunião com o Diretor do Incra, Celso Lacerda.

Não resta dúvida de que empresas controladoras de grandes projetos de hidrelétrica, nacionais ou estrangeiras, como movimentos sociais e, aliás, o próprio Estado, aprendem lições com suas experiências passadas. No caso das empresas, por certo, elas aprendem para impedir que em outras situações de barragem surjam constrangimentos de qualquer ordem à maximização do seu lucro. Nos processos de implantação das usinas hidrelétricas à montante da UHE Estreito, coletividades de atingidos organizadas pelo MAB reivindicaram, e conseguiram, a criação de um espaço democrático de discussão e solução de problemas decorrentes das obras de construção e/ou da operação das usinas. As iniciativas foram amplamente apoiadas pelo MPF-TO, que participou ativamente dos fóruns constituídos em cada caso, garantindo, com o MAB e atingidos interessados – que ali de fato tinham voz –, melhores condições de indenização e reassentamento.¹⁵⁸

No caso da UHE Estreito, do mesmo modo que nas experiências das hidrelétricas Peixe-Angical e São Salvador, no baixo Tocantins, o MAB propôs ao Ibama a instituição de um fórum de discussões e encaminhamento de solução de problemas. Como antes, a proposta logo foi acolhida e reforçada pelo Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais do Tocantins e do Maranhão. Esses MPUs assinaram a Recomendação Conjunta Nº 001/2007, de 20/04/2007. Lançando mão de um de seus principais instrumentos extrajudiciais para a defesa de direitos coletivos, procuradores e promotores recomendaram a instituição de um Fórum Permanente de Discussão e Acompanhamento dos Programas Ambientais constantes do EIA-RIMA do empreendimento hidrelétrico. Antecipando-se à ocorrência de danos, recomendaram

¹⁵⁸ Nas negociações dos atingidos pela instalação da UHE Peixe-Angical, que obteve a Licença de Instalação (LI) em abril de 2002, no seu papel de integrador/articulador das lutas das diferentes categorias de atingidos, o MAB-TO pediu e obteve do consórcio empreendedor como reparação a pequenos proprietários e posseiros carta de crédito de 53 mil reais, mais a indenização pelas benfeitorias perdidas. Para reassentamento, pediu parcelas de 80 hectares e obteve finalmente parcelas de 27, 3 hectares. Quando da instalação da UHE São Salvador, cuja LI foi emitida em julho de 2005, foram pedidas e obtidas cartas de crédito de 70 mil reais (atualização do valor pedido no caso da UHE Peixe-Angical), mais a indenização pelas benfeitorias. Novamente, para reassentamento, parcelas de 80 hectares. A extensão das parcelas admitidas pelo empreendedor permaneceu nos 27,3 ha, contudo. Quando da instalação da UHE Estreito, cuja LI foi emitida em dezembro de 2006, o próprio consórcio empreendedor já apresentou um “Plano de Remanejamento da População” trazendo a proposta de cartas de crédito de 50 a 55 mil reais para pequenos proprietários rurais e posseiros que atendessem as condições legais para a aquisição da terra por usucapião, mais a indenização das benfeitorias perdidas e um bônus de 5 mil reais para proprietários e posseiros e de 2,5 mil reais para “não-proprietários de rurais residentes”, ou seja, todos os que foram cadastrados porque moravam e trabalhavam em propriedade atingida. No caso da opção por reassentamento, foram definidas parcelas de 12 ha para agricultores e de 40 ha para pecuaristas. O mesmo para os não-proprietários de rurais residentes. Nada mais do que isso foi obtido nas lutas dos atingidos pela barragem. Pelo contrário, o valor finalmente praticado para cartas de crédito foi de 42 mil reais. Como já dito, o mesmo grupo Suez-Tractebel controla a UHE São Salvador e lidera o Consórcio Ceste.

também que fosse elaborado um plano de trabalho de monitoramento e fiscalização do cumprimento das ações propostas em todos os Programas Ambientais relacionados à reparação e mitigação de impactos socioambientais das obras de construção e/ou da operação da UHE Estreito.

Essa iniciativa dos Ministérios Públicos foi provocada pela primeira ação direta coletiva contra a instalação da usina. Organizados e mobilizados pelo MAB, o CIMI e a CPT, na madrugada do dia 16 de abril de 2007, cerca de duzentos índios de comunidades Timbira nos dois estados e trezentos e cinquenta assentados, pequenos proprietários, posseiros, pescadores, vazanteiros, extrativistas, oleiros, barqueiros e barraqueiros tentaram ocupar o canteiro de obras da usina. Balançando na rede, ela no seu quarto, eu no meu, Dona Mundica, minha anfitriã no último período de trabalho de campo, em fins de 2012, me contou sobre sua participação nesse protesto. Ela, suas irmãs e cunhados chegaram na barranca do Tocantins, no PA Formosa, por volta das cinco horas da tarde. *Todo o trem lá! E tinha uma cobra! E tinha formiga de correição e o rio cheio, cheio! E nós lá!*, ela disse crescente. *Quando foi uma meia-noite que nós saímos de lá. E aquele rio cheeio! E o medo?* Uma vida na juquira até conquistarem um pedaço de chão para existir, *andar por água* não era mesmo seu costume. Desembarcaram nas proximidades de Estreito, margem direita do Tocantins. *Aí chegamos na casa de um cidadão.* Com fome, procuraram *umas coisinhas pra comer.* Acharam *uns cajuzinhos em riba d'um pé e uns limãozinhos. Limão verde!*, disse em tom de reprovação. Nem mesmo um café tinha sido coado para esperar por eles. Era barco de linha?, perguntei. *Nãããã, era o barco do Moadir, fretado.* Dali partiram a pé. *Pé, pé, pé, pra chegar num lugar certo pra pegar um carro; na calada da noite! Aí erramos aquele caminho; que nós já 'tavamos pregueando era pra outro rumo!* Voltaram. *Que se quiser pegar nós é lá!*, ela disse em voz entubada, deliciando imitar Seu Pio Mão de Vaca *metendo o pau* nos organizadores da demonstração. Seu Pio era cunhado, marido de sua irmã, Dona Zabelê. *Nós não somos bicho do mato pra andar desse jeito não! Nós nunca matamos, nunca roubamos!*, Seu Pio praguejando. Pude imaginar a cena do velho passando o pito. E ela rindo. De volta ao banco duro da casa do cidadão, se aquietaram por um tempo. *Quando foi uma base das três horas*, ela disse num tom crescente, *chegaram 'pra pegar nós. E esse carro correndo! Esse carro dentro do mato lá nas veredas, até sair na estrada que vai pra Carolina. Na calada da noite!*, ela anunciou o clímax da aventura. *Num postinho na beira da estrada, tinha ônibus pra levar nós! Tinha ônibus pra levar nós! Tinha ônibus se-pa-ra-di-nho só pra levar os PA Formosa!* Agora sim, como gente, o grupo tomou o rumo do canteiro de obras da usina.

Impedidos pelo 12º Batalhão de Polícia Militar de Estreito, cujas instalações foram construídas – e concluídas! – pelo Consórcio Ceste em frente à entrada do canteiro, os manifestantes partiram a pé para a Ponte Juscelino Kubitschek, trecho do complexo rodoviário Belém-Brasília que liga o Estado do Tocantins ao do Maranhão. Ali permaneceram bloqueando o tráfego por cerca de onze horas. *Foi só um dia*, Dona Mundica esclareceu. *Antes da noite chegou uns grandões. Os grandões chegaram, chamou o Cirineu pra conversar um particular.* Grandão do Consórcio Ceste?, perguntei. *Os grandões que não sei nem onde era esses grandões. Só sei que era grandão!* Eram representantes do Ministérios Públicos federal e estadual sediados em Imperatriz (MA). Eles foram até a ponte para conhecer a pauta de reivindicações dos manifestantes. Essa tinha sido a condição estabelecida pelo MAB e lideranças das diferentes categorias de atingidos na manifestação para liberar o tráfego na ponte. Dalí saíram para montar acampamento na entrada do canteiro de obras, agora impedindo o acesso dos trabalhadores, máquinas e veículos.

No dia 20 de abril de 2007, o Juiz Federal Lucas Rosendo Máximo de Araújo, Coordenador da Subseção Judiciária de Imperatriz, determinou por meio de liminar a suspensão de todas as ações referentes à primeira fase da implantação da hidrelétrica – a construção do canteiro de obras, escavação e trabalho com rochas. A decisão do juiz federal atendeu à Ação Civil Pública (ACP) interposta em junho de 2006 pela Associação de Desenvolvimento e Preservação dos Rios Araguaia e Tocantins (ADEPRATO), organização do MAB, e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Na ação, essas entidades autoras denunciavam (i) a inadequação do EIA-RIMA à legislação ambiental, principalmente a ausência de estudos de impacto ambiental e social sobre terras e modos de vida das comunidades Timbira cujos territórios estão situados na bacia do rio Tocantins, em especial os Krahô e os Apinajé; (ii) a omissão do Ibama diante das irregularidades constatadas no EIA-RIMA e mais grave (iii) a inexistência da autorização do Congresso Nacional para o licenciamento ambiental da obra, depois de ouvidas as comunidades indígenas pertinentes.¹⁵⁹

No dia 23 de abril, as obras foram de fato suspensas e o acampamento dos atingidos pela barragem, desfeito. Mas passado pouco mais de um mês da paralisação, em 31 de maio, provocada pelo Ibama, a Aneel e a Casa Civil da Presidência da República, a Advocacia Geral

¹⁵⁹ É o que determinam o Artigo 231 § 3º da Constituição Federal de 1988 e a Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais em Estados independentes, instrumentos que estabelecem o direito desses povos à participação democrática nos processos decisórios sobre iniciativas que comprometem a existência social da sua geração presente e futuras.

da União (AGU) entrou com um 'pedido de suspensão de segurança'. A suspensão de segurança é um mecanismo legal que invalida ações contra o Poder Público, desde que a medida se preste a evitar 'grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas'. Segundo Felício Pontes, procurador do Ministério Público Federal no Estado do Pará, esse é um instrumento processual da época da ditadura.¹⁶⁰ Mobilizando esse dispositivo, a AGU conseguiu decisão favorável à instalação da usina no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. No pedido, a agência invocou o fantasma do 'apagão', como ficou conhecida a crise de oferta de eletricidade e o consequente racionamento de energia elétrica durante o governo Cardoso, entre os anos de 2001 e 2002.¹⁶¹ Concordando com alegações da AGU, ao justificar a suspensão da liminar do juiz de primeira instância, a desembargadora Assusete Magalhães¹⁶² sustentou que diante da possibilidade de uma nova crise do setor elétrico brasileiro e da falta de celeridade no licenciamento ambiental de novos empreendimentos hidrelétricos, já tantas vezes criticada,¹⁶³ o governo federal poderia vir a substituir usinas hidrelétricas por usinas térmicas.¹⁶⁴ Fazendo coro

¹⁶⁰ Ver Ayres Brito acata pedido da AGU e obras de Belo Monte são retomadas. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 28 ago. 2008. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3656>. Acesso em: 12 nov. 2012.

¹⁶¹ Segundo o professor Oswaldo Sevá, especialista em energia e combustíveis na Unicamp e autoridade no estudo de riscos de catástrofes tecnológicas e ambientais no Brasil, a ideia de um novo apagão nada mais era do que um instrumento de chantagem das grandes corporações participantes do mercado da geração contra a sociedade. De fato, ele afirma, era uma operação de mistificação apoiada em estudos realizados por professores pesquisadores nas universidades que têm como pressuposto a existência de uma correlação positiva entre o crescimento do PIB e do consumo final de energia. Essa correlação, diz Sevá, só é válida para o caso de uma fase inicial da economia, num país ainda não eletrificado. O Brasil, lembra-o Sevá, já é quase todo eletrificado. Ver Sevá Filho, A. O. O risco de um novo apagão é uma chantagem. **Boletim Informativo UFMG Nº 1567 – Ano 33**, Belo Horizonte, 05 mar. 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1567/sexta.shtml>. Acesso em: 15 set. 2009.

¹⁶² Inicialmente, o Consórcio Ceste teve seu pedido de suspensão da decisão do juiz federal Lucas Máximo Rosendo negado no TRF 1 pelo desembargador federal João Batista Moreira. A AGU, então, entrou com mais um questionamento da decisão liminar do juízo em Imperatriz, encaminhando um pedido de suspensão de segurança à presidente do TRF 1, a desembargadora Assusete Dumont Reis Magalhães, hoje (julho de 2017), ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cargo para o qual foi nomeada em julho de 2012 pela então presidente Dilma Rousseff. Ver Rodrigues, Azelma. Dilma nomeia Assusete como ministra do STJ. **Valor**, São Paulo, 24 jul. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2762252/dilma-no-meia-assusete-dumont-como-ministra-do-stj>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

¹⁶³ A crítica à dita morosidade do procedimento de licenciamento ambiental de empreendimentos de geração hidrelétrica no Brasil ganhou apoio importante em 2008, com a publicação do estudo do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Banco Mundial), Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate. (Em três volumes) v. 1: Relatório Síntese. Brasília, Escritório do Banco Mundial no Brasil, 2008. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTLACBRAZILINPOR/Resources/Relatorio_Sintese_PUBLICACAO_28_ABRIL_2008.pdf. Acesso em: 22 ago. 2009.

¹⁶⁴ Quando a carvão e óleo, não a gás, alternativa menos provável, considerando-se a falta de investimentos nessa direção à época, usinas térmicas são extremamente danosas à saúde dos ecossistemas, dos moradores

com tecnocratas do planejamento da energia no país, para quem energia elétrica é desenvolvimento,¹⁶⁵ a magistrada sustentou que a suspensão das obras de construção da usina poderia acarretar prejuízo à economia nacional, considerando-se a necessidade impreterível, também alegada pela AGU, de o governo federal assegurar a ampliação da oferta de energia elétrica para sustentar o desenvolvimento do país. Nesse sentido, ela ponderou:

Pela documentação colacionada aos autos pelas requerentes, não diviso, portanto, motivos relevantes que justifiquem a suspensão imediata das obras da UHE Estreito, empreendimento que integra projeto de iniciativa do governo federal, tendente a afastar novas crises no setor elétrico. [...] A decisão impugnada poderá acarretar prejuízo maior ao meio ambiente - caso o governo federal tenha de lançar mão de energia termoeletrica (sabidamente mais cara e mais poluente) devido à escassez de energia hidrelétrica -, além de impor prolongado retardamento na conclusão de obra de interesse nacional, caso não seja possível aproveitar o período de menor precipitação pluviométrica, ocasionando, igualmente, grave lesão à economia pública. [...] é de opinião incontestante e unânime que, se não forem adotadas ações imediatas por parte do Governo Federal (leia-se União), o país sofrerá, dentro de 3 ou 4 anos, uma séria crise de abastecimento de energia, a exemplo do nefasto "apagão" pelo qual o país passou há alguns anos, com efeitos catastróficos à economia do país (MAGALHÃES, 2007)¹⁶⁶

No lugar de invocar diretamente a Constituição Federal, como o fazem estrategicamente procuradores e promotores no sentido de alargar ou consolidar direitos coletivos¹⁶⁷ – o

das áreas onde estão localizadas e dos consumidores em geral, uma vez que emitem gases de efeito estufa no processo de conversão combustível-energia, além de despejaram água quente no meio ambiente. Sua operação é mais cara também, pois combustíveis fósseis derivados de petróleo ou de carvão além de comprados têm que ser transportados até o local de instalação das plantas. O que tem sido ignorado ou não tem sido questionado por planejadores da indústria brasileira de eletricidade é que a caracterização da energia gerada por plantas industriais hidrelétricas como 'limpa' e 'renovável' não tem fundamento científico. Segundo o biólogo e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Philip Fearnside, a conversão hidrelétrica gera, sim, emissão de gases-estufa e isso para além do que já é liberado pela vegetação (madeira) que morre inundada (cf. Fearnside, 2002).

¹⁶⁵ Ver Antonaz, Diana. Especialistas e militantes: um estudo a respeito da gênese do pensamento energético no atual governo (2002-2005). In: Sevá, A. Oswaldo F. (Org.). Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 150-166.

¹⁶⁶ Ver Hidrelétrica de Estreito: Moura, J. TRF autoriza retomada da obra. **Blog do Josué Moura**, Imperatriz, 2 jun. 2007. Disponível em: http://josue-moura.blog.uol.com.br/arch2007-05-27_2007-06-02.html. Acesso em: 9 set. 2009.

¹⁶⁷ A partir o incício dos anos de 1990, o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) passou a desenvolver um programa de pesquisa sobre a instituições que compõem o sistema de justiça brasileiro com o objetivo de elucidar as causas do seu mau funcionamento e do déficit de justiça no país. Num avaliação baseada em *survey* realizado entre integrantes do Ministério Público no ano de 1996, o cientista político Rogério Arantes afirma que, presumindo a incapacidade da sociedade brasileira de defender com autonomia os seus direitos e interesses e a degeneração das instituições político representativas no país, procuradores e promotores de atuação engajada, a maioria no Ministério Público (naquela quadra, talvez mais do que hoje [2018], acrescento) vêm “buscando romper as bases tradicionais do ordenamento

direito dos povos índios à proteção do Estado entre eles –, a magistrada guiou-se ou sensibilizou-se, antes, pelos desígnios de planejadores do governo federal que naquela quadra se pretendia desenvolvimentista. Assim, o processo de instalação da usina e seu licenciamento ambiental foram legitimados, a despeito dos vícios identificados no EIA e no RIMA e da omissão do Ibama na análise e concessão da Licença Ambiental de Instalação (LI).

Eis aí um caso clássico de “pluralismo paradoxal” e de “produção legal da ilegalidade” de que trata Pádua Fernandes (2008, p. 78-79). Como dito anteriormente, segundo o jurista, de baixo para cima, a própria legalidade precisa ser construída de forma ilegal. Diante da demora do sistema de justiça para decidir sobre o que o CIMI e a ADEPRATO pediram na ação civil pública que interpuseram em maio de 2006 e considerando-se a emissão da Licença Ambiental de Instalação da usina em dezembro desse mesmo ano e o passo acelerado dos trabalhos de construção do canteiro de obras nos primeiros meses de 2007, as comunidades Timbira, seus aliados atingidos e assessores precisaram violar o Direito estatal bloqueando a ponte Juscelino Kubistchek e o acesso ao canteiro de obras, para pleitear que seus direitos assegurados na Constituição de 1988 fossem levados a sério. De cima para baixo, por outro lado, a desembargadora decidiu contrariamente às comunidades indígenas e de acordo com o pleito da AGU, automaticamente, da cúpula do Poder Executivo. Decidiu e agiu, portanto, de modo a violar o Direito estatal.

Vale lembrar aqui a observação da cientista social Annie Lamontagne, na tese que apresentou no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília, *Os impactos do processo de licenciamento ambiental: análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural da Usina Hidrelétrica de Estreito* (2010, pp. 56-57). Citando um estudo do jurista e argentino, Eugênio Raúl Zaffaroni (1995), juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos entre os anos de 2015 e 2018, ela lembra que, no modelo judiciário brasileiro, juízes de primeira instância ingressam na magistratura por meio de concurso público de provas e títulos. Isso tende a assegurar sua qualidade técnica e talvez a marcha processual mais acelerada do que nas instâncias superiores, diz Zaffaroni. Some-se a isso o fato de estarem mais próximos dos fatos, o que não me parece de menor importância. Juízes na cúpula do judiciário, aqueles nas instâncias recursais, por outro lado, alcançam seus cargos por

jurídico por meio de ações de conteúdo inovador, muitas vezes sem o amparo da legislação infraconstitucional, e invocando diretamente a Constituição” no sentido de dar efetividade aos ou ampliar os direitos constitutivos da cidadania (ARANTES 1999, p. 94).

nomeação política. Por fatores políticos serem preponderantes no seu recrutamento, em geral, esses juízes são mais vulneráveis à pressão política do poder político e econômico.¹⁶⁸

Em agosto de 2007, o Ministério Público Federal no Tocantins e os Ministérios Públicos Estaduais do Maranhão e do Tocantins assinaram outra Recomendação Conjunta, a de Nº 002/2007, de 10/08/2007. Valendo-se mais uma vez desse instrumento destinado à tutela extrajudicial de direitos metaindividuais,¹⁶⁹ procuradores e promotores recomendaram que o Ibama declarasse a nulidade de todos os atos de criação do Comitê de Cogestão do Município de Estreito. Malgrado isso, contra o que reivindicara o MAB e o que já tinha sido recomendado pelos próprios Ministérios Públicos em abril, agora ratificado, a criação do Fórum Permanente de Discussão e Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE Estreito, o Ibama concordou que o Consórcio Ceste promovesse a instituição de ‘Comitês de Cogestão’. Originalmente criados por município atingido – porque a usina hidrelétrica seria construída em seu território ou porque perderiam uma fração desse território quando do enchimento do reservatório da usina –, esses comitês seriam espaços mais adequados do que um fórum de discussão para negociação das compensações e/ou indenizações pelos impactos sociais e ambientais da construção ou operação da planta hidrelétrica, defendeu inflexível a direção do consórcio.

No caso do Município de Estreito, o consórcio chegou a delegar poderes ao executivo municipal para definir a composição do comitê local, quando o acordado era que o Ibama se responsabilizasse por essa definição, assegurando que os chefes dos Poderes Executivos municipais participassem em igualdade de condições com órgãos públicos de outras esferas de autoridade política, organizações da sociedade civil, inclusive Igrejas, e pessoas interessadas. Em vez disso, na primeira reunião do comitê, o prefeito expediu convites para pessoas e entidades da sua clientela pessoal e/ou política, em geral integrantes de primeira hora da base social

¹⁶⁸ Ver Lamontagne, A. Os impactos do processo de licenciamento ambiental: análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural da Usina Hidrelétrica de Estreito. 2010, 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas – CEPPAC, Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

¹⁶⁹ São interesses ou direitos metaindividuais aqueles que afetam indivíduos, coletividades e grandes contingentes populacionais concernentes ao meio ambiente, patrimônio público, patrimônio histórico e cultural, consumidor, portadores de deficiência, criança e adolescente, idoso, investidores no mercado imobiliário, entre outros interesses ou direitos coletivos em sentido lato da sociedade – difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos (Cf. Gastaldi, Suzana. Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos: conceito e diferenciação. Âmbito Jurídico.com.br. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14164. Acesso em: 17 set. 2017).

local de apoio à barragem,¹⁷⁰ deixando de fora os Ministérios Públicos Federal e do Estado do Maranhão, órgãos públicos estaduais e federais com representação no município, o MAB, associações de classe e outros movimentos sociais. Segundo avaliações do MAB, CPT, CIMI e Ministérios Públicos, por serem sujeitos à influência do executivo municipal, esses comitês locais eram muito pouco representativos dos interesses das diferentes categorias de atingidos.

Mais importante, em vez de favorecerem negociações coletivas por categoria, esses espaços limitavam as negociações das diferentes categorias à jurisdição de cada município afetado pela usina. Convertendo a diferença entre bases geográficas em segmentação política, o consórcio pretendeu contrapor o trabalho de ‘federalização’ por parte de lideranças locais e do MAB no sentido de conferir ou amplificar a visibilidade e a audibilidade de cada categoria – trabalho custoso, dada a limitação de recursos e de militantes naquela regional do movimento social. Além disso, por serem instituídos por município, considerando-se que só no Estado do Tocantins dez municípios foram afetados, o número de reuniões de comitês a realizar comprometeria ou inviabilizaria a participação imprescindível dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais.

Quase um ano da primeira manifestação, no dia 11 março de 2008, o MAB organizou outra ação direta coletiva com apoio da CPT, do MST e agora também da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), do Conselho das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia-Tocantins (COIAT), do Movimento Interestadual

¹⁷⁰ Donos de hotéis e restaurantes e pequenos comerciantes. Vale lembrar também o peso significativo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH) na receita do município, que explica em grande parte o interesse do prefeito. A CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por meio de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. Instituída pela Lei Nº 7.990, de 1989, a CFURH – que corresponde a 6,75% do valor da energia produzida num mês (Lei Nº 9.648 de 1998), pagos pelos concessionários de energia elétrica –, é distribuída da seguinte forma: 45% pagos ao ou aos governos estaduais, aqui aos governos estaduais do Maranhão e do Tocantins; 45% divididos de modo proporcional entre os governos municipais, conforme a extensão da superfície territorial do município subtraída em decorrência da instalação da usina e formação de seu reservatório; e 10% são destinados a órgãos da administração direta da União e à Aneel (Lei Nº 8.001, de 1990). À Aneel compete gerenciar a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários (FARIA, 2008, p. 6). No caso da UHE Estreito, além dessa compensação, o Consórcio Ceste financiou a recomposição de pontes, acessos vicinais e novos trechos de rodovias federais, estaduais e municipais. Entre obras de recomposição e obras de construção acordadas com prefeituras municipais na chamada área de influência direta da usina, por meio da assinatura de Termos de Compromisso Mútuos (TCMs), o consórcio concluiu cerca de duzentos e oitenta obras com o objetivo de reforçar o atendimento à população nas áreas de saúde, educação, segurança pública, outros setores (fóruns de justiça, sedes de Batalhões da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros, postos de saúde e escolas) (Cf. 2010 foi um ano decisivo na implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito. **Jornal Cazumbá**, de 21/01/2011. Disponível em: <http://www.jornalcazumba.com.br/site/single.php?id=5169>. Acesso em 16 mar. 2011).

das quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), da Assessoria Jurídica do Polo Sindical da Região Tocantins/Maranhão, além do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Como em 2007, a luta pela instituição de um espaço democrático de discussão e solução de problemas decorrentes da instalação da usina foi o motor do protesto. Especificamente, os manifestantes pretendiam assegurar que seriam ouvidos, o que não estava ocorrendo nos Comitês de Cogestão já instituídos, e reivindicavam mais uma vez que o Ibama instituísse e coordenasse o Fórum Permanente de Discussão, com a participação imprescindível dos Ministérios Públicos Federal e Estadual do Tocantins e do Maranhão, além do órgão governamental pertinente em cada caso – a Funai, para comunidades indígenas; o Incra, para os assentados; o Ministério da Pesca, para pescadores etc. –, do Consórcio Ceste e de atingidos, organizados ou não.

E do outro protesto, em 2008, a senhora participou?, perguntei à Dona Mundica enquanto balançávamos na rede naquela noite. *Sim! Aí voltamos. Na calada da noite de novo!*, ela respondeu animada. *Pra esse outro, aí já ‘tava coando café nos esperando, olha!* Foi nesse que teve tiro?, perguntei. **Foooi!** *Esse tiro foi bem na entradinha do canteiro de obras! Era pra entrar pra dentro da obra. Por isso que o tiro saiu!*, ela respondeu, ajeitando-se para contar a *acontecência*. *O policial disse: “– Não entra, porque vocês vão receber os direitos de vocês! Num carece disso não! Que vocês vão tudinho receber. Num carece disso!”* Ele falou, eu disse. *Falou!*, ela confirmou e prosseguiu com o *esculacho* do policial: “– Vocês ‘tão acompanhando as pessoas pro lado errado!”. Essa foi a crítica mais ouvida de representantes do consórcio, servidores na área de segurança pública e políticos locais durante as manifestações por respeito aos direitos dos atingidos. **Entra sim!**, Dona Mundica disse ter ouvido Elpídeo *esgoelar* no meio da aglomeração. *Aí os índios votaram pra entrar, né? Aí acompanharam! Aí o policial ‘pow’!* O tiro!, eu disse. **Foooi!** *Quando ‘pow’, aí eles shshsh!* Espalharam, traduzi. **Mas mô-ôço! Na hora já foram tirando o corpo de fininho!**

Quem atirou não foi um policial. Foi um funcionário de uma das empresas no Consórcio Rio Tocantins (OAS com a italiana Impregilo). O tiro acertou o pé de um militante do MST. A tensão montou. Uma reunião foi convocada pelos Ministérios Públicos federal e dos estados para o próximo dia 18 de março, no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (MA). Nela estavam representantes do Ibama, da Funai, do Incra, do MPF-TO, do MPE do Maranhão, do MAB, da CPT, do MST, da COAPIMA, da COIAT, do MIQCB, do CIMI (MA), da Assessoria Jurídica do Polo Sindical da Região Tocantins/Maranhão, de representantes dos índios Apinajé, Krahô, Krikati e Gavião e das diferentes categorias de atingidos nos municípios

de Barra do Ouro, Filadélfia, Babaçulândia e Palmeirantes e Darcinópolis, no Tocantins, e Carolina e Estreito, no Maranhão, além de alguns assessores do Senador José Neri (PSOL/PA).

Na ocasião, a Superintendente do Ibama no Maranhão, Marluze Pastor Santos, insistiu na proposta de instituição de comitês locais de gestão, inclusive na sua composição, tal como pretendia o Consórcio Ceste. Como esperado, os Ministérios Públicos e todas as entidades e movimentos sociais presentes objetaram à forma e à composição desses espaços de negociação. Alegaram sua ineficácia em razão da baixa representatividade dos atingidos ali, inclusive das comunidades Timbira, e da permeabilidade desses instrumentos à interferência do Poder Executivo nos municípios afetados pela UHE Estreito. Diante dessa resistência, a Superintendente do Ibama acabou cedendo e finalmente concordou em criar um Fórum Institucional para discutir e acompanhar os programas ambientais e a relocação das famílias atingidas; promover o envolvimento de outros órgãos de governo na discussão do empreendimento (Ministério de Minas e Energia, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Funai e Incra, entre outros); envolver o Congresso Nacional na discussão de problemas relacionados à instalação da usina, além de realizar uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal; indicar ao Ibama quais as organizações sociais e comunidades que integrariam o fórum e, ainda, realizar outra reunião naquela cidade no dia 7 de abril de 2008 para definir seu regimento interno.¹⁷¹

Sem causar surpresa, o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Casa Civil da Presidência da República rejeitaram esses encaminhamentos e afastaram de imediato a proposta de criação do fórum. Programada para acontecer no dia 7 de abril, a reunião só aconteceu no dia 12 desse mês, na sede do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, em Palmas. Tanto o adiamento quanto a transferência foram determinados pelos agentes públicos que seriam portadores da má notícia: a secretária do Núcleo Estratégico de Gestão do MME, Márcia Camargo, o diretor substituto de licenciamento ambiental do Ibama à época, Walter Muchagata, e um assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Weber Avelar Silva, acompanhado de uma representante da Casa Civil que, segundo Cirineu, esteve presente mas não se manifestou durante o evento. Por certo, também estavam presentes o procurador Álvaro Manzano, o promotor público de meio ambiente do Ministério Público Estadual em Araguaína, Francisco Generoso, Cirineu e trinta e cinco representantes de

¹⁷¹ Ata de Reunião para a Discussão da Usina Hidrelétrica de Estreito, 18 de março de 2008. Documento consultado nos arquivos do escritório regional da Comissão Pastoral da Terra em Araguaína, janeiro de 2010.

categorias de atingidos, entre eles, índios de comunidades Timbira. Para essa audiência, Walter Muchagata comunicou a decisão do MME e da Casa Civil de desautorizar a criação do fórum sob a alegação de que era cedo para aprovar tal proposta e assegurou que os Comitês de Cogestão seriam utilizados em caráter experimental como “espaços para a solução de problemas apontados”.¹⁷²

O retrocesso foi duramente criticado pelo procurador Álvaro Manzano. Na ocasião, ele declarou esperar que depois de um ciclo de reuniões dos comitês a inadequação desse formato de interface socioempresarial e socioestatal como espaço democrático de negociações ficasse patente. Quanto ao MAB, em entrevista concedida à geógrafa Patrícia Rocha Chaves à época, Cirineu esclareceu:

A proposta que a gente tinha em Estreito foi construída em conjunto com toda discussão lá dos povos indígenas, do pessoal do extrativismo, das quebradeiras de coco e lá tem outro extrativismo que é a questão da polpa de fruta do cerrado. Na proposta que a gente tinha em Estreito era um fórum, ou seja, onde estariam os representantes de todas as instituições: atingidos, Ministério Público e a Igreja e alguns outros órgãos governamentais, dependendo da categoria. Assim, se fosse os pescadores, a SEAP se envolveria, se fossem os índios, a Funai, se fossem os assentados, o Incra e a partir disso você cria grupos de trabalho para dar o devido tratamento. O que vem acontecendo não é isso, o que vem acontecendo... a empresa faz o que ela quer, quando ela quer e como ela quer. Estreito é uma obra que tem muitos problemas que se questiona, desde o licenciamento até as ações que a empresa vem fazendo. E aí o que a empresa fez? O que existe hoje? Ela dividiu os grupos, né? Assim, a questão dos índios, ela trata com a Funai, a questão dos assentamentos, ela trata com o Incra, e outros grupos ela não tem nenhum tratamento. Nós já fizemos várias reuniões com o Ministério Público... Chama a empresa ‘pro debate algumas vezes, outras vezes a empresa não foi. E quando ela foi, simplesmente eles não respondem, colocando que não podem responder, que não ‘tão autorizados a falar. Então não existe um tratamento, a proposta que a gente tinha é que existisse um fórum e cada categoria, cada categoria dessas, os índios pescadores, os extrativistas, os ribeirinhos formassem um grupo de trabalho e esse grupo de trabalho daria um encaminhamento, conforme as necessidades, conforme as aspirações de cada categoria. Então assim eles propuseram o comitê de gestão e esse comitê de gestão... o que é isso? É, especificamente, prefeito, vereadores, algumas lideranças locais, mas normalmente lideranças indicadas pelo prefeito, ou seja, são amigos do prefeito. Em alguns locais a empresa criou sua própria associação, por exemplo, em Estreito tem uma associação chamada Novo Progresso que a empresa mesmo criou, financiou no primeiro momento e ao mesmo tempo essa associação tem o objetivo de trabalhar nas reuniões públicas, trabalhar a questão de fazer cafezinho, só que em contrapartida ela faz oposição política que era fazer o enfrentamento

¹⁷² Ver Lima, Samuel e Carlos Magno. Ibama decide não criar o Foro de Negociação. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 12/04/2008. Disponível em: <<http://www.prto.mpf.mp.br/news/ibama-decide-nao-criar-foro-de-negociacao>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

a nós. E eles também compuseram essa articulação nos comitês, o que nós estamos vivendo... A empresa também passa a organizar o povo e passa a criar seus próprios interlocutores, então se ela entende que os índios, o MAB, o MST, a CPT e as comunidades que estão lá são atores que podem trazer problema ‘pra ela, aí ela cria seus próprios atores e isso cria um campo de divergência entre nós e esses atores. Chegou a ter várias reuniões, o fórum chegou a ser criado naquilo que a gente acreditava que ia ser e fomos ‘pra uma reunião em Brasília [na verdade, em Palmas] com o pessoal da Casa Civil e com o Ministério de Minas e Energia e disse que não podia se criar o fórum e não se tem o fórum, aí já existia toda essa articulação. (Rocha, 2009)¹⁷³

* * *

A primeira pessoa que vi quando fui documentar a reunião com Celso Lacerda no PA Formosa foi Seu Paulo Augusto. Ia começar a ‘reunião preparatória’. Perguntei a ele o que estava achando do andamento das negociações com o Consórcio Ceste e o que ele sabia sobre a ida do alto funcionário do Incra ao assentamento. Descontente com a conduta da *Diretoria* nas reuniões com representantes do consórcio – o *falar agressivo dos dirigentes* da associação –, também com apoiadores no MAB e na CPT, que *davam toodo apoio à Diretoria*, ele desabafou:

Eu 'tô mesmo interessado é de sair daqui. E eu não vejo uma alternativa de sair como uma pessoa honesta sai do seu lugar, porque até ameaçado de despejo ouvi falar que tem uma liminar de despejo por aí – o juiz federal da segunda vara de Palmas fez isso aí de acordo com a Comarca daqui de Wanderlândia e daqui da Ribeira também. . . E aí eu acho que nós. . . o único jeito aqui é entrar de acordo e sair, não é? Porque a queda de braço tem três anos e sete meses e só piora as coisas! O poder dessa barragem aí do pessoal é o poder que eu sempre eu digo, é o poder do governo federal! Não tem uma outra pessoa que a gente possa falar com ele e pedir ajuda! Não tem! Porque a gente acreditava muito no Ministério Público Federal, não é? Mas a gente viu que ele 'tá de braço amarrado. Eu acho que ele começou a perder força desde uma liminar que eles, o do Tocantins com o do Maranhão, deram contra a empresa aí que tinha que fazer um levantamento do Tucuruí ao Lajeado! [da UHE Tucuruí à UHE Lajeado]. E aí animou todo mundo, porque aí não ia ter barragem, não é? Ia ter que fazer toodo estudo novamente. Aí não ia ter! A Casa Civil derrubou isso com a maior facilidade! De lá pra cá a empresa aí, o consórcio, tomou força e faz o que quer!

Na verdade, seu Paulo Augusto referia-se à Ação Civil Pública com pedido de liminar proposta pelo Ministério Público Federal contra a União Federal, o Ibama, a Aneel e o Consórcio Ceste. Na ação, o MPF pediu que fosse realizado um reestudo dos impactos

¹⁷³ Cf. Chaves, Patrícia Rocha. (2009). As relações sócio-territoriais na construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA e a (re)produção do espaço urbano das cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO. Universidade Federal do Tocantins. Campus Palmas.

cumulativos de todas as grandes barragens construídas na sub-bacia do Tocantins, desde a UHE Serra da Mesa, no alto curso do rio, norte do Estado de Goiás, até a UHE Tucuruí, no seu baixo curso, sul do Estado do Pará, passando pelas hidrelétricas Cana Brava, ainda em Goiás, e São Salvador, Peixe-Angical, e Lajeado, no Estado do Tocantins.¹⁷⁴ O pedido baseou-se no fato óbvio de que não existe impacto pontual de cada uma dessas unidades geradoras, daí a exigência de estudos para trazer à luz do dia os efeitos cumulativos e sinérgicos das suas construções sobre o conjunto da sub-bacia hidrográfica e sobre as pessoas que vivem em estreita relação com os recursos naturais nela existentes.¹⁷⁵

A ACP pedia a suspensão do processo de licenciamento ambiental ou, alternativa-mente, sua correção de modo a abordar os impactos negativos da UHE Estreito sobre a sub-bacia e a complementação do EIA-RIMA do empreendimento visando à extensão da sua Área de Influência Indireta. Além disso, pedia a decretação da nulidade de todos os atos posteriores à realização das audiências públicas realizadas entre os dias 15 e 19 de julho de 2002; a realização de novas audiências públicas para exposição e análise dos estudos complementares, com divulgação prévia e diária nas rádios locais e publicação por três vezes nos jornais de circulação local, além da disponibilização de cópias para cada município afetado com antecedência de sessenta dias para a realização das audiências; a condenação do Ibama na obrigação de estabelecer regras objetivas para a consulta do EIA-RIMA quanto a horário de acesso e reprodução por fotocópia; a nulidade do leilão Nº 01/2002, do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito; a realização de auditoria nos custos dos estudos de inventário oferecidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e a Investco S.A., bem como nos custos dos estudos de viabilidade ambiental realizados pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce, Alcoa Alumínio S/A, Billiton Metais S.A. e Camargo Corrêa Energia S.A., vencedoras do leilão; a nulidade do Decreto presidencial de 26/11/2002, que outorga ao Consórcio Ceste a concessão para o aproveitamento do potencial hidráulico do rio Tocantins por meio da instalação de planta industrial hidrelétrica e, finalmente,

¹⁷⁴ O rio Tocantins é formado pela conjunção dos rios das Almas e Maranhão, no norte do Estado de Goiás, próximo ao Distrito Federal, e tem seu desenvolvimento no sentido sul-norte. O Alto Tocantins tem sua extensão delimitada pelo paralelo 12º de latitude sul, próximo ao município de Peixe, no Estado do Tocantins. O Médio Tocantins termina na confluência com o rio Araguaia, abrangendo os estados do Tocantins, Maranhão e Pará. O Baixo Tocantins se estende até a desembocadura na Baía de Marajó. A Bacia do Tocantins está quase inteiramente incluída entre as latitudes 2ª e 18ª Sul e as longitudes 46ª e 56ª Oeste (EPE e ARCADIS-TETRAPLAN, 2007, p.37 e 55-56).

¹⁷⁵ O entendimento do Ministério Público é de que a bacia hidrográfica é o *locus* dos eventos ambientais. De fato, no ordenamento jurídico nacional, a bacia é a unidade territorial de planejamento e ação (cf. Maia, 2013, p. 123).

a não concessão de Licença de Instalação pelo Ibama até que fosse realizado novo processo de licitação.

No dia 30 de maio de 2008, o juiz federal substituto Alex Schramm de Rocha, da Seção Judiciária do Maranhão, Subseção Judiciária de Imperatriz, julgou parcialmente procedentes os pedidos do Ministério Público Federal. Na sua decisão, em primeiro lugar, o magistrado declarou a nulidade da Licença de Instalação da UHE Estreito. Em segundo, determinou que o Consórcio Ceste complementasse o Estudo de Impacto Ambiental a fim de que a Área de Influência Indireta da usina fosse estendida latitudinalmente do barramento da UHE Lageado ao barramento da UHE Tucuruí, e longitudinalmente das margens do reservatório da UHE Estreito até as nascentes de todos os afluentes do rio Tocantins que deságuam no seu curso entre os barramentos da UHE Lageado e da UHE Tucuruí; exigiu que fossem considerados os efeitos sinérgicos dos empreendimentos hidrelétricos nos limites da bacia hidrográfica do Tocantins; condenou o Ibama a não conceder a Licença Ambiental de Instalação da UHE Estreito até que fosse complementado o EIA; ordenou que o Ibama realizasse novas audiências públicas nos municípios afetados quando concluída tal complementação e, por fim, determinou que o Consórcio Ceste paralisasse as obras de construção da usina até que o Ibama expedisse nova licença de instalação, após análise competente dos estudos de complementação do EIA exigidos.¹⁷⁶

¹⁷⁶ Em 21 de dezembro de 2004, o Ministério de Minas e Energia celebrou um Convênio com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – empresa estatal ligada ao MME, criada em 2004 (Lei Nº 10.847 de 15 de março de 2004), que tem entre suas atribuições principais desenvolver estudos e projeções da matriz energética brasileira com o objetivo de subsidiar a formulação, planejamento e implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional – justamente para a elaboração da "Avaliação Ambiental Integrada (AAI) dos Aproveitamentos Hidrelétricos na Bacia do Rio Tocantins". A AAI é o estudo que permite conhecer a situação ambiental de uma bacia hidrográfica em decorrência da implantação de uma sequência de aproveitamentos hidrelétricos em planejamento, construção ou operação numa determinada bacia hidrográfica. Esse instrumento veio a ser objeto da Portaria do Ministério de Minas e Energia Nº 372/2009, que determina que o Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas e suas possíveis revisões sejam realizados de acordo com critérios, procedimentos e instruções estabelecidos no Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas, publicado em dezembro de 2007. O Capítulo 6 desse Manual trata especificamente do instituto da AAI (cf. Maia, 2013, 131).

Sob o Contrato Nº EPE-006, celebrado em seguida entre a EPE e o Consórcio CNEC – ARCADIS Tetraplan, a AAI da sub-bacia do Tocantins foi iniciada ainda em 2005 e seu resultado final veio a público em julho de 2007, menos de dois meses depois da decisão final da desembargadora Assusete Magalhães, presidente do TRF-1 em Brasília, de liberar a continuidade das obras de construção da UHE Estreito em nome do ‘interesse nacional’. Os Termos de Referência propostos para os trabalhos dessa AAI tinham como objetivo geral nada menos que: "Avaliar a situação ambiental da bacia do rio Tocantins, com os empreendimentos hidrelétricos implantados e os potenciais barramentos previstos, considerando:

- (i) seus efeitos cumulativos e sinérgicos sobre os recursos naturais, as populações residentes e as atividades econômicas; e
- (ii) os usos atuais e potenciais dos recursos hídricos no horizonte atual e futuro de planejamento de médio e longo prazo, procurando compatibilizar a geração de energia com a conservação da biodiversidade e manutenção dos fluxos gênicos, a sociodiversidade e a tendência de desenvolvimento

Mais uma vez, entretanto, em 23 de junho de 2008, o desembargador federal Jirair Aram Meguerian, do TRF1, decidiu pelo deferimento do pedido de suspensão dos efeitos da sentença do juiz federal de Imperatriz que o Ibama formulara. Assim, como acontecera em 2007, a decisão judicial de uma instância inferior, que determinava a paralisação imediata das obras de construção da UHE Estreito, foi cassada por uma instância superior com base na ‘Suspensão de Segurança’. A decisão do desembargador amparou-se principalmente nos pedidos de Suspensão de Segurança apresentados pela União Federal e pela Aneel. Alegando que a paralisação solicitada constituiria “grave lesão à economia pública e prejuízo maior ao meio ambiente”, pois, para assegurar o crescimento econômico sustentável, o governo federal poderia verse obrigado a utilizar a energia termelétrica, mais cara e mais poluente, o desembargador autorizou a retomada das obras de modo que elas fossem concluídas no prazo estabelecido no que chamou de ‘interesse nacional’.

Pouco mais de uma década passada desde a publicação do livro *Corpo e alma da magistratura brasileira* (WERNECK VIANNA, 1998), no que concerne às demandas relativas à instalação de grandes barragens para a exploração comercial do potencial hidroenergético de rios no Brasil, tudo se passa como se as decisões de magistrados nos tribunais superiores indicassem uma tendência inversa àquela apontada pelo intelectual marxista nesse estudo – a tendência à desneutralização do judiciário em favor dos direitos fundamentais e sociais dos cidadãos, de acordo com a nova cultura jurídico-política instaurada pela Constituição Federal de 1988, também chamada ‘Constituição Cidadã’. Aderindo à retórica desenvolvimentista dos mais altos níveis decisórios do governo do Partido dos Trabalhadores, nas suas decisões e interpretações, esses magistrados limitaram, não facilitaram, o exercício do controle sobre os atos da administração pública pela sociedade. Desconsideraram, assim, questões já tantas vezes colocadas por cientistas sociais e estudiosos da indústria elétrica brasileira, a saber: para quê ou a quem serve a energia gerada nessas usinas hidrelétricas? Qual o seu custo social e ambiental (BERMANN, 2002).¹⁷⁷

socioeconômico da bacia hidrográfica do rio Tocantins.” (EPE/CNEC - ARCADIS TETRAPLAN, 2007, p. i; o grifo é meu).

¹⁷⁷ Ver também Valle, R. S. T. do. A crise energética e o apagão da justiça, **Instituto Socioambiental**, São Paulo. Disponível em: http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2007-04-25-165847. Acesso em: 12 jun. 2007.

Homem de maneiras rudes, que andava *valente* pelo assentamento carregando sua *bocuda*, ao ouvir Seu Paulo Augusto me dizer que, por força da intervenção da Casa Civil da Presidência da República, o Ministério Público Federal estava com o braço amarrado às costas, dado que não conseguira impedir a suspensão da execução da liminar que determinava a paralisação das obras de construção da Barragem de Estreito, Seu Anacleto despejou injuriado: “– Ah! Se eu tivesse o poder de falar ‘pra esse juiz me escutar, eu ia perguntar: rapaz, eu não sei se tu és um juiz de direito ou juiz de errado!!!!’”.

Sem dúvida, há consenso entre assessores do Dr. Álvaro Manzano de que entre magistrados nas diferentes instâncias judiciais brasileiras há ainda muita resistência à atuação do Ministério Público nas questões relacionadas ao meio ambiente, sobretudo quando criminais.¹⁷⁸ Além disso, há a lentidão da prestação jurisdicional – as respostas do Poder Judiciário vêm sempre tarde demais, quando os danos que deveriam ter sido evitados já se concretizaram, restando aos Ministérios Públicos a tarefa espinhosa de converter a reparação de danos em indenização. O andamento dos processos é quase sempre muito lento, ao passo que o das obras de construção de grandes barragens é em geral bastante acelerado.

IV. Driblados

Segundo Seu Paulo Augusto, Guri e desabafos murmurados por outras pessoas já instaladas no Reassentamento Rural Coletivo Maju, não foi só “de braço amarrado” que ficou o Ministério Público Federal. Dr. Álvaro, também ele, teria sido *driblado*. Para entender essa afirmação é preciso apontar as condições do ingresso do Ministério Público Federal nas negociações entre os assentados do PA Formosa e o Consórcio Ceste. É preciso ainda insistir nas circunstâncias que levaram esses assentados a, aparentemente, alcançarem seus objetivos – *terra, casa e dinheiro!* –, apesar das pressões do consórcio, ora exercidas por empregados das empresas por ele contratadas, ora por meio do seu presidente ou da sua diretora de socioeconomia no GT instituído na Casa Civil para acompanhar a construção de hidrelétricas sob o PAC.

¹⁷⁸ A pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) sobre a opinião de magistrados acerca da chamada “crise do Judiciário”, coordenada pela cientista política Maria Tereza Sadek, corrobora essa percepção generalizada dos assessores técnicos do procurador da República Álvaro Manzano. Segundo essa coordenadora, magistrados vêm com reservas a atuação do Ministério Público Federal na promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Num universo de 570 magistrados entrevistados nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Goiás e Pernambuco, apenas 35% avaliaram a atuação do MPF de forma positiva (Sadek, 2010, p. 25-26).

No caso da UHE Estreito, como em geral ocorre quando é anunciada a construção de grandes projetos de hidrelétrica no país, o Ministério Público Federal passou a acompanhar o processo de licenciamento ambiental do empreendimento a partir da realização da primeira rodada de audiências públicas para exposição e análise do seu EIA-RIMA. As primeiras audiências aconteceram em janeiro de 2002, como visto mais acima. Prevenir violações de direitos de indivíduos ou agrupamentos sociais atingidos por obras vultosas de infraestrutura é o principal objetivo da instituição nesses casos. No entanto, a primeira intervenção do MPF-TO nas interações formais de representantes do Consórcio Ceste com trabalhadores nos projetos de assentamento criados pelo Incra aconteceu bem mais tarde e quase exclusivamente no PA Formosa.¹⁷⁹

Ora, dos assentamentos que tiveram parte de sua área alagada com a instalação e/ou a operação da usina, esse foi o único implantado com a mediação da CPT, que provocou o Incra para deslanchar a legalização do assentamento. O próprio MAB se beneficiou muito da relação da CPT com as famílias ali, levando-se em conta suas dificuldades financeiras, sobretudo da sua Coordenação Regional para a Bacia Araguaia-Tocantins, que sempre gozou de razoável independência para agir relativamente à Coordenação Nacional do movimento social. Essa carência de recursos financeiros de fato inviabilizou a formação e a manutenção de militantes para o trabalho político-pedagógico entre atingidos pela Barragem de Estreito nos diferentes municípios, inclusive assentamentos do Incra afetados pela obra.

Sem a assessoria da organização da Igreja Católica e diante da ausência de orientação oportuna do Incra, da presença intermitente do MAB para estimular a disposição de luta para o embate com o consórcio e, ainda, da coação exercida pelo próprio consórcio – não raro reforçada por políticos dos municípios impactados pela obra –, os titulares das parcelas afetadas nos outros oito projetos de assentamento criados pelo Incra no Estado do Tocantins renderam-se à ‘opção’ pela carta de crédito. Acreditaram que corriam o risco de ficar sem outras terras para viver e produzir. Dada a inegável hipossuficiência¹⁸⁰ de trabalhadores rurais assentados e suas

¹⁷⁹ Entre fevereiro de 2008 e setembro de 2010 foram realizadas reuniões de atingidos, MPF-TO, Incra e Consórcio Ceste no escritório da CPT em Araguaína. O contato do procurador da República Álvaro Manzano e seus assessores técnicos com assentados nos outros oito PAs do Incra no Estado do Tocantins parece ter se restringido a essas ocasiões. Em quase todas elas, no entanto, técnicos ou autoridades do Incra e empregados ou representantes do consórcio com poder de decisão alternaram presença. Por esse motivo, tentativas de acordos ou tomadas de decisão conjunta das duas organizações e dos representantes de assentados, com a mediação do Ministério Público Federal, foram obstruídas.

¹⁸⁰ Na pesquisa do Idesp que teve como objetivo traçar o perfil dos integrantes do Ministério Público Federal, conhecendo seus valores, orientação ideológica e diagnósticos acerca da administração da justiça no Brasil (cf. Castilho e Sadek, 2010), 24 por cento dos promotores e procuradores entrevistados concordaram

associações locais para defender seus interesses face ao poder público e a grandes corporações sem as mediações que rompem seu isolamento – no Bico do Papagaio, como aliás em todas as regiões do Brasil onde vivem trabalhadores do campo marginalizados –, parece correto afirmar que a intervenção do Ministério Público Federal nas negociações entre ‘os assentados do PA Formosa’ e o Consórcio Ceste só aconteceu porque foi precedida pela ação/representação da pastoral da Igreja Católica. Foi assim já no enfrentamento desses assentados com a Valec, durante a construção da Ferrovia Norte-Sul.¹⁸¹

Na percepção articulada pelo Seu Paulo Augusto e pelo Guri, por acompanhar avaliações e posicionamentos da CPT e do MAB ante os interesses antagônicos dos assentados atingidos e do consórcio, *Dr. Álvaro* teria dado *muita força à Diretoria*, avaliação que ouvi de outras pessoas no RRC Maju. Inicialmente, para muitos ali, corrompidos pelo Pedrinho, o corretor, Adelino, Elpídeo e Samuel teriam agido conforme seus interesses individuais, bem mais do que com os do *povo*, o conjunto das famílias atingidas e reassentadas.

totalmente e 63,5 por cento concordaram em termos com a seguinte afirmação: “a sociedade brasileira é hipossuficiente, isto é, é incapaz de defender autonomamente seus interesses e direitos e, por isso, as instituições de Justiça devem atuar afirmativamente para protegê-la”. Na interpretação das autoras do caderno que apresenta os resultados da pesquisa, isto quer dizer que “a maioria das procuradoras e procuradores entrevistados entende que cabe à sociedade civil no país defender seus interesses e direitos e/ou relativiza a atuação afirmativa por parte das instituições que compõem o sistema de justiça brasileiro. Ora, não restam dúvidas sobre a tendência à “ocidentalização” da sociedade civil brasileira (COUTINHO, 2006, p.42), segundo a distinção entre os conceitos gramscianos de “Oriente” e “Ocidente”, elaborados na sua ampliação da teoria marxista do Estado (COUTINHO, 2008, p. 49-60). Nas sociedades “orientais”, diz Gramsci, o Estado é tudo e a sociedade civil é fraca e inarticulada, ao passo que nas “ocidentais”, a relação entre a sociedade política, ou seja, o Estado em sentido restrito, campo da repressão, e a sociedade civil, campo da hegemonia no sentido de direção, é de equilíbrio. Essa tendência à ocidentalização da sociedade brasileira remonta pelo menos aos anos de 1930, segundo Coutinho (2006, p. 42), um dos mais importantes intérpretes brasileiros da obra do marxista italiano. É inegável, contudo, como o lembra esse autor, a permanência de traços orientais na nossa formação social contemporânea. Acredito que cientistas sociais que conduzem trabalho de campo entre minorias étnicas e sociais no Brasil não discordariam, ainda hoje, dessa afirmação e, assim, da tese da hipossuficiência. Discordo, portanto, da avaliação que identifica e generaliza uma concepção tutelar, paternalista, como norte das interações do Ministério Público com organizações e grupos sociais não organizados na sociedade civil (ARANTES, 2002). No caso aqui em estudo, a atuação do Ministério Público Federal teve por objetivo proteger os atingidos pela Barragem de Estreito contra as violações de seus direitos causadas pelo desprezo do consórcio empresarial que controla a usina e pela indiferença e omissão do Estado, função institucional do Ministério Público consagrada no texto da Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã” (cf. Sadek, 2008, p.110 – 125).

¹⁸¹ Vale lembrar aqui a tese de Rosa (2009) sobre a “forma movimento” como modo específico de romper a inaudibilidade das reivindicações de desapropriação de fazendas ocupadas por trabalhadores rurais sem terra acampados. As lutas desses trabalhadores ganham existência social com seu reconhecimento pelo Incra, diz o sociólogo. E aí a mediação de movimentos sociais organizadores dos acampamentos é definitiva. No caso aqui apreciado, tudo se passa então como se a luta por justa reparação das famílias deslocadas do PA Formosa tivesse ganhado existência – ou a esfera pública – a partir do seu reconhecimento pelo Ministério Público Federal, cujos procuradores no Tocantins e no Maranhão acolheram imediatamente as representações que a CPT e o MAB formularam e dirigiram a essa instituição estatal.

De um lado, Pedro e Cirineu recomendavam que os chefes dessas famílias não aceitassem visitas de empregados do consórcio a suas casas e também não convites para vistoriar outras fazendas à venda na região – temiam, não sem fundamento, que nessas visitas e/ou vistorias eles fossem enganados e convencidos a assinar a ‘opção’ pela carta de crédito. Decerto, essa opção quebraria a já afamada resistência dos ‘assentados do PA Formosa’, que àquela altura alcançara a mídia regional e emprestava aos movimentos relativo prestígio junto a outras categorias de trabalhadores atingidos pela barragem. Naquele momento, a rendição de alguns às condições propostas pelo consórcio poderia por em risco a conquista de novas terras de moradia e trabalho para o conjunto das famílias atingidas no assentamento. De outro lado, a *Diretoria*, com essa preocupação, mas nunca acima de tudo, orientava seus vizinhos a impedir a entrada de carros do consórcio, da Unidade Avançada do Incra em Araguaína e até da Superintendência Regional do órgão em Palmas – *por sugestão, não ameaça de agressão!*, Elpídeo se apressou em denegar quando conversávamos numa madrugada a caminho de uma reunião do Comitê de Co-gestão de Estreito e Aguiarnópolis, em novembro de 2012.

Segundo rumores que circulavam entre as casas no reassentamento no meu trabalho de campo em setembro de 2011, com essa obstrução, a *Diretoria* teria garantido a comissão que adviria da aquisição da Fazenda Maju pelo Consórcio Ceste, como teriam prometido o corretor e Júnior Marzola, proprietário do imóvel. *O queijo ‘tá pronto! O queijo ‘tá pronto!*, Dona Cleô disse ter ouvido Samuel festejando em sua casa logo da relocação das famílias. *Eu digo, que queijo é esse, meu Deus?*, ela assuntava. Cega, com os lábios embicados na direção da casa de Samuel no outro lado da estrada, ela ironizou: *depois ele nunca mais... Ele comeu o queijo e foi embora, não é?*, riu-se de sua própria decepção.¹⁸²

¹⁸² Samuel era vaqueiro numa propriedade média do outro lado do Rio Tocantins. Pai de três filhos, duas meninas e um menino, ele era casado com uma filha de moradores da Ilha de São José, também próxima do PA Formosa. Bem conhecido na região, pois possuía uma voadeira e era também pescador artesanal, quando convidado a entrar no PA Formosa depois que uma família desistiu de sua parcela, ele chegou trazendo 400 kg de pescado para seus novos vizinhos como agradecimento pelo convite. Por ser um dos melhores de condição, como Adelino e Elpídeo, ele foi escolhido como tesoureiro da Associação Padre Josimo, mesmo que não alfabetizado. Contava com sua mulher para este fim. Pela situação da maioria das famílias no assentamento depois que pararam de plantar, sua ajuda para financiar o trabalho que esses três dirigentes desenvolviam em relação à barragem tornou-se cada vez menos frequente. Quando não dispunham do apoio da CPT ou de amigos externos, eles lançavam mão de recursos próprios para este fim. Poder fazê-lo foi com certeza um critério importante para sua escolha como representantes dos interesses dos moradores no assentamento. Segundo declarado por ele próprio, como pescador artesanal ele chegou a obter até 3 mil reais num só mês, quantia muito superior à que obtinha a maioria das famílias no assentamento então.

De fato, nas primeiras tentativas de aproximação do corretor com os trabalhadores no PA Formosa em 2008, a orientação da *Diretoria* para todos ali era que barrassem sua entrada no assentamento e, se necessário, usassem força física contra ele. Paciente, Pedrinho mobilizou sua rede de relações pessoais para romper o isolamento que lhe fora imposto. Pela mediação de uma comerciante conhecida dos trabalhadores na *Ribeira*, ele conseguiu vencer a resistência do Adelino, Elpídeo e Samuel e estabelecer o que assumiu os traços de uma “amizade instrumental”, nos termos de Wolf (2001, p. 176).¹⁸³ Aída, a comerciante, improvisava um bar-restaurant na varanda da sua casa na cidade. Ali protegidos do *tempo*, os moradores do PA Formosa *arranchavam-se* à espera do ônibus cedido pela prefeitura ou o dos alunos para a viagem de volta da *rua*.

Como *broker*,¹⁸⁴ Pedrinho passou a administrar pequenas prestações do proprietário da fazenda – doações esporádicas de sacas de cereais para o acampamento formado pelo MAB nas cercanias do canteiro de obras da Usina de Estreito; financiamento de viagens dos dirigentes ao escritório regional da CPT em Araguaína, além de suas idas e vindas do acampamento ao assentamento e, já próximo à data da remoção das famílias para o novo assentamento, dinheiro para que os dirigentes pudessem contratar os serviços de um motosserrista a fim de aproveitarem a madeira de lei que seria perdida nas suas respectivas parcelas. A contraprestação da *Diretoria*, tal como precebida pelos demais assentados – o *povo*, categoria com a qual se classificam, querendo com isso ressaltar que dela participam os que *não andavam na frente* como os dirigentes, e, desse modo, não participavam das transações intermediadas pelo corretor –, era justamente a indicação incondicional da Fazenda Maju para aquisição pelo Consórcio Ceste. Como resultado disso, muitos se queixavam, outros dois imóveis rurais que tinham condições de

¹⁸³ Discutindo relações diádicas de parentesco e amizade, Wolf lembra-nos que a amizade é construída, não parte de uma atribuição já dada às partes na relação, caso das relações de parentesco. Ele distingue ainda o que chama de “amizade emocional” de uma “amizade instrumental”. No caso da primeira, a relação é de fechamento, ela se restringe à díade, ego e alter, que preenchem uma necessidade emocional um do outro. No da segunda, a relação é de abertura para fora, mesmo quando a relação não foi forjada com o objetivo de se obter acesso a recursos, seja naturais seja sociais, o esforço para obtê-los é vital para os participantes da díade. Cada um atua como um potencial elo de ligação com outras pessoas de fora da relação. Cada participante é um patrocinador do outro (2001, p. 176).

¹⁸⁴ Uso a expressão *broker* no sentido que Boissevain (1966, 1969) dá ao termo. Ele distingue *patronage*, *patronagem* e *brokerage*, intermediação, segundo a natureza dos recursos que cada um controla e mobiliza. Diferentemente do patrão, que controla diretamente recursos como terra, trabalho, emprego, bolsas de estudos etc., o intermediário possui e põe em ação suas relações com pessoas, seus contatos. Nesse sentido, diz o antropólogo britânico, o *broker* está na posição de colocar “duas pessoas, possivelmente desconhecidas uma da outra, numa relação mutuamente benéfica da qual ele extrai um lucro” (1966, p. 24). Lembro ainda, como o fizeram Ribeiro e Feldman-Bianco (2003, p. 14), que *broker* em inglês também significa corretor.

abrigar as trinta e sete famílias atingidas, entre *proprietários* e *agregados*, um próximo à Araguaína e outro na mesma microrregião do PA Formosa, nunca chegaram a ser visitados por eles ou vistoriados pelo Incra.

Ninguém mais viu o queijo! disse Dona Cleô, introspectiva. Muito menos os cinco bois que Júnior Marzola teria prometido para um churrasco comemorativo quando ‘os assentados do PA Formosa’ chegassem ao reassentamento. Presidente licenciado da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET) e suplente pela coligação PMDB-DEM (Partido do Movimento Democrático Brasileiro-Democratas) no processo eleitoral de 2006, quando da transação com o Consórcio Ceste, Marzola exercia o mandato de deputado federal que assumira em junho de 2010. Em outubro desse ano, licenciou-se do cargo para retornar à presidência da FAET e disputar as eleições para deputado federal, tendo sido levado a desistir da sua candidatura em favor do filho da Senadora Kátia Abreu (DEM), Irajá Silvestre, também candidato ao cargo de deputado federal pelo DEM. Desapontado com seu partido, ele ingressou ativamente na campanha do governador do Tocantins, Carlos Henrique Gaguim (PMDB), candidato à reeleição pela coligação Força do Povo (PMDB/PT). Em 30 de agosto desse ano eleitoral, ele compareceu a um evento de adesão à candidatura do peemedebista arrebanhando cinquenta e quatro presidentes de Sindicatos de Produtores Rurais, entre os sessenta e quatro existentes no estado, e sete candidatos a deputado estadual naquele estado, alguns pelo DEM.¹⁸⁵

No último período do meu trabalho de campo, de novembro a dezembro de 2012, soube por uma das filhas de Georgina, cozinheira de Marzola na Fazenda Maju, que seu patrão ansiava pela transação com o Consórcio Ceste. A venda da fazenda, ela ouviu o político dizendo inadvertido, permitiria que ele “entrasse em cheio na campanha para a reeleição do governador Gaguim”, disse reproduzindo a fala do político. A expressão desalentada da Dona Cleô um ano já passado me veio à lembrança: *Marzola não ia conseguir vender mesmo... pelo preço que ele queria!*, ela disse então. *Aí ele investiu na Diretoria...*, concluiu refletida.

De fato, a avaliação de que *não dava mais pra botar confiança na Diretoria*, como ouvi Seu Pio dizendo à Georgina, já era corrente no reassentamento em setembro de 2011. *A Diretoria não considerou o povo, não considerou!*, diziam. Esse sentimento de desconsideração foi ainda mais agravado pelo descumprimento das obrigações que o Consórcio Ceste tinha

¹⁸⁵ Cf. Sete candidatos do DEM e 54 sindicatos rurais aderem a Gaguim; Marzola desabafa: “fui sacrificado”. **Conexão Tocantins**: online. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2010/08/30/sete-candidatos-do-dem-e-54-sindicatos-rurais-aderem-a-gaguim-marzola-desabafa-fui-sacrificado>. Acesso em: 13 mar. 2011.

assumido no ‘Termo de Compromisso’ que firmara com o Incra. Entre suas inadimplências, a mais crítica depois de um ano da instalação das famílias nas suas novas parcelas era a falta do preparo da terra em tempo hábil para viabilizar a recomposição das suas atividades produtivas. A chegada das famílias no reassentamento se deu na primeira quinzena de outubro de 2010. A essa altura, na região do Bico do Papagaio, em geral, o solo já teria que ter sido gradeado e ‘calcariado’ para o plantio. Por esse descompasso entre o momento da relocação e o calendário dos cultivos tradicionais, o consórcio decidiu distribuir sacas de arroz, feijão e milho – os *legumes*, no dizer local – e fornecer mensalmente os *tickets* de alimentação a cada família por um período de onze meses. Ao final desse período, hipoteticamente, o consórcio teria contratado a devida preparação do solo e as famílias já estariam fazendo suas primeiras colheitas.¹⁸⁶ Não foi o que aconteceu, entretanto. Vendo aproximar-se o final do período estabelecido para o fornecimento dos *tickets* e tendo vendido parte dos seus *legumes* para pequenos comerciantes de São Bento do Tocantins, as famílias sentiam o tempo de *precisão* se instaurar indiscreto nas suas vidas ainda outra vez.

Nos meus primeiros contatos com essas famílias, em julho de 2008 e janeiro de 2010 na véspera da reunião como Celso Lacerda, Seu Paulo Augusto me falou com orgulho indisfarçado sobre a resistência dos ‘assentados do PA Formosa’ às condições propostas pelo consórcio para que aceitassem deixar suas parcelas às margens do Rio Tocantins.¹⁸⁷ Nesse período, uma conjunção de fatores contribuiu para que prevalecesse entre essas famílias ante o consórcio o que parecia um ‘nós’ aguerrido. Sem dúvida, o trabalho pastoral, o *companheirismo da CPT* na defesa dos seus interesses – sobretudo a assessoria legal da entidade, que contribuiu para que eles garantissem a legalização da terra que ocuparam, a indenização pela destruição

¹⁸⁶ Ver pág. 58 acima.

¹⁸⁷ Logo de sua chegada na região que serviria de base para a construção (instalação e operação) da UHE Estreito – e no caso dos assentamentos do Incra pouco antes da segunda rodada de Audiências Públicas no início do ano de 2005 –, o Consórcio Ceste distribuiu cartilhas que continham as ‘soluções’ para o deslocamento das famílias que teriam necessariamente que abandonar suas moradias e/ou terras de trabalho. Essas ‘soluções’ não foram discutidas com os diferentes grupos ou agrupamentos sociais interessados, portanto. Sem dúvida, os critérios que nortearam seu delineamento são decorrência do aprendizado de empresas responsáveis por grandes barragens com suas experiências passadas. O objetivo aí é sempre o de evitar ou minimizar gastos com o tratamento das chamadas questões sociais e ambientais, que podem saltar da faixa de 0,5 a 3% para cerca de 30% do valor total do empreendimento, quando atingidos se organizam ou são organizados e mobilizados por movimentos sociais, sindicatos, entidades confessionais ou outra associação voluntária da sociedade civil para cobrar seus direitos, inclusive o direito ao reassentamento, como afirma o dossiê produzido pelo MAB: Ditadura contra as populações atingidas por barragem aumenta a pobreza do povo brasileiro (2004).

causada pelas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, inclusive o tão esperado sistema de captação de água por gravidade que a Valec relutou mas construiu. Além disso, o trabalho político-pedagógico do MAB, em particular as visitas que o movimento promoveu a famílias que vivenciaram a experiência do deslocamento forçado com a implantação das hidrelétricas Peixe-Angical, São Salvador e Lajeado. Por fim, a confiança no apoio do *Dr. Álvaro*, que com certeza fortaleceu essa disposição, porquanto o procurador da República manifestou inequívoca e publicamente seu apoio ao protesto na ferrovia e intermediou as negociações do grupo com a Valec em favor dos trabalhadores. Parecia haver ali uma *comunidade desigual, mas não desunida!*, como queria Guri – uma *comunidade de famílias mais ou menos melhorzinhas de condição*, entretecida por laços de “amizade emocional”, na acepção de Wolf (1969, p. 173), estreitados ao longo de anos de convívio e *luta*, sobretudo nos primeiros tempos da ocupação da Fazenda Porto Alegre. Assim assistidos e por isso mesmo sentindo-se com poder de fogo, essa ‘comunidade desigual’ parecia relativamente bem posicionada para implementar uma estratégia de resistência face à ‘empresa’. Uma estratégia capaz de fazer valer suas próprias exigências para deixar para trás suas casas e seu suor.

O que então teria levado essas mulheres e homens agora tão resolutos a silenciarem em relação à – para ser mais precisa, a consentirem na – conduta arriscada e obscura da *Diretoria* nas reuniões com autoridades governamentais e representantes do consórcio? O *drible* da *Diretoria* com certeza não passou despercebido por seus vizinhos. Como dito anteriormente, premidos pela iminência do início da formação do lago artificial da barragem, em janeiro de 2010, alguns chefes de família já entretinham até a possibilidade de arriscarem o *fator sorte*, aceitando a carta de crédito melhorada (carta e indenização de benfeitorias) e o ônus de administrarem individualmente seus destinos. Se nenhum agiu nesse sentido e todos assistiram sem manifestar oposição ao jogo que estava sendo jogado, é sobretudo porque tiveram capacidade de avaliar o estado da correlação de forças nesse ano decisivo para a instalação da usina hidrelétrica e eleitoral, especialmente o modo como os jogadores administravam o tempo durante a ‘partida’. O tempo foi com certeza um ator importante nessa trama de relações sociais em torno das suas negociações com o Consórcio Ceste.¹⁸⁸

No cronograma de implantação do empreendimento pré-estabelecido junto à Aneel, o fechamento escalonado das comportas da UHE Estreito estava previsto para acontecer em

¹⁸⁸ Agradeço à antropóloga Christine de Alencar Chaves por ter chamado minha atenção sobre esse ponto.

dezembro de 2010.¹⁸⁹ Em conformidade com o cronograma, não obstante pendências apontadas pelo MPF e pelo Incra, no dia 24 de novembro desse ano o Ibama emitiu a Licença de Operação (LO) autorizando o início do enchimento do reservatório. O consórcio estimava que a cota máxima das águas represadas, 156 metros, fosse atingida em aproximadamente três meses, aproveitando assim o período de chuvas na região (de dezembro a maio). A partir daí, já seria possível iniciar a operação comercial da hidrelétrica, acionando a primeira das suas oito turbinas. Para tanto, as demolições e o desmatamento das áreas a alagar teriam necessariamente que ter sido concluídos antes do início de dezembro. Como as famílias atingidas no PA Formosa resistiram todo tempo à carta de crédito e essa disposição contava com o apoio dos movimentos sociais e do Ministério Público Federal, não restou outra alternativa ao consórcio que construir um reassentamento para abrigá-las. Mesmo assim, até julho desse ano de 2010 o consórcio postergou a compra da Fazenda Maju.¹⁹⁰ Às vésperas das eleições gerais, contudo, não interessava ao consórcio, nem ao governo federal, menos ainda à sua todo-poderosa ministra-chefe da Casa Civil, candidata à presidência da República então, um enfrentamento de trabalhadores atingidos pela barragem e seus aliados nos movimentos sociais de apoio, de um lado, e, de outro, oficiais de justiça, policiais militares e empregados do consórcio, numa eventual ação de despejo com uso da força policial autorizada pela Justiça Federal. Sem tempo hábil para reconhecer, vistoriar e negociar outro imóvel rural, o consórcio finalmente pagou pela fazenda *o preço que Marzola queria*, como disse Dona Cleô – quase três vezes o valor de mercado daquelas terras!

¹⁸⁹ Na verdade, o Consórcio Ceste esperava iniciar o enchimento do reservatório da Barragem de Estreito já em setembro de 2010. Segundo matéria veiculada na revista Istoé Dinheiro, em 31 de dezembro de 2008, “a pressa na entrega da obra [era] grande. Na ocasião, um engenheiro sênior do consórcio declarou à Dinheiro: “o nosso problema maior é o tempo.” O Consórcio Estreito Energia venceu o leilão na Bovespa em 12 de julho de 2002, diz a matéria, por quatro anos,

o Ibama analisou os impactos ambientais do empreendimento, que começou em 2006 (sic) [na verdade, os trabalhos de montagem do canteiro de obras foram iniciados em fev. de 2007]. Mas, nos últimos dois anos, os desafios estão mais aos ativistas ambientais do que com problemas de engenharia. Somente neste ano, a obra foi paralisada duas vezes pela Justiça, que concedeu liminar exigindo novos estudos de impacto ambiental, desta vez, em toda a bacia do rio Tocantins, a pedido do Movimento dos Atingidos por Barragens. A Justiça Federal suspendeu as liminares porque considerou a exigência desmedida (Istoé Dinheiro, 31/08/2008).

¹⁹⁰ Pouco depois de iniciar sua fala na reunião, o diretor do Incra anunciou que, numa reunião do GT que coordenava na Casa Civil, José Renato Ponte, então presidente do Consórcio Ceste, tinha proposto adquirir outra fazenda para esse fim. Quando a fazenda foi identificada pela audiência de trabalhadores, no entanto, eles se deram conta de que aquela era justamente a fazenda que já estava sendo negociada para assentar parte dos moradores da Ilha de São José!

Mas não comprou toda extensão da fazenda. A Fazenda Maju possuía área total de 3.206 hectares. Segundo o corretor, Marzola pretendia vender todo o imóvel para o consórcio. Os assentados, por outro lado, aí incluída a *Diretoria*, pretendiam que o consórcio reconhecesse a necessidade de reassentar no mínimo 32, não 30 famílias, como constava na lista elaborada pela Barros Engenharia. Apesar dos dois filhos da Dona Lavínia terem sido aprovados para reassentamento, ela e Seu Silvino, o marido, além de outro casal de idosos, Seu Zé Peres e Dona Toninha, foram reprovados pelo consórcio. Dona Lavínia passava então por um tratamento de quimioterapia e fora definitivamente colostomizada. Mesmo assim, o consórcio alegou que apenas uma pequena área em sua parcela seria submersa e a reprovou. Única área de terras férteis na parcela, quase toda situada no *sequeiro*, ali o casal mantinha uma plantação de cupuaçu e cultivava o feijão e o arroz *só para a despesinha mesmo*. Dona Toninha era irmã de Elpídeo. Sua parcela não seria submersa, mas ficaria ilhada, isolada pelas águas do reservatório das parcelas remanescentes no PA Formosa. Foi justamente nesse embate para a aprovação dessas duas famílias que a *Diretoria* conseguiu emparedar o Consórcio Ceste e, em certa medida, tolher manifestações de objeção dos seus vizinhos. Só depois de confirmada a transação de compra de parte da Fazenda Maju, a Associação Padre Josimo autorizou a entrada dos técnicos da empresa que executaria a medição dos limites do reservatório no PA Formosa para iniciar os trabalhos topográficos, sem risco de serem expulsos com violência pelos assentados.

Mesmo apreensivos com a proximidade do alagamento das suas casas, os que seriam reassentados calaram diante do que aparentava ser – ou só ser – a resistência encarniçada da *Diretoria* pelo fim da *covardia com a Lavínia e o Zé Peres*. A *Diretoria* já ultrapassou os limites do estatuto da associação!, Seu Paulo Augusto desabafou o peito comigo uma vez. Era setembro de 2010, um mês para sua remoção para o novo assentamento. Um ano depois, ouvi de sua irmã, Dona Cleô:

Mas o que que a gente podia fazer, não é? Os dois enganando, o povo ficou sem saber agir, Neila! O consórcio também enganava! Eles [a Diretoria] botavam medo no povo dizendo que não era pra ouvir o povo do Ceste, porque o Ceste enganava as pessoas, não é? E por outro lado eles também estavam enganando a gente pra se beneficiarem!

Sem dúvida, nos relatos sobre o sofrimento debaixo de barracas improvisadas no acampamento organizado pelo MAB de julho de 2009 a setembro de 2010 – e as condições de vida ali eram rigorosamente precárias, experimentei –, moradores do PA Formosa ouviam cotidianamente histórias de famílias de posseiros que tinham perdido terra, casa e até pertences

peçoais, tudo destruído por tratores do Consórcio Ceste em ações de despejo coordenadas por oficiais de justiça e executadas com brutalidade por policiais militares e empregados do consórcio. Histórias de moradores urbanos surpreendidos com a demolição parcial de suas casas ao chegarem do trabalho também foram impregnando as pessoas acampadas da ideia de que *o Ceste* não só enganava, mas também não hesitava em acionar a força policial contra atingidos e destituir famílias inteiras, recusando-se a reparar suas perdas e deixando-as sem abrigo na beira da estrada com crianças e idosos para morarem *de favor* em casa de parentes na cidade ou buscarem uma *terra sovinada* na região *‘pra plantar só mesmo aquele tantinho de comer’*.¹⁹¹

Ora, nada garantia que uma negociação individual com o consórcio fosse resultar noutra terra e noutra casa, todos ali sabiam. Já à suposta submissão do *povo* aos desígnios egoístas da *Diretoria*, por outro lado, parece corresponder uma lógica mais profunda: a experiência de cada um dizia e Celso Lacerda tinha insistido nesse ponto, a produção de cada família era individual, mas a *comunidade*, de desiguais ou iguais, aliás – a cooperação de parentes e/ou vizinhos no processo produtivo, mas não só –, era fundamental para a reprodução das condições de trabalho e vida de um pequeno agricultor como eles, naquela região e pelo menos desde sua instalação no PA Formosa. A *comunidade* era, portanto, recurso (no limite, condição) importante para um chefe de família construir sua autonomia, para permanecer *liberto* e gerir seu próprio futuro.

Mais. Desde julho de 2010 já eram conhecidos os agregados que o consórcio tinha aprovado como elegíveis para fins de reassentamento e indenização pelas benfeitorias perdidas. Os maiores grupos de parentes no assentamento, Georgina, suas primas e primos e Seu Paulo Augusto e suas quatro irmãs, tinham filhas ou filhos entre os casais elegíveis. Ora, para esses pais, um *pedaço de chão* para uma filha e sua família existirem era o *verdadeiro patrimônio!* Embora a *chegada da barragem* tenha surpreendido a maioria das famílias assentadas no PA Formosa já *bem organizada*, como me disse Seu Paulo Augusto – decerto em situação melhor do que um *sem-terra primário* –, nenhum entre os que conquistaram aquelas várzeas tinha

¹⁹¹ Na minha ida ao PA Formosa quando da primeira reunião com Celso Lacerda, em janeiro de 2010, parei em Araguaína para encontrar Maria Trindade, advogada da CPT. Na ocasião, ela me pediu que transcrevesse uma série de entrevistas com posseiros, oleiros e extrativistas do babaçu, do pequi e do bacuri, todas realizadas pelo Pedro Ribeiro e uma visitante estrangeira, integrante de uma ONG especializada na defesa de direitos humanos. Inicialmente, a transcrição serviu de base para uma denúncia apresentada pela CPT e o MAB das inúmeras violações dos direitos humanos desses trabalhadores moradores das *barrancas* do rio Tocantins submetidos ao deslocamento forçado. Depois disso, elas subsidiaram a elaboração da peça inicial de uma ação defendida pelo deputado federal Domingos Dutra e sua mulher, advogada como ele, contra o Consórcio Ceste.

condições àquela altura de dar um pequeno lote de terra para um dos seus filhos casados sequer. Resistir ao desejo de negociar de uma vez sua saída e aquiescer ante o *falar agressivo* da *Diretoria* nas reuniões, ainda que consumido pela dúvida, era o que um pai e/ou uma mãe podia fazer para garantir o futuro de ao menos um de seus *meninos*, para assegurar-lhe, como a si próprio, meios de viver uma vida *de fartura e sem humilhação no trabalho*.¹⁹²

Avaliando a situação da sua família um ano depois da chegada no reassentamento, Seu Pio me disse:

*Eu fiquei satisfeito com o pessoal do consórcio, não vou falar, brigar porque eu não conheço a lei, eu sou analfabeto. Mas eu cheguei... eu tinha feito um documento lá na Adapec [a Agência de defesa Agropecuária no Estado do Tocantins] no nome da [minha] mulher, porque nós tínhamos um gadinho. Aí graças a Deus eles me apoiaram, me deram oito sementinhas, oito cabecinhas de gado. Aí, o resto eu estou satisfeito, minha coisinha é pouquinho, mas dá muito bem d'eu... **Só em eles apoiarem a minha menina que 'tava aí!** Ela chegou [no PA Formosa] e foi trabalhar de merendeira lá do colégio, lá onde 'tá a Irmã Lavínia..., mas aí já é longe, era num coleginho velho que tinha lá encostado na casa da Irmã Lavínia. Aí eles mudaram lá pro Brejão [a prefeitura de Darcinópolis transferiu os alunos para o colégio desse povoado]. Aí eu digo, ah! rapaz!, vocês mudam pra cá [para a parcela dele para brocar roça como agregados]. Só em eles darem o apoio, que eles deram um pedacinho 'pra ela aí, já deram legumes, deram um pouquinho [de dinheiro como indenização pelas benfeitorias do casal] pra ela também, **só isso aí pra mim também já foi um grande benefício!***

Como sugere Herzfeld (2001, p. 154), referindo-se à categoria gramsciana de hegemonia, há situações em que a agência humana pode consistir em aquiescer à – e mesmo ser conivente na – própria dominação por outros mais poderosos. No caso aqui, imediatamente, vizinhos com quem essas pessoas interagiam no dia-a-dia do assentamento, lideranças que na percepção geral contavam com o apoio da CPT, do MAB e tinham tido sua capacidade de iniciativa no bloqueio da Ferrovia Norte-Sul apreciada e legitimada pelo *Dr. Álvaro*. Afinal, para *pequenos* no mundo rural brasileiro, *a melhor coisa do mundo é ter um pedacinho de terra*, como repetiam as primas Georgina, Zabelê, Mundica e Marianinha em nossa visita ao PA Formosa em 2011, enquanto retirávamos mudas das *plantas* que elas deixaram para trás na *mudança*. Na síntese de Francisco Julião, advogado assessor de grupos camponeses na fundação das primeiras Ligas em meados dos anos de 1950, no Estado de Pernambuco, “liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão. Quer dizer casa. Quer dizer remédio. Quer dizer escola. Quer dizer

¹⁹² Ver também nota 123, p. 97 acima.

paz” (cf. JULIÃO, 1962, p.69-71, *apud* MOTTA E ESTEVES, 2008, p. 247). Impossível desprezar a potência desse sonho!

Minha amiga Lavínia e seu marido, Seu Peres e sua mulher permaneceram isolados social e/ou geograficamente no PA Formosa. Afrontado pela *Diretoria*, dizia o povo, *o Ceste comprou só um pedaço!* Dos 3.602 hectares da Fazenda Maju, apenas 1.900 hectares foram adquiridos. O percentual de uma propriedade rural que deve ser registrado como Reserva Legal no caso de propriedade situada em áreas de cerrado na Amazônia Legal é de 35%. Desse total, 15% podem ser localizados em outra área como compensação ambiental. A última reunião entre assentados, Incra e Consórcio Ceste com a presença do procurador Álvaro Manzano aconteceu no dia 14 de julho de 2010. No dia 9 de agosto, as trinta e nove famílias de proprietários e agregados obrigados a se deslocar assinaram uma Declaração endereçada a todas as organizações que participaram da reunião. Na declaração, concordavam com a utilização em condomínio de 20% reserva legal no RRC Maju e pediam que os 15% restantes fossem localizados preferencialmente no próprio PA Formosa, como acréscimo à Reserva Legal ali existente. A faixa de variação da extensão das trinta e duas novas parcelas de ‘assentados pelo Incra’ deveria ser de 40 a 50 hectares, como tinha sido acordado pelos assentados com o consórcio e o Incra. Não se cogitava ainda, àquela altura, a possibilidade de exclusão dos dois casais de idosos da mudança. As sete parcelas de famílias de ‘agregados ocupantes’, também signatárias da Declaração, deveriam ser dispostas num bloco de seis, com extensão de 12 hectares cada uma, restando outra, limítrofe e de 40 hectares, destinada a um agregado novato que conseguira ser qualificado como ‘pecuarista’ em razão de suas boas relações com Adelino, segundo seus vizinhos. Dada a exigência de deixar separada uma área do reassentamento para a construção da infraestrutura coletiva – centro comunitário, capela, campo de futebol etc. –, o consórcio manteve sua determinação de assentar apenas trinta famílias de ‘proprietários’. Essa decisão também contrariou a proposta de demarcação de 32 parcelas de 42 hectares apresentada pelo Incra à empresa Barros Engenharia e desconsiderada pela Diretoria de Socioeconomia do consórcio. Em setembro de 2011, conversando com casais na chácara da CPT à espera do início das Audiências de Conciliação na Justiça Federal em Araguaína, ouvi pela primeira vez pessoas articulando acusações abertas à *Diretoria*. ***Falta de respeito! Fizeram da Lavínia uma cachorra! E o dinheiro que vinha pra nossa infraestrutura lá na Maju, diziam, foi pro Marzola! E pra eles aí!***, outros na roda completaram, lábios embicados na direção em que conversavam dois dos três dirigentes da Associação Padre Josimo.

Dois anos depois da mudança, em dezembro de 2012, essas pessoas se sentiam abandonadas. Tinham sido *tratadas feito gado*, elas diziam. Responsabilizavam antes de todos a *Diretoria*, embora alguns também se ressentissem do abandono pelo MAB e do afastamento da CPT depois da *mudança*. Não resta dúvida de que todos ali se moveram por interesse próprio durante as negociações com o consórcio. Havia boas razões para tanto, como visto. A sentida desconsideração do Adelino, Elpídeo e Samuel devia-se justamente ao fato de eles terem sido movidos *apenas*, não *também*, por interesse próprio. *Não pensaram no coletivo!*, queixavam-se. Ao contrário, renderam-se ao impulso da *covardia*, segundo avaliações dessas pessoas do que faz um *homem decente*. Agora, o descumprimento das obrigações do consórcio relativas à implementação do RRC Maju já não era experimentado e representado como indiferença para com os *pequenos*, pobres marginalizados, mas como *desforra* – a empresa estava descontando neles todo o prejuízo que a *Diretoria* lhe causara por ter tornado a compra superinflacionada da Fazenda Maju II inescapável!

Indiretamente *driblado*, como sugeriram Seu Paulo Augusto e o Guri, *Dr. Álvaro* não conseguiu corresponder àquilo que sua presença parecia aguçar em cada mulher, cada homem ali: o anseio de que não seriam *tocados feito gado*, de que teriam reconhecido pelas agências governamentais e pelo Consórcio Ceste o lugar que julgavam merecer na ordem social da região. Nenhum deles opinou sobre a situação do novo assentamento – a localização da área de construção da infraestrutura coletiva e a divisão e ordem de instalação das famílias no lugar. As primeiras parcelas seriam destinadas às famílias que ocupavam as parcelas mais próximas da entrada do PA Formosa pela estrada principal ou às mais distantes, já na beira do rio Tocantins? Essa questão tinha implicações, entre elas morar ou não mais perto dos povoados próximos da sede de S. Bento do Tocantins, ter ou não ter acesso a fontes d'água etc. Essa última tarefa, no entanto, a *Diretoria* arrogou para si e os empregados da Barros Engenharia não se preocuparam em ouvir os demais interessados. Mas, apesar disso tudo, ainda parece acertado afirmar que tal sentimento de desrespeito, de desconsideração, só aflorou com vigor depois que a probabilidade de um assentado e sua família viverem do seu trabalho naquela terra tantos anos pisada pelo gado do Marzola e jamais preparada e corrigida pelo Consórcio Ceste para o plantio antes das chuvas do *inverno* revelou-se cada vez mais remota. Como me disse Guri num desabafo amargurado, *hoje eu sou um lavrador que não planta e um pecuarista que não tem gado! Não sei, eu tenho uma grande dúvida... eu acho que o Ceste não foi covarde com nós que nem a própria Diretoria!*

Experimentar o tratamento que um vaqueiro ou fazendeiro dá ao gado significa sentir-se desrespeitado na sua condição humana, claro. Heterônomo, o gado *vive tocado pelos outros*. Um homem, sobretudo um trabalhador que tem seu *pedaço de chão* para morar e produzir não deve sê-lo, segundo a moralidade local. Mas quando meus interlocutores exclamam exaltados “falta de respeito!” não estão repudiando terem sido tratados meramente como instrumentos, como animal de tração. O que a rede lançada pela categoria nativa “respeito” parece abranger antes de tudo é a exigência do reconhecimento da sua agência humana, como Charles Taylor (2007), filósofo canadense, define o conceito: capacidade de planejar, de avaliar, de fazer escolhas entre alternativas concretas, de exprimir enfim, na sua vida cotidiana enquanto lavradores, pescadores, barqueiros ou, como resumiu altiva Maria da Ilha durante a Audiência Pública no Congresso Nacional, ***na qualidade de trabalhadores***, um modo de vida que parece afastar todo tempo o estado de coisas existente – o trabalho alienado como eles o conhecem, a coerção moral e/ou física que alguns ali que viveram grandes e médias propriedades rurais no Bico do Papagaio em suas vidas, nos seus corpos, conhecem bem. Ou seja, as condições sociais de subordinação pessoal, de sujeição a outrem. O grande pavor do sertanejo é com certeza a sujeição, nota José de Souza Martins ao enfatizar que a terra, nesse sentido, é o instrumento do trabalho, é o mediador do trabalho. Do trabalho livre (1983, p.131), o sociólogo se apressa em acrescentar.

Como sugere Dominique Vidal, sociólogo francês, no artigo “A Linguagem do Respeito. A Experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Democracias Modernas” (2003), no entanto, do mesmo modo que para moradores citadinos pobres no Recife e no Rio de Janeiro, aqui também a estrutura social (no caso, a hierarquia social do mundo rural no vale do Tocantins) não é questionada. Tampouco a experiência da humilhação gerou nesses trabalhadores um impulso para transformar as relações sociais que causaram o sofrimento dela decorrente. Nenhuma prática conscientemente emancipatória parece ter sido assim iniciada. É como se suas *lutas* fossem sempre para escapar dos, não transformar os, contextos que causam os sentimentos sociais de humilhação, de vergonha.

No seu artigo, Vidal pretende mostrar quão essencial nos meios populares urbanos no Brasil é o anseio por respeito e a denúncia da humilhação. Tudo se passa como se, do mesmo modo que nos casos que ele examina aí, o caso aqui estudado fornecesse sustentação empírica para a necessidade daquilo que Arvishai Margalit denominou de “sociedade decente”, que ele distingue de uma sociedade justa. No livro *A Sociedade Decente* (MARGALIT, 1999), fonte de

inspiração inicial do estudo de Vidal, esse filósofo israelense define o conceito de humilhação como “recusa de formas específicas de vida pelas quais os seres humanos exprimem sua humanidade” (*ibid.*, 1999, p. 15, citado por Vidal, 2003, p. 270). Humilhar é ferir o respeito que um ser humano tem de si próprio, continua Margalit. Uma sociedade decente é uma sociedade cujas instituições não humilham as pessoas que delas dependem. Esse é o argumento central de seu livro.

No artigo “Decent Equality and Freedom. A Postscript” (1997), escrito um ano depois do livro *A Sociedade Decente* aparecer, Margalit esclarece que sua caracterização de uma sociedade decente como sociedade que não humilha não envolve *sentimentos* de humilhação, mas antes *razões* para uma pessoa se sentir humilhada (1997, p. 157, grifo no original). Sua preocupação é com situações sociais concretas em que a dignidade humana é ferida. Há humilhação institucional quando aqueles que dão carne e osso às instituições – ele se refere sobretudo a instituições públicas estatais e destaca policiais, diretores de prisão, soldados, juízes, funcionários da burocracia executiva do Estado e outros agentes em posição de autoridade – se comportam de modo a dar motivos para que um indivíduo considere que seu respeito de si foi comprometido. Nesse sentido, diz Margalit, o senso de humilhação é justificado quando agentes públicos tratam indivíduos e grupos sociais como objetos, animais, números ou como não humanos; quando agentes públicos se comportam em relação a indivíduos como se eles não tivessem controle sobre si mesmos ou de modo que eles percam esse controle, por meio físico ou psicológico, ou ainda quando agentes públicos tratam seres humanos como sub-humanos, de menor valor, indignos de pertencer à “comunidade humana”.

O ponto central do artigo de Vidal é justamente esse: para o brasileiro pobre que vive nas grandes cidades do país o sentido de pertencimento à humanidade e, por conseguinte, de vinculação à ou inclusão na sociedade, é mais importante do que a redução da desigualdade social por meio da partilha justa da riqueza social. Essas pessoas condenam muito mais o modo pelo qual, nas interações de todo dia, membros das camadas médias e superiores da sociedade fazem com que elas se sintam inferiores do que a desigualdade social em si. “*Respeito* é a palavra chave do seu discurso sobre a injustiça social”, resume o sociólogo (2003, p. 267, grifo no original).

Ora, nas suas interações concretas com o Consórcio Ceste, o Incra, o Ibama e a Casa Civil da presidência da República não faltaram razões para meus interlocutores se sentirem humilhados. Para começar, por inadvertência ou impotência, pareciam pensar os mais

indulgentes, ou por incúria, ponderavam os menos afáveis, o Incra e o Ibama permitiram pairar sobre eles a ameaça de devolução às condições de um trabalhador *sem condição nenhuma*, no dizer local. No discurso empresarial do agronegócio brasileiro e do governo do Estado do Tocantins – ‘o grande parceiro do agronegócio’, segundo propagandas veiculadas na mídia regional (cf. REZENDE e outros, 2009) –, esse lugar é o de um trabalhador do campo rotulado de ‘marginal’, a quem é negada a condição de sujeito, fonte de sua própria ação e responsável por ela. Pode ser ainda o não-lugar do pequeno agricultor familiar, que “de qualquer modo está fadado a desaparecer”, conforme a violência inscrita no discurso das elites do agronegócio, pois não tem aptidão para ocupar o lugar do “agricultor familiar que tem uma ideologia empreendedora, ou seja, que visa o lucro acima de tudo, que é racional, possui uma cultura de poupança, deseja acumular e sabe tomar iniciativa”, como disse o diretor-executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) a pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no grupo liderado pela socióloga Regina Bruno (BRUNO, 2016, p. 150).¹⁹³

Há mais situações já narradas nesta tese nas quais meus interlocutores durante o trabalho de campo experimentaram a humilhação institucional: quando policiais federais insultaram as mulheres que acamparam com suas crianças e parentes idosos sobre os trilhos da Ferrovia Norte-Sul; quando integrantes da *Diretoria* e *povo* foram excluídos da participação na negociação do Termo de Compromisso que o Incra e o Consórcio Ceste firmaram; quando, em 2010, cerca de um mês antes da relocação no RRC Maju, a oficial de justiça da Comarca de Wanderlândia, acompanhada de policiais e de um *camarada cru* que se dizia advogado do consórcio, entregaram de casa em casa no PA Formosa a intimação de um juiz federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins para que deixassem suas parcelas num prazo de dez dias, decisão emitida no âmbito da ação de desapropriação movida pelas empresas associadas no Consórcio Ceste, acompanhada de autorização para o uso da força policial caso houvesse resistência... Mas também nas suas interações do dia a dia com agentes privados, inclusive ativistas de movimentos sociais e agentes de pastoral, não faltaram motivos para que eles se

¹⁹³ Afinal, “[...] quem não consegue seguir os padrões adequados da competitividade são os que apresentam uma racionalidade limitada”, disse Luiz Antônio Pinazza, diretor-executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) em entrevista concedida à socióloga e professora Regina Bruno e aos cientistas sociais Janaína Tude Sevá e Olavo Brandão Carneiro (BRUNO, 2016, p. 150).

Na primeira audiência pública sobre a instalação da operação de mineração de bauxita pela Alcoa no município de Juriti Velho, no Pará, ouvi do Secretário de Meio Ambiente daquele estado: “– Os ribeirinhos da Vila de Juriti Velho? Ah, doutora! A história não perdoará essa gente!”

sentissem socialmente inferiorizados, infantilizados talvez, “tratados como crianças incapazes de crescer”, para usar a expressão de Margalit, como pretendo mostrar mais adiante.

V. Uma “máquina de gerar esperança”?

No artigo “Between Fear and Fantasy. Governmentality and the Working of Power in Mexico” (2004) sobre um conflito de terra no Estado de Jalisco, no sul do México, Monique Nuijten, antropóloga holandesa, sugere que o Estado mexicano opera como uma “máquina geradora de esperança”. Sua fonte de inspiração para esse artigo é o livro de James Ferguson, antropólogo norte-americano, *The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho* (1990). Nele, Ferguson toma como objeto de sua investigação etnográfica o aparato voltado para o desenvolvimento em Lesoto, África, aí incluídos organismos financeiros multilaterais, como o Banco Mundial, agências de cooperação técnica e financeira de países doadores, agências de governo e empresas de consultoria – conjunto que ele chama de “indústria do desenvolvimento”. Ele sugere que essa indústria é em sua essência despolitizadora, pois supõe ou impõe que questões relacionadas à distribuição de recursos e à economia sejam técnicas, não políticas, como se medidas de política econômica fossem ser construídas de forma neutra. Nesse sentido, essas questões deveriam ser deixadas nas mãos de uma elite técnico-burocrática de planejadores não adotadas democraticamente, após debates livres pelo conjunto da população, inclusive ou sobretudo os segmentos da população considerados seu ‘público alvo’ (*target groups*).

O conflito fundiário que Nuijten analisa envolve um *ejido*¹⁹⁴ parcialmente invadido por supostos proprietários particulares ricos. Seu argumento é que, ao aceitar a posse *de facto* desses proprietários particulares sem jamais resolver oficialmente o caso em seu favor, o sistema estatal mexicano induziria os ejidatários expropriados a imaginarem que uma solução legal e imparcial do seu problema poderia ser dali emanada. Assim a ideia de que as coisas vão dar certo no final seria transmitida, desde que se continuasse a pressionar o sistema, nunca desistindo (NUIJTEN, 2004, p. 210). No México, diz a antropóloga, “as burocracias produzem um sem-número de brechas, documentos, selos e mapas num mundo desconcertante de fantasia (p. 210).

¹⁹⁴ *Ejidots* são terras comunais devolvidas a grupos camponeses indígenas e mestiços no processo de reforma agrária mexicana, iniciada em 1915,

Nuijten também se inspira na “antropologia do estado”,¹⁹⁵ sobretudo no artigo do sociólogo inglês Philip Abrams, “Notes on the Difficulty of Studying the State” (1988), no qual Abrams propõe a separação analítica entre o Estado como um sistema (the state-system) e o Estado como ideia (the state idea). Seguindo o sociólogo, ela trabalha com três dimensões do Estado: a ideia do estado, a máquina do Estado e a cultura do Estado. A ideia subliminarmente transmitida de que a busca perseverante de intermediários, daquela ‘conexão certa’ que vai dar àquelas pessoas dependentes do Estado o acesso ao ‘centro’, a um centro de poder decisório do sistema estatal, faz dos próprios ejidatários e dos mediadores das suas relações com esse sistema co-participantes da construção da “ideia do Estado”, diz a antropóloga. É precisamente pelas insinuações de permeabilidade estatal acima referidas, documentos, selos e mapas que de algum modo reconhecem a legitimidade dos ejidatários reivindicantes do seu direito à terra – o que a antropóloga toma, equivocadamente, por ‘singularidades da máquina do Estado mexicano’ – que ela decide chamar as agências pertinentes no aparelho burocrático-executivo estatal desse país de “máquina geradora de esperança”.

Pois bem, seria demais apontar semelhanças com o caso em estudo neste trabalho? Talvez não, mas com a reassertiva de que aqui a ideia de uma ‘máquina geradora de esperança’ toma corpo fora do aparelho burocrático-executivo estatal. Não se trata daqueles mecanismos institucionais de que falam Poulantzas e Jessop, mecanismos que detêm o acesso e o progresso de interesses de minorias sociais ou frações dominadas sobre capacidades do Estado.¹⁹⁶ Trata-se, antes, do efeito prático da atitude dos aliados desses assentados no processo de negociações por justa reparação, o MAB e a CPT, em relação ao Ministério Público Federal.

Nas reuniões e conversas informais com os trabalhadores no PA Formosa, Cirineu e militantes do MAB, assim como Pedro e outros agentes de pastoral, enfatizavam a participação vigilante e eficaz do *Dr. Álvaro* nas negociações com o Consórcio Ceste. É possível que essa insistência tenha contribuído para que essas pessoas marginalizadas dos processos decisórios dos assuntos que afetam suas vidas formassem a ideia de que o Ministério Público equacionaria seus problemas relacionados à barragem de Estreito. Nessas reuniões e encontros casuais, aliás, eram reiteradas menções a denúncias de violações de direitos e representações que a CPT e o MAB ofereciam ao MPF-TO. Além disso, a troca frequente de documentos oficiais produzidos no Incra, Ibama e consórcio em atendimento a requisições de informação feitas pelo MPF-TO

¹⁹⁵ Ver acima, nota 22, p. 16.

¹⁹⁶ Ver acima nota 131, pp. 119-120.

era apresentada por esses aliados aos assentados como índice da força do MPF para “enquadrar” tanto agências governamentais quanto corporações transnacionais reunidas no consórcio. Ora, isso parece ter tido o efeito de conferir ao Ministério Público, aos olhos de trabalhadores rurais *desplaneados* em face do deslocamento forçado, as características de uma “máquina geradora de esperança”. Ou seria de uma máquina geradora de resignação?

Impossível desconsiderar o papel da escrita, dos documentos oficiais produzidos ou reconhecidos pelos organismos da burocracia governamental na vida cotidiana de indivíduos nos segmentos populacionais mais destituídos e marginalizados no país, justo os que buscam e mais precisam obter do Estado a proteção, os serviços sociais básicos e benefícios de programas administrados por esses organismos (cf. BORGES, 2004). Qual o efeito dessas percepções sobre a disposição desses indivíduos para lutar pelos seus direitos? Com efeito, conforme as pessoas no PA Formosa se davam conta de que o *Dr. Álvaro* estava mesmo de ‘braço amarrado’, parecia instaurar-se nelas alguma resignação. Para ser mais precisa, parecia renovar-se nelas “uma certa indiferença pragmática em relação aos poderes constituídos” que se evidencia entre os mais pobres no Brasil, na colocação feliz de Eduardo Viveiros de Castro (2013).¹⁹⁷

Para esse resultado, some-se ainda o silêncio dos *companheiros* na CPT e no MAB em face da estratégia empregada pelo agropecuarista e deputado federal Marzola Jr. para vender sua fazenda por um preço superinflacionado, expediente que provocou a quebra de confiança entre *povo* e *Diretoria*. E tudo isso foi ainda mais agravado pelo distanciamento dos dirigentes em relação aos problemas do cotidiano no assentamento, às dificuldades que todos ali estavam enfrentando para viver desfazendo-se de tudo que tinham construído. No início do ano letivo de 2010, Elpídeo e sua família se estabeleceram na *Ribeira* com a justificativa de que urgia facilitar o acesso do seu filho à escola nessa cidade. No período compreendido entre a primeira reunião com Celso Lacerda e a data da primeira mudança das famílias para o reassentamento, Adelino e Samuel também se distanciaram da vida de todo dia do PA Formosa por suas idas e vindas frequentes à *Ribeira* e à sede dos municípios de Estreito e Carolina, no Maranhão, cidade onde o Consórcio Ceste mantinha um escritório para conduzir processos de desapropriação e indenização de propriedades atingidas pela barragem. Deste modo, os (des)entendimentos com o consórcio passaram a ser geridos de fora do assentamento, sem reuniões com o grupo que

¹⁹⁷ Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O capitalismo sustentável é uma contradição em seus termos. **Revista IHU On-line**, dezembro 2013. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/526606-o-capitalismo-sustentavel-e-uma-contradicao-em-seus-termos-diz-eduardo-viveiros-de-castro>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

seria deslocado. As queixas do *povo* montaram. Desaprovavam essa ‘autonomização’ dos dirigentes. Decerto, a *febre do dinheiro*, como disse Georgina referindo-se à *Diretoria*, somada ao oportunismo do político Marzola Jr., acrescento, solaparam o ‘nós’ aguerrido desses trabalhadores, antes fortalecido na sua *luta* contra o desprezo da Valec e do Incra, travada com o *companheirismo* da CPT. Sem dúvida, ‘dando muita força’ à *Diretoria*, do mesmo modo que a CPT e o MAB, aos olhos dessas mulheres e homens atordoados, *Dr. Álvaro* contribuiu talvez sem se dar conta para esse estado de coisas.

Meu cenário neste capítulo foi basicamente o PA Formosa. Minha preocupação, o modo como mulheres e homens assentados e confrontados com o deslocamento compulsório perceberam, trataram e representaram os seus ‘encontros’ com o Estado brasileiro, no contexto de negociações por reparação com o antagonista muito desigual em termos de força econômica e política. Tentei mostrar a evolução das suas percepções sobre o Incra e o Ministério Público Federal nesse contexto específico, a partir da observação de suas interações com técnicos e diretor do órgão fundiário, e o procurador-chefe da República no Estado do Tocantins. Nesse percurso, sublinhei a atuação do Judiciário na “produção legal da ilegalidade”, à proporção que magistrados de uma alta corte judicial decidiam em desacordo com a Constituição Federal de 1988 invocando o discurso do “estado emergência econômico” (Paulani, 2008) sustentado pelos planejadores neodesenvolvimentistas dos governos do PT e seus “tecnocratas” no planejamento do setor elétrico. Sem dúvida, essa politização do Judiciário também responde pela percepção dos assentados de que o *Dr. Álvaro* estava de ‘braço amarrado’. Diante dessas considerações, ousei sugerir que o Ministério Público Federal pode ter assumido, aqui também, características de uma “máquina geradora de esperança”, na acepção de Nuijten.

Na conclusão da primeira parte desta tese ressaltei que entre os planos e decisões de política de agências do Estado e sua concretização ‘no terreno’ há mediações socioculturais e políticas capazes de infletí-los. Explorei algumas delas por meio da descrição analítica de um evento social formal e de conversas informais entre trabalhadoras e trabalhadores assentados, para usar a expressão de Jessop, gente mais ou menos excluída do assim chamado “interesse geral”. Complementei essas descrições com a análise da troca de documentos oficiais entre agências governamentais e o Ministério Público Federal no Estado do Tocantins e das decisões judiciais produzidas em diferentes esferas de autoridade da Justiça Federal. No próximo capítulo, tendo como principais cenários a sede do Incra em Brasília e o Reassentamento Rural Coletivo Maju, tentarei lançar mais luz sobre o funcionamento da máquina do Estado nos

governos do PT no que concerne à implementação da UHE Estreito. À luz de estudos mais ou menos recentes sobre as relações práticas entre movimentos sociais populares e o PT-governo, tentarei ainda compreender a participação do MAB e da CPT nas negociações assentados-controladores da UHE Estreito buscando respostas às questões aventadas neste capítulo: que efeito a relação MAB/CPT–Ministério Público Federal teve sobre os *assentados do PA Formosa*? Haveria espaço para trabalhadores pobres no campo entre a “maquina de gerar esperança”, o MPF, e a “máquina de triturar direitos” (FELIPPE, 2018), o Judiciário, sobretudo numa conjuntura histórica em que o conservadorismo da cultura jurídica brasileira parecia vicejar sem pudor?

Numa entrevista concedida no ano de 2003 à revista *New Left Review*, Chittapoor Palit, ativista indiana do movimento de resistência à construção de mega-barragens no vale do rio Narmada, Índia, o *Narmada Bachao Andolan* (NBA), afirmou que o movimento social subestimou seriamente o quanto instituições democráticas na Índia foram reformuladas nas duas últimas décadas do século XX pelos desdobramentos do projeto político-econômico e ideológico do neoliberalismo no seu país. Nesse contexto sócio-histórico, diz Palit, foi exitosa a imposição de um quadro ideológico no qual qualquer obstáculo à busca de super-lucros é visto como constrangimento que precisa ser removido, inclusive movimentos ambientalistas e quaisquer considerações de natureza ambiental e/ou relativas à vida das pessoas que vivem nas barrancas dos rios a serem barrados.

Desconheço a realidade social indiana em diferentes conjunturas históricas. No Brasil, há que considerar nossa tradição autoritária, legado da colonização e da escravidão que condiciona o padrão das nossas relações sociais e de poder, em particular a tendência à naturalização da desigualdade e da hierarquização entre as pessoas (CHAUÍ, 2014, p. 257-286). Nesse sentido, há que descontar o conservadorismo das práticas judiciais e do ensino jurídico no país, guardadas prováveis diferenças regionais e locais e, assim, o “comodismo crônico” e a “neurose conservadora”, ou seja, a tendência entre magistrados ingressantes de não contrariarem opiniões de magistrados que têm o poder de influência sobre a ascensão e a promoção na carreira, e a introjeção da idéia produzida no senso comum de que juízes são capazes de produzir a norma legal com “neutralidade axiológica”, respectivamente (CASARA, 2014). Há que descontar ainda a violência do Estado vigente nas relações entre governantes e governados, caso dos centros de poder real e tecnocratas planejadores, de um lado, e grupos subalternos atingidos pela implementação dos assim chamados “grandes projetos de desenvolvimento”, de outro, como o

mostram estudos realizados entre atingidos por barragens durante e depois do período ditatorial militar no país (cf. SIGAUD, 1988, p. 130-151; ALMEIDA, 1996, p. 467-475; MAGALHÃES, 1994, p. 447-454; MAGALHÃES e CARNEIRO da CUNHA (coords.) (2017). Malgrado isso, na atual quadra histórica em que experimentamos o Estado Pós-Democrático no país, para usar a expressão do jurista Rubens Casara (2017), cada vez mais,

...não há necessidade de que se assuma o “custo” democrático de dar concretude aos direitos e garantias fundamentais. Se é possível responder às violações dos padrões normativos em respeito aos direitos e garantias fundamentais, a razão neoliberal aponta que é mais fácil afastá-los (2017, p. 213).

4. *O Ceste é um trator! Só faz o que quer!*

I. A reunião com o presidente do Incra após a marcha “Terra, Água e Direitos”

A primeira frase do título deste capítulo é do presidente do Incra, Rolf Hackbart,¹⁹⁸ em setembro de 2010. A segunda, de Luiz Amado, o engenheiro agrônomo da Superintendência Regional do órgão fundiário no Estado do Tocantins. De pronto, ele concluiu o pensamento do seu chefe.¹⁹⁹ Conhecido por seus colegas e entre lideranças regionais de movimentos populares de luta pela terra pelo seu forte comprometimento com a causa da Reforma Agrária, assim, com um desafo, Amado iniciou sua participação na reunião da cúpula do Incra em Brasília com uma comissão de representantes de trabalhadoras e trabalhadores assessorada por Cirineu da Rocha, o coordenador regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para a bacia dos rios Araguaia-Tocantins. Todos na comissão, inclusive Samuel e Edileusa, representantes dos *as-sentados do PA Formosa*, e esta *pesquisadora*, tinham caminhado o trecho de 125 km da BR-153, que liga os municípios de Araguaína, no Estado do Tocantins e Estreito, no Maranhão.²⁰⁰ Organizada pelo MAB e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com apoio da Regional Araguaia-Tocantins da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a marcha ‘Terra, Água

¹⁹⁸ Rolf Hackbart, economista gaúcho, entre 1991 e 2000, foi assessor técnico da bancada federal do Partido dos Trabalhadores (PT), na Câmara dos Deputados, em questões referentes à política agrícola, agrária e ambiental. Entre fevereiro e setembro de 2003, assessorou o então líder do governo no Senado, Aloísio Mercadante. Em setembro de 2003 assumiu o cargo de presidente do Incra, permanecendo nesse cargo até o fim do segundo mandato presidencial de Lula.

¹⁹⁹ Como já mencionado nesta tese (nota 2 e seção IV do Capítulo I), exceto pelos agentes públicos que poderão ser facilmente identificados pela posição que ocupavam no sistema estatal e pelo período enfocado nesta comunicação e, por esse mesmo motivo, pelo Coordenador Regional do MAB no Estado do Tocantins e os coordenadores nacionais do movimento social, os demais nomes próprios que aparecem neste texto são fictícios.

²⁰⁰ Além de Samuel e Edileusa, na comissão de trabalhadoras e trabalhadores estavam Adelson Paz de Oliveira, presidente da Associação de barqueiros de Babaçulândia; Antônio de Pádua Nascimento, representante dos oleiros do Município de Estreito; Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha), representante dos moradores da Ilha de São José; Valdeir Pereira da Silva, representante dos barraqueiros em Babaçulândia e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens.

e Direitos' teve duplo objetivo. Primeiramente, cobrar das empresas responsáveis pela Usina Hidrelétrica Estreito que reconhecessem seus direitos e atendessem as reivindicações que vinham fazendo havia anos, sobretudo no período em que estiveram acampados próximo à área de construção da Usina. Ao mesmo tempo, o protesto pretendeu chamar a atenção do governo federal e da sociedade para violações de direitos de indivíduos e grupos que perderam definitivamente ou tiveram comprometidos seus meios e modos de vida com a construção da usina.

Rolf Hackbart iniciou a reunião dizendo-se "vendido quanto à pauta". A declaração causou estranheza, pois as reivindicações dos trabalhadores na marcha tinham sido publicadas durante o evento e entregues ao Gerente de Meio Ambiente e Relações Institucionais do Consórcio Ceste, Isac Braz Cunha, que recebeu lideranças do MAB, MST e CPT quando a manifestação alcançou a entrada do canteiro de obras da usina, no município de Estreito (MA). O MAB tinha inclusive encaminhado cópia do documento à Secretaria Geral e à Casa Civil da Presidência da República logo após o encerramento da peregrinação.²⁰¹

Sentados imediatamente à direita do presidente, na fila de carteiras dispostas em forma oval na sala de reuniões da presidência do órgão fundiário, estavam dirigentes da Superintendência Regional do Incra no Mato Grosso do Sul, um prefeito e vereadores de municípios naquele estado. Eles traziam uma lista de questões sobre a intervenção da direção nacional do Incra naquela superintendência por suspeita de fraudes. Cirineu ocupou o primeiro assento na sequência desse grupo e me convidou a ocupar a cadeira ao seu lado. Logo à esquerda de Hackbart, sentaram Celso Lacerda, Luiz Amado, dois representantes da coordenação nacional do MAB, Evandro Nesello e Joceli Andrioli, além do Superintendente Regional do Incra no Tocantins, Ruberval Gomes da Silva e, já passadas as apresentações, um assessor da presidência que não se identificou. Antes mesmo das autoridades e das lideranças do MAB ocuparem seus assentos, os integrantes da comissão de trabalhadores se distribuíram nos dois lados da 'mesa', ocupando os assentos mais distantes do ponto mais alto do seu eixo central, onde Hackbart se sentou. Pareceu que compartilhavam a mesma percepção do evento e do seu papel nele. Exceto

²⁰¹ As reivindicações mais importantes publicadas pelos manifestantes durante a marcha eram: cumprimento das propostas dos pescadores apresentadas ao Consórcio Ceste; o reconhecimento de meeiros, arrendatários e extrativistas cadastrados pelo Incra, mas ignorados pelo consórcio; a definição e o cumprimento de acordos com as comunidades Khraô atingidas; a negociação para resolver problemas construtivos e de infraestrutura nos reassentamentos construídos pelo consórcio; a revisão das áreas consideradas de risco, com possíveis novas indenizações; o reconhecimento e a indenização de barqueiros e barraqueiros e, finalmente, a reposição das áreas públicas alagadas para assentamento de famílias carentes, os 17 mil hectares de terras da União que seriam submersas pelo reservatório da barragem, no lugar do pagamento de indenização à União por essas terras.

pelo momento das apresentações individuais na abertura da reunião, estavam ali para ouvir, mais do que para falar. Suas reivindicações seriam reapresentadas por seus aliados no MAB.

Joceli, um dos coordenadores nacionais do MAB, sugeriu a Hackbart que começasse a reunião pela barragem de Estreito e os demais temas trazidos pelo MAB, deixando a discussão da intervenção na Superintendência do Incra em Campo Grande (MS) para o final da manhã. Como não houve contestação, o presidente deu início às apresentações. Ciente das implicações éticas de uma pesquisa que analisa interações de funcionários e instituições do Estado com seus cidadãos, especialmente quando se trata de indivíduos e grupos nas suas margens sociopolíticas e territoriais (cf. BEVILÁQUA, 2003), apresentei também o tema da minha pesquisa e recebi no ato cumprimentos do presidente pelo meu “interesse numa questão tão espinhosa!”

Sentado diante dos dois coordenadores nacionais do MAB, o que facilitava sua comunicação visual com eles, Cirineu introduziu “uma questão urgente e de cunho nacional”, ele disse – a reivindicação histórica do movimento de que o Incra assentasse todas as famílias de posseiros que ocupavam terras da União já inundadas ou a inundar com a formação de lagos de barragens. Mal iniciara a discussão do já afamado caso dos *assentados do PA Formosa*, contra quem, dias antes do início da marcha, a empresa subsidiária da Alcoa no controle compartilhado da UHE Estreito propusera a ação de desapropriação, Celso Lacerda interrompeu sua fala.²⁰² O corte súbito respondeu a uma provocação do presidente que, encolhendo os ombros num gesto de quem cobra satisfação do diretor, mostrou estar mesmo “vendido quanto à pauta”.

Lacerda então retomou a questão da compensação das áreas a alagar nos assentamentos do Incra afetados pela UHE Estreito dizendo que não tinha clareza se o pagamento deveria ser feito em outras terras ou dinheiro. Ele esclareceu que uma reunião com representantes do Consórcio Ceste seria realizada ainda naquele mês de setembro justamente para discutir essa questão, acrescentando que, numa discussão recente do seu Grupo de Trabalho na Casa Civil, a Diretora de Sócio-economia do consórcio tinha declarado que sete imóveis na zona rural do

²⁰² Com o Incra incluído no pólo passivo, a ação ajuizada pela Alcoa Alumínio S.A. e demais empresas reunidas no Consórcio Ceste contra as famílias que seriam deslocadas do PA Formosa pedia que elas deixassem o assentamento imediatamente, antes do consórcio concluir as obras de construção do novo assentamento que iria abrigá-las. Dada a previsão do fechamento das comportas da usina para dezembro daquele ano de 2010, o consórcio tinha urgência em realizar a chamada ‘limpeza do terreno’ – o desflorestamento e demolição de edificações na área de formação do reservatório da UHE Estreito. Mais importante, a inicial também pedia que o Incra autorizasse de imediato a entrada de técnicos agrimensores no PA Formosa e garantisse a demarcação da linha d’água do reservatório, sem que os assentados obstruíssem seu trabalho. Todas as tentativas do consórcio no sentido de iniciar essas medições tinham sido rechaçadas pelos dirigentes da associação local e por moradores mais próximos da estrada que corta o assentamento com ameaças à integridade física dos técnicos e seus equipamentos.

norte tocantinense já haviam sido adquiridos para este fim. Mas não descartava a possibilidade de o Incra ter que “entrar na justiça” para que o pagamento fosse concretizado, ressaltou o diretor. Concluindo sua intervenção, em coro com seu colega assessor da presidência, Lacerda disse ainda que não lhe parecia impossível que as terras adquiridas pelo consórcio para reassentar *atingidos* ou pagar ao Incra as áreas de terra perdidas nos seus assentamentos fossem, também elas, terras União!

"Quem dá todo poder para o Ceste fazer o que faz é a Casa Civil!", Cirineu retrucou. Sua ironia desencadeou uma série de provocações que num primeiro momento me fizeram lembrar desafios de uma dupla de repentistas nordestinos. "É claro que tem um jogo de poder, que tem decisão que não passa pelo Incra!", disse o assessor da presidência, pondo a nu divisões e fissuras entre instituições do governo, sugerindo em seguida que o Incra fizesse “uma aliança com o Ministério Público Federal”. “Virá porrada de cima!", ele antecipou, “mas ainda assim”, concluiu dirigindo-se aos coordenadores do MAB, “se resta um caminho ao Incra... é o caminho da via judicial!”. A repreensão viria da Casa Civil da Presidência da República, cujo peso específico no Governo Lula não pode ser separado da sua principal ocupante, a então ministra Dilma Rousseff, entre 2003 e 2005, chefe do Ministério de Minas e Energia (MME). Como visto mais acima, antes de alcançarem esse centro decisório no aparelho burocrático-executivo do Estado, as demandas da classe trabalhadora eram dirigidas e administradas pela Secretaria Geral da Presidência da República, chefiada por Luiz Dulci, ex-sindicalista e dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação.²⁰³ Nesse sentido, não parece despropositado sugerir que, nesse momento histórico específico, a SGPR foi o locus da docilização, nos termos de Foucault, dos movimentos populares e organizações não governamentais progressistas da sociedade brasileira.

Em silêncio desde o início da reunião, os trabalhadores entreolhavam-se. Pareciam intrigados. Samuel e Edileusa, os assentados no PA Formosa que eu acompanhava, depois me disseram que tinham confirmado naquele momento o que já vinha sendo articulado no

²⁰³ Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em 1980, Luiz Soares Dulci integrou a comissão executiva nacional do partido desde a fundação do partido. Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele presidiu a União dos Trabalhadores do Ensino em Minas Gerais entre 1979 e 1983. Em 1983 elegeu-se deputado federal pelo PT de Minas Gerais (1983-1987). Amigo de Lula, quando o PT alcançou a presidência da República, Dulci foi designado ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), tornando-se o responsável pela interlocução do governo com as organizações e movimentos da sociedade brasileira e internacional. Ele permaneceu nessa posição até o final do segundo mandato do Governo Lula (cf. **Luiz Soares Dulci**, FGV-CEPEDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dulci-luiz>. Acesso em: 4 abr. 2019).

assentamento e registrado por mim em entrevistas com mulheres e homens adultos ali sobre suas experiências de ‘encontro’ com o Estado desde a reunião com Celso Lacerda, em janeiro daquele ano. Nas suas reclamações, pedidos de ajuda ou de conselho, alguns desses meus interlocutores repetiam resignados: *o Ceste passa da Lei! O Ceste é a Lei!*

Discreto, Samuel falava pouco nas reuniões no assentamento. Evangélico, no acampamento que o MAB organizou nas proximidades da entrada do canteiro de obras da barragem, ele se destacou por conduzir as orações da manhã. Partindo de passagens da bíblia, ele falava da *experiência* – no sentido de passar por, de prova – *dos trabalhadores aquele tempo todo debaixo das barracas improvisadas*. Aproveitando-se de um instante de silêncio que seguiu o desabafo do assessor da presidência, ele arriscou uma oportunidade de participação e retomou o tema das famílias forçadas a deixar suas terras e suor no PA Formosa. Grave, Samuel falou da sua preocupação quanto às obras de construção das casas no ‘Reassentamento Rural Coletivo Maju’.²⁰⁴ Segundo sua avaliação e de Elpídeo e Adelino, os dois outros integrantes da diretoria da Associação Padre Josimo, das trinta e seis casas em construção para a mudança das famílias, menos de quinze suportariam as chuvas do *inverno*, uma vez que muitas tinham sido erguidas em *baixões* e sobre minadouros, ele alertou. Além disso, exaltando a resistência das famílias do PA Formosa, ele condenou a indiferença do Incra relativamente aos trabalhadores nos outros assentamentos parcialmente alagados pela barragem de Estreito – uma vez feita a opção pela carta de crédito, ele lembrou, o assentado passava a constar como ‘desistente’ na relação dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e ficava impedido de se cadastrar para ser beneficiado com lotes em outros assentamentos. “Puseram tanto medo nas famílias que muitos até abandonaram os lotes e só depois foram atrás da mixaria!”, ele disse, referindo-se ao valor estabelecido pelo Consórcio Ceste para essa forma de reparação e às ameaças dos

²⁰⁴ Como já dito no primeiro capítulo deste trabalho, a caminho do PA Formosa em agosto de 2010, decidi ir à sede do Incra em Brasília para uma conversa com Tarita, assessora da Diretoria de Obtenção de Terras que esteve no PA Formosa com Celso Lacerda. Na ocasião, ela me disse que o Consórcio Ceste estava concluindo as obras de construção das casas e estradas no reassentamento. Logo que cheguei à Araguaína, encontrei Samuel e Elpídeo no escritório da CPT e perguntei aos dois dirigentes se eles se estavam acompanhando essas obras. Eles sequer sabiam que elas já tinham sido iniciadas seguindo entendimentos do consórcio com a Diretoria de Obtenção de Terras. Decidimos assim ir até São Bento do Tocantins, onde está localizado o reassentamento. A reação dos dois foi de assombro. Jamais imaginaram que eles não seriam consultados sobre os locais onde suas novas casas seriam construídas. Nem tinham decidido sobre a divisão dos lotes no lugar! Em 2011, ouvi do morador de uma das casas construídas sobre um minadouro que os operários das obras de construção do reassentamento disseram para ele que alertaram o engenheiro responsável pelas obras sobre a vegetação dos locais que ele escolhesse para erguer essas casas, sabidamente o tipo de vegetação característica de brejo. Indiferente e sem qualquer fiscalização por parte do consórcio, o engenheiro teria respondido: “– Rapaz, não é nós que vamos viver aqui não!”.

empregados da empresa contratada pelo consórcio para tratar do ‘social’.²⁰⁵ Segundo esses agentes privados, a força policial seria usada para despejá-las, caso houvesse resistência, e o pagamento de eventuais indenizações seria efetuado mediante depósito judicial.²⁰⁶ Mas quem pode com o tempo da Justiça?, Samuel lançou a pergunta, acrescentando em seguida o que era voz corrente entre atingidos no PA Formosa e na Ilha de São José – *a Justiça é para quem tem dinheiro!* "Esse foi o grande jogo sujo do consórcio!", disse Lacerda interrompendo o assentado. "Eles foram tão mentirosos que pressionaram todas as famílias assentadas a receberem carta de crédito!", continuou lamentoso, como se o Incra não tivesse qualquer responsabilidade pela expropriação de trabalhadores instalados nos assentamentos sob tutela do órgão fundiário.

"Não quero mais choro!", Hackbart cortou os dois. Voltando-se para os coordenadores do MAB, ele perguntou o que era possível fazer àquela altura e se, no histórico das lutas por direitos em torno da instalação de barragens no país, havia precedentes que pudessem nortear a conduta do Incra naquela questão. Uma "bomba relógio poderá explodir no dia 4 de outubro", o dia seguinte da realização do primeiro turno das eleições presidenciais, ele acrescentou alarmante. Considerava assim a possibilidade da eleição, já naquele turno, da todo-poderosa ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, segundo o então presidente Lula, a ‘mãe do PAC’.²⁰⁷

²⁰⁵ Não tive oportunidade de me aprofundar sobre a constituição das empresas prestadoras de serviços terceirizados pelo Consórcio Ceste. Caso fosse realizada uma sociologia das posições de comando dessas empresas, contudo, proponho que seriam revelados laços estreitos dos seus controladores com políticos de expressão regional e nacional, caso do então Ministro de Minas e Energia Edson Lobão, uma indicação do PMDB e, mais diretamente do ex-presidente da República e então senador José Sarney. Sarney é líder do grupo político com uma história de estreitas ligações com a chamada “indústria barrageira”, que reúne interesses de grandes empreiteiras, como a Camargo Correa, a Odebrecht e a Andreade Gutierrez, que lucram extraordinariamente durante as obras de construção de grandes usinas hidrelétricas, e indústrias eletro-intensivas de mineração, como a CVRD, hoje Vale, e a MRN (Mineração Rio do Norte), além de indústrias de fundição de alumínio, como a Albrás e a Alumar e dos fabricantes de equipamentos (Sevá Filho, 2009, p. 129) Ver também a entrevista concedida por Célio Bermann à jornalista Eliane Brum em outubro de 2011, Belo Monte, nosso dinheiro e o bigode do Sarney. Disponível em: < <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html> >. Acesso em: 20 mar. 2019.

²⁰⁶ Um dos agregados aprovados pelo Consórcio Ceste para receber uma parcela de terra no RRC Maju me contou o que ouvira de um empregado do consórcio durante a remoção das famílias da Ilha de São José. O homem teria dito a ele que “a hora dos PA Formosa estava chegando”. Em resposta à provocação, ele disse: “– Graças a Deus! Não satisfeito, o homem continuou: “– Só que se vocês não quiserem entrar em acordo conosco pra sair, aí vem os homens de bota preta por baixo e os outros vêm por cima!”, disse apontando helicópteros da Polícia Militar que davam cobertura à operação policial por terra.

²⁰⁷ Ver a matéria “Dilma tira PAC do Planejamento e transfere gestão para a Casa Civil”. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/dilma-tira-pac-do-planejamento-e-transfere-gestao-para-casa-civil.html>. Acesso em: 20 de mar. 2016.

"E a grande bomba vai cair bem no colo do Incra", Joceli respondeu em tom de galhofa. O momento é esse, ele advertiu, "agora, o da LO!" – o do Ibama emitir a Licença de Operação para a UHE Estreito.²⁰⁸ "Esse é o momento do acordo! Talvez seja possível agir agora!", ele insistiu. "É. Depois de fecharem a barragem, Inês é morta!", disse o assessor da presidência. No entendimento dos coordenadores do MAB, o Incra deveria aproveitar a "conjuntura favorável" – o período entre aquele momento, início de setembro, e o da realização das eleições em outubro – para exigir do consórcio a compra de terras a fim de assentar famílias de trabalhadores sem terra e reassentar famílias deslocadas por barragens. "Mas nem topa forçar a empresa a comprar terras o MME (o Ministério de Minas e Energia) topa!", Lacerda disse. "O grande trunfo do Incra", Joceli insistiu, "é dizer que não vamos, como instituição, concordar com a emissão da LO e principalmente partir 'pra cima do Ceste, exigindo a compra de terras!'. "Vou tentar jogar pesado com o Ibama!", Hackbart respondeu à provocação, acrescentando que participaria de uma reunião na Casa Civil na semana seguinte. "Do ponto de vista institucional", ele concluiu, "se o Incra for consultado sobre a emissão da LO, dirá que a licença não seja emitida!". Com esse compromisso, ele encerrou as discussões relativas à Barragem de Estreito naquela manhã.

A analogia com o repente nordestino logo se mostrou equivocada. No repente, o cantador tenta convencer o público da superioridade de sua capacidade de criação poética. Na reunião, no entanto, não se tratava de convencer os trabalhadores na comissão de atingidos da superioridade ética de ativistas do MAB sobre agentes governamentais. A avaliação do "público" no evento pouco parecia importar nessa contenda. O que estava em jogo ali era a vontade política da cúpula do Incra para de fato assumir a condição de foco de resistência ao centro de

²⁰⁸ A LO já tinha sido solicitada pelo Consórcio Ceste ao órgão ambiental para o acionamento da primeira das oito unidades geradoras da UHE Estreito. Em 29 de setembro de 2010, pouco mais de duas semanas depois dessa reunião com Rolf Hackbart, estive na sede da Superintendência Regional do Incra em Palmas. Na ocasião, soube por Luiz Amado que seu relatório recém-concluído sobre os problemas construtivos do RRC Maju subsidiaria a posição da direção do Incra quanto à emissão da licença para a usina, mas ressaltou que havia descrença no alto escalão do órgão de que uma consulta oficial fosse de fato feita pelo Ibama antes de emití-la. Celso Lacerda, com quem Amado tinha conversado naquele mesmo dia, se queixara muito das pressões que vinha recebendo da Casa Civil, do Ministério de Minas e Energia e do próprio Ibama para "dar o OK do Incra à concessão da licença". No relatório, Amado recomendava a concessão, uma vez que o Consórcio Ceste resolvesse todos os problemas ali indentificados, inclusive o reassentamento de Dona Lavínia e seu marido e do outro casal de idosos que ficou isolado no PA Formosa. De acordo com essa posição, Celso Lacerda solicitou oficialmente à Diretoria de Licenciamento do Ibama que considerasse não emitir a LO até que esses problemas fossem equacionados. Realmente, o Ibama só autorizou o início da operação da hidrelétrica em novembro daquele ano, dias antes de Lula acionar o botão para o fechamento da primeira comporta do vertedouro, simbolizando o início do enchimento do reservatório da barragem. Em relação à solução das pendências apontadas pelo engenheiro agrônomo, no entanto, nenhuma ação tinha sido desencadeada por parte do consórcio.

poder efetivo representado pela Casa Civil naquela quadra trazendo para dentro do governo a luta do movimento social e daqueles que assessora, e, assim, uma das suas principais bandeiras: a compensação de terra por terra para indivíduos e grupos deslocados por barragens.

Como ensinava Poulantzas, as lutas populares atravessam o Estado de lado a lado, embora os postos avançados das classes subalternas nesse campo estratégico de batalhas não constituam mais do que focos de oposição ao poder das classes dominantes. Isso quer dizer que eles constituem centros de resistência, não centros de poder real no aparelho burocrático-executivo do Estado. Por centro de poder real, ou centro decisório, entenda-se o *locus* institucional para onde as demandas de classes, frações e grupos sociais são prioritariamente dirigidas e onde as *decisões fundamentais* são tomadas, sem subordinação hierárquica a qualquer outra agência burocrática no “sistema institucional dos aparelhos de Estado”, nos termos do cientista político Adriano N. Codato (2005, p. 18; grifo do autor). No caso aqui em estudo, a Casa Civil é o centro decisório ao qual o Incra, na condição de posto avançado dos interesses dos trabalhadores rurais sem terra e dos expropriados da posse da terra com a construção de barragens, como queriam os coordenadores do MAB na reunião, deveria oferecer resistência, posto que aí chegavam, antes de mais nada, as demandas dos grupos empresariais empreendedores de barragens.²⁰⁹ Mas esse não é necessariamente um ‘jogo jogado’, ainda que tenda, em última instância, a sê-lo, como o lembra Carlos Nelson Coutinho, que extrai com felicidade as implicações da proposição do marxista greco-francês. Ele diz:

Se o Estado é composto por múltiplos aparelhos e, ao mesmo tempo, é influenciado por uma mutável e dinâmica correlação de forças entre classes e frações de classe, disso deriva que, em sua ação efetiva e em momentos históricos diversos, diferentes aparelhos poderão ser mais ou menos influenciados por diferentes classes e muitas políticas específicas do Estado (de qualquer Estado concreto) poderão refletir interesses entre si conflitantes” (COUTINHO, 2008, pp. 39-40).²¹⁰

²⁰⁹ Vale lembrar que os movimentos populares no Governo Lula indicaram ou ‘abençoaram’ a nomeação dos mais altos cargos dessa agência governamental. Cerca de doze das vinte e nove Superintendências Regionais do Incra foram ocupadas por pessoas indicadas por movimentos sociais, segundo uma das principais lideranças do MST, João Paulo Rodrigues. Num trabalho apresentado no XX Seminário de Escuelas de Trabajo Social, realizado em Córdoba, Argentina, em entre 24 e 27 de setembro de 2012, Simionato e Mendes citam Rodrigues, uma das principais lideranças do MST. Já em 2003, primeiro ano do primeiro mandato de Lula na presidência da República, ele teria feito a seguinte declaração: “o nosso objetivo maior é indicar nomes para todas as vinte e nove Superintendências do Incra. Até o momento, temos sido bem atendidos.” (RODRIGUES, 2003).

²¹⁰ Para a definição de Poulantzas do fenômeno do Estado, ver p. 37 acima. Como toda teoria marxista do Estado, a teoria ampliada do Estado de Poulantzas afirma que todo Estado capitalista tem de representar o

À tarde, Rolf Hackbart dedicou toda a reunião às questões relacionadas à reparação dos atingidos por barragens no país, em particular às relativas à implantação da UHE Estreito. Como acordado na manhã, Joceli falou das reivindicações do MAB quanto ao passivo social e ambiental das barragens construídas desde fins dos anos 70. Segundo estimativa do movimento, ele disse, cerca de um milhão de pessoas foram deslocadas compulsoriamente para a implementação de grandes projetos de hidrelétrica no Brasil. E para cada cem famílias forçadas a deixar as terras em que viviam e produziam, ele disse, setenta não receberam qualquer tipo de reparação!

Há muito o MAB vinha pressionando o governo federal por uma definição oficial do conceito de 'atingido por barragem'. Com a transferência da função de geração hidrelétrica do setor público para o privado, divergências quanto à definição da abrangência do termo 'atingido' constituíram a mais importante fonte de tensão no relacionamento de líderes do MAB com autoridades da indústria de eletricidade no governo federal. Apesar do efeito duradouro que os recursos estratégico-naturais brasileiros – os rios e as reservas minerais na Amazônia, em particular –, têm sobre o ingresso de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDES) no país – centrais para o crescimento da economia nacional, conforme as políticas macroeconômicas de inspiração neoliberal dos governos FHC e Lula –, o MAB e intelectuais que assessoram o movimento social viram a relutância do governo federal em estabelecer um marco regulatório que tratasse das questões de indenização e reassentamento como estratégia para minimizar os riscos econômicos dos investidores quando da construção de novos projetos de geração. Com a privatização, ao delegarem autoridade aos consórcios responsáveis por novos empreendimentos para definir a compreensão do conceito de 'atingido por barragem', essas autoridades estariam isentando-se dos custos políticos que a mediação de antagonismos ou conflitos entre comunidades locais afetadas e consórcios privados empreendedores acarretaria. Funcional, essa relutância

interesse político da burguesia (o capitalista coletivo ideal) sob a hegemonia de uma fração dessa classe (COUTINHO, 2008, p. 65). No seu desenvolvimento da teoria marxista do Estado, esse teórico político formula o conceito de “bloco no poder”. Esse conceito define uma expressão de uma configuração dada das relações entre as classes dominantes numa formação social capitalista na sua relação com o Estado (POULANTZAS, 1977, p. 224; ver também páginas 34-35 acima). Regra geral, essas frações da classe dominante que compõem do bloco no poder estão distribuídas de modo hierárquico; sua relação é conflituosa. Pode-se identificar entre elas aquela que é hegemônica a partir da identificação de que seus interesses econômicos específicos são priorizados na política do Estado. A hegemonia de uma fração de classe no bloco de poder dominante decorre da sua capacidade de aglutinar e dirigir política e ideologicamente as demais frações em torno dos seus interesses econômicos específicos, que passam a ser reconhecidos como parte dos interesses gerais do conjunto. Essa hegemonia é restrita quando ela não ultrapassa os limites do bloco dominante e é ampla, quando a fração hegemônica é capaz de construir consenso para além desses limites.

asseguraria o recomendado 'ambiente favorável' aos IDEs no país, levando-se em conta a “chantagem locacional” (ASCELRAD, 2010, p. 180) acionada por grandes grupos econômicos estrangeiros, potenciais investidores – a ameaça de deslocalização de novos empreendimentos para territórios onde custos socioambientais, trabalhistas, tributários e regulatórios são menores, quando investidores são confrontados com impasses na ou resistência à flexibilização das regras para a implantação desses projetos, sobretudo nos processos de licenciamento ambiental.²¹¹

Segundo Cirineu, o presidente Lula havia pouco tinha "conversado com o movimento" e, na ocasião, tinha alegado que "não havia conjuntura" para tratar devidamente desse passivo social. A despeito do posicionamento do presidente da República, entretanto, Rolf Hackbart fez questão de afirmar que apoiava a reivindicação do movimento social. Nesse sentido, ele sugeriu, uma "aliança política entre o Incra e o MAB ajudaria muito o Incra na disputa aí na esplanada" pela definição do conceito por meio de um decreto presidencial. "Eu já falei com o Gilberto Carvalho", cortou Hackbart, reproduzindo o que dissera para o chefe do Gabinete da Presidência da República nos governos de Lula: “Afim, baixa aí um decreto dizendo de uma vez quem é 'atingido', quem vai ficar nas margens dos reservatórios e quem estava nas áreas inundadas (sic)!”

Insistindo na gravidade da questão, Joceli e Evandro sugeriram que o Incra e o MAB, juntos, realizassem um cadastro, um "levantamento socioeconômico prévio" nas áreas que dariam lugar aos lagos artificiais das barragens planejadas no país. Hackbart endossou a sugestão dizendo que um cadastro nada mais era do que "um instrumento dinâmico que indicaria a recepção da demanda pelo Incra. “Um cadastro”, ele prosseguiu dirigindo-se aos coordenadores

²¹¹ Um exemplo é o caso da Alcoa. Cerca de um ano antes do Ibama conceder a Licença de Instalação da UHE Estreito, queixando-se dos entraves burocráticos e da infraestrutura no Brasil, Franklin Lee Feder, presidente da multinacional para a América Latina e o Caribe, declarou que a Alcoa poderia destinar US\$ 3,4 bi a outros países no lugar de investi-los aqui, como pretendia (cf. **Folha de São Paulo online**, São Paulo, 29 de dezembro de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2912200523.htm>>. Acesso em: 29 de dez, 2005). Vale lembrar, no entanto, que mais do que pela "chantagem locacional", como nos ensina o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro (2008), é por meio do processo político de consorciação que grandes grupos industriais que operam na escala global em geral atingem objetivos econômicos e políticos que culminam na concretização de um "projeto", como é o caso de uma planta industrial hidrelétrica. Consorciando-se com grandes grupos econômicos nacionais – como os da construção civil pesada – eles asseguram seu acesso a e uso de diversas redes de poder que atravessam as paredes de instituições da administração estatal, articulando tomadores de decisão e altos quadros técnicos, políticos de expressão nacional e regional e interesses privados nacionais (RIBEIRO, 2008, p. 110-114). Essas redes de poder de negócios avançam interesses dos investidores estrangeiros e simultaneamente desrespeitam direitos civis, sociais, econômicos e culturais de indivíduos e coletividades afetadas pelas chamadas grandes obras de infraestrutura. Além disso, um consórcio que opera na junção de sistemas internacionais e nacionais também aproveita da sua capacidade de influenciar instituições da chamada 'governança mundial', como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (ibid. p. 116).

do MAB, "é o reconhecimento de um movimento social organizado. Depois pode haver um julgamento dos cadastrados, mas o cadastro gera com certeza uma expectativa de direito, afirma a determinação do Incra de reconhecer os movimentos sociais organizados", disse com firmeza. "E o PAC 2 vai bombar o país!", acrescentou, fornecendo uma razão suplementar para a urgência da iniciativa que os coordenadores do movimento propuseram. "A economia este ano vai crescer uns sete por cento", ele afirmou. "Crescer e não desenvolver!", concluiu o presidente, voltando-se novamente para Joceli e Evandro como se pretendesse forjar ali uma identificação com a posição crítica do MAB quanto aos planos do governo federal para expansão da geração de energia hidrelétrica no país e ao modelo conciliatório de desenvolvimento adotado pelo governo Lula. Aberto e aparentemente desejoso de uma aliança com o movimento, Hackbart concluiu dizendo: "o Incra assenta as pessoas que os movimentos sociais indicam!".

Essa afirmação é correta, como o mostra o sociólogo Marcelo Rosa (2009) ao propor a "forma movimento" como forma específica de organizações da sociedade civil reconhecidas por instâncias governamentais, especialmente o Incra, como mediadoras legítimas de reivindicações de acesso à terra por trabalhadores do campo no Brasil desde os anos 80. Para Hackbart, no entanto, me pareceu, o que estava em jogo era o apoio do MAB à sua permanência na presidência do Incra. À época, uma 'equipe de transição' do governo Lula para o de sua provável sucessora estava em formação e, como dito mais acima, nos governos do PT, movimentos populares como o MST e o MAB 'abençoaram', quando não indicaram, quadros para o órgão fundiário federal.²¹²

Captando o pedido de apoio, Joceli lembrou a recomendação feita a coordenadores do MAB pelo ministro-chefe da Secretária Geral da Presidência da República (2003-2010), Luis Dulci, e pelo assessor direto do então presidente Lula (2003-2010), Gilberto Carvalho. Diferentemente do que queriam os coordenadores, que um órgão de governo fosse nomeado para tratar das questões referentes a atingidos por barragens, essas altas autoridades do governo federal, disse Joceli, teriam sugerido que os movimentos sociais insistissem que a responsabilidade pelo reassentamento das famílias atingidas pela construção de barragens deveria recair

²¹² Em março de 2011, o próprio Celso Lacerda assumiu a presidência do Incra por indicação do MST, embora sua participação nos GTs de acompanhamento das obras de construção de hidrelétricas sob o PAC tenha pesado à decisão de sua nomeação. A nomeação de Rolf Hackbart, ao contrário, tinha desagradado o MST e instituições ligadas à questão agrária no país, que apoiavam o geógrafo Marcelo Resende, seu antecessor (cf. NERY, NATUZA. Novo presidente do Incra diz que relação com o MST não muda. **Reuters**, 02 set. 2003, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2003/09/02/ult27u37986.jhtm>. Acesso em: 05 mai 2010. Ver também FERNANDES, 2010, p. 190).

sobre os concessionários, nunca sobre o Estado. Uma reunião da qual participariam a SGPR, o MME, o BNDES e o MAB estava prevista para o futuro próximo, ele disse. Na reunião, o movimento brigaria “para as empresas fazerem”, concluiu. Enfático, Hackbart elogiou a iniciativa do MAB de “cavar esses espaços” e recomendou que o movimento social buscasse “cavar mais espaços de poder nas superintendências do Incra”. Na mesma linha, concluindo a reunião, o Superintendente Ruberval Gomes da Silva aproveitou a deixa para reafirmar sua “abertura ao diálogo com movimentos sociais no Tocantins”. Também ele pareceu pretender atrair o apoio do MAB à sua permanência no cargo.

II. A velha lógica do favor e da tutela

“O Ceste é um trator!”, Samuel e Edileusa repetiram tantas vezes em relatos para seus vizinhos sobre a ida à Brasília depois da marcha. Dizer é fazer, afirma o filósofo John L. Austin. Recorro aqui à sua Teoria dos Atos de Fala.²¹³ É a dimensão perlocucionária da fala de Hackbart que interessa reter. O efeito desse enunciado – “O Ceste é um trator!” – sobre os trabalhadores na reunião, a força ilocucionária desse proferimento foi de persuasão e, por conseguinte, de rendição. Se o Consórcio Ceste é um “trator” que “atropela” solicitações formais do Incra e descumpre obrigações estabelecidas em documentos oficiais, como o era o Termo de Compromisso que firmara com o órgão fundiário do governo federal em setembro de 2009, como essas pessoas pobres e marginalizadas poderiam não inferir que aquela autoridade, um “grandão” nos termos locais, de fato acreditava no que estava dizendo? Nesse sentido, como poderiam não inferir que o “trator” atropelaria do mesmo modo ou com ainda mais força as reivindicações e expectativas dos “pequenos”?

²¹³ Austin formulou a Teoria dos Atos de Fala como um método de análise de problemas filosóficos através da linguagem. A teoria austiniana foi apropriada pela pragmática, área do estudo da linguagem que se ocupa da análise da linguagem tal como ela é usada para a comunicação em interações concretas, em diferentes contextos numa cultura determinada. No livro *How to do things with words* ([1962] 1975), reunião de conferências proferidas por Austin na Universidade de Harvard em 1955, a ideia é que a linguagem é uma forma de realização de atos, não só uma representação do real, uma descrição dos fatos do mundo. Na concepção performativa da linguagem desse filósofo da linguagem, um ato de fala (speech act) é um proferimento (utterance) que tem função performativa na comunicação. Todo ato de fala realiza três atos, ele diz: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O ato locucionário é o significado literal, convencional das palavras na sentença proferida. O ato ilocucionário é o que o ou os ouvintes entendem daquilo que foi dito. O ato perlocucionário diz respeito às consequências, ao efeito do ato ilocucionário sobre os ouvintes. Nesse sentido, um ato de fala (speech act) é uma ação realizada quando dizemos alguma coisa levando em conta o contexto – o ambiente físico, os participantes, a relação entre os participantes, o conhecimento prévio que os participantes têm do assunto –, e as normas culturais. Um ato de fala não é verdadeiro ou falso, diz Austin, ele pode ser “feliz” ou “infeliz” (Austin, ([1962] 1975).

A ida à Brasília para reunião com autoridades do Incra sem dúvida ‘educou’ os atingidos – com certeza Samuel e Edileuza – sobre o caráter desagregado, relacional e heterônomo do *Governo*, como dizem em tom solene, refletindo a ideia de uma concentração de poder. Sem dúvida, eles adquiriram um aprendizado razoável da hierarquia do poder estatal governamental. Para esses trabalhadores na iminência de sua evicção compulsória das terras que conquistaram na *luta*, agora convencidos de que não tinham ou não tinham mais alguém grande *que se recorra a ele e ele atenda*, o Incra era piaba, mas também podia ser tucunaré para gente como eles, como o sabiam desde suas primeiras experiências com o órgão fundiário no processo de destinação das parcelas às famílias que chegavam ao PA Formosa.

Dois anos depois dessa reunião, me surpreendi com Guri repetindo a afirmação do presidente do Incra numa roda de vizinhos. Na ocasião, empregados do Consórcio Ceste chegavam ao reassentamento trazendo cheques referentes ao reembolso da diferença paga pelos reassentados quando da quitação da sua fatura de energia elétrica entre outubro de 2010 e junho de 2012. Nesse período, junto à Companhia de Energia Elétrica do Tocantins (CELTINS), as parcelas ali foram enquadradas como imóveis urbanos, não rurais. No documento apresentado aos seus titulares para aporem assinaturas, entretanto, constava a seguinte afirmação: “... Declaro ainda que o lote recebido possui os serviços básicos de energia elétrica e abastecimento de água mediante o sistema de poço”. A discussão dos casais na roda era precisamente sobre isso: o problema do abastecimento de água estava longe de ter sido resolvido! E a água dos poços das casas não era própria para o consumo humano. Nem dos animais! Não o é ainda hoje (mar. 2019). Não obstante, todos assinaram o documento, como aconselhava Guri.

Em meados de 2016, soube por Pedro Ribeiro que duas tentativas suas de reunir com as famílias no RRC Maju tinham fracassado. “Ninguém quis ir porque não era para receber dinheiro”, o agrônomo e agente de pastoral disse ter ouvido de um rapaz, filho de uma dessas famílias, num encontro de jovens que a CPT promovera no lugar. Tudo se passa como se, finalmente descrentes da sua capacidade de enfrentamento com o “trator”, essas pessoas estivessem cada vez mais retornando ao modo tradicional de fazer política – o favor, que o Consórcio Ceste parece saber administrar com maestria, oferecendo pequenas quantias em dinheiro como “indenização” pelas obras de infraestrutura do reassentamento que se recusa cada ano a concluir.

Nos meus últimos dias no campo, dezembro de 2012, boa parte das famílias no RRC Maju estava vivendo de aposentadorias rurais de um ou dois de seus membros e/ou das transferências diretas do Programa Bolsa Família. Entre as que não contavam com algum idoso

aposentado, preocupadas em obter o pão de cada dia, já havia planos de deixarem suas casas e construir outras, de palha, próximas dos cursos d'água que cortam o assentamento – e nem todas as parcelas ali têm acesso à água! – para se dedicarem à pesca, à caça que restava naquele lugar e à produção para subsistência, sem qualquer veleidade de venderem excedentes em São Bento do Tocantins, por menor que fosse o volume. Com toda dificuldade enfrentada nos últimos anos no PA Formosa, não havia ali quem dissesse que tinha sentido alguma melhora nas suas condições materiais de vida. Com as reuniões que se seguiram à marcha, encerrara a participação efetiva do MAB na luta dessas pessoas por justa reparação. E elas pareciam sem ânimo para *entrar numa causa*, como dizia Guri, pois o *companheirismo* da CPT parecia, também ele, ter atingido o seu limite. Eram agora trabalhadores rurais pobres com terra, mas ainda não terra de trabalho, na acepção que dava à expressão a Igreja Católica nos anos de 1980.

As indenizações por suas perdas materiais tinham sido finalmente pagas, um mês depois das audiências de conciliação realizadas na sede da Justiça Federal em Araguaína, no âmbito da ação de desapropriação movida pelas empresas no Consórcio Ceste contra os titulares das parcelas afetadas pela formação do reservatório da usina. Nessas audiências foram firmados acordos judiciais do consórcio com a maioria dos 'proprietários' e agregados compulsoriamente deslocados do PA Formosa. Dois casais não puderam se livrar ali de sua aflição. Um deles, Seu Ditinho e D. Marianinha, foi prejudicado pela intransigência de Elpídeo, um dos integrantes da *Diretoria*. Indiretamente, isso provocou o afastamento da CPT dos problemas vividos pelas famílias no RRC Maju por um período de pouco mais de um ano.

Ainda no PA Formosa, quando se tornou pastor de uma igreja do movimento neopentecostal, Elpídeo pediu ao Seu Ditinho que cedesse uma pequena parte de sua parcela para que ele pudesse erguer ali um templo. A parcela de Elpídeo era uma das últimas na beira do Tocantins alcançadas pela estrada que corta o assentamento, o que praticamente impediria a participação das famílias que moravam no sequeiro, as primeiras. O perito do juiz nomeado para realizar a vistoria e a avaliação final das benfeitorias erguidas ou plantadas nas áreas que seriam submersas não avaliou essa construção. Era uma estrutura simples, de duas águas, que já tinha inclusive sido demolida e quase toda madeira nela utilizada, levada com a mudança de Elpídeo e sua família para o reassentamento. No entanto, ele contestou a exclusão do templo das avaliações. O juiz federal, por sua vez, não aceitou que o consórcio não o indenizasse pela perda do único local de culto religioso no assentamento. Isso impediu a negociação de Seu Ditinho e Dona Marianinha com o consórcio, pois tratava-se de uma benfeitoria erguida na sua

parcela. Responsáveis pela criação dos três filhos de sua filha já falecida, o casal voltou revoltado para casa, com a certeza de que não receberia sua tão esperada indenização. Integrante da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), a advogada que representou os assentados na ação tinha sido indicada pela CPT. O casal responsabilizou-a por não ter conseguido demover o juiz da decisão de não aceitar o desmembramento do caso do templo do acordo que pretendia firmar pela reparação das suas perdas. O templo e as benfeitorias do Seu Ditinho permaneceram vinculados. A indignação foi geral. Não houve quem aceitasse a reivindicação de Elpídeo. E todos sabiam que ele já havia vendido boa parte da madeira utilizada na construção do templo. Sua *covardia* e a inabilidade da advogada, diziam, condenara Seu Ditinho e Dona Marianinha *a amargar o tempo da justiça! Quem pode?* Constrangido, Pedro deixou de acompanhar essas pessoas até que, passados um ano e três meses das audiências de conciliação, eles receberam a indenização que lhes era devida. Assim como Elpídeo, pelo templo.

Entre o momento da mudança, os primeiros dias de outubro de 2010, e o das audiências de conciliação, setembro de 2011, entretanto, Pedro esteve algumas vezes no RRC Maju. Em março de 2011, a CPT chegou a co-produzir um vídeo sobre as dificuldades que as famílias reassentadas estavam enfrentando,²¹⁴ sem saber se e quando o Consórcio Ceste providenciaria a gradagem da terra e forneceria o adubo e os insumos para a correção do solo, necessários ao plantio, quando encerrado o período de chuvas naquele ano. Em abril de 2012, depois de várias queixas das famílias encaminhadas ao procurador Álvaro Manzano por meio da CPT ao longo de 2011, foi realizada uma vistoria conjunta do Ministério Público Federal, Ibama e Consórcio Ceste no reassentamento. Além dos problemas com o atraso no preparo do solo pelo segundo ano consecutivo,²¹⁵ um técnico do MPF-TO, engenheiro ambiental, identificou terrenos com drenagem insuficiente, rachaduras nas paredes das casas e minadouros dentro ou ao redor delas, fossas entupidas e fornecimento de água insuficiente e salobra.

²¹⁴ **Um lugar chamado Brasil.** Produção de Goose Audiovisual e Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Goose Audiovisual, 19 mar. 2011. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=73XJOS37FC4&t=5s> >. Acesso em: 20 out. 2011.

²¹⁵ No lugar de enviar tratores para a gradagem do solo em outubro, o consórcio só enviou a máquina em janeiro, quando as chuvas já eram intensas, o tempo de plantar já havia passado. O tratorista, além disso, era inexperiente e retirou toda a camada fértil do solo, deixando nas leiras apenas a areia branca e infértil. O adubo e os insumos nunca chegaram.



Figura 24: Entrada principal da residência
Fonte: Ministério Público Federal - TO



Figura 25: Água acumulada no entorno das casas
Fonte: Ministério Público Federal - TO



Figura 26: Arraste do solo provocado pelas chuvas
Fonte: Ministério Público Federal - TO



Figura 27: Rachaduras nas paredes
Fonte: Ministério Público Federal - TO



Figura 28: Fossa e sumidouro em terreno alagado
Fonte: Ministério Público Federal - TO



Figura 29: Vista do nível de efluente da fossa
Fonte: Ministério Público Federal - TO

Numa conversa com Guri em meados de 2012, ele me disse que Pedro estava cansado de pelejar com o Ministério Público Federal e o Consórcio Ceste. Segundo Guri, Pedro teria dito que a disposição do *Dr. Álvaro* para dar prosseguimento às queixas encaminhadas pela CPT como relatórios sobre os problemas que as famílias vinham enfrentando no RRC Maju já não era a mesma de antes do deslocamento forçado. O procurador da República estaria solicitando informações ao Consórcio Ceste e aceitando sem contestação as explicações e justificativas que o consórcio prestava em resposta. Provavelmente cético em relação à disposição do procurador para fazer o consórcio cumprir os compromissos que assumira no Termo de Compromisso firmado com o Incra em 2009 e mais ainda em relação ao consórcio sair à frente e de fato resolver suas inadimplências, Pedro estaria aconselhando as famílias a “pararem com a lenga-lenga”, disse Guri, pararem de enviar solicitação ao consórcio “até quando caía um gancho de rede nas casas”. “Vocês têm é que buscar mais autonomia, têm que superar essa fase da dependência do Ceste!”, Pedro teria dito.

A despeito da sua recomendação, as relações entre as famílias reassentadas e o Consórcio Ceste permaneceram mesmo no registro da tutela e do favor. Uma semana depois de entregar cheques às famílias pela diferença do valor da taxa de energia elétrica cobrada pela Celtins, a mesma equipe de empregados do consórcio retornou ao RRC Maju. Desta vez com cheques referentes à primeira parcela de um ‘apoio financeiro’ cuja finalidade foi

auxiliar o beneficiário na aquisição de insumos (sementes e fertilizantes) e contratação de serviços de preparo do solo e plantio de 1 ha (um hectare) de plantio de milho, feijão ou arroz na Safra de Verão 2012/2013, bem como na aquisição de insumos e equipamentos para a implantação de horta doméstica e gêneros alimentícios de primeira necessidade para a família (Consórcio Estreito Energia – Ceste, Termo de Recibo de 5 de dezembro de 2012).

A segunda parcela do ‘apoio’, disseram os enviados do consórcio, só seria desembolsada mediante comprovação de que cada signatário do Termo de Recibo tinha realmente aplicado o montante recebido na primeira parcela nas finalidades estabelecidas no Termo. Em datas previamente agendadas, empregados do consórcio ou seus prepostos conduziriam as vistorias de campo comprobatórias, dizia o documento. Nele, nenhuma palavra sobre mecanismos alternativos de reposição da frustração de safra. Tampouco sobre uma solução técnica adequada para o suprimento seguro e definitivo de água potável no reassentamento. *Eles fizeram de conta que nós não éramos gente!*, disseram as pessoas entrevistadas no vídeo co-produzido pela CPT. Expondo o seu desamparo e indignação, é como se esperassem que a organização da Igreja

Católica, tradicional defensora dos seus interesses, mais uma vez fosse intermediar o socorro aos seus gritos. Mas para o agrônomo, malgrado tudo, era tempo de desmamar.

III. O MAB no limiar entre o alinhamento subalterno ao PT-governo e o pragmatismo político

No seu discurso público por ocasião do lançamento do Plano Safra de Agricultura Familiar, em Brasília, julho de 2009, o presidente Lula de fato havia admitido a dívida histórica do Estado brasileiro com os atingidos por barragens no Brasil. Na verdade, no final desse penúltimo ano do Governo Lula ano, Luis Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, anunciou que o presidente Lula estava interessado em receber lideranças do MAB numa audiência no Planalto.²¹⁶ Após sete anos de inaudibilidade no que concerne às principais reivindicações do movimento social, seus coordenadores nacionais conseguiram desbloquear um canal de interlocução com a cúpula do governo federal. Há que levar em conta, contudo, que se avizinhavam as eleições presidenciais de 2010 e havia interesse do PT-Governo em contar com a capilaridade e o apoio efetivo dos movimentos populares urbanos e rurais, fundamentais na mobilização das suas bases sociais e para além delas no pleito eleitoral de 2002 (Poletto, 2010, p.12). Com efeito, a escolha do verbo “conversar” usado por Cirineu quando disse que Lula tinha “conversado com o movimento” e alegado que não havia conjuntura para resgatar essa dívida – a correlação de forças seria desfavorável à esquerda àquela altura em seu governo – remeteu imediatamente à ideia de neutralização das lutas reivindicatórias e políticas dos

²¹⁶ Cf. MAB. Lula poderá se encontrar com atingidos por barragens, 13 dez. 2009. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/lula-poder-se-encontrar-com-atingidos-por-barragens>. Acesso em: 19 mar. 2019. Há algum tempo o MAB vinha reivindicando a criação de uma política de tratamento dos atingidos por barragens. Para implementá-la, o movimento pedia tanto a designação de um órgão público com a atribuição de tratar da questão dos atingidos, que se responsabilizasse pelo registro de todos os que fazem jus a direitos de reparação, quanto a definição da fonte dos recursos para a realização do registro – o cadastro socioeconômico – e atender às indenizações e ao reassentamento de grupos atingidos. Na ocasião do encontro anunciado, além dessa reivindicação, Luis Dalla Costa, um dos coordenadores nacionais, destacou outras que apresentaria ao presidente: incluídos nos direitos básicos da população atingida por barragens, o direito à implantação de projetos de desenvolvimento regional e a solução dos problemas sociais e ambientais criados onde foram construídas barragens, desde o desenvolvimentismo dos anos de 1970 e 1980 ao neodesenvolvimentismo dos governos do PT nos 2000. De acordo com a ênfase dada pelo MAB à luta pela ideação e implantação de um projeto societário alternativo e soberano, sem miséria e repressão (embora, creio que não há dúvidas, dentro da ordem capitalista) e à luta pela Reforma Energética em particular – em detrimento de suas lutas mais imediatas em nível local e regional, como sugere Maria Stella Marcondes de Moraes, uma das principais estudiosas do MAB desde sua gênese na bacia do Alto Uruguai (1996, p. 86)? –, Dalla Costa destacou ainda que reivindicaria “iniciativas do governo no sentido de cobrar das empresas distribuidoras de energia elétrica os dez bilhões de reais que foram cobrados dos consumidores à época”.

movimentos sociais nos dois governos do ex-líder petista (OLIVEIRA, 2010; BRAGA, 2010, 2012; RICCI, 2009). Nas avaliações desses analistas, movimentos populares rurais e urbanos no país foram cooptados ou desmobilizados nesse governo por meio do empreguismo e/ou da dependência de verbas federais para o financiamento de seus programas e projetos. Ora, impossível não observar que a expressão ‘conversar’, no uso informal, tem o significado de ‘seduzir pela palavra’! A proposição dos sociólogos não parece desprovida de base real.

Entendimentos entre a Coordenação Nacional do MAB e a Secretaria Geral da Presidência da República sobre a reparação da dívida social do Estado brasileiro com a população atingida por grandes projetos de hidrelétrica no país já estavam bem adiantados no momento da reunião com Rolf Hackbart. De fato, cerca de um mês depois da reunião, Lula finalmente assinou o Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, que institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público de indivíduos e grupos atingidos por empreendimentos licenciados a partir de janeiro de 2011 e cria o reivindicado comitê, agora Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia. Depois de mais meio século de reivindicações, o Decreto define justamente o conceito legal “atingido” – quem são os portadores do direito à reparação –, estendendo a concepção territorial-patrimonialista e hídrica criticada por Carlos Vainer (2008), economista aliado do movimento social desde a formação das primeiras organizações representativas dos movimentos de resistência dos atingidos por barragens no país, as ‘Comissões de Atingidos’, unificadas com a decisão de tornar o movimento nacional, popular e autônomo em 1991. Nessa concepção, atingido é o proprietário de terras a serem inundadas, aquele que tem a prova documental da propriedade da terra que será submersa e por isso mesmo será objeto de desapropriação por interesse público. Ora, uma exceção num país onde grupos sociais isolados ou nos povoados às margens dos rios vivem e/ou trabalham como agregados, parceiros, meeiros etc. em terras da União, não têm a posse legal da terra, portanto. Eis a explicação do horror que moradores dos povoados vizinhos ao PA Formosa nutriam pelo Incra. Logo nas suas primeiras participações em reuniões dos assentados com o Incra para discutir a *chegada da barragem*, famílias que viviam por mais de cento e cinquenta anos na beira do Tocantins ouviram de funcionários da unidade regional do órgão em Araguaína que o Incra, nunca eles, teria direito à compensação, posto que as terras que ocupavam eram da União. Portanto, a eles caberia apenas a indenização pelas benfeitorias que perderiam.

Para além dos indivíduos e grupos proprietários ou possuidores de terras incluídas no polígono do empreendimento,²¹⁷ o Decreto 7.342/2010 determina a inclusão no cadastro socioeconômico de todos os que vivem dos recursos dos rios e/ou de suas várzeas ou margens, em áreas incluídas no ou limítrofes do polígono, à montante ou à jusante das barragens, e que perdem suas fontes de renda e trabalho. Aí estão incluídos os pescadores familiares e os que desenvolvem a pesca comercial, oleiros e os que vivem do extrativismo mineral ou vegetal, entre tantos que perdem suas fontes de renda e trabalho por ruptura do vínculo com a área do referido polígono, caso também dos barqueiros e barraqueiros atingidos pela UHE Estreito, que passaram todo o processo de instalação da usina reivindicando seu direito à reparação e, ainda, os que têm seus estabelecimentos inviabilizados pelo empreendimento, caso dos pequenos comerciantes, chamados “patrões” pelos meus interlocutores no PA Formosa, que perderam sua clientela compulsoriamente deslocada.

Todavia, tudo se passa como se a emissão do decreto constituísse um caso exemplar da neutralização de que falam os autores mencionados acima. Explico.

Num primeiro momento, a publicação do decreto pareceu expressar a capacidade do MAB de incidir sobre processos decisórios relativos ao desenho de políticas do governo do PT para o ‘setor elétrico brasileiro’. Luis Dalla Costa, um dos mais importantes integrantes da Coordenação Nacional do MAB, chegou considerá-la “uma conquista extraordinária”, malgrado omissões apontadas por seus aliados. Vainer criticou a ausência da sociedade civil e da comunidade acadêmico-científica nos debates para a criação do decreto e na composição do Comitê Interministerial do Cadastro Socioeconômico que o instrumento instituiu. Além disso, ele apontou a injustificável ausência de qualquer referência a formas de controle social sobre o cadastramento e o cumprimento dos direitos dos atingidos. Por outro lado, Andréa Zhouri, antropóloga e professora, ativa na assessoria aos movimentos de resistência e luta por direitos em contextos de instalação de barragem em Minas Gerais, questionou a ausência de análises sobre a necessidade mesma de empreendimentos hidrelétricos, sempre impostos “*como uma ordem a ser acatada a todo custo*” (ALMEIDA, 1994, p.521, grifo do autor). Além disso, ela criticou a ausência de definição sobre o modo como serão feitas as reparações devidas. Mais grave,

²¹⁷ Por “polígono do empreendimento, o decreto estabelece no artigo 2º, parágrafo único, que ele abrange áreas sujeitas à desapropriação ou negociação direta entre proprietário ou possuidor e empreendedor, aí incluídas as áreas necessárias à construção do canteiro de obras, além das reservadas à formação do lago e à respectiva área de preservação permanente, às vias de acesso e às demais obras acessórias do empreendimento.

avaliaram o MAB e seus assessores na academia, cedendo a pressões dos grandes grupos industriais transnacionais investidores na geração de energia hidrelétrica, o Decreto atribuiu aos próprios empreendedores a responsabilidade pela realização do cadastro. Dessa forma, o dever da identificação e registro de casos passíveis de reparação recaiu justamente sobre aqueles cujo objetivo real que se quer é a máxima ampliação da taxa de lucro dos seus investimentos!²¹⁸ A despeito dessas críticas, na ocasião da publicação do decreto, não desprovido de razão, Dalla Costa afirmou:

Até hoje, primeiro se fazia o leilão, depois ia ver quem seriam os atingidos. Quando se regulamenta isso, já obriga o Estado e as empresas a fazerem o levantamento da situação real antes de iniciar o processo de construção das usinas. O que dá uma certa garantia de que todas as pessoas que têm direito possam fazer a sua reivindicação (Dalla Costa, 2010).

Realmente, se todas as determinações estabelecidas no Decreto nº 7.342/2010 fossem cumpridas, em situações futuras, não se repetiriam violações de direitos como as sofridas por jovens, filhos de famílias atingidas no PA Formosa. Por doença ou trabalho temporário fora do assentamento, uma moça e um casal de agregados não estavam presentes no momento da realização do cadastro. Em consequência disso, eles não foram aprovados para inclusão na lista de agregados que seriam reassentados, tendo apenas recebido indenização pelos roçados e plantios que mantinham no momento das visitas das equipes de campo da empresa contratada pelo Consórcio Ceste.

Como aconteceu logo nos anos iniciais do Governo Lula, o medo venceu a esperança (cf. PAULANI, 2004). Quando o reconhecimento dos direitos dos atingidos por barragens por meio de uma política de Estado parecia ao alcance da mão, a esperança cedeu à preocupação “com a possível armadilha que estava sendo criada, para novamente atender somente os interesses das empresas privadas do setor elétrico” (MAB, 2012). Um ano e oito meses depois da publicação do Decreto, veio a frustração. O Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria Interministerial nº 340 de 1º de junho de 2012, que estabelece competências e procedimentos para a execução do Cadastro Socioeconômico para fins de identificação, quantificação, qualificação e registro público da população atingida por plantas industriais hidrelétricas, nos termos previstos no Decreto. A Portaria, entretanto, recua em todos os avanços nele prenunciados.

²¹⁸ Cf. Decreto que cria cadastro para indenizar vítimas de barragens esquece do controle social. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3205>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Assim, avaliou o MAB, foi jogada por terra a noção de que no decreto fora de fato iniciada a tão esperada Política Nacional dos Direitos dos Atingidos por Barragens que vinha sendo discutida (conversada?) entre o governo federal e o movimento social por intermédio da Secretaria Geral da Presidência da República.

Sem dúvida, um “retrocesso extraordinário!”²¹⁹ Elaborada no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME), no seu artigo 2º, a Portaria estabelece o objetivo pretendido com a criação do Cadastro Socioeconômico, que é obter informações que servirão de base para “adequadas mitigação, reparação e compensação à população atingida por impactos causados por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica”. Mas no parágrafo único desse artigo, ela determina que o simples cadastramento não gera direitos ou obrigações para pessoas cadastradas e para responsáveis por empreendimento de geração, tal como disse o presidente do Inbra para os coordenadores do MAB na reunião acima descrita. Ou seja, o cadastro gera apenas uma expectativa de direito, não sua efetivação. Além disso, no entendimento do MAB, o Decreto nº 7.342/2010 institui que o cadastro da população atingida deve ser levado a cabo antes da implementação dos projetos de hidrelétricas, mas a Portaria flexibiliza o momento da sua condução – antes, durante a construção ou até na iminência do enchimento dos reservatórios! –, e silencia sobre o modo como a reparação deve ser realizada. Por fim, a portaria ratifica o mais grave equívoco do Decreto, como o notaram Vainer e Zhouri – confia à Aneel a atribuição de estabelecer a responsabilidade dos investidores/controladores dos empreendimentos hidrelétricos no que toca o cadastro. Ora, longe de ser uma agência neutra, a Aneel historicamente atua para atender os interesses das empresas privadas (MAB, 2012)²²⁰. De fato, a permeabilidade dessa agência reguladora a pressões das empresas investidoras da indústria brasileira de eletricidade é bem conhecida (cf. PINHEIRO E SEVÁ FILHO, 2006; BERMANN, 2007, p. 147; ZHOURI, 2008, p. 101; SEVÁ FILHO, 2012).

Quatro meses passados da emissão da Portaria, em outubro daquele ano de 2012, Cirineu, o coordenador regional do MAB no Tocantins, participou da solenidade de inauguração da Usina Hidrelétrica de Estreito com a então Presidente Dilma Rousseff, quem, além de “mãe

²¹⁹ Atingidos por barragens: “Retrocesso extraordinário na política de direitos. Entrevista especial com Luiz Dalla Costa”. Revista IHU On-line, 12. Mar. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/518363-atingidos-por-barragens-houve-um-retrocesso-extraordinario-na-politica-de-direitos-entrevista-especial-com-luis-dalla-costa>. Acesso em: 19 mar. 2019.

²²⁰ Cf. MAB, Governo federal desrespeita os direitos dos atingidos por barragens. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/governo-federal-desrespeita-os-direitos-dos-atingidos-por-barragens>. Acesso em: 20 mar. 2019.

do PAC”, seria zeladora dos interesses ou “interlocutora privilegiada” do grupo econômico que lidera o Consórcio Ceste, o Suez-Tractebel (Sevá, 2011).²²¹ Na ocasião, ele entregou à presidente uma pauta de reivindicações do movimento²²² e, diante das mais altas autoridades dos governos federal, estaduais e das corporações transnacionais responsáveis pela UHE Estreito, fez um discurso de tom conciliador, pragmático. Embora tenha chamado a atenção da presidente e de tecnocratas do setor elétrico na cerimônia sobre a necessidade de uma política social voltada para a efetivação dos direitos dos atingidos por barragens, seu discurso no evento obscureceu o fato de que havia uma disputa política entre o MAB e o PT-Governo quanto ao modelo de desenvolvimento a ser perseguido no país, especialmente o modelo para a indústria nacional de eletricidade.²²³ Seu discurso também subestimou o drama das vítimas da construção da barragem. Ele disse:

Este é um momento histórico, para nós atingidos por barragens, durante a construção da UHE Estreito muitas vezes tivemos dificuldades de dialogar, mas fomos superando todos os problemas e estamos construindo com o projeto do pescado, um projeto de desenvolvimento de fato da região do norte do Tocantins e do sul do Maranhão que será modelo para o Brasil em participação social. Estreito é um marco para o setor elétrico brasileiro e para pesca, pois foi a partir do processo de luta dos pescadores que os mesmos foram reconhecidos como atingidos.

Para pensar, propor, construir o desenvolvimento é necessário dialogar, garantir o direito das famílias atingidas, isso vem acontecendo com a construção da política nacional de direito dos atingidos e resultado de um processo de luta dos atingidos e garantia do diálogo do Estado Brasileiro que inicia no governo Lula e tem sua continuidade com a presidenta Dilma. Senhora Presidenta, necessitamos continuar avançando.

É importante salientar ao setor elétrico brasileiro que nós do Movimento dos Atingidos por Barragens defendemos os direitos das famílias atingidas e somos contra aquelas pessoas que aproveitam do momento para especular por isso defendemos a construção de uma política nacional de direitos das famílias com regras claras para que possamos avançar.

Senhora Presidenta, senhores e senhoras, esta foi uma semana de muito trabalho, mas foi também uma semana de superação, de construção onde temos a certeza que estamos no caminho certo que o diálogo, a participação da sociedade nos encaminhamentos dos problemas que os afligem e o fortalecimento

²²¹ Sevá Filho, Oswaldo. “Grandes e polêmicas obras serão chamadas, no Brasil, a ‘salvar’ o capitalismo global.” Entrevista concedida ao *Correio da Cidadania*, 24 ago. 2011. Disponível em: <https://pontode-pauta.wordpress.com/2011/08/14/entrevista-com-oswaldo-seva-filho-grandes-e-polemicas-obras-serao-chamadas-no-brasil-a-%E2%80%98salvar%E2%80%99-o-capitalismo-global/>. Acesso em: 3 dez. 2011.

²²² MAB. Atingidos por Estreito entregam pauta à presidente Dilma, 20 out. 2012. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-por-estreito-entregam-pauta-presidenta-dilma>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²²³ A luta política do movimento social é justamente por uma nova política energética, uma política que garanta soberania nacional, distribuição de riqueza e participação popular nos processos decisórios sobre iniciativas que tenham implicações sobre a vida de toda a população brasileira ou de segmentos dela.

da democracia e da participação social no combate da fome, da miséria e a certeza que continuaremos desenvolvendo o Brasil e a sociedade brasileira (Cirineu da Rocha, 17 de outubro de 2012).

O celebrado ‘Projeto do Complexo Integrado de Escoamento, Processamento e Beneficiamento da Produção Pesqueira da Área de Influência da Usina Hidrelétrica Estreito’ foi finalmente proposto pelo Consórcio Ceste no segundo semestre de 2009 como compensação para pescadores atingidos pela usina nos estados Maranhão e do Tocantins, categoria que o consórcio se recusara a reconhecer como portadora de direitos à reparação desde as primeiras lutas reivindicativas organizadas pelo MAB no ano de 2007, no início das obras de construção da usina. Em setembro de 2010, quando se aproximava a data do ritual fechamento da primeira das quatorze comportas do vertedouro da barragem pelo presidente Lula, que já havia declarado apoio à iniciativa, o consórcio submeteu o projeto à aprovação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Bndes, Ibama e pescadores, e obteve a aprovação dessas instituições e dos representantes da categoria. Para sua execução, um montante de seis milhões de reais foi disponibilizado pelo banco público a juros subsidiados e um Termo de Compromisso foi firmado entre o MPA e o consórcio, marcando o início da sua implementação.

Além da construção de um Centro Experimental de Piscicultura e Produção de Alevinos, de complexos integrados de escoamento, beneficiamento e comercialização de pescado, nele estavam previstas a construção de portos de desembarque, salas de multiuso que serviriam de centros de capacitação, restaurantes-escolas e o oferecimento de programas de capacitação técnica. Por ocasião do ritual que simbolizou o início do enchimento do reservatório da barragem, em 30 de novembro de 2010, quando as violações dos direitos de diferentes categorias de trabalhadores atingidos por parte do consórcio eram bastante conhecidas, o presidente Lula exaltou a “grande evolução do empreendimento hidrelétrico” no que concerne ao realocamento (sic) das famílias atingidas ‘de forma digna’’. Ele disse:

Estamos usando essa hidrelétrica quase como um modelo do que será daqui para a frente. Ou seja, levar em conta a necessidade de tratar corretamente e de forma respeitosa todos os trabalhadores que aqui moravam. Fizemos um acordo, um protocolo com o pessoal do MAB para que a gente acompanhe de perto, e eu tenho certeza de que Dilma vai acompanhar de perto, para que se crie um novo paradigma e nunca mais a gente precise ter conflito de pessoas desalojando os pobres para fazer uma hidrelétrica. Ou seja, se uma hidrelétrica significa desenvolvimento, crescimento econômico, tem que significar também oportunidade para as pessoas que moram ali (O ESTADO DO MARANHÃO, 01/12/10).

Mas a esperança deu lugar à frustração outra vez. Em carta dirigida à então presidente da República Dilma Rousseff, o representante dos pescadores e piscicultores da área de influência da UHE Estreito e quadro do MAB, Luiz de Abreu Moura, denunciou o não cumprimento do acordo firmado entre o Consórcio Ceste e os pescadores da região. Segundo Moura, cumprir com o prometido nunca foi a intenção do consórcio. Depois de manifestar a intenção de realizar sucessivos cortes no projeto, particularmente no que se referia às edificações previstas para a jusante da barragem, alegando que os pescadores não conseguiriam levar adiante a nova estrutura, o consórcio quis dar o projeto por encerrado.²²⁴



Figura 30: Presidente Dilma Rousseff na inauguração da UHE Estreito, 17 de outubro de 2012
Fonte: Secretaria de Comunicação do governo federal

²²⁴ Cf. MAB. Consórcio Estreito desrespeita pescadores, 20 mai. 2013. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/cons-rcio-estreito-desrespeita-pescadores>. Acesso em: 20 mar. 2019.



Figura 31: Presidente Dilma Rousseff na inauguração da UHE Estreito, 17 de outubro de 2012. À sua esquerda, Maurício Bahr, diretor-presidente do grupo GDF-Suez no Brasil; Gérard Mestrallet, diretor geral do grupo GDF-Suez; Senador José Sarney. À sua direita, Murilo Ferreira, presidente da Vale; José Renato Ponte, diretor-presidente do Consórcio Ceste; José Wilson Siqueira Campos, governador do Estado do Tocantins.

* * *

Pouco antes de concluir o último período do trabalho de campo, em meados de dezembro de 2012, estive na casa de Samuel e Vera, sua mulher, no Reassentamento Rural Coletivo Maju. Samuel tinha pedido que eu registrasse um relato seu sobre a *luta da Diretoria* para conseguir o reassentamento. Dois dias antes, ele me surpreendera assentindo constrangida ao ouvir uma funcionária do Consórcio Ceste dizer entre o espanto e a condenação: “– Cercaram esta fazenda aqui com só três paus!”. A moça fazia referência ao feito dos três dirigentes da Associação Padre Josimo, que conseguiram emparedar o Consórcio Ceste forçando-o a comprar a fazenda do deputado federal Marzola Jr. Tive a impressão de que Samuel pretendeu minimizar o fato contando sua saga, e de Elpídeo e Adelino, os outros membros da *Diretoria*, até a compra da Fazenda Maju II. Ao deixar a casa do casal, com medo do trecho escuro da estrada longa e íngreme que me levaria até a de Dona Mundica, onde me hospedei, pedi ao seu filho que me acompanhasse até o incício da subida. Falante, ele soltou de repente o que parecia engasgado na garganta dos seus pais e de muita gente ali *na Maju*. “E o MAB, hein?, virou as costas ‘pra nós!”, disse ressentido. Desde os preparativos para a marcha “Terra, Água e Direitos” o MAB não se fazia mais presente no PA Formosa. Essa ausência foi sentida pelos assentados, com mais

descontentamento no momento penoso da *mudança* e nos primeiros tempos duros no reassentamento.

Poucas pessoas no PA Formosa se dispuseram a participar de toda a marcha. Algumas se disseram cansadas depois de tomarem parte por mais de um ano no rodízio de atingidos no acampamento organizado pelo MAB próximo à entrada do canteiro de obras da usina. Embora afrontadas por não terem sido consultadas sobre a localização de suas parcelas e casas no RRC Maju, outras se disseram aliviadas depois de verem minhas fotografias das casas e galpões quando estive nas obras do reassentamento. Daquele momento em diante, era resistir para só deixar a beira do Tocantins com a indenização das benfeitorias já paga pelo Consórcio Ceste. É o que planejavam. Assim, a maior parte das pessoas no assentamento participou da manifestação em um ou dois trechos mais próximos da *Ribeira* (Darcinópolis) e foi esperar a chegada dos primeiros manifestantes na entrada do Município de Estreito.

Já reassentados, nas primeiras visitas às famílias em novembro de 2011 ouvi que todos ali esperavam que o MAB *tivesse ficado um tempo junto com nós na luta*. Afinal, tinham *dado a maior força 'pro acampamento* em Estreito. Ao mesmo tempo, alguns como Seu Pio e Guri ponderaram, tinha sido preciso passar pelo sofrimento debaixo de barracas de lona para merecer os direitos – terra por terra, casa e a indenização por suas construções, cercas e plantios perdidos. Vi entre esses meus interlocutores viger a “pedagogia do sofrimento” de que fala a socióloga Eliane Brenneissen no seu estudo sobre a ocupação que deu origem ao Assentamento Sepé Tiaraju, em Santa Teresa do Oeste, Paraná (2003, p. 68). Como entre os trabalhadores que conquistaram a terra no oeste paranaense, as agruras experimentadas sob sol e chuva no *acampamento do MAB* tinham tido função educativa. Aí também, os que resistiram acampados por mais tempo, além do merecimento teriam alcançado um grau mais elevado de consciência, da dimensão e do significado da sua luta contra a “empresa”, que *faz(ia) tudo do jeitinho que ela quer(ia)! É na luta que a gente consegue os direitos!*, ouvi do Guri quando ele recriava duas famílias que já estavam dispostas a vender a terra. Essa defecção seria produto da sua alienação, pois essas famílias nunca tinham permanecido no acampamento.²²⁵ Àquela altura, não havia no

²²⁵ No seu artigo *A Forma Acampamento: notas a partir da versão pernambucana* (2000), Lygia Sigaud comenta o que ela chama de “ética do sofrimento”, tomando inspiração no estudo de Weber sobre o judaísmo e a ética capitalista. Nele, Weber estabelece o nexo entre sofrimento e elevação na escala das virtudes. O sofrimento, a experiência de um indivíduo das agruras no acampamento debaixo da lona, diz Sigaud, legitima ante os demais acampados sua pretensão de tornar-se beneficiário da desapropriação. No caso dos meus interlocutores de campo nas suas longas temporadas no acampamento do Mab, para além do efeito pedagógico sugerido por Brenneisen – a formação na luta e a criação do sentimento de unidade entre

assentamento quem esperasse qualquer antecipação por parte governo Dilma no sentido de reconhecer e agir sobre as violações dos seus direitos. Como me disse um senhor assentado no PA Brejo da Ilha, no Maranhão, referindo-se à probabilidade de a “mãe do PAC” sair vitoriosa do pleito eleitoral de outubro de 2010, *tanto faz o Cão (Consócio Ceste) como a mãe dele!* Mas para enfrentar o *Cão*, ou a mãe dele, aqueles que suportaram por mais tempo a tribulação sob a lona preta reclamavam a presença do MAB no reassentamento.

Não há dúvida de que a crise de financiamento externo que atingiu pastorais sociais ligadas à Teologia da Libertação e os movimentos sociais e Ongs cuja criação foi por elas alimentada no contexto da redemocratização dos anos de 1970 e 1980 enfraqueceu umas e outros (RICCI, 2010, p.5). Conforme políticas de corte neoliberal foram introduzidas no país, ao contrário do que ocorreu nessa era de lutas sociais de base popular contra formas de opressão e exclusão de trabalhadores do campo, essas pastorais sociais e movimentos populares rurais passaram a enfrentar dificuldades para conduzir aquele trabalho molecular, de pessoa a pessoa, na roça e nos ambientes da vida, e indispensável de que falam Regina Novaes, nos seus estudos sobre pastorais renovadas da Igreja Católica (1993, p. 125; 1997), e Gilmar Mauro, liderança do MST, nas suas reflexões sobre as condições sociais e políticas e culturais essenciais para a construção do poder popular rumo à construção de “uma sociabilidade livre de opressão e exploração” (MAURO, 2007, p. 108).

O financiamento inadequado, até inexistente em alguns momentos, pode ter contribuído para a percepção da maioria dos assentados atingidos no PA Formosa de que a conduta do MAB em relação ao *povo* teria mudado depois de concretizada a transação de compra da Fazenda Maju II. Entre os preparativos para a marcha e a *mudança* para o reassentamento, um intervalo de angústia quase palpável, não havia no PA Formosa ‘militantes mandioca’, como a clientela do MST chama pejorativamente o militante que cria raízes no local, que dialoga com a problemática local, que tem que dar resposta (MAURO, 2009, p. 102). A aposta de Cirineu na resistência encarniçada da *Diretoria* sem dúvida contribuiu para a legitimação da mediação do movimento diante das demais categorias de atingidos e suas organizações, além do Ibama,

acampados –, a partir do seu discurso também é possível estabelecer o nexos proposto por Sigaud. No caso, sofrimento-mercedimento-recobro; é preciso sofrer para remir, para tornar adquirir “um pedaço de chão”, suporte de “uma vida de fartura e sem humilhação no trabalho”. Minha amiga Lavínea, agora vivendo numa pequena fração de terra que adquiriu da parcela de um antigo vizinho reassentado no RRC Maju, ainda hoje lamenta não ter podido *lutar* no acampamento em Estreito. Passando por uma radioterapia e definitivamente colostomizada, ela foi impedida de deixar sua casa no PA Formosa. No seu entendimento, ela e o marido não foram aprovados pelo Consórcio Ceste para reassentamento, como o foram sua filha e seu filho, porque não *lutaram* no acampamento do MAB.

Incra, até Casa Civil da presidência da República. O Consórcio Ceste comprou a fazenda, afinal. Essa conquista dos únicos assentados do Incra que resistiram na luta por reassentamento apareceu na marcha e na mídia regional como uma conquista do MAB. Mas enquanto de um lado Cirineu apostou na capacidade da *Diretoria* para conter o esmorecimento dos outros titulares de lote, que já acalentavam a idéia de arriscar o ‘fator sorte’, rendendo-se à negociação individual com empregados do consórcio, de outro, diante da intransigência da *Diretoria* em relação às propostas do consórcio sobre o tamanho das parcelas e da área de reserva legal no RRC Maju, essas pessoas mobilizavam rumores que especulavam sobre a cooptação do Cirineu pelo consórcio. Assim, o *povo* – aqueles que não andavam na frente, pois, como disse seu Paulo Augusto, *quem anda na frente se arranja, não é?* – buscava encontrar uma explicação para seu abandono pelo MAB.

Na verdade, não houve cooptação do coordenador regional ou de outros militantes do MAB. Houve, sim, algum apassivamento da coordenação nacional do movimento. Malgrado a liberdade política da coordenação regional em relação à nacional, ao menos uma parte da agenda de lutas do movimento foi pactuada com agentes do governo próximos ao carismático presidente da República. Segundo ouvi de um militante em julho de 2008, o protesto daquele ano em Estreito não contara com o apoio efetivo da coordenação nacional, pois haveria um acordo tácito do MAB com o governo federal de concentrar manifestações públicas com potencial de radicalização nos processos de instalação das usinas hidrelétricas no rio Madeira, não no Tocantins. O pragmatismo político também definiu decisões da coordenação regional. Do mesmo modo que Cirineu contou, por assim dizer, com a contenção dos *assentados do PA Formosa* pelos dirigentes da associação local do assentamento, Lula, que terminava seu segundo mandato presidencial com níveis altíssimos de aprovação, contou com o MAB para conter a radicalização dos manifestantes na marcha ‘Terra, Água e Direitos’. No acampamento em Estreito, um militante do movimento disse para um grupo de pescadores com quem eu conversava que teria chegado ao conhecimento de Cirineu a notícia de que *Lula estava puto com o protesto*.

Logo na chegada da marcha na entrada do canteiro de obras da usina, seus organizadores e lideranças das diversas categorias de atingidos entregaram ao Gerente de Meio Ambiente e Relações Institucionais do Consórcio Ceste a pauta de reivindicações dos acampados desde julho de 2009, sem avanços até aquele momento. Depois de um dia esperando sem resposta a presença do diretor-presidente do consórcio para discutir as condições de atendimento às reivindicações contidas no documento, alguns manifestantes realmente pareciam dispostos a

invadir o canteiro, a despeito da presença da cavalaria do 13º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Maranhão e da fileira de policiais militares armados com fuzis escudando os portões de acesso à obra. A tensão montou, mas a contenção foi bem exercida. Pelos organizadores da manifestação, com uma retaguarda de militantes experientes do MST no Tocantins, e pelo comandante do batalhão. Sem dúvida, uma decisão baseada no pragmatismo político. Como flertar com a possibilidade de uma repressão violenta por parte do aparato policial, com potencial de fazer pender a simpatia do público regional, talvez nacional, para José Serra, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que disputava as eleições com Dilma Rousseff então? Serra representava o conservadorismo político. Mais importante, os coordenadores do MAB na marcha temiam o provável retorno da criminalização dos movimentos populares do campo posta em prática exemplarmente no governo da coalizão liberal-conservadora liderada por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), vide os massacres de Corumbiara (RO), em 1995 e Corumbiara (PA), em 1996 (STÉDILE, 2004, p. 38-41). Ademais disso, programas de governo como o da distribuição de cestas básicas em acampamentos rurais, convênios com a Eletrobrás e ministérios que davam sustentação a iniciativas do movimento à época, financiamento para a produção e mercado e preço para produtos de assentamentos do MST, tudo isso teria boa chance de ser cancelado.

A posição do MAB em relação aos governos Lula e Dilma parece mesmo ter sido ambígua. No caso da marcha até Estreito, em nenhum momento seus organizadores tiveram a expectativa de que as reivindicações represadas dos atingidos pela barragem fossem atendidas pelo Consórcio Ceste ou pelo Incra, no que toca às mais de mil famílias cadastradas pelo órgão para assentamento. Objetivamente, a repercussão do evento restringiu-se às pautas das manchetes da mídia. Segundo Cirineu, a própria realização do evento foi planejada, antes, para dar às pessoas esgotadas depois de mais de um ano no rodízio do acampamento a possibilidade “de sair por cima, de sair de cabeça erguida”. Apesar disso, contra a resistência de alguns dos agentes de pastoral ali presentes, durante toda a peregrinação, esses mesmos organizadores pediam votos para um candidato do PT ao cargo de deputado estadual em Palmas e para a “mãe do PAC”. Era preciso prevenir o mal maior.

IV. Um parêntese

Na introdução deste trabalho, disse que estudar a conduta de instituições no sistema estatal em relação a assentados da reforma agrária atingidos pela construção de uma megahidrelétrica significaria investigar se e em que medida as instituições estatais que compuseram a trama relacional constituída em torno das negociações entre assentados e grupos empresariais que controlam a usina incorporaram nas suas práticas interesses específicos desses trabalhadores e dos movimentos sociais de apoio à sua luta pela preservação da sua condição de pequenos agricultores relativamente autônomos. Pelo exposto até este ponto, exceto pelos esforços do Ministério Público Federal no Estado do Tocantins e de alguns funcionários do Incra simpáticos à reforma agrária, a resposta a essa pergunta é um não definitivo. Algumas considerações sobre a política econômica praticada pelo Estado nos dois governos Lula poderão, talvez, ajudar a compreender esse resultado. Cabe ressaltar que não estou afirmando que as situações concretas já descritas e analisadas neste trabalho são um reflexo direto de medidas de política econômica adotadas pelo governo do Estado. Há mediações socioculturais e políticas, como espero ter mostrado acima.

Lançando mão do conceito de bloco no poder, ferramenta utilizada por Poulantzas na formulação da sua teoria ampliada do Estado,²²⁶ Boito Jr. (2012, p.68-104) analisa a dinâmica das relações do Estado com as frações da classe burguesa no bloco de poder dominante na sociedade brasileira tomando medidas de governo que integraram a política econômica e social do Estado no governo Lula como indicativas da natureza dessas relações.²²⁷ Assim procedendo, esse autor identifica quais dessas frações dominantes tiveram seus interesses econômicos específicos priorizados na política econômica executada pelo Estado ao longo desse período. Segundo Boito Jr., no duplo mandato presidencial de Lula teríamos assistido à ascensão política de uma nova burguesia nacional no interior do bloco no poder dominante que teria assumido as características do que Poulantzas designou “burguesia interna”.²²⁸ Essa fração da

²²⁶ Ver acima, p. 37 e n. 210.

²²⁷ Vale lembrar que toda política macroeconômica formulada e/ou executada pelo Estado é decorrência de condicionantes externos e internos. Os primeiros referem-se à posição do Estado nacional no sistema capitalista mundial, ou seja, às condições internacionais de decisão político-econômica nacional. Os segundos, à interação e conflitos entre interesses econômicos e políticos específicos das frações da classe burguesa no bloco das classes dominantes e no seu desfecho no Estado, num momento histórico específico (TEIXEIRA E PINTO, 2012).

²²⁸ Na década de 1970, momento em que iniciava uma nova onda de internacionalização da economia capitalista, Poulantzas construiu o conceito de burguesia interna para nomear a fração da classe burguesa que ocupava uma posição intermediária entre a burguesia nacional, capaz de adotar práticas anti-imperialistas, e

classe burguesa seria formada sobretudo por setores de exportação de produtos de baixo valor agregado (*commodities*) – o agronegócio, especificamente as grandes empresas exportadoras de produtos agropecuários, sobretudo a carne bovina; a mineração, aí incluídas empresas como a Vale, exportadora de minério de ferro, e a Alcoa, de bauxita, ambas integrantes do Consórcio Ceste; a indústria de transformação; a indústria naval; a indústria da construção pesada, entre as empresas mais proeminentes nesse segmento, a Camargo Corrêa, também controladora da UHE Estreito e a OAS, líder do Consórcio Rio Tocantins, responsável pela construção da usina; e, por fim, o grande capital bancário nacional, dividido entre a burguesia nacional e o capital financeiro internacional. Malgrado a heterogeneidade dos setores da economia aí reunidos, essa nova fração burguesa se manteria unificada em razão da sua posição em face do capital financeiro internacional, com o qual disputaria no Brasil e no exterior (2012, p. 68). Por conseguinte, sua ascensão política ter-se-ia dado em prejuízo da burguesia intermediária dos interesses das instituições estrangeiras vinculadas ao capital financeiro internacional, que teria sido deslocada do seu papel de fração hegemônica no bloco das classes dominantes.²²⁹

O Partido dos Trabalhadores chegou à campanha eleitoral de 2002 fazendo firme oposição à política econômica ortodoxa excessiva incipientemente implementada no governo Collor-Itamar (1990-1994) e levada a cabo com fervor no governo Cardoso (1995-2002) – taxa real de juros elevada, contenção dos gastos do Estado e câmbio apreciado, sobretudo (Paulani, 2008, p. 105-139) – e com uma defesa vigorosa do capital produtivo. Expressão da submissão desses governos à receita da agenda neoliberal,²³⁰ essa política atendia prioritariamente aos

a burguesia compradora, mera extensão do imperialismo nos países dependentes. Essa fração burguesa teria base de acumulação própria e poderia se associar ao capital imperialista e, ao mesmo tempo, limitar a sua expansão no interior do país. O que permite que Boito Jr. mobilize esse conceito no contexto político-econômico da chegada de Lula à presidência da República é justamente o fato de essa burguesia interna clamar por medidas de política econômica voltadas para o crescimento da produção e da produtividade e, ao mesmo tempo, concordar com alguns dos fins desejados pelo projeto neoliberal, defendido por instituições que encarnam o capital financeiro, como a política de privatizações e a redução dos benefícios sociais para trabalhadores (BOITO JR., p. 67-68).

²²⁹ Há estudiosos da política econômica que afirmam em contrário, negam, portanto, que a preponderância da fração burguesa vinculada ao capital financeiro internacional tenha sido ameaçada no governo Lula, entre outros, Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 183); Paulani (2008, 2010, p. 109-134) e Teixeira e Pinto (2012). Mas há consenso entre esses analistas de que os segmentos exportadores do grande capital ganharam relevo nos dois mandatos presidenciais do ex-presidente Lula em razão da importância de suas atividades para o equilíbrio das contas externas, ou seja para a formação de superávits, receitas estatais menos despesas, sem descontar o que fica reservado para o pagamento dos juros da dívida pública interna e externa, uma das bases da acumulação rentista.

²³⁰ Entre os principais elementos dessa receita incluem-se (i) necessidade de superávits nos gastos públicos; (ii) orientar gastos públicos para infraestrutura; (iii) reforma tributária para ampliar a base fiscal; (iv)

interesses do capital financeiro, notadamente o internacional. Os grandes grupos econômicos que compunham essa nova burguesia nacional, por sua vez, não discordavam do abandono do pleno emprego como objetivo da política econômica, da necessidade de desregulamentação do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, nem tampouco da política de privatizações executada nesses governos. Ao mesmo tempo, todavia, dirigiam críticas severas à abertura comercial indiscriminada que acompanhou essas medidas e clamavam por políticas desenvolvimentistas – taxa real de juros mais baixa, câmbio mais depreciado, investimento estatal substantivo em infraestrutura e proteção alfandegária. Captando esse descontentamento e a comunidade parcial de fins desejáveis, o PT teria se aproximado do empresariado nessa fração burguesa e organizado em torno dela uma ampla frente política reunindo o operariado, a baixa classe média e o campesinato remediado – assentados e pequenos proprietários rurais. Depois de constituída a frente e conquistada a presidência da República, o partido teria logrado integrar nela também os “desempregados estruturais” e os “trabalhadores informais” desorganizados, além do campesinato pobre – os sem terra ou com pouca terra. O que teria unificado essa frente de interesses contraditórios, diz Boito Jr., seria justamente o projeto econômico do neodesenvolvimentismo, projeto que esse autor define como o desenvolvimentismo possível dentro dos marcos do projeto neoliberal vigente então (BOITO JR., 2012a). Hoje (2019) ainda mais.²³¹

Como dito anteriormente (p.34), o Estado brasileiro no governo Lula adotou uma política de financiamento agressiva por meio do Bndes em atendimento à demanda de grandes grupos econômicos de capital produtivo-financeiro de origem nacional, sujeitos dessa burguesia interna, dispostos a conquistar mercados em países vizinhos cujas economias também tinham sido abertas com a adoção por seus governos dos valores do neoliberalismo (BOITO JR., 2012, p. 70). De outro lado, não incorporou as demandas mais significativas das classes trabalhadoras e, diante dos riscos do que afirmava ser uma “crise de governabilidade”, tentou controlar o movimento sindical e os movimentos sociais, sobretudo os movimentos populares, por meio da cooptação das suas lideranças (FILGUEIRAS E GONÇALVES, p. 175). Os ganhos dos diferentes componentes do que seria essa frente política neodesenvolvimentista foram extraordinariamente desiguais.

liberalização financeira e taxa de juros determinada pelo mercado; (v) ; (vi) liberalização comercial; (vii) política de privatização; (ix) desregulamentação, ou seja, redução de barreiras nos mercados (cf. GONÇALVES, 2012, p. 655).

²³¹ Para a compreensão do conceito de desenvolvimentismo como conjunto de políticas econômicas concatenadas entre si, ver Fonseca (2015).

Com efeito, respondendo a pressões vindas de setores organizados das classes subalternas, o governo Lula fez concessões aos de baixo. O operariado e a baixa classe média obtiveram ganhos reais com a recuperação do emprego nos setores público e privado, a política de reajuste do salário mínimo, o programa de construção e financiamento da casa própria (“Minha casa, minha vida”), e a oficialização das centrais sindicais. O campesinato remediado, aí incluídos assentados do MST, foi contemplado com programas de financiamento para a produção, de assistência técnica e de compra de alimentos da sua produção (Pronaf, PAA). A massa de trabalhadores desempregados, subempregados ou por conta própria e o campesinato sem terra, com pouca terra ou terra imprópria para cultivos necessários à subsistência da família foram beneficiados com programas de transferência de renda (Bolsa Família, principalmente) (BOITO JR., 2012, p. 73; BOITO JR. e BERRINGER, 2012, p. 34). Por fim, os movimentos populares como o MST, MAB, MTST, para além dos programas que conquistaram com suas respectivas bases sociais, tiveram reconhecida a legitimidade das suas reivindicações e experimentaram alguma melhora nas suas condições de luta.²³² Como nota Sallum Jr. (2008), havia então uma “tolerância” governamental em relação aos seus atos transgressivos, o que provocava a desconfiança do empresariado em geral, em particular o do agronegócio, que pressionava pela criminalização dos movimentos populares no campo, em particular o MST.²³³

Essas concessões, segundo os analistas críticos do governo Lula já mencionados foram feitas em troca da renúncia pelos setores organizados das classes dominadas “a uma luta por transformações efetivamente revolucionárias” (COUTINHO, 2006, p. 97).²³⁴ Ou, talvez seja

²³² Mas como nos lembra o sociólogo Francisco de Oliveira, o governo Lula “utilizou todos os recursos, da coerção e a coação até recursos do Bndes para privatizações” (OLIVEIRA, 2018, p. 68; ver nota 27).

²³³ No calor das eleições presidenciais de 2010, entre o primeiro e o segundo turno, José Paulo Netto, pensador marxista professor de Serviço Social dizia:

... Esta campanha revela a ambigüidade dos segmentos capitalistas em face de Lula da Silva: do ponto de vista estritamente econômico, seus interesses foram muito bem preservados nos oito anos de mandato do Presidente; mas seu desprezo pelas massas que se identificam com ele – expressão de um ódio de classe dificilmente ocultável – leva-os aos braços de uma proposta política (a encarnada em José Serra, homem do PSDB) bastante diferente, ainda que, no plano econômico, pouco diversa da que terá continuidade com Dilma Rousseff, se eleita. Aliás, o processo eleitoral – dos mais despolitizados dos últimos anos – mostrou o quanto as concepções dos dois candidatos se aproximam. (Netto, 2017, p. 84).

²³⁴ Ainda que não tenha sido essa a intenção de Coutinho, não é demais lembrar o que disse o filósofo e professor Paulo Arantes (2001, p. 218) sobre o MST quando aproxima as ocupações de terra desse movimento com as dos *diggers*, que chegaram a ameaçar o triunfo da ética protestante durante a revolução inglesa em meados do século XVII. Ele sublinha,

mais apropriado dizer, em troca do rebaixamento dos seus programas.²³⁵ Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 175), a cooptação de que falam esses autores não teria sido apenas material – pelos financiamentos estatais já mencionados, sem os quais as organizações dos movimentos populares como o MST e o MAB deixariam de existir e/ou pelos programas de transferência direta de renda, no que concerne às bases desses movimentos. Ela teria sido também ideológica. E aí o fato de parte significativa da equipe governamental ser oriunda do movimento sindical teria sido funcional – sem dúvida, “desinibiu a necessária ação disciplinadora do governo frente à classe que ele próprio representa”, disse Boito Jr. (2012, p. 73).

* * *

Posto isso, retomo minha entrevista com Cirineu da Rocha, em fins de 2011. Comentei sobre as avaliações dos sociólogos Francisco de Oliveira e Maria da Glória Gohn (2010), ela dedicada ao tema do potencial democratizante dos movimentos sociais no país desde a “era da invenção”, quando “novos personagens entraram em cena”. Segundo esses sociólogos, no governo Lula, os movimentos sociais em geral tinham perdido muito da sua autonomia e assim muito da sua força política. Perguntei a ele então o que tinha a me dizer sobre isso. Ele respondeu:

Na prática, não tenho dúvida disso! Com as políticas que o Lula fez, com as próprias estratégias adotadas pelo governo de em muitos momentos chamar a gente ‘pra conversar... tê, tê, tê (sic) ...essas coisas todas, né? Assim, mesmo que a gente tinha clareza de que não estava fazendo a coisa certa, acabou fazendo. Eu acho que provocou uma desmobilização dos movimentos sociais muito forte. E as ações mais radicais? Piorou ainda, não é? Por exemplo, lá em Tucuruí, que ocuparam a barragem, queriam desligar a turbina [em setembro de 2007, moradores deslocados compulsoriamente das áreas que dariam lugar às obras de construção dasclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, organizados pelo MAB, adentraram o canteiro de obras e ocuparam a sala de controle e a casa de máquinas da usina por quatro dias consecutivos], essas ações lá repercutiram muito forte internamente! (Cirineu da Rocha, dez. 2010)

visto assim em perspectiva histórica, não se deveria mais encarar o MST como um movimento revolucionário clássico, com o vento da história soprando em seu favor, na direção da conquista “socialista” do poder.

Isso pode ser dito sobre o MAB, que também não parece ter efetivamente um projeto sociopolítico de transformação estrutural da sociedade capitalista.

²³⁵ Segundo Rudá Ricci, cientista social que estuda o movimento sindical e movimentos populares no país, a própria luta política pela Reforma Agrária enquanto concepção de organização da estrutura fundiária teria sido deslocada em favor da luta pela terra, que é uma luta pela propriedade. O discurso teria permanecido, mas na prática haveria só o interesse econômico-corporativo, para usar os termos de Gramsci.

Em seguida, ele reproduziu os gritos e os socos na mesa dados pelo ex-sindicalista Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria Geral da presidência da República. A indignação desse que era um dos homens do núcleo duro do Governo Lula era precisamente esta: como podia o MAB atrever-se tanto? “O quê que ‘tá acontecendo?!!”, Cirineu imitava os urros de cólera da autoridade escandalizada, “A gente ‘tá dialogando e o MAB tá fazendo isso?!!”

5. Conclusão: a volta redonda e o dístico de Gramsci

Um mapa no mundo que não inclua a Utopia não é digno de ser consultado, pois deixa de fora o único país no qual a humanidade está sempre desembarcando. E, quando a humanidade lá desembarca, olha em volta e, vendo um país melhor, iça as velas”.

Oscar Wilde (citado por Naomi Klein, 2017, p. 237)

No prefácio à coletânea de ensaios críticos sobre a violência física e simbólica que atravessa as relações entre elites e povo na sociedade brasileira – por vezes em toda sua potência, mas mais vezes escamoteada –, *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros* (1998), Paulo Sérgio Pinheiro, jurista e cientista político que analisa a democratização da sociedade e do Estado brasileiros, em particular a situação dos direitos humanos no país, afirma que desde os mais remotos tempos da nossa existência, desde o "descobrimento", faz quinhentos anos,

"há sempre uma expressão prepotente de um olhar que em nome da racionalidade classifica, nega o outro. Índios rebeldes, índios preguiçosos, seguidores de Antonio Conselheiro, escravos indolentes, meninos de rua perversos, todos sobrevivendo ao mesmo tempo no museu ideológico que é o tempo presente no Brasil. Da terrível impossibilidade de conviver com a diferença emerge a violência. Raramente tenta-se inverter o olhar e entender a irracionalidade do olhar que exclui, tortura e mata. (Pinheiro, 1998, pp. 16-17)

A concepção inicial deste trabalho obedeceu a essa orientação: de baixo para cima, pretendi abordar a participação do Estado brasileiro no governo Lula por meio da participação de instituições estatais, inclusive na cúspide do governo, na trama de relações sociais que se estabeleceu no processo de negociações por justa reparação entre assentados do Incra e um consórcio de grandes grupos econômicos de capital nacional e estrangeiro. Empregando a técnica da observação participante, principalmente, tentei compreender as conexões entre a esfera econômico-social e a esfera político-estatal que, historicamente no país, uma vez expressas em planos e projetos executados ou promovidos pelo Estado brasileiro com o fim declarado de fazer muita gente deixar de ser pobre parecem tornar inevitável que alguns desses pobres deixem de ser gente.²³⁶

²³⁶ Essa máxima foi escrita no Twitter pelo antropólogo e professor Eduardo Viveiros de Castro, por ocasião dos protestos contra a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na, Volta Grande do rio Xingu: "parece que no processo de fazer muita gente deixar de ser pobre é inevitável que alguns pobres deixem de ser gente" (@nemoid321, 22 jan. 2012).

Procurei mostrar o processo de constituição de uma *comunidade* de trabalhadoras e trabalhadores do campo que conquistaram a *vida de fartura sem humilhação no trabalho* que desejavam, sem que para tanto tenham sido organizadas e mobilizadas por sindicato ou movimento social. Nas terras boas às margens do Tocantins, essas pessoas reconstituíram laços de família e de afeto e viveram a experiência da partilha e da solidariedade. Com o trabalho molecular de agentes de pastoral nos primeiros tempos do assentamento, essas mulheres e homens que experimentaram o gradual solapamento da sua dignidade nos latifúndios no Bico do Papagaio re-conheceram o seu valor e aprenderam que tinham direito a ter direitos.

Assim fortalecidas e sempre com o *companheirismo* da Comissão Pastoral da Terra, essas pessoas vislumbraram uma sociedade na qual era possível para *pequenos* reivindicar participação e reconhecimento. Lutando, aprenderam a se fazer portadoras efetivas de direitos. Estavam aptas a enfrentar os responsáveis pela *chagada da barragem*, matriz da sua aflição. Sua *comunidade desigual, mas não desunida* tinha agora uma identidade, *os assentados do PA Formosa*. Até que encontraram, um chefe político de expressão regional – um latifundiário e deputado federal que à época controlava os bastidores do acesso a bens públicos e recursos estatais de que dependem muitos pequenos municípios no norte tocantinense, para quem a construção da barragem significou uma fonte de negócio vantajoso e de ganho político, não de dor, pois no processo eleitoral em curso naquele ano de 2010 ele hipotecava prestígio à coligação PT-PMDB: para o governo do Estado do Tocantins, à Gaguim (PMDB), para a presidência da República, à todo-poderosa ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT).

A aposta dos *companheiros* dessas trabalhadoras e trabalhadores ante a expropriação da posse daquelas terras boas nas várzeas tocantinas, o agente de pastoral, Pedro Ribeiro, e o coordenador regional do MAB, Cirineu da Rocha, na capacidade dos dirigentes da sua associação local de conter o afloramento entre elas de defecções na luta pelo reassentamento produziu o distanciamento desses dirigentes relativamente ao restante do grupo. E ainda que fosse naturalizada por essas pessoas a ideia de que *quem vai na frente se arranja* e já bastante conhecida a estratégia de assédio a lideranças comunitárias por parte de médios e grande proprietários rurais a fim de induzirem a escolha de suas fazendas para compra e construção de reassentamentos, tolerava-se o apartamento dessa *Diretoria*, nunca a sua elitização. Expressa pela adoção de práticas que remetem a uma versão atenuada de um tipo de vanguardismo substitutivo, essa elitização, finalmente, foi experimentada como traição (cf. DUARTE, 2001, p. 32). Porque transitava entre dois mundos – de um lado do divisor, o dos mediadores da *luta* por justa reparação

pelo Consórcio Ceste, os *companheiros* na CPT e no MAB, além de autoridades do Ministério Público, Incra, Ibama etc., e, do outro lado, o mundo das famílias que ficavam no assentamento e se viam constrangidas a seguirem passivas os seus manobreadores – dirigentes esclarecidos substituíram o grupo e arrogaram para si a condução das negociações com o consórcio empreendedor. Isso teve consequências. Entre elas a elevação da velha práxis da tutela e do favor sobre a práxis transformadora da realidade que vinha norteando a inserção dessas trabalhadoras e trabalhadores na esfera pública.

Na tradição dos intelectuais que conduzem análises histórico-políticas de diferentes momentos da história brasileira à luz do conceito de “revolução passiva” recolhido do repertório categorial de Gramsci, Ruy Braga (2010) oferece a hipótese da “revolução passiva à brasileira” para caracterizar as relações de hegemonia na era Lula. Gramsci desenvolveu o conceito de “revolução passiva” para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália. As principais características que esse conceito apresenta, segundo o marxista italiano, são os momentos de “restauração” e o de “renovação”. A restauração compreende a reação conservadora à possibilidade de subversão da ordem por parte das classes subalternas. A “renovação”, o atendimento de parte das demandas das classes subalternas por meio de concessões das classes dominantes. A revolução passiva ocorre justamente quando demandas populares são atendidas pelas camadas dominantes em troca do consentimento das primeiras à dominação das segundas – entregam-se alguns anéis para não perder os dedos, como coloca Carlos Nelson Coutinho (2006, p. 97), referindo-se ao solapamento das possibilidades de transformações efetivas de baixo para cima por um processo de transformação pelo alto.

Segundo Ruy Braga, a hegemonia lulista foi o ponto comum de duas formas distintas de consentimento, ativo e passivo. Cabe lembrar que para Gramsci hegemonia é uma forma de dominação pela obtenção de consenso, não pela coerção. Como já foi dito, o consentimento ativo de sindicalistas e ativistas de movimentos sociais, diz Braga, teria sido obtido por meio da sua incorporação no aparato de Estado – de assentos em conselhos gestores de fundos de pensão ao repasse de verbas para financiamento de projetos cooperativos, passando por altos cargos em empresas estatais e pela reforma sindical que engordou os cofres das centrais sindicais. O consentimento passivo das massas populares teria sido logrado por meio do Programa Bolsa Família e da política de reajuste do salário mínimo acima da inflação, principalmente. O *locus* da hegemonia resultante de uma revolução passiva, lembra-o Braga, é justamente o

Estado. Para esse sociólogo, o governo Lula teria se apoiado numa forma de hegemonia resultante de uma revolução passiva realizada na semiperiferia capitalista que

conseguiu desmobilizar movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização de bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeiro globalizado (Braga, 2010).

Se retenho essa proposição do sociólogo brasileiro é para sugerir que no caso aqui examinado, diferentemente do que adiantei mais acima, não parece ter sido o Ministério Público Federal que assumiu os contornos de uma “máquina de gerar esperança” (Nuijten, 2004). Na verdade, tudo se passa como se, no governo Lula, o conjunto formado por órgãos da burocracia executiva do Estado, o Incra e a Secretaria-Geral da Presidência da República, não só o Judiciário, cujas altas cortes parecem ter se empenhado na “produção legal da ilegalidade” (Fernandes, 2008) sempre que provocadas pela Advocacia Geral da União, tivesse se configurado como uma “máquina de triturar direitos” (Felippe, 2018) e, em decorrência disso, como uma alavanca que trouxe à tona mais uma vez a “indiferença pragmática em relação aos poderes constituídos” evidente entre os mais pobres no Brasil (Viveiros de Castro, 2013).

Sem dúvida, essa máquina infernal minou de uma só vez a confiança da maioria das trabalhadoras e trabalhadores no PA Formosa, ativos na campanha do “não à barragem” e na luta pelo reassentamento organizada pelo MAB e a CPT, nas suas possibilidades emancipatórias e na possibilidade de uma “sociedade decente” (Margalit, 1996) antes entrevista. Uma sociedade em que exigência de respeito precede a de distribuição da riqueza e da renda nacional. Alquebrados, muitos dos que foram transferidos para o Reassentamento Rural Coletivo Maju já venderam a posse da terra. Afirmando com os pés a sua indignação, voltaram para a *Ribeira*, de onde saíram, aliás. Desses, alguns morreram. Morreram por doenças, por balas dos encarregados de fazendas no sul do Pará tentando escapar de situações de trabalho análogo à escravidão e por acidentes de motocicleta trilhando o caminho de ida ou de volta da *Ribeira* à procura de um pedaço de chão fértil para retomar a desejada vida de fartura sem humilhação no trabalho. Os que ficaram pairam ainda hoje (2019) no limbo jurídico. Longe de ter sido incorporado pelo Incra como “projeto de assentamento da reforma agrária”, o RRC Maju continua sendo propriedade do Consórcio Ceste, sem que nenhuma ação tenha sido iniciada até fevereiro deste ano de 2019 para solucionar o problema. De um lado, o Incra ainda se recusa a receber o assentamento alegando que a infraestrutura necessária ao seu funcionamento não foi devidamente

concluída. O consórcio, por sua vez, se nega a concluir essas obras. Sem chance de recorrer a bancos para o financiamento da produção, homens adultos e jovens alugam seus braços nas grandes e médias propriedades na circunvizinhança do reassentamento ou nas grandes monoculturas de eucalipto que povoam grande parte da paisagem no Bico do Papagaio atualmente. São hoje assalariados temporários que vivem em terras onde não conseguem produzir. Eis a “volta redonda” que tomei como título desta tese.

Numa entrevista instigante publicada na Revista Sexta Feira, o filósofo e professor Paulo Arantes afirma que o MST – como o MAB, penso – não tem um projeto sociopolítico de transformação da sociedade capitalista em termos estruturais. Ele faz referência ao livro-repórtem de duas estudiosas inglesas, Sue Branford e Jan Rocha, cujo título original em 2001, ano da entrevista, seria *Turning the World Upside Down*, mas acabou sendo *Cutting the Wire*, na tradução brasileira, *Rompendo a Cerca. A História do MST* (2004). No livro, diz o filósofo, essas autoras captam no movimento social

um espírito muito além da sensibilidade sacrificial do velho socialismo de combate, uma cultura de liberação que não temem qualificar como “pós-moderna”, querendo com isso designar um conjunto de iniciativas propriamente pós-capitalistas, por assim dizer de uso imediato em benefício das pessoas, da economia camponesa, solidária, sustentável, à luta pela desmercantilização das sementes, passando por uma reformulação total da noção de educação básica (Arantes, 2001).

No seu discurso na abertura da conferência da Associação Nacional de Advogados dos Estados Unidos (*National Lawyers Guild*), realizada em Seattle, em março de 2009, intitulada “The Law of the Commons”, Louis Wolcher, jurista e professor norte-americano, cita o livro do historiador inglês Peter Linebaugh, *The Magna Carta Manifesto: liberties and Commons for all* (2008). Nesse livro, Linebaugh defende que a Magna Carta, documento que limitou o poder do rei João Sem Terra na Inglaterra feudal, em 1215, e a Carta da Floresta (*Charter of the Forest*), documento de 1217 cuja validade foi reconhecida em 1225 por Henrique III, sucessor de João Sem Terra, tomadas em conjunto, podem servir à causa de um comunismo com “c” minúsculo, que esse autor define como uma teoria da sociedade que ao mesmo tempo atribui toda propriedade à comunidade e organiza o trabalho para o benefício comum de todos (cf. Neiva, 2009). Fundamento da Constituição inglesa, essas “Cartas da Liberdade”, como o conjunto é chamado, diz Wolcher seguindo Linebaugh, são amplamente lembradas ainda nos tempos atuais. Mas elas são lembradas em apenas um dos seus tópicos, adverte Wolcher, aquele com o qual a maior parte dos advogados nos Estados Unidos tem familiaridade: a ideia de que

o rei, o soberano, concedeu ao povo certos direitos e estabeleceu limites sobre seu poder. A ideia sempre retida, diz o jurista, é a do rei, ungido por Deus, impondo limites sobre a sua vontade e outorgando direitos ao povo. Esquecida, ou só muito raramente lembrada, ele diz, é a ideia de que o rei não concedeu, e sim confirmou certas práticas costumeiras empregadas por camponeses (*commoners*) por centenas de anos, e que, já no início do século XIII, estavam ameaçadas. Wolcher se refere justamente ao direito dos *commoners* de usarem coletivamente florestas e rios para a coleta de lenha, recurso natural por excelência da economia da Idade Média, e para o pastoreio e alimentação dos animais – direitos que a Carta da Floresta garantia. Assim, ele reitera a proposição de Linebaugh, *commons* é uma ideia melhor expressa pelo verbo *commoning* [ênfase do jurista] – pessoas de fato expressando um modo de vida no qual a autonomia e a capacidade de suprir suas necessidades básicas de subsistência era algo ao alcance delas próprias, que usufruíam da terra e dos recursos coletivamente. A noção de *commons* [precisamente, recursos de uso comum historicamente situados ao abrigo da propriedade privada], no seu sentido original, aquele gravado na memória das pessoas, não deve ser entendida como “propriedade comunal”, visto que era a própria ideia de propriedade que se tratava de questionar, diz Wolcher. Quando a nobreza proprietária de terras na Inglaterra, amparando sua força na autorização do rei, iniciou o processo conhecido por *enclosure* [o cercamento dos *commons*], o que na terminologia do direito moderno ocidental seria a criação do direito de propriedade privada, encontrou resistência precisamente porque os *commoners* puderam lembrar de um modo diferente de viver, na sua própria experiência de vida, na de seus pais ou de seus avós – um modo de vida calcado na noção de *commoning*, uma forma de tomar suas vidas em suas próprias mãos, de não dever suas vidas ao rei, aos direitos que ele podia outorgar, diz Wolcher, que conclui seu discurso dizendo: “– É a importância política desse fato que ressalto aqui hoje”.

Durante o processo atribulado de escrita desta tese, o dístico de Gramsci esteve martelando minha cabeça: pessimismo da inteligência e otimismo da vontade. A ideia de me separar dela deixando-a apenas como um inventário de perdas dos interlocutores da minha pesquisa de campo, mas não só deles, sempre me pareceu objetável. Por esse motivo, procurei aproximar neste texto – ligeiramente e apoiada para tanto na bela resenha do livro de Linebaugh oferecida por Carlos Magno de Abreu Neiva, em 2009 doutorando de direito na USP –, a intuição de Branford e Rocha sobre o MST, retida por Arantes, e a de Linebaugh, por Wolcher. De fato, penso que seus argumentos guardam afinidade entre si, afinal, como parece sugerir o historiador inglês, a causa dos *commoners* é atemporal e universal (Neiva, 2009, p. 228). Vejo aí

um papel que antropólogos, sociólogos, biólogos, advogados, economistas etc. no Brasil de hoje podem assumir: enfrentar com os simples, no sentido que Gramsci dá ao termo, a tarefa de (re)construir um conjunto de valores coletivos e comunitários a partir de baixo. Se bem entendi, é justamente isso o que a jornalista Naomi Klein sugere no livro *Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos* (2017): (des)atrofiar, por assim dizer, a imaginação utópica.

Referências bibliográficas

- ABRAMS, P. Notes on the Difficulty of Studying the State. *Journal of Historical Sociology*, 1(1), p. 58-89, 1988 [1977].
- ACSELRAD, H.; Bezerra, G. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. B. de et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 179-209.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Orgs.). *Terras, Territórios na Amazônia: Demandas, Desafios e Perspectivas*. Brasília: Editora UnB, 2011.
- ALMEIDA, A. W. B. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. de C.; CASTRO, E. R. de (Orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Universidade Federal do Pará: Associação de Universidades Amazônicas, 1996, v. 2, p. 467-476.
- ANTONAZ, D. Especialistas e militantes: um estudo a respeito da gênese do pensamento energético no atual governo. In: FILHO, A. O. S. (Org.). *Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 150-168.
- AQUINO, N. A. de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, O. (Org.) *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia, Editora UFG, 2004, p. 315-350.
- ARANTES, P. E. Entrevista inacabada de uma pergunta só com Paulo Eduardo Arantes. *Sexta Feira*, n. 6, 2001.
- ARANTES, R. B. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 44, n. 39, 1999.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BARREIRA, C.; PAULA, L. A. M. de. Os assentamentos rurais no Ceará: uma experiência a ser seguida? In: SCHMIDT, Benício V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. C. (Orgs.). *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 205-219.
- BARBOZA, N.; SOUZA, J. A. P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Orgs.). *Brasil entre Passado e o Futuro*. S. Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010, p. 55-110.
- BELLUZZO, L.G.; CARNEIRO, R. O paradoxo da credibilidade. *Política Econômica em foco*, n. 2, set./dez., 2003.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; CARMO, M. S. Reforma agrária dá certo? O (in) sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 21, n. 1, jan./abr., 1991.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; Ferrante, V. L. S. B. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena. In: FRANÇA, C. G. de; SPAROVEK, G. *Assentamentos em debate*. Brasília: MDA: NEAD, 2005, p.75-87.
- BERMANN, C. *Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil*. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Faculdade de Engenharia Mecânica. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. 309 f.
- BERMANN, C. *Energia no Brasil: para quê? para quem? - Crise e Alternativas para um país sustentável*. São Paulo: FASE: Livraria da Física, 2002, 139 p.

- BERMANN, C. Impasses e controvérsias da eletricidade. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 59, 2007.
- BEZERRA, M. O. *Em Nome das “Bases”*. Política, favor e dependência social. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NuAp, 1999.
- BOITO JR., A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 17, 2003.
- BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 21, 2005.
- BOITO JR., A. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., A.; GALVÃO, A. (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67-104.
- BOITO JR., A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado no Fórum Econômico da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.
- BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, 2013.
- BOISSEVAIN, J. Patronage in Sicily. *Man*, 1 (1), p. 18-33, 1966.
- BORGES, A. M. A fórmula do tempo: notas etnográficas sobre o “tempo de Brasília”. In: TEIXEIRA, C. C.; CHAVES, C. de A. (Orgs.). *Espaços e Tempos da Política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ, 2004, p. 23-45.
- BRENNENSEIN, E. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, J. de S. (Coord.). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 53-106.
- BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 24, n. 1, p. 142-160, 2016.
- CARNEIRO, M. S.; ANDRADE, M.; MESQUITA, B. A. Assentamentos e ações de reforma agrária no Maranhão. In: SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. C. (Orgs.). *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: Editora UnB, p. 257-280.
- CARNEIRO, R. A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. *Política Econômica em Foco*, n. 7, 2005/2006.
- CARTER, M. (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social*. O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CASARA, R. *Estado pós-democrático: obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASTILHO, E. W. V.; SADEK, M. T. *O Ministério Público Federal e a Administração da Justiça no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.
- CNEC ENGENHARIA S.A. DE IMPACTO AMBIENTAL. Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Estreito. São Paulo, 2001.
- CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Comissão Especial de Atingidos por Barragens. Relatório. Brasília, 2010.
- CHAVES, P. R. As relações sócio-territoriais na construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA e a (re)produção do espaço urbano das cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2009.
- CODATO, A. N. *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil Pós-64*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- COHN, C. Belo Monte e processos de licenciamento ambiental: As percepções e as atuações dos Xirkrin e dos seus antropólogos. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v. 2, jul./dez., p. 224-251, 2010.

- COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NuAp, 1999.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. S. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- COUTINHO, C. N. *Intervenções*. São Paulo: Cortez, 2006.
- COUTINHO, C. N. *Marxismo e Política*. A dualidade dos poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2008, 3 ed.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de cidadania y sociedade civil en tempos de globalización*. Caracas: Faces: Universidade Central de Venezuela, 2004.
- DALLA COSTA, L. Atingidos por Barragens: retrocesso extraordinário na política de direitos. *Revista Ihu On-line*, 12 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/518363-atingidos-por-barragens-houve-um-retrocesso-extraordinario-na-politica-de-direitos-entrevista-especial-com-luis-dalla-costa>>. Acesso em: 10 mai. 2013.
- DA RÓS, C. A.; PCCIN, M. B. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. *Revista Nera*, ano 15, n. 20, p. 131-155, 2012.
- DAS, V.; POOLE, D. (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State. School of American Research Series Seminar*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- DAVIS, D. The State of the State in Latin American Sociology. In: WOOD, C. H.; ROBERTS, B. R. (Eds.). *Rethinking Development in Latin America*. University Park: Penn State University Press, 2005.
- DESCONSI, C. *A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.
- DEZEMONE, M. Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX. *Revista Cantareira*, 1 ed., 2002.
- DUARTE, L. F. D. Comentários. In: Kuschner, Karina e Velho, G. (Orgs.). *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001, p. 129-136.
- ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia - Peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ESTRELA, E. S. *Três Felicidades e um Desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho – BA*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-graduados em História. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004, 252 f.
- FABRINI, J. E.; LUZ, J. A. S.; LACERDA, C. L. A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo Projeto Lumiar. *Revista NERA*, n. 3, v. 3, p. 68-94, 2000.
- FARIA, I. D. *Compensação Ambiental: os fundamentos e as normas; a gestão e os conflitos*. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. 115 p. (Textos para discussão/Conleg; 43).
- FERNANDES, P. O pluralismo paradoxal e os movimentos sociais: democracia participativa e o Estatuto da Cidade. In: *1ª JORNADA EM DEFESA DA MORADIA DIGNA*. São Paulo, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2008.
- FILGUEIRAS, L. A. M.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo, a construção de um conceito. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. 66 p. (Textos para discussão).
- FONSECA, C. Classe e a Recusa Etnográfica. In: FONSECA, C.; BRITES, J. (Orgs.). *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- GARCIA JR., A. Libertos e Sujeitos. Sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.3, n.7, jun. 1988.
- GARCÍA LINERA, Á. A construção do Estado. *Margem Esquerda*, n. 15, 2010.
- GARZON, L. F. N. *O licenciamento automático dos grandes projetos de infra-estrutura no Brasil: o caso das Usinas no rio Madeira*. Universidade e Sociedade n. 42, 2008.
- GONÇALVES JR., D. *A Reforma na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas 'Fontes' e o Controle dos Excedentes*. Tese (Doutorado em Energia) – Energia. Universidade de São Paulo, 2007.
- GONÇALVES, R. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 37, p. 7-19, jan. 2014.
- GONÇALVES, R. Desempenho Macro-econômico em perspectiva histórica (2003-2010). In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUPTA, A. Blurred boundaries: The discourse of Corruption, the Culture of Politics and the Imagined State. *American Ethnologist*, 22 (2), 1995.
- HANSEN, T. B.; STEPPUTAT, F. (Eds.). *States of Imagination*. Ethnographic explorations of the postcolonial state. Durham: Duke University Press, 2001.
- HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HERNANDEZ, F. Del M. Hidrelétricas na Amazônia: renovabilidade e não renovabilidade da política energética. Se é desejável a renovabilidade das formas de conversão de energia, por que não é desejável renovar a política energética? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 791-811, 2012.
- HERZFELD, M. *The Social Production of Indifference. Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- HERZFELD, M. *Anthropology: theoretical practice in culture and Society*. Malden: Blackwell Publishers Inc., 2001.
- HILSENBECK FILHO, A. M. O MST no fio da navalha – dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2013.
- JESSOP, B. Narrating the Future of the National Economy and the National State: Remarks on REMapping Regulation and Reinventing Governance. In: STEINMETZ, George (Ed.). *State/Culture*. State Formation after the Cultural Turn. Ithaca and London: Cornell University Press, 1999.
- JESSOP, B. O Estado, o poder, o socialismo de Paoulantzias como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política*, v.17, n. 33, 2009.
- JESSOP, B. *State Power*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- KLEIN, N. Não basta dizer não: resistir à política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- LACERDA, P. M. (Org.). *Mobilização social na Amazônia. A luta por justiça e por educação*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

LAMONTAGNE, A. Os impactos do processo de licenciamento ambiental: análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural da Usina Hidrelétrica de Estreito. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. 145 f.

LEITE LOPES, J. S. et al. Introdução: a ‘ambientalização’ dos conflitos sociais. In: LEITE LOPES, J. S. (Coord.) ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Orgs.). *A Ambientalização dos Conflitos Sociais: participação e controle público da população industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP: UFRJ: 2004, p. 17-38.

LEITE LOPES, J. S. et al. Intervenção de instâncias públicas. In: LEITE LOPES, J. S. (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, R.; SILVA, G. (Orgs.). *A Ambientalização dos Conflitos Sociais: participação e controle público da população industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP: UFRJ, 2004, p. 257-276.

LEITE, S. et al. Impactos dos Assentamentos. Um estudo sobre o Meio Rural brasileiro. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LESSA, C.; Padula, R.; Santos Gustavo. Considerações sobre energia e logística no Brasil. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 209-228.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. O Plano Iirsa na visão do Movimento dos Atingidos por Barragens. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. de; CARVALHO, G. (Orgs.). *O Plano Iirsa na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional: FASE: Observatório Comova, 2009.

McC. HEYMAN, J. Slantwise: Beyond Domination and Resistance on the Border. *Journal of Contemporary Ethnography*, 36 (1), p. 3-30, 2007.

McCULLY, Patrick. *Silenced Rivers: The Ecology and Politics of Large Dams*. London: Zed Books: 1996.

MAGALHÃES, S. B. O desencantamento da beira – reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica Tucuruí. In: MAGALHÃES, Sônia B.; BRITTO, R. de C.; CASTRO, E. R. de (Orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Universidade Federal do Pará: Associação de Universidades Amazônicas, 1996, v. 2, p. 697-746.

MAGALHÃES, S. B. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no sudeste do Pará. In: Martins, J. de S. (Coord.). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 247-294.

MAGALHÃES, S. B. Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). *Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 245-252.

MAGALHÃES, S. B. *Lamento e Dor: Uma Análise Sócio-Antropológica do Deslocamento Compulsório Provocado pela Construção de Barragens*. Belém: Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MAIA, L. C. Hidrelétricas e o Ministério Público Brasileiro. In: MAIA, Leonardo C.; CAPPELLI, S.; PONTES JÚNIOR, F. (Orgs.). *Hidrelétricas e atuação do Ministério Público na América Latina/Hidroeléctricas y actuación del Ministerio Público en Latinoamérica*. Porto Alegre: Letra&Vida: Red Latinoamericana de Ministério Público Ambiental, 2013.

MARCUS, G. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, p. 95-117, 1995.

MARGALIT, A. Decent Equality and Freedom: a postscript. *Social Research*, v. 64, n. 1, 1997.

- MARQUES, A. C.; COMERFORD, J.; CHAVES, C. de A. Traições, Intrigas, Fofocas, Vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, A. C. (Org.). *Conflitos, política e relações pessoais*. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- MARTINS, J. de S. (Coord.). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MARTUSCELLI, D. Social-liberalismo, classes dominantes e o desafio da esquerda socialista na conjuntura atual. *Blog Marxismo 21*, set. 2014. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Danilo-Enrico-Martuscelli-dossie.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- MATTEI, U.; NADER, L. Pilhagem. *Quando o Estado de Direito é ilegal*. São Paulo: Editora WMF: Martins Fontes, 2013.
- MAURO, G. É preciso investir no processo de formação. In: LOUREIRO, ISABEL (ORG.) *Socialismo ou Barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo, Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009, p. 90-105.
- MEDEIROS, L. et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- MÉSZARÓS, I. *A Obra de Sartre*. Busca da liberdade e desafio da história. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MITCHELL, T. *Can the Mosquito Speak?* In: Mitchell, T. *Rule of Experts*. Berkley: Los Angeles: London: University of California Press, 2002, p. 19-53.
- MOORE, S. F. Explaining the Present: Theoretical Dilemmas in Processual Ethnography. *American Ethnologist*, 14 (4), 1987.
- MORAES, M. S. M. *No rastro das águas: pedagogia do movimento dos atingidos por barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990*. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1994.
- MORAES, M. S. M. Reassentamento de Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai. In: MEDEIROS, L. et al. *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994, p. 157-175.
- MORAES, M. S. M. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 1, p. 80-92, 1996.
- NUIJTEN, M. Between Fear and Fantasy. Governmentality and the Working of Power in Mexico. *Critique of Anthropology*, v. 24, n. 2, 2004.
- OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Estudos Avançados*, v. 45, n. 43, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. de. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.
- OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e no agronegócio no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. S. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. S. (Orgs.). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, F. Classe trabalhadora perde força com a centralização de capitais. *Revista Ihu On-line*, ed. 322, 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3078&secao=322>. Acesso em: 15 abr. 2010.

- PALIT, C. Monsoon Risings. Mega-dam resistance in the Narmada Valley. *New Left Review*, 2003, n. 21, p. 81-100.
- PALMEIRA, M. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.
- PAULANI, L. M. Quando o medo vence a esperança: um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 19, p. 11-26, 2006.
- PAULANI, L. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história. Comunicação oral no Colóquio Logros e Retos del Brasil Contemporáneo. Cidade do México, UNAM, 24 – 26 ago. 2011.
- LANDI, M. A Evolução do Programa Nacional de Desestatização (PND): seus principais resultados e desdobramentos na infra-estrutura. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. (Orgs.). *O Brasil sob a Nova Ordem*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- PAULANI, L. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAULANI, L. Capitalismo Financeiro, Estado de Emergência e Hegemonia às Avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. S. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PAULANI, L.; PATO, C. G. G. Investimentos e servidão Financeira: o Brasil do último quarto de século. In: PAULANI, L. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. *Antipode*, n. 34, 2002.
- PEIRANO, Ma. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PINHEIRO, D. de C. Reestruturação do Setor Elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento das questões sociais e ambientais. O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- PINHEIRO, Maria F., SEVÁ F. A.O. Expansão Hidrelétrica no Período 2003-2006: Conflitos Sociais e Institucionais em Novas Represas e nas Concessões Leiloadas. In: III ENCONTRO DA ANPPAS ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, Brasília. Anais. 2006.
- POCHMAN, Marcio. O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro. *Margem Esquerda*, n. 15, 2010.
- PORTELLI, A. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- POULANTZAS, N. O. *Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- PÓVOA, L. Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins. Palmas: Edição do Autor, 1997.
- REIS, M. J. Espaços, vicências e identidades – os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. In: In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. de C.; CASTRO, E. R. de (Orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Universidade Federal do Pará: Associação de Universidades Amazônicas, 1996, v. 2, p. 595-603.
- RIBEIRO, G. L. Cuanto más grande mejor? Proyectos de gran escala: uma forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. *Desarrollo Económico*, 105, p. 3-27, 1987.
- RIBEIRO, G. L. A Condição da Transnacionalidade. Cultura e Política no Mundo Contemporâneo. Brasília: Editora UnB, 2000.

- RIBEIRO, G. L. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. *Novos Estudos Cebrap*, n. 80, 2008.
- RICCI, R. *O PT se tornou o PCB do século XXI*. Revista Ihu On-Line, ano 23, ed. N. 413, 01 abr. 2013.
- ROCHA, M. A. M. da. Grupos Econômicos e Capital Financeiro: uma história recente do grande capital brasileiro. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- RODRIGUES, J. C. Estado do Tocantins: Política e Religião na Construção do Espaço de Representação Tocantinense. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- ROSA, M. C. A ‘forma movimento’ como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 2.
- ROSA, M. C. Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, M. (Org.). *Combatendo a desigualdade social – O MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.
- ROTHMAN, F. D. *Mobilização, Resistência e Participação nas Comunidades Atingidas por Barragens*: o projeto de assessoria e o Movimento dos Atingidos por Barragens em Minas Gerais, Brasil. Viçosa: UFV, s/d.
- ROSEBERRY, W. *Anthropologies and Histories: Essays in Culture, History and Political Economy*. New Brunswick: London: Rutgers University Press, 1994.
- SADEK, M. Ministério Público: a construção de uma nova instituição. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: ANPOCS, 2008.
- SADEK, M. T. A crise do judiciário vista pelos juízes: resultados de uma pesquisa quantitativa. In: SADEK, M. T. (Org.). *Uma introdução ao estudo da justiça*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- SADER, E; GARCIA, M. A. (Orgs.). *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.
- SALLUM JR., B. Hegemonia Liberal, Desenvolvimentismo e Populismo: notas sobre as especificidades do governo Lula. *Nueva Sociedad*, n. 217, 2008.
- SAUER, I. L. *A Reconstrução do Setor Elétrico Brasileiro*. São Paulo: Campo Grande: Paz e Terra: UFMS, 2003.
- SAWYER, S. *Crude Chronicles: Indigenous Politics, Multinational Oil and Neoliberalism in Ecuador*. Durham: London, Duke University Press, 2004.
- SCOTT, J. *Weapons of the Weak. Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1995.
- SEVÁ FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, KLEMENS (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). *Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005.
- SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N.; ROSA, S. L. C. (Orgs.). *Os Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1998.

- SHARMA, A.; GUPTA, A. (Eds.). *The Anthropology of the State: a reader*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 29, n. 3, 1986.
- SIGAUD, L. A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento. In: CAMARGO, A.; DINIZ, E. (Orgs.). *Continuidade e Mudança na Brasil na Nova República*. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1989, p. 163-183.
- SIGAUD, L.; MARTINS-COSTA, A. L., DAOU, A. M. (Orgs.). *Expropriação do Campesinato e Concentração de Terras em Sobradinho: Uma contribuição à Análise dos Efeitos da Política Energética do Estado*. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1987, p. 214-290.
- SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 7, 1992.
- SIGAUD, L. Crença, descrença e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. de C.; CASTRO, E. R. de (Orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Universidade Federal do Pará: Associação de Universidades Amazônicas, 1996, v. 2.
- SIGAUD, L. A ‘forma acampamento’: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos*, n. 58, 2000, p. 73-92.
- SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO, E.M. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 51, n. 1, 2008.
- SOARES, L. E. *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- STÉDILE, J. P. O MST e a Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 31, p. 67-97, 1997.
- STÉDILE, J. P. Brazil’s Landless Battalions. The Sem Terra Movement. In: MERTES, T. (Ed.). *The Movement of Movements: Is Another World Really Possible?* London: Verso, 2004.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Cartilha de Licenciamento Ambiental. Brasília, 2007.
- VAINER, C. B. Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 59, 2007.
- VAINER, C. B. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: os desafios da fragmentação. *Revista Brasileira de Estudos Regionais*, v. 9, n. 1, 2007.
- VAINER, C. B. Conceito de Atingido: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin D. (Ed.). *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Editora UFV, 2008.
- VELHO, O. G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009 [1981].
- VIANA, R. de M. *Grandes Barragens, Impactos e Reparações: Um estudo de caso sobre a Barragem de Itá*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- VIANA, F. G. *Luz no Campo e Luz Para Todos: duas experiências em busca da plena universalização dos serviços de energia elétrica no Brasil*. In: VI SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE PEQUENAS E MÉDIAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, 21-25 abr. 2008, Belo Horizonte.

VIANNA JR., Aurélio. *Prisão em Lageado Pepino: gênese e efeitos sociais de uma ação exemplar*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

VIANNA, L. W. *Esquerda brasileira e tradição republicana*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

VIANNA, L. W. *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira: Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

VIANNA, L. W.; CARVALHO, M. A. R. de; Melo, M. P. C.; BURGOS, M. B. *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIDAL, D. *A Linguagem do Respeito*. A Experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Democracias Modernas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 42, n. 2, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, E., ANDRADE, Lucia M. M. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra sociedades indígenas. In: SANTOS, L. A. O.; ANDRADE, L. M. M. de (Orgs.). *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

WACQUANT, L. Scrutinizing the Street: Poverty, Morality, and the Pitfalls of Urban Ethnography. *American Journal of Sociology*. V. 107, n. 6, p. 1468-1532, may 2002.

WOLF, E. R. Kinship, Friendship and Patron-client Relations in Complex Societies. In: *Pathways of power: building na anthropology of the modern world*. Berkeley: University of California Press, 2001, p. 166-183.

WOORTMANN, K. *Com parente não se neguceia*. *Anuário Antropológico* 87. Brasília: Editora UnB, 1990, p. 11-97.

ZEN, E. L. Movimentos Sociais e a Questão de Classe: *Um olhar sobre o movimento dos atingidos por barragens*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, Raquel. *Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas*. *Ambiente & Sociedade*, v. 10, n. 2, 2007.

DOCUMENTOS EM MEIO ELETRÔNICO

BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington*. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, 1994. Disponível em: < <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2019.

BANCO MUNDIAL. Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil: Uma contribuição para o debate. Relatório. 28 mar. 2008, v. 1. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLACBRAZILINPOR/Resources/Relatorio_Sintese_PUBLICA-CAO_28_ABRIL_2008.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BELISÁRIO, A. *As Quatro Irmãs*. Negócios familiares, proximidade com governos, financiamento de campanhas e diversificação de atividades – da telefonia ao setor armamentício – compõem a história das gigantes Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Disponível em: <<https://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BERMANN, Célio. *Indústrias eletrointensivas e autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público*. Ilumina, Rio de Janeiro, 12 mar. 2004. Disponível em:

<<http://www.ilumina.org.br/industrias-eletrointensivas-e-autoproducao-propostas-para-uma-politica-energetica-de-resgate-do-interesse-publico-clio-bermann-professor-do-pro/>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

BNDES libera R\$ 2,6 bilhões para construção de Usina Hidrelétrica de Estreito. Valor Online, 20 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/566597/bndes-libera-r-26-bilhoes-para-construcao-de-usina-hidreletrica-de-estreito#ixzz1xJz83Qxy>>. Acesso em 20 mar. 2019.

BRAGA, R. O Desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social é o Dna do capitalismo. Revista IHU ON-LINE, São Leopoldo, 28 set. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514045-o-desmantelamento-do-estado-de-bem-estar-social-e-o-dna-do-capitalismo-entrevista-especial-com-ruy-braga>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRAGA, R. Movimentos sociais na Era Lula. Revista Cult, 8 jun. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/movimentos-sociais-na-era-lula/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Seminário Hidrelétricas da Amazônia, Conflitos Sócioambientais e Caminhos Alternativos, 2 parte. Depoimentos. Brasília, 6 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1567/16&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:00&sgFaseSessao=&Data=6/12/2016&txApe-lido=MEIO%20AMBIENTE%20E%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENT%20C3%81VEL&txFaseSessao=Semin%20C3%A1rio&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=09:00&txEtapa=>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CÉZAR, G. O peso da energia. Valor, 28 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/869641/o-peso-da-energia#ixzz1xK64e000>>. Acesso em 20 mar. 2019.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA. Perguntas frequentes. Disponível em: <<http://www.uhe-estreito.com.br/perguntas.php>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

COTRIM, M. J. Sete candidatos do DEM e 54 sindicatos rurais aderem a Gaguim; Marzola desabafa: “fui sacrificado”. Conexão Tocantins, 30 ago. 2010. Disponível em: <<http://conexao-oto.com.br/2010/08/30/sete-candidatos-do-dem-e-54-sindicatos-rurais-aderem-a-gaguim-marzola-desabafa-fui-sacrificado>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PAULANI, L. A dependência redobrada. *Le Monde Diplomatique*. ed. n. 61, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-dependencia-redobrada/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

REZENDE, S. L. et al. Monocultura no Estado do Tocantins. Reflexões acerca do eucalipto. *Pravda Brasil*, 17 jul. 2009. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/cplp/brasil/16-07-2009/27501-monoculteu-cal-0/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FELIPPE, M. S. Judiciário, a máquina de triturar direitos. Revista Cult, Além da Lei, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/judiciario-direitos/>. Acesso em: 20 mar. 2019

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Políticas Fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. WILSON, D. (Ed.). In: Land governance in Brazil. Framing the debate series, n. 2, ILC, Roma, 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ld/politicas_fundiarias_brasil-bmf_caw_ecg.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Dilma tira PAC do Planejamento e transfere gestão para a Casa Civil. G1, Política, 17 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/dilma-tira-pac-do-planejamento-e-transfere-gestao-para-casa-civil.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Cartilha de licenciamento ambiental. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2059156.PDF>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

INTERNATIONAL HYDROPOWER ASSOCIATION. Hydropower Sustainability Assessment Protocol. Relatório, 2010. Disponível em: <<https://www.hydropower.org/publications/hydropower-sustainability-assessment-protocol>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

<http://www.valec.gov.br/FerroviasFNSAcailandia.php> [link indisponível. No site da Valec há dois trechos de ferrovias que perpassam Açailândia, portanto, não sei se são os correspondentes ou qual escolher]

FRANÇA. Projet de loi n. 21, de 8 de novembro de 2006. Relatif au secteur de l'énergi. Paris, 2006. Legislação Federal. Disponível em: <<http://www.senat.fr/leg/tas06-021.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FACHIN, P. Classe trabalhadora perde forças contra a centralização de capitais. IHU ON-LINE, ed. 322, 22 mar. 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3078&secao=322>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FEDER, F. Alcoa enfrenta “pesadelo” para investir no país. Folha de São Paulo, Mercado, 29 dez. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2912200523.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FERNANDES, P; GALINDO, D. M. Ocupações urbanas no Brasil e o pluralismo paradoxal: o Movimento dos Sem Teto e o caso Prestes Maia. Seminário Internacional Procesos Urbanos Informales. Disponível em: <https://issuu.com/sem_proceso_urbanos_informales/docs/06_c-ocupa_es_urbanas_no_brasil_e_o_pluralismo_pa>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GARCIA, J. C. Decreto que cria cadastro para indenizar vítimas de barragens esquece controle social. Instituto Socioambiental, 10 nov. 2011. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3205>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GASTALDI, S. Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos: conceito e diferenciação. Âmbito Jurídico, s/d. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14164>. Acesso em: 20 mar. 2019.

HERZFELD, M. University of Cambridge, 10 set. 2012, 1h15min8s. Entrevistado por Sohini Ray em nov. 2011. Disponível em <<http://www.sms.cam.ac.uk/media/1296870>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LIMA, S; MAGNO, C. Ibama decide não criar Foro de Negociação. Ministério Público Federal, 14 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.prto.mpf.mp.br/news/ibama-decide-nao-criar-foro-de-negociacao>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Ditadura na barranca dos rios brasileiros: perseguição e criminalização de militantes da luta contra barragens. São Paulo, 07 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/artigo/ditadura-na-barranca-dos-rios-brasileiros-persegui-e-criminaliza-militantes-da-luta-contraba>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Lula poderá se encontrar com atingidos por barragens. 13 dez 2009. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/lula-poder-se-encontrar-com-atingidos-por-barragens>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

NERY, N. Novo presidente do Incra diz que relação com MST não muda. UOL, Últimas Notícias, 2 set. 2003. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2003/09/02/ult27u37986.jhtm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

OLIVEIRA, A. U. A política de reforma agrária no Brasil. Acción Tierra, 11 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip.php?article52911>>. Acesso em 20 mar. 2019.

PINASSI, M. O. Balanço dos 30 anos do MST. *Correio da Cidadania*. 24/02/14. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/politica/9378-25-02-2014-balanco-dos-30-anos-do-mst>. Acesso em: 10 ago. 2017.

PINTO, L. F. Hidrelétricas na Amazônia: nunca mais? ACESSA.com, mai. 2008. Disponível em: < <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=921> >. Acesso em 20 mar. 2019.

Presidente da Alcoa comemora 70% de autossuficiência energética em visita de Lula à usina de Estreito. Revista Fator Brasil, 02 dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=139179>. Acesso em: 20 mar 2019.

RODRIGUES, A. Dilma nomeia Assusete Dumont como ministra do STJ. Valor, 24 jul, 2012. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/brasil/2762252/dilma-nomeia-assusete-dumont-como-ministra-do-stj> >. Acesso em: 20 mar. 2019.

SANZ, R. Governo paga o preço da ação despolitizadora do último período. Correio da cidadania, 6 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/politica/10740-07-05-2015-governo-paga-o-preco-pela-acao-despolitizadora-do-ultimo-periodo>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SEVÁ FILHO, A. O. ‘Quase sempre sabemos onde, mas nunca sabemos quando as catástrofes vão acontecer’. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, ed. 20, jul./ago./set. 2002. Entrevista. Disponível em: <<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=35>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SEVÁ FILHO, A. O. Grandes e polêmicas obras serão chamadas, no Brasil, a ‘salvar’ o capitalismo. Entrevista. Ponto de Pauta, 14 ago. 2011. Disponível em: <<https://pontodepauta.wordpress.com/2011/08/14/entrevista-com-oswaldo-seva-filho-grandes-e-polemicas-obras-serao-chamadas-no-brasil-a-%E2%80%98salvar%E2%80%99-o-capitalismo-global>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SCHOUTEN, P. Theory Talk #59: Timothy Mitchell on Infra-Theory, the State Effect, and the Technopolitics of Oil. *Theory Talks*, 25 oct. 2013. Disponível em: <<http://www.theory-talks.org/2013/10/theory-talk-59.html>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

SEVÁ FILHO, A. O. ‘O risco de novo apagão é uma chantagem’. Boletim da UFMG, n. 1567, ano 33, 5 mar. 2007. Entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Junior. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/boletim/bol1567/sexta.shtml> >. Acesso em: 20 mar. 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO Transferência da quota de participação na Concessão para exploração do AHE Estreito, objeto do Contrato de Concessão nº 094/2002-ANEEL-AHE Estreito, detida pela Suez Energy South América Participações Ltda. para a Renova Energia Renovável S.A. Relatório. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/area20071158.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

VALLE, R. S. T. A crise energética e o apagão da Justiça. Instituto Sócioambiental, 25 abr. 2007. Disponível em: < http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2007-04-25-165847 >. Acesso em: 20 mar. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, E. ‘O capitalismo sustentável é uma contradição em seus termos’. IHU ON-LINE, 13 dez. 2013. Entrevistado por Juliana Magalhães. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/526606-o-capitalismo-sustentavel-e-uma-contradicao-em-seus-terminos-diz-eduardo-viveiros-de-castro> >. Acesso em: 20 mar. 2019.

Anexo I

Projetos de Assentamento Implementados pelo Incra Atingidos pela Uhe Estreito:

ASSENTAMENTOS ATINGIDOS PELA UHE ESTREITO NO MARANHÃO					
Projeto As- sentamento	Município	Área (ha)	Famílias As- sentadas	Famílias Atingidas	Carta de Crédi- to
Braço Forte	Estreito	1.624,7303	58	5	5
Brejo da Ilha	Estreito	4.235,7163	103	10	10
Nova Vitória	Carolina	555,9992	20	20	20
Total		6.416,4458	181	35	35

Fonte: Superintendência Regional do Incra no Tocantins (SR 26), Divisão de Obtenção de Terras.

ASSENTAMENTOS ATINGIDOS PELA UHE ESTREITO NO TOCANTINS					
Projeto de Assenta- mento	Município	Área (ha)	Famílias Assentadas	Famílias Atingidas	Carta de Crédito
Matões	Filadélfia	704,2392	22	4	4
Formosa	Darcinópolis	4.822,9224	56	36	0
Turrão	Babaçulândia	900,7308	29	20	17*
Alegria II	Palmeirante	1.838,6694	34	30	30
Barra do Rio Arraias	Babaçulândia	607,4462	22	20	20
Duas Cabeceiras	Babaçulândia	1.050,0000	40	1	1
Paciência	Palmeirante	2.711,2875	53	1	1
Remanso	Palmeirante	1.194,6495	48	14	14
Tabuleiro	Filadélfia	546,0602	12	10	10
Total		9.924,0080	316	136	97

Fonte: Superintendência Regional do Incra no Tocantins (SR 26), Divisão de Obtenção de Terras.

* Em janeiro de 2010, as três famílias restantes já haviam desistido da opção pelo Reassentamento Rural Coletivo.